TATIANA CAVALCANTE DE OLIVEIRA BOTOSSO

VOZES INSURGENTES
O discurso do feminismo negro na América Latina e Caribe
Versão Corrigida

São Paulo
2021

TATIANA CAVALCANTE DE OLIVEIRA BOTOSSO

VOZES INSURGENTES
O discurso do feminismo negro na América Latina e Caribe
Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutora em Ciências

Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Dennis de Oliveira

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B748v Botosso, Tatiana Cavalcante de Oliveira
 Vozes Insurgentes - o discurso do feminismo negro
 na América Latina e Caribe / Tatiana Cavalcante de
 Oliveira Botosso; orientador Dennis de Oliveira - São
 Paulo, 2021.
 210 f.

 Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação
 Interunidades em Integração da América Latina. Área
 de concentração: Integração da América Latina.

 1. Feminismo. 2. Mulheres. 3. Colonialismo. 4.
 Latino americanas. 5. Movimento feminista - América
 Latina e Caribe. I. Oliveira, Dennis de, orient. II.
 Título.

Universidade de São Paulo – PROLAM USP
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância da orientador(a)

Nome da aluna: TATIANA CAVALCANTE DE OLIVEIRA BOTOSSO

Data da defesa: 19/04/2021

Nome do orientador: Prof. Dr. DENNIS DE OLIVEIRA

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 21/06/2021

Assinatura do orientador

Nome: BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira

Título: Vozes Insurgentes – o discurso do feminismo negro na América Latina e Caribe

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em 19/04/2021:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Vivian Grace Fernandez Davila Urquidi

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Flavia Mateus Rios

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Christen Anne Smith

Instituição: Universidade do Texas

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Rosa Inés Curiel Pichardo-Ochy

Instituição: Universidade Nacional da Colômbia

Julgamento: Aprovada

Dedico essa tese à Brasilina Dias, Luzia Dias Cavalcante, Maria Helena Oliveira e Sonia Maria de Almeida Botosso (in memoriam)

À minha mãe Sandra e minhas filhas Maria Helena e Analice.

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, parceiro e amigo Rodrigo Botosso, com quem compartilho os sonhos, as angústias e as realizações.

Aos meus pais Sandra e Luiz, minha madrastra Roseli, meu sogro João Carlos (in memoriam), minha irmã Marília, meus irmãos Ian, Luiz, Gabriel e Patrick; meus sobrinhos, cunhados, tios e primos pelo apoio e compreensão.

Ao professor Dennis de Oliveira, meu orientador desde a especialização, um grande mestre afetuoso, generoso, praticante da educação emancipadora.

Aos meus compadres Maria do Socorro e José Maria, que me ajudaram a cuidar das minhas filhas, principalmente nas situações de emergência.

À Nilza Iraci, por me inspirar, me acolher, possibilitar minha pesquisa de campo, e também pelo empréstimo de boa parte do material analisado nessa pesquisa.

Às amigas Priscila Shakur, Cristiane Guterres, Cida Malagrin, Eugênia Gregório, Aline Carmo, Malu Marques, Angélica Caraméz, Renata Marques e Juliana Nunes pelo acolhimento, afeto e incentivo.

Aos cafés da amiga Alessandra Garcia que acolheram meu cansaço e minhas angústias.

À Débora Cidro, que em vários momentos permitiu abrirem as portas da sua casa para que eu pudesse finalizar essa tese durante a pandemia.

Às professoras Flavia Rios e Vivian Urquidi, pelos direcionamentos na minha qualificação, que enriqueceram meu trabalho.

Às companheiras e companheiros da Rede Antirracista Quilombação: Glória Calado, Fernanda Chagas, Manoela Alê, Eliane Almeida, Tâmara Pacheco, Télia Lopes, Estela Cardoso, Babel Hajjar, Valdir Estrela, José Antônio dos Santos e João Pacheco.

Às companheiras da Marcha das Mulheres Negras de SP: especialmente a Luciana Araújo, Juliana Gonçalves, Lúcia Udemezue, Regina Santos, Mara Minassian, Rosa Anacleto, Sandra Mariano, Cinthia Abreu, Cinthia Gomes, Ale Almeida, Luka, Andreia Alves, Luciete Silva, Simone Nascimento, Paula Vieira, Maria José Menezes, Rosângela Martinse Sueli Chan.

Às lideranças da Rede Afro: Altagracia Molina, Cecília Ramirez, Dorotea Wilson, Paola Yañes, Sonia Viveros e Vicenta Camusso, por toda atenção que me dedicaram.

Aos amigos da pós-graduação: Gabriel Brito, Ticiane Oliveira, Patrícia Paixão, Sábatha Fernandes, Beatriz Vieira, Pedro Borges, Andrea Rosendo, Juliana Souza, Julian Cuaspa, Alba Rodrigues, Romy Martineze e Dania Chaviano.

Aos professores e funcionários do Prolam, pela colaboração nos trâmites acadêmicos e burocráticos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de doutoramento que viabilizou grande parte da minha dedicação exclusiva a essa pesquisa.

DE MÃE

O cuidado de minha poesia
aprendi foi de mãe
mulher de pôr reparo nas coisas
e de assuntar a vida.

A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe
mulher prenhe de dizeres
fecundados na boca do mundo.

Foi de mãe todo o meu tesouro
veio dela todo o meu ganho
mulher sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.

Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder
alegria inteira
e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço
cada dedo olha a estrada.

Foi mãe que me descegou
para os cantos milagreiros da vida
apontando-me o fogo disfarçado
em cinzas e a agulha do
tempo movendo no palheiro.

Foi mãe que me fez sentir
as flores amassadas

debaixo das pedras
os corpos vazios
rente às calçadas
e me ensinou,
insisto, foi ela
a fazer da palavra
artifício
arte e ofício
do meu canto
da minha fala.

(EVARISTO, Conceição 2019: p. 62-63)

RESUMO

BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. **Vozes insurgentes – O discurso do feminismo negro na América Latina e Caribe**. 2021. 210 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa Integração da América Latina

Nessa tese analisamos os aspectos do racismo, gênero e classificação social do colonialismo, o processo de branqueamento e as lutas de resistência negra pela liberdade durante o período escravista. Estudamos o pensamento feminista negro na América latina e Caribe e a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora. E analisamos o discurso do feminismo negro latino-americano e caribenho.

Palavras-chave: Feminismo negro; Mulheres Negras; Decolonialidade; América Latina e Caribe; Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora.

RESUMEN

BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. **Voces insurgentes - El discurso del feminismo negro en América Latina y el Caribe**. 2021. 210 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa Integração da América Latina

En esta tesis analizamos los aspectos del racismo, el género y la clasificación social del colonialismo, el proceso de blanqueamiento y las luchas de la resistencia negra por la libertad durante el período de la esclavitud. Estudia el pensamiento feminista negro en América Latina y el Caribe y la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora. Y analiza el discurso del feminismo negro latinoamericano y caribeño.

Palabras clave: Keywords: feminismo negro; Mujeres negras; Descolonialidad; América Latina y el Caribe; Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora.

ABSTRACT

BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. **Insurgent Voices - The Discourse of Black Feminism in Latin America and the Caribbean.** 2020. 210 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa Integração da América Latina

In this thesis we analyzed the aspects of racism, gender and social classification of colonialism, the whitening process and the black resistance struggles for freedom during the slavery period. She studies black feminist thinking in Latin America and the Caribbean and the Network of Afrodescendant Women from Latin America and Diaspora. And it analyzes the discourse of Latin American and Caribbean black feminism.

Keywords: Black feminism; Black Women; Decoloniality; Latin America and the Caribbean; Network of Afrodescendant Women from Latin America and Diaspora.

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
ARMAAD	Associação Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora (Asociación Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas e de la Diáspora)
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
EFALC	Encontro Feminista da América Latina e Caribe
EMNLC	Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas
FD	Formação Discursiva
MN	Movimento Negro
MF	Movimento Feminista
MMN	Movimento de Mulheres Negras
ONU	Organização das Nações Unidas
Red Afro	Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas e de la Diáspora
Rede Afro	Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2.1 COLONIALISMO E RACISMO	19
2.2 COLONIALISMO E GÊNERO	22
2.3 COLONIALISMO E CLASSIFICAÇÃO SOCIAL	25
2.4 A CONDIÇÃO INTERSECCIONAL DE OPRESSÃO DA MULHER NEGRA	29
2.5 RACISMO E DESIGUALDADE	36
2.6 O PROCESSO DE EMBRANQUECIMENTO	38
2.7 RESISTÊNCIA NEGRA, LUTAS PELA LIBERDADE	40
3. O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E O MOVIMENTO DE MULHERES	
NEGRAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE	44
3.1 FEMINISMO NEGRO NA AMÉRICA-LATINA E CARIBE	44
3.1.1 O campo de estudos do feminismo na América Latina e Caribe	46
3.1.2 Decolonialidade	50
3.1.3 Feminismo decolonial/descolonial	54
3.2 A MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA	58
3.2.1 A primeira década dos Encontros Feministas da América Latina e Caribe	63
3.3 A REDE DE MULHERES AFRO-LATINO-AMERICANAS, AFRO-CARIBENHAS E DA DIÁSPORA (REDE AFRO)	70
4. O DISCURSO DAS LIDERANÇAS NEGRAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE	83
4.1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	83
4.2 RACISMO E DISCURSO	86
4.3 MACHISMO E DISCURSO	87
4.4 O DISCURSO DAS LIDERANÇAS DA REDE AFRO	88
4.4.1 Altagracia Balcacer Molina	89
4.4.2 Caren Paola Yañez Inofuentes	90
4.4.3 Carmen Cecilia Ramirez Rivas	91
4.4.4 Dorotea Louis Wilson Thatum	91
4.4.5 Nilza Iraci Silva	92
4.4.6 Sonia Elizabeth Viveros Padilla	94
4.4.7 Vicenta Camusso Pintos	94
4.5 ANÁLISE TEMÁTICA DAS PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO	95

4.6 ANÁLISE DE DADOS DAS ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS DA REDE AFRO	98
4.6.1 Altagracia Balcacer Molina	98
4.6.1.1 Termo-pivô mulher negra	98
4.6.1.2 Termo-pivô feminismo negro.....	100
4.6.1.3 Termo-pivô Rede Afro	100
4.6.1.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes.....	101
4.6.2 Caren Paola Yañez Inofuentes	101
4.6.2.1 Termo-pivô mulher negra	101
4.6.2.2 Termo-pivô feminismo negro.....	102
4.6.2.3 Termo-pivô Rede Afro	102
4.6.2.3 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes.....	103
4.6.3 Carmen Cecilia Ramirez Rivas	103
4.6.3.1 Termo-pivô mulher negra	103
4.6.3.2 Termo-pivô feminismo negro.....	105
4.6.3.3 Termo-pivô Rede Afro	106
4.6.3.3 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes.....	109
4.6.4 Dorotea Louis Wilson Thatum	109
4.6.4.1 Termo-pivô mulher negra	109
4.6.4.2 Termo-pivô feminismo negro.....	110
4.6.4.3 Termo-pivô Rede Afro	110
4.6.4.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes.....	112
4.6.1.5 Nilza Iraci Silva	114
4.6.5.1 Termo-pivô mulher negra	114
4.6.5.2 Termo-pivô feminismo negro.....	115
4.6.5.3 Termo-pivô Rede Afro	116
4.6.5.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes.....	118
4.6.6 Sonia Elizabeth Viveros Padilla	118
4.6.6.1 Termo-pivô mulher negra	118
4.6.6.2 Termo-pivô feminismo negro.....	120
4.6.6.3 Termo-pivô Rede Afro	121
4.6.6.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes.....	122
4.6.7 Vicenta Camusso Pintos	123
4.6.7.1 Termo-pivô mulher negra	123
4.6.7.2 Termo-pivô feminismo negro.....	125

4.6.7.3 Termo-pivô Rede Afro	126
4.6.7.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes.....	127
4.7 ANÁLISE DOS RESULTADOS	127
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
6. REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE A- ENTREVISTA DE ALTAGRACIA BALCACER MOLINA.....	150
APÊNDICE B- ENTREVISTA DE CAREN PAOLA YAÑEZ-INO FUENTES.....	156
APÊNDICE C- ENTREVISTA DE CARMEN CECILIA RAMIREZ RIVAS	160
APÊNDICE D- ENTREVISTA DE DOROTEA LOUIS WILSON THATUM	168
APÊNDICE E- ENTREVISTA DE NILZA IRACI SILVA.....	173
APÊNDICE F- ENTREVISTA DE SONIA ELIZABETH VIVEROS PADILLA	181
APÊNDICE G- ENTREVISTA DE VICENTA CAMUSSO PINTOS	189
APÊNDICE H: RELAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO	196

1. INTRODUÇÃO

A atual conjuntura é de uma pandemia mundial de Covid-19, que desde o início de 2020 causou a morte de 1.239.000 (um milhão, duzentas e trinta e nove) pessoas na América Latina e Caribe, de acordo com os dados da Agência Reuters¹. Estamos vivendo a pior crise sanitária do mundo, que aflorou ainda mais os efeitos devastadores das desigualdades socioeconômicas causadas pela interseccionalidade de opressões. Têm sido um período extremamente difícil para a realização de pesquisas acadêmicas, tendo em vista que as bibliotecas da Universidade de São Paulo, por exemplo, estão fechadas há mais de um ano.

Além disso, as crianças estão em casa, são poucos os alunos que têm frequentado as aulas presenciais. Na escola pública em que minhas filhas estudam os professores realizaram uma greve sanitária, junto com professores de outras instituições de ensino, reivindicando que o ensino presencial somente fosse retomado após a vacinação dos professores. Infelizmente, uma professora da escola faleceu e dezenas de familiares da comunidade escolar também tiveram suas vidas ceifadas pela Covid-19.

Atualmente, o Brasil é o epicentro da pandemia no mundo, liderando o número médio diário de novas infecções, a cada cinco registros diários de infecção pelo novo Coronavírus um é detectado no país.

Existe uma frase muito potente entoada por nós, mulheres negras, quando evocamos a ancestralidade da nossa luta: *nossos passos vêm de longe!* Essa frase afirma a continuidade da insurgência de nossas vozes, que destoam dos discursos de estereótipos remontados para naturalizar as desigualdades socioeconômicas as quais somos submetidas. Refletindo sobre a extensão dos meus passos e trazendo à tona de qual lugar me situo enquanto sujeita-pesquisadora, apresento minha trajetória.

Nasci em 24 de julho de 1978, Sandra Regina, minha mãe, é professora do ensino fundamental e Luiz Alberto, meu pai, é mecânico metalúrgico. Quando criança, minha mãe frequentava o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos para me levar em consultas médicas e começou a participar das reuniões sindicais.

Nessa época, grande parte da sociedade brasileira clamava pela reabertura

¹ Esses dados correspondem ao número de mortes até o dia 21/6/2021, pois são atualizados diariamente pelo site da Agência Reuters, disponível em: <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/regions/latin-america-and-the-caribbean/> acessado em 21/6//2021.

democrática e se organizava em greves e manifestações. A partir daí passei a acompanhar minha mãe na efervescência dos movimentos sociais de Santos, entre eles o Movimento em Defesa da Vida (MDV) e a Associação Regional de Mulheres Margarida Alves (ARMMA). Por isso, tive uma criação na qual fui incentivada a questionar as desigualdades sociais e a lutar por justiça social.

Me graduei em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, escrevi a monografia *Rádio Comunitária: Um instrumento para o exercício da cidadania*², na qual discuti o conceito de indústria cultural, o monopólio dos meios de comunicação de massa, o direito à cidadania e a livre manifestação da palavra.

Para a conclusão do curso de Especialização em Mídia Informação e Cultura do Centro de Estudos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes Celacc/ECA/USP, escrevi o artigo acadêmico: *Manos e Minas: da periferia para a televisão*³, no qual analisei o racismo mediático, a cultura Hip-Hop, o papel da televisão pública e o programa Manos e Minas da TV Cultura.

Ingressei no mestrado em 2012, no programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades Promusp/EACH/USP. Minha dissertação, intitulada *Negros na Universidade: a cobertura da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no Brasil*⁴, foi um estudo sobre racismo no Brasil; mídia e as particularidades do jornalismo; movimento negro brasileiro; ações afirmativas; políticas públicas de inclusão sócio-racial; cotas; e analisei o discurso das revistas Caros Amigos, Carta Capital e Veja sobre os temas: educação, racismo e cotas.

Sou co-fundadora da Rede Antirracista Quilombação, que atua desde 2013 na luta antirracista e na promoção dos direitos humanos em diversas articulações, como a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, a rede de Mães em Luto da Zona Leste e a Marcha das Mulheres Negras de SP. Participei da construção da

² OLIVEIRA, Tatiana Cavalcante de. **Rádio Comunitária: Um instrumento para o exercício da cidadania**. Guarujá: Universidade de Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/44453215/R%C3%81DIO_COMUNIT%C3%81RIA_Um_instrumento_para_o_exerc%C3%ADcio_da_cidadania acessado em 15/6/2021.

³ BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. **Manos e Minas: da periferia para a televisão**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/43509562/Programa_Manos_e_Minhas_da_periferia_para_a_televis%C3%A3o acessado em 15/6/2021.

⁴ BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. **Negros na Universidade: a cobertura da mídia sobre as políticas de inclusão sócio-racial no Brasil**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29012015-113203/pt-br.php> acessado em 15/6/2021.

Marcha das Mulheres Negras de 2015, integrando o Núcleo Impulsor do Estado de SP.

Faço parte do grupo de pesquisa: Movimentos sociais, comunicação, cultura e território na América Latina e sou professora convidada do curso de especialização em Cultura, Educação e Relações Étnico Raciais, do Celacc, ministrando a disciplina: *Interfaces entre Gênero e Raça*.

Meu primeiro projeto para o doutoramento era investigar o discurso de mulheres negras na internet no Brasil e em Cuba, mas constatei que em Cuba seria inviável. Refletindo sobre o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras, e sobre a atuação das articulações regionais das mulheres negras latino-americanas e caribenhas, mudei meu projeto para a análise de discurso das feministas negras na Região.

Sou mãe da Maria Helena e da Analice, que ampliaram meu horizonte e me ensinam todo dia a superar as minhas limitações.

Diante da minha trajetória, apresento essa tese em primeira pessoa do plural, para dar conta da narrativa da qual também faço parte.

Nessa tese, analisamos o discurso do feminismo negro no enfrentamento do racismo e do sexismo na América Latina e Caribe, bem como sua resistência dentro do movimento social, particularmente no movimento de mulheres negras, além da sua atuação na esfera intelectual no campo do feminismo negro latino-americano e caribenho.

O objeto dessa pesquisa é o discurso de ativistas da principal articulação dos movimentos de mulheres negras da região: a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora (Rede Afro). O período escolhido para análise são os anos iniciais da Década Internacional de Povos Afrodescendentes⁵, proclamada pela Organização Nações Unidas (ONU), que se iniciou em 2015 e finalizará em 2024.

Para tanto, utilizamos a metodologia da análise crítica do discurso – proposta por Van Dick, Fairclough e Wodak – que busca avaliar como o discurso é produzido a

⁵ “A Assembleia Geral da ONU proclamou o período entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024 como a Década Internacional de Povos Afrodescendentes (resolução 68/237) citando a necessidade de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas de afrodescendentes, bem como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade. Tal como foi proclamada pela Assembleia Geral, o tema para a Década Internacional de Povos Afrodescendentes é ‘reconhecimento, justiça e desenvolvimento’.” Disponível em: <https://decada-afro-onu.org/plan-action.shtml> acesso em 13/12/2020.

partir do contexto social, dialogando entre a hegemonia e a contra hegemonia. O procedimento metodológico para análise das entrevistas semiestruturadas é o método dos termos-pivô, a fim de verificar os discursos das mulheres da Rede Afro. Foi realizada também uma análise temática de algumas publicações da Rede Afro entre os anos de 1997 e 2019.

As hipóteses desta pesquisa são:

- o machismo e o racismo são elementos coloniais e a luta da Rede Afro é decolonial;
- a proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes da ONU traz resultados efetivos para a população negra e particularmente, para as mulheres negras.

Dividimos essa tese em dois capítulos teóricos e um metodológico. No capítulo: *Racismo, sexismo e classificação social: a condição da mulher negra desde a colonização* apresentamos como as discriminações de raça, gênero e de classe/classificação social tiveram início com a colonização, a partir do referencial teórico de colonialidade e poder de Anibal Quijano. E de que forma isso se perpetua na situação socioeconômica da população afrodescendente⁶. Também discorreremos sobre o processo de embranquecimento e as lutas e a resistência negra pela liberdade durante o período escravista.

No capítulo: *O pensamento feminista negro e o movimento de mulheres negras na América Latina e Caribe*, avaliamos o campo de estudos do feminismo negro na região, discutindo o conceito de decolonialidade de Nelson Maldonado-Torres, bem como o histórico dos movimentos da região e as resistências às opressões sofridas por essa população. E discorreremos sobre a história da Rede Afro e suas principais linhas de atuação.

Já o capítulo: *O discurso do feminismo negro da américa latina e caribe* apresenta o percurso metodológico, a análise dos dados e a análise dos resultados. E por último, tratamos das considerações finais.

⁶ Segundo Altagracia Balcacer: “el termino de afrodescendiente se acuño fundamentalmente después de Durban o durante Durban y después de Durban, y con un propósito fundamentalmente político para dejar de denominarnos por colores y no identificar un concepto políticamente correcto con una visibilización de nuestra ascendencia de nuestras orígenes”. Entrevista concedida em 22/10/2020, transcrição completa disponível no Apêndice A.

2. RACISMO, SEXISMO E CLASSIFICAÇÃO SOCIAL: A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA DESDE A COLONIZAÇÃO

2.1 COLONIALISMO E RACISMO

A condição de ser mulher negra na América Latina perpassa discriminações de raça, gênero e classificação social, que têm origem no período da colonização.

Para QUIJANO (2014), a formação do mundo colonial do capitalismo deu lugar a uma estrutura de poder cujos elementos cruciais foram a combinação de uma novidade histórica. De um lado, a articulação de diversas relações de exploração e trabalho em torno do capital e seu mercado. Por outro lado, a produção de diversas identidades históricas, tais como: “índio”, “negro”, “branco” e “mestiço”, que foram impostas como categorias básicas das relações de dominação e como fundamento de uma cultura de racismo e etnicismo.

O racismo e o etnicismo foram inicialmente produzidos na América e reproduzidos depois no resto do mundo colonizado, como fundamentos da especificidade das relações de poder entre Europa e as populações do resto do mundo. Há 500 anos deixaram de ser os componentes básicos das relações de poder em todo o mundo. Extinto o colonialismo como sistema político formal, o poder social ainda está constituído sobre a base dos critérios originados na relação colonial. (QUIJANO, 2014: p.757-758 tradução nossa⁷)

Ainda de acordo com o autor, a colonialidade não deixou de ser o caráter central do poder social atual. Todas as outras determinações e critérios de classificação social da população do mundo e sua localização nas relações de poder, desde então, atuam em inter-relação com o racismo e o etnicismo, especialmente, mas não somente, entre europeus e não-europeus.

Darcy Ribeiro também analisa o processo de expansão europeia, que levou milhões de pessoas – diferenciadas originalmente em culturas e línguas autônomas, que regiam suas vidas com sua própria visão de valores e costumes – a serem recrutadas por um sistema único, que uniformizou suas maneiras de viver e de ser. E

⁷ “El racismo y el etnicismo fueron inicialmente producidos en América y reproducidos después en el resto del mundo colonizado, como fundamentos de la especificidad de las relaciones de poder entre Europa y las poblaciones del resto del mundo. Desde hace 500 años, no han dejado de ser los componentes básicos de las relaciones de poder en todo el mundo. Extinguido el colonialismo como sistema político formal, el poder social está aún constituido sobre la base de criterios originados en la relación colonial.” (QUIJANO, 2014: p.757-758)

assim foram empobrecidas de forma drástica as múltiplas faces do fenômeno humano. “Não para se integrarem todas num novo padrão mais avançado, mas apenas para perderem a autenticidade de seu modo de vida e mergulharem em formas espúrias de cultura.” (RIBEIRO, 1979: p. 78)

O autor também afirma que, o ethos colonialista foi configurado para justificar a hierarquização racial, interiorizando nas populações não brancas “uma consciência mistificada da subjugação. Por ela se explica o destino das camadas subalternas por seus caracteres raciais e não pela exploração de que são vítimas.” (RIBEIRO, 1979: p. 83) Assim, o colonialista se auto dignifica, além de imperar e ao mesmo tempo subjugar mestiços, negros e indígenas, degradando suas respectivas autoimagens étnicas.

Além de despersonalizados – porque convertidos em mera condição material de existência do estrato dominador – as camadas subalternas são alienadas no mais recôndito de suas consciências pela associação da cor “escura” com o sujo e da “branca” com o limpo. Mesmo os contingentes brancos que caem na pobreza confundindo-se com as outras camadas por seu modo de vida capitalizam a “nobreza” de sua cor que lhes dá uma marca distintiva em relação aos demais, coparticipada com a camada dominante quase exclusivamente branca-por-definição. O negro e o índio que se alforriam, ascendendo à sua condição de trabalhadores, continuam conduzindo dentro de si esta consciência alienada, que opera insidiosamente, tornando-lhes impossível perceber o caráter real das relações sociais que os inferiorizam. Enquanto prevalece este *ethos* alienador, o índio, o negro e seus mestiços não podem fugir a estas posturas que os compelem a se comportarem socialmente segundo expectativas que os descrevem como necessariamente rudes e inferiores; e a desejarem “branquear-se”, seja pela conduta resignada “de quem reconhece seu lugar” na sociedade, seja pelo cruzamento preferencial com brancóides para produzir uma prole “mais limpa de sangue”. (RIBEIRO, 1979: p. 83)

Dessa maneira, com a formação da América se estabelece uma categoria mental nova, a ideia de “raça”. Durante a colonização, os vencedores foram adquirindo a identidade de “europeus” e “brancos”, as outras identidades foram também associadas a cor da pele: “negros”, “índios” e “mestiços”. E foram estabelecidos papéis sociais distintos para essas novas identidades.

A duração prolongada do mundo colonial do capitalismo enraizou, de profunda e permanentemente, a ideia das distinções biológicas e sua categoria resultante “raça”, não somente entre os europeus, mas também igualmente entre os colonizados. Sobre essa base, a “superioridade racial” dos “europeus” foi admitida como “natural” entre todos os integrantes do poder. Porque o poder se elaborou também como uma colonização do imaginário, os dominados nem sempre

puderam se defender com êxito de serem levados a se enxergarem com o olho do dominador. (QUIJANO, 2014: p.760, tradução nossa⁸)

De acordo com MENA & RIVAS (2015), o racismo requer a fabricação de sujeitos a ele submetidos e não se esgota em práticas e discursos. É preciso a fixação de discursos em torno de uma bizarra e mistificada invenção de corpos, geografias e histórias específicas, para que se opere o racismo. Os autores também fazem quatro questionamentos: 1) Com que poder logram produzir tal sujeito? 2) Qual é o fundamento da contradição e a beligerância com a qual se estrutura a imagem do bizarro? 3) Qual é a imagem que constrói de si mesmo quem edifica tal bizarrice? 4) Resulta-se possível responder a tal mistificação?

Ainda de acordo com os autores, a configuração racista fixa e essencializa identidades sociais, dispondo de tecnologias de controle da memória, produzindo epistemologias da homogeneização e genealogias da diferença, uma vez que constrói a imagem do outro como imaturo e impossibilitado de racionalidade e discursividade.

Por trás da invenção do negro e seu posicionamento marginalizado nas relações de poder e os discursos que validam o saber, encontramos a maior evidência sistêmica de como o racismo não só inventa um sujeito sub-rogado, como instala compulsivamente sobre este um imaginário que desestrutura qualquer forma de apropriação dignificante sob as condições de domínio e exclusão. (MENA & RIVAS, 2015: p. 63, tradução nossa⁹)

Contudo, a modernidade com a sua relação de capital, constrói uma articulação complexa de sujeitos diferenciados e classificados socialmente por uma estrutura classista e um dispositivo de dominação racial. “Classe social e raça emergem historicamente como categorias ordenadoras das relações, dispositivos e práticas sociais.” (MENA & RIVAS, 2015: p. 83, tradução nossa¹⁰)

Outras questões importantes sobre as quais os autores discorrem são: o

⁸ “La prolongada duración del mundo colonial del capitalismo enraizó, profunda y perdurablemente, la idea de las distinciones biológicas y su categoría resultante “raza”, no solamente entre los europeos, sino igualmente entre los colonizados. Sobre esa base, la “superioridad racial” de los “europeos” fue admitida como “natural” entre todos los integrantes del poder. Porque el poder se elaboró también como una colonización del imaginario, los dominados no siempre pudieron defenderse con éxito de ser llevados a mirarse con el ojo del dominador”. (QUIJANO, 2014: p.760)

⁹ “Tras la invención del negro y su posicionamiento marginal en las relaciones de poder y los discursos validadores del saber, encontramos la mayor evidencia sistémica de cómo el racismo no solo inventa un sujeto subrogado sino, además, instala compulsivamente sobre este imagoalógicas que desestructuran cualquier forma de apropiación dignificante bajo condiciones de dominio y exclusión”. (MENA & RIVAS, 2015: p. 63)

¹⁰ “Clase social y raza emergem historicamente como categorías ordenadoras de las relaciones, dispositivos y prácticas sociales” (MENA & RIVAS, 2015: p. 83)

racismo estrutural, o racismo institucional e o racismo como experiência cotidiana de discriminação racial:

- a) o racismo estrutural afeta os principais componentes da história moderna, majoritariamente afrodescendentes e indígenas. Desde a economia mundial capitalista, a superexploração causa uma marginalização econômica das populações racializadas negativamente na América Latina. Além de desvalorizar as memórias e saberes (variedade epistêmica do racismo), as diversas formas de violência racial – desde a escravidão que foi um dos maiores holocaustos da era moderna – até situações de violência racial urbana que afetam os afrodescendentes do continente americano, principalmente aos jovens;
- b) racismo institucional é caracterizado pela ação e omissão de políticas públicas dirigidas aos territórios coletivos racializados que geram um déficit e dívida histórica em aspectos como a falta de acesso ao saneamento básico, à educação, aos serviços de saúde, equipamentos, obras públicas e ao mercado de trabalho;
- c) e o racismo como experiência cotidiana de discriminação racial, está presente na racialidade das práticas e discursos gerados em contextos microsociais e nas relações humanas de escalas mais reduzidas. Esta condição persistente que o “marxismo negro” (como no título do livro de Cedric Robinson¹¹) caracterizou como capitalismo racial, implica numa continuidade da dominação étnico-racial e na pressão econômica sofrida pelos sujeitos africanos modernos, tanto no continente africano como na diáspora afrodescendente.

Sobre a dominação sexual, QUIJANO (2005), afirma que “o lugar das mulheres”, principalmente o das mulheres das raças inferiorizadas, foi estereotipado, assim como os seus corpos.

Entretanto, diversas autoras questionam a maneira como Quijano trata a questão de gênero no colonialismo.

2.2 COLONIALISMO E GÊNERO

¹¹ O livro mencionado foi publicado em inglês com o título *Black marxism: the making of black radical tradition*, editado por The University of North Carolina Press.

Para LUGONES (2008), é importante considerar as mudanças que a colonização trouxe para entender o alcance da organização do sexo e do gênero sob o colonialismo e no interior do capitalismo global e eurocentrado.

Oyěwùmí (2017), afirma que a colonização designou um novo papel para as mulheres nas sociedades iorubás. “A posição social de segunda categoria da cidadania feminina durante o período da pós independência está enraizada no processo que as inventou como mulheres.” (OYĚWÙMÍ, 2017: p. 216, tradução nossa¹²)

Ela distingue dois processos vitais e intrínsecos na colonização europeia da África. O primeiro e mais documentado foi a racialização e a inferiorização das pessoas africanas colonizadas, a população nativa. O segundo processo foi a inferiorização feminina. “Mais concretamente, no caso iorubá, as fêmeas se volveram subordinadas assim que foram ‘inventadas’ como mulheres – uma categoria homogênea e corporificada. Assim foram invisibilizadas por definição.” (OYĚWÙMÍ, 2017: p. 253, tradução nossa¹³)

A autora conclui que a colonização, além de ser um processo racista, também foi um processo pelo qual se institucionalizou e legitimou a hegemonia masculina nas sociedades africanas.

Lugones (2008), analisa o entendimento do lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas, e discorre que, desde um ponto de vista mais complexo, ocorre um giro paradigmático no entendimento da natureza e no alcance das mudanças da estrutura social que foram impostas por processos constitutivos do capitalismo eurocentrado colonial/moderno. Essas mudanças se introduziram através de processos heterogêneos, descontínuos, lentos, totalmente permeados pela colonialidade do poder, que violentamente inferiorizaram as mulheres colonizadas.

Dessa maneira, entender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas nos redireciona do eixo de compreensão da importância e da magnitude do gênero na desintegração das relações comuns e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e o processo coletivo de tomada de decisões, e das economias. Quer dizer, por um

¹² “La posición social de segunda categoría de la ciudadanía femenina durante el periodo postindependentista, está enraizada en el proceso que las inventó como mujeres.” (OYĚWÙMÍ, 2017: p. 216)

¹³ “Más concretamente en el caso Yorùbá, las hembras se volvieron subordinadas tan pronto como se les “inventó” como mujeres – una categoría homogénea y encarnada –. Así fueron invisibilizadas por definición.” (OYĚWÙMÍ, 2017: p. 253)

lado a consideração do gênero como imposição colonial – a colonialidade do gênero no sentido complexo – afeta profundamente o estudo das sociedades pré-colombianas, questionando o uso do conceito “gênero” como parte da organização social. Por outro lado, a compreensão da organização social pré-colonial desde as cosmologias e práticas pré-coloniais são fundamentais para se entender a profundidade e o alcance da imposição colonial.

Portanto, ainda segundo a autora, é importante entender até que ponto a imposição desse sistema de gênero foi constitutivo da colonialidade do poder como a própria colonialidade de poder foi constitutiva do sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de constituição mútua e o sistema de gênero moderno colonial não pode existir sem a colonialidade do poder, já que a classificação da população em termos de raça é uma condição necessária para torná-lo possível.

Contudo, para as mulheres negras escravizadas, a condição de gênero era subjugada a condição de exploração de sua mão-de-obra. E várias intelectuais se debruçaram a investigar a situação das mulheres negras no colonialismo.

O povo negro era definido como propriedade no sistema escravista, no qual, para os proprietários de escravos, as mulheres eram privadas de gênero e vistas como unidade de trabalho, tanto quanto os homens. “Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas.” (DAVIS, 2016: p. 19) As atitudes dos senhores com as escravizadas eram regidas pela conveniência, elas eram tanto exploradas como homens para aumentar os lucros, quanto reprimidas e punidas de maneira que só era cabível em sua “condição de fêmeas”.

Quando foi abolido o tráfico internacional, as mulheres negras norte-americanas foram submetidas a procriação da população escravizada. “Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava.” (DAVIS, 2016: p. 19)

A autora afirma que, as mulheres escravizadas estavam vulneráveis a coerção sexual de todas as maneiras. Aos homens escravizados as mais violentas punições eram mutilações e açoitamentos, mas as mulheres além de sofrerem tais punições eram também estupradas. Para a condição das mulheres negras enquanto trabalhadoras o estupro ostentava o controle do feitor e a dominação econômica do seu proprietário. Dessa maneira, tais abusos eram facilitadores da cruel exploração

econômica de sua mão-de-obra.

O corpo da mulher negra sofreu uma destituição histórica de sua condição humana, sendo objetificado para alimentar a sexualidade perversa de seus senhores. Foi também utilizado para a reprodução e comercialização de seus filhos de acordo com os interesses do seu proprietário. A possibilidade do exercício da maternidade geralmente era realizada pelo trabalho de ama de leite do filho do senhor. “Isto é, a mulher negra é historicamente desinvestida de qualquer possibilidade que a permitisse exercer sua feminilidade.” (NOGUEIRA, 1999: p. 44)

SAFFIOTI (2013), analisa que havia, no Brasil, uma inconsistência sobre o papel desempenhado pela mulher negra escravizada, devido ao seu trabalho no sistema de produção e da sua função sexual que aprofundava sua objetificação e conduzia a exposição do fundamento verdadeiro da sociedade de castas. Desse modo:

Na medida em que a exploração econômica da escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, se fazia também através do seu sexo, ela se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar. (SAFFIOTI, 2013: p. 237-238)

Além do papel de trabalhadora na produção, a mulher negra também poderia exercer – na casa de seu senhor – a função de mucama, cozinhando, lavando, passando, costurando e amamentando os filhos das senhoras brancas. Ela era vítima do estupro do senhor branco e da iniciação sexual de seus parentes. “Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc., quase mortos de fome e de cansaço.” (GONZALEZ, 1982: p. 93)

A subalternidade das pessoas não brancas em relação às pessoas brancas e das mulheres em relação aos homens foi uma condição social imposta pelo colonialismo, implicando também nas relações de classe e classificação social

2.3 COLONIALISMO E CLASSIFICAÇÃO SOCIAL

No terceiro livro da coleção *O Capital*, Marx (1980) escreve em seu último capítulo – interrompido e inacabado – sobre as classes sociais. Para ele, baseadas

no modo de produção capitalista da sociedade moderna, existem três classes: os proprietários de terra, os capitalistas e os assalariados. Entretanto, essa divisão de classes não é pura. Mesmo na Inglaterra, onde se desenvolvera na época a “estrutura econômica da sociedade moderna”: “Também lá, as camadas médias e intermediárias obscurecem por toda a parte as linhas divisórias (embora muito menos nas zonas rurais que nas urbanas).” (MARX, 1980: p. 1012)

O capítulo se desenvolve muito pouco, pois é inconcluso, mas apresenta uma divisão de classes sociais entre proprietários de terra, capitalistas e assalariados, ou seja, entre quem detém os meios de produção agrário e industrial e os trabalhadores. Tal conceito também é situado nos países industrializados do continente europeu e na época em que o livro foi escrito¹⁴.

Weber (1999), afirma que as classes representam possíveis fundamentos de uma ação social:

Falamos de uma classe quando 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo *mercado* de bens ou de trabalho (“situação de classe”). É o fato econômico mais elementar que o modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de uma pluralidade de pessoas que se encontram e competem no mercado visando à troca, cria já por si mesmo oportunidades de vida específicas. (WEBER, 1999: p. 176)

Para o autor, o que condiciona o destino dos indivíduos no conceito de classes é a oportunidade no mercado, assim a “situação de classe” denota a “situação no mercado”. Analisando a sociedade alemã, ele apresenta uma visão crítica sobre as classes sociais e o poder político. “Em todas as épocas, atingir o poder econômico foi o que permitiu a uma classe conceber-se como candidata ao poder político.” (WEBER, 2005: p. 73)

Contudo, discorre sobre o perigo e a incompatibilidade com os interesses nacionais, quando uma classe decadente economicamente detém a dominação política. E faz uma crítica à classe burguesa, a qual pertence: “quando eu me pergunto se a burguesia está madura para ser a classe politicamente dirigente da nação, então não tenho como responder *hoje* pela afirmativa”. (WEBER, 2005: p. 74)

Weber questiona se as outras classes conduziram um nível mais elevado para

¹⁴ A primeira publicação deste livro foi em 1894.

dirigir politicamente a nação. E responde afirmando que a classe trabalhadora não estaria, naquele momento, madura politicamente. Comentando sobre o egoísmo das classes proprietárias, ele analisa a necessidade de uma educação política e da unificação social da nação.

Bordieu (2013), no artigo: *Capital simbólico e classes sociais*, faz uma análise sobre as teorias das classes sociais e conclui que:

A teoria das classes sociais deve, portanto, superar a oposição entre as teorias objetivistas que assimilam as classes (nem que seja para demonstrar por absurdo sua inexistência) a grupos discretos, simples populações enumeráveis e separadas por fronteiras objetivamente inscritas na realidade, e as teorias subjetivistas (ou, se quisermos, marginalistas) que reduzem a “ordem social” a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais, ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificantes, pelas quais os agentes classificam a si e aos outros. (BORDIEU, 2013: p. 108)

O autor também afirma a existência dupla das classes e dos grupos sociais e os classifica em “objetividade de primeira ordem”: na qual, pela distribuição material das propriedades se dá seu registro. E pela “objetividade de segunda ordem”: cujos contrastes de representatividade são obtidos pela produção do conhecimento de agentes da base, assim como na sua manifestação de estilos de vida.

Questionando os princípios norteadores dos conceitos de classes sociais, Quijano (2009: p. 97) afirma que:

No pensamento eurocêntrico, herdeiro do Iluminismo Continental, a sociedade era um organismo, uma ordem dada e fechada. E as classes sociais foram pensadas como categorias já dadas na ‘sociedade’ como acontecia com as classes de plantas na ‘natureza’.

Dessa maneira, ele discorre que a teoria eurocêntrica das classes sociais – além de ser marcada pelo naturalismo, positivismo e marxi-positivismo – possui questões cruciais implicadas:

1) Na sua origem, a teoria das classes sociais está pensada exclusivamente sobre a base da experiência europeia a qual, por sua vez, está pensada, obviamente, segundo a perspectiva eurocêntrica, ou seja, distorcida. 2) Por essa mesma razão, para os saintsimonianos¹⁵ e para os seus herdeiros do materialismo histórico, as únicas diferenças que são percebidas entre os europeus como

¹⁵ O autor assim apresenta os saintsimonianos em nota de rodapé: “A Doctrine de Saint-Simon (1924), é também conhecida como Exposição da Doutrina, tendo sido publicada por Bazard e Enfantin (o chamado Papa Saintsimoniano) antes de que as suas frustrações com a Igreja Saintsimoniana os levassem a dedicar-se às grandes construções e Enfantin a montar as bases do sistema bancário francês.” (QUIJANO, 2009: p. 91)

realmente significativas – uma vez abolidas as hierarquias nobiliárias pela Revolução Francesa – referem-se à riqueza/pobreza e ao mando/obediência. E essas diferenças remetem, por um lado, ao lugar e aos papéis das pessoas em relação ao controle do trabalho e dos recursos que na natureza servem para trabalhar, o que será a seu tempo nomeado como ‘relações de produção’. Por outro lado, aos lugares e papéis das pessoas no controle da autoridade e, conseqüentemente, do Estado. As outras diferenças que na população europeia dos séculos XVIII e XIX estavam vinculadas a diferenças de poder, principalmente de sexo e idade, nessa perspectiva são vistas como ‘naturais’, ou seja, fazem parte da classificação na ‘natureza’. (QUIJANO, 2009: p. 98)

Portanto, para Quijano (2009) é reducionista a teoria eurocêntrica acerca das classes sociais, tanto entre os weberianos, quanto no “marxista-positivista” materialismo histórico, por fazer exclusiva referência somente ao meio de poder do controle do trabalho, seus recursos e produtos. Existiu uma dualidade histórica entre a Europa como civilizada (principalmente a Inglaterra e Europa Central) e a Não-Europa como primitiva, entre os finais dos séculos XVIII e XIX. Assim a ciência que estudará os não-europeus será denominada como etnografia e a ciência que estudará os europeus: sociologia.

Sendo assim, o autor propõe o conceito de classificação social, referindo-se aos processos nos quais os indivíduos pleiteiam o controle dos recursos básicos de existência social do qual resulta a configuração padronizada de ordenamento de poder centralizado nas relações de dominação/exploração/conflito em uma determinada história no âmbito populacional de uma sociedade.

“Da nossa perspectiva, só os processos de subjetificação¹⁶ cujo sentido é o conflito em torno da exploração/dominação, constituem um processo de classificação social.” (QUIJANO, 2009: p. 104) As três categorias centrais ordenadoras das relações de dominação/exploração/conflito, no capitalismo mundial são as questões do gênero, da raça e do trabalho, sendo esta última o meio permanente e central. A questão central, diante da dominação/exploração, no que se refere aos processos de subjetificação social ou classificação social, é determinar as específicas condições históricas no entendimento dos limites e níveis associativos das pessoas relacionadas – em um contexto e período específico – com as categorias de trabalho, raça e gênero.

Sobre a colonialidade da classificação social universal do mundo capitalista:

- 1) O que começou na América foi mundialmente imposto. A população

¹⁶ O texto citado está escrito na língua portuguesa de Portugal, mesmo país da publicação, por isso a palavra referenciada foi escrita sob a norma ortográfica desse país.

de todo o mundo foi classificada, antes de mais, em identidades 'raciais' e dividida entre os dominantes /superiores 'europeus' e os dominados/inferiores 'não-europeus'.

2) As diferenças fenotípicas foram usadas, definidas, como expressão externa das diferenças 'raciais'. Num primeiro período, principalmente a 'cor' da pele e do cabelo e a forma e cor dos olhos. Mais tarde, nos séculos XIX e XX, também outros traços, como a forma da cara, o tamanho do crânio, a forma e o tamanho do nariz.

3) A 'cor' da pele foi definida como marca 'racial' diferencial mais significativa, por ser mais visível, entre os dominantes/superiores ou 'europeus', de um lado, e o conjunto dos dominados/inferiores 'não-europeus', do outro.

4) Desse modo, adjudicou-se aos dominadores/superiores 'europeus' o atributo de 'raça branca' e a todos os dominados/inferiores 'não-europeus' o atributo de 'raças de cor'. A escala de gradação entre o 'branco' da 'raça branca' e cada uma das outras 'cores' da pele, foi assumida como uma gradação entre o superior e o inferior na classificação social 'racial'. (QUIJANO, 2009: p. 107-108)

Em relação a colonialidade da distribuição mundial do trabalho, o autor afirma que a maneira dominante do centro (ou eurocentro) foi capital-trabalho e assim, a relação salarial foi majoritariamente branca. De maneira oposta, na periferia colonial, esta relação foi minoritária, e o que predominou foram outros modos exploratórios trabalhistas, como a servidão, a escravidão, a reciprocidade e a produção mercantil simples.

O mecanismo fundamental da acumulação global foi a diferenciação da classificação social entre a periferia colonial e o centro, beneficiando este último, que permitiu custear, manter e produzir na periferia colonial a lealdade dos brancos dominados/explorados diante das raças, bem como no centro, a exemplo dos Estados Unidos da América. "A 'naturalização' mitológica das categorias básicas da exploração/dominação é um instrumento de poder excepcionalmente poderoso." (QUIJANO, 2009: p. 112)

Contudo, a classificação social das mulheres negras sempre foi subordinada ao racismo e ao machismo, sendo conceituada como uma condição de opressão interseccional.

2.4 A CONDIÇÃO INTERSECCIONAL DE OPRESSÃO DA MULHER NEGRA

Kimberly Crenshaw (1989), questionou os problemas consequentes da separação das categorias análise de raça e gênero, desenvolvendo uma crítica feminista negra. Ela aponta para os privilégios de gênero dos homens negros, na luta

contra as opressões raciais e os privilégios raciais das mulheres brancas contra as opressões de gênero.

Quero sugerir ainda que essa estrutura de eixo único apaga as mulheres negras na conceituação, identificação e remediação da discriminação racial e sexual, limitando a investigação às experiências de membros do grupo que de outra forma seriam privilegiados. Em outras palavras, em casos de discriminação racial, a discriminação tende a ser vista em termos de negros com privilégios de sexo ou classe; em casos de discriminação sexual, o foco é em mulheres com privilégios de raça e classe. (CRENSHAW, 1989: p. 57, tradução nossa¹⁷)

Para contemplar a multiplicidade de opressões sofrida pelas mulheres negras ela propõem uma categoria analítica denominada interseccionalidade. E defende que qualquer prática que não considere a interseccionalidade não poderá abordar de forma suficiente a maneira peculiar na qual estão subordinadas as mulheres negras, pois a prática interseccional é maior do que a soma do sexismo e do racismo.

Assim, as necessidades das mulheres negras são marginalizadas em relação as agendas liberalistas negras e feministas. “Em grande parte da teoria feminista e, até certo ponto, na política antirracista, essa estrutura se reflete na crença de que sexismo ou racismo podem ser discutidos de forma significativa sem prestar atenção às vidas daqueles que não são os privilegiados por raça, gênero ou classe.” (CRENSHAW, 1989: p. 65, tradução nossa¹⁸)

Isso resulta – tanto para a teoria feminista, quanto para a política antirracista – na equação de que só mulheres brancas sofrem sexismo e somente homens negros ou a classe média negra sofrem racismo. E conseqüentemente:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. (CRENSHAW, 2002: p. 176)

¹⁷ “I want to suggest further that this single-axis framework erases Black women in the conceptualization, identification and remediation of race and sex discrimination by limiting inquiry to the experiences of otherwise-privileged members of the group. In other words, in race discrimination cases, discrimination tends to be viewed in terms of sex- or class-privileged Blacks; in sex discrimination cases, the focus is on race- and class-privileged women.” (CRENSHAW, 1989: p. 57)

¹⁸ “In much of feminist theory and, to some extent, in antiracist politics, this framework is reflected in the belief that sexism or racism can be meaningfully discussed without paying attention to the lives of those other than the race-, gender- or class-privileged.” (CRENSHAW, 1989: p. 65)

A autora define interseccionalidade como um conceito que captura as consequências estruturais e práticas da relação entre dois ou mais eixos de subordinação. Especificamente esse conceito trata da maneira como: patriarcalismo, racismo, opressão de classe, entre outros sistemas de discriminação geram disparidades fundamentais que constituem as condições relativas de raças, mulheres, classes, etnias e outras. Além disso, a interseccionalidade analisa a maneira como políticas e ações distintas estabelecem opressões que decorrem ao longo desses eixos e constituem elementos de “desempoderamento”.

Crenshaw (1991), divide a interseccionalidade em três categorias:

- a) a primeira é a interseccionalidade estrutural, que discute as diferenças nas experiências reais de tratamento ao estupro, violência doméstica e reforma corretiva entre as mulheres de cor¹⁹ – localizadas na intersecção entre raça e gênero – em relação as mulheres brancas;
- b) interseccionalidade política é a segunda categoria, que analisa o paradoxo no qual as políticas antirracistas e feministas marginalizam a questão da violência contra mulheres de cor;
- c) e a categoria de interseccionalidade representativa se refere a construção cultural da representação das mulheres de cor.

Para Kergoat (2010: p. 97): “a racialização dos antagonismos de classe nos Estados Unidos, por exemplo, não pode nos fazer subestimar os conflitos em outros países, como a França”. Ela faz uma crítica sobre a definição de interseccionalidade, de Crenshaw:

a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Ora, não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência. (KERGOAT. 2010: p. 98)

Contudo, a autora apresenta a tese na qual as relações sociais são consubstanciais; no nível da realidade social elas formam um elo que não pode ser solto, somente na concepção analítica sociológica; “e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se

¹⁹ O termo “mulheres de cor” é utilizado por diversas autoras e abrange todas as mulheres consideradas não brancas, denominando além das mulheres negras e indígenas, mulheres consideradas latinas nos países da Europa e América do Norte.

reproduzem e se co-produzem mutuamente”. (KERGOAT, 2010: p. 94)

Ao discorrer sobre os princípios da noção de relações sociais, a autora afirma que objetiva a desnaturalização radical que tem como base a diferenciação das desigualdades, na qual, por exemplo, relações do patriarcado se inscreveriam apenas no âmbito ideológico ou as relações de classe seriam apenas econômicas. Ela propõe diretrizes metodológicas e relaciona os seguintes princípios:

- a) primeiro, o imperativo materialista: no qual gênero, classe e raça são relações de produção, na qual se inter cruzam a opressão, a exploração e a dominação;
- b) o imperativo histórico: que centra a especificidade dinâmica das relações sociais, as quais necessitam ser historicizadas, pois apesar de serem estruturadas de maneira permanente, também percorrem períodos ou acontecimentos que podem transformar sua trajetória;
- c) e o terceiro imperativo, que define os princípios organizadores de funcionamento das relações sociais. Que ela exemplifica com a divisão sexual do trabalho, que apesar da instabilidade no espaço e tempo se organiza pelos princípios: da hierarquia, no qual o trabalho da mulher “vale” menos do que o trabalho do homem; e da separação, que distingue o trabalho da mulher e do homem.

“Por fim, devemos estar atentos à maneira como os dominados reinterpretam e subvertem as categorias: isso impede sua reificação. Porém, a subversão só pesa sobre as relações sociais se for coletiva.” (KERGOAT, 2010: p. 100)

Patricia Hill Collins no ensaio: *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*, analisa como “as ideias e práticas de interseccionalidade mudaram de forma e propósito conforme foram traduzidas nos diferentes contextos materiais, sociais e intelectuais”. (COLLINS, 2017: p. 6)

Ela faz um mapeamento em três fases de transformações da interseccionalidade e do feminismo negro, questionando:

- a) na conjuntura de movimento social, de que maneira o feminismo negro utilizou a concepção de gênero, classe e raça enquanto sistemas de poder interseccionados;
- b) de que forma, sob a chancela inicial de estudos de gênero/raça/classe, tais ideias foram denominadas e legitimadas posteriormente como interseccionalidade;

- c) para as políticas contemporâneas, no que implica a acadêmica legitimidade da interseccionalidade.

Raça e Classe de Angela Davis e *Civil Wars*, de June Jordan ambos de 1981, além de *Sister Outsider* de Audre Lorde, 1984, foram, de acordo com Collins (2017), algumas das obras principais, de afro-americanas, que serviram de base para o que se conhece como interseccionalidade. Pois, nesses trabalhos é possível observar como classe, raça e gênero estão interconectados explicitamente enquanto sistemas de poder. Dessa maneira, entre as ideias de interseccionalidade se estabeleceu uma sinergia contextualizada no movimento social.

As ativistas sociais não brancas já tinham adotado anteriormente as perspectivas de classe/raça/gênero, como pode ser verificado no manifesto datado de 1977: *A Black Feminist Statement*, do coletivo Combahee River:

Esse documento inovador argumentava que uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. (COLLINS, 2017: p. 8)

Questionando as diversas afirmações de que o conceito de interseccionalidade foi “cunhado” por Kimberlé Crenshaw em 1991, ela aponta que – embora esteja habituada com a luta dos movimentos por justiça social – Crenshaw é advogada e teórica crítica sobre as questões raciais. Assim, foram os seus ideais posicionados na confluência analítica entre classe/raça/gênero, bem como centralizados nas ações de justiça social em prol de mudanças sociais e legais que propiciaram sua argumentação sobre a interseccionalidade.

Outra análise feita por Collins (2017), diz respeito a impressionante incorporação, pela academia, da interseccionalidade, sem o comprometimento de combater as injustiças sociais de classe, raça e gênero:

a trajetória da interseccionalidade aponta para os desafios de avançar políticas emancipatórias em um contexto político e epistêmico da academia neoliberal. O neoliberalismo valoriza a realização individual e a responsabilidade pessoal acima das ideias coletivas relativas ao bem público. Nessa lógica, problemas sociais podem ser mais bem resolvidos pela objetividade das soluções de mercado, não políticas de ação coletiva. (COLLINS, 2017: p. 15)

Em artigo publicado em 2015, Collins se debruçou para apontar os dilemas de definição da interseccionalidade, examinando três conjuntos de preocupações interdependentes:

- a) situar a interseccionalidade dentro das relações de poder em seu campo de estudos;
- b) analisar estrategicamente a interseccionalidade como fornecedora de ângulos novos de visão acerca dos fenômenos sociais;
- c) a prática crítica da interseccionalidade enquanto indicadora de programas de justiça social.

Para a autora: interseccionalidade é um termo que se refere ao entendimento de que “raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, capacidade e idade operam não como entidades unitárias e mutuamente exclusivas, mas como fenômenos de construção recíproca que, por sua vez, modelam desigualdades sociais complexas.” (COLLINS, 2015: p. 2, tradução nossa²⁰)

Ela faz uma análise sobre projetos no campo do conhecimento interseccional e apresenta uma lista provisória de suposições, que busca a elucidação do desdobramento da interseccionalidade como estratégia analítica:

- Raça, classe, gênero, sexualidade, idade, habilidade, nação, etnia e categorias similares de análise são mais bem compreendidas em termos relacionais do que isoladamente umas das outras.
- Essas categorias que se constroem mutuamente fundamentam e modelam sistemas de poder que se interceptam; as relações de poder do racismo e sexismo, por exemplo, estão inter-relacionadas.
- Sistemas interseccionais de poder catalisam formações sociais de complexas desigualdades sociais que são organizadas através de realidades materiais desiguais e experiências sociais distintas para as pessoas que vivem dentro delas.
- Como as formações sociais de complexas desigualdades sociais são historicamente contingentes e transculturalmente específicas, as realidades materiais desiguais e as experiências sociais variam ao longo do tempo e do espaço.
- Indivíduos e grupos posicionados diferencialmente em sistemas de poder que se cruzam têm diferentes pontos de vista sobre suas próprias experiências e sobre outras com desigualdades sociais complexas, tipicamente avançando projetos de conhecimento que refletem suas localizações sociais dentro das relações de poder.
- As complexas desigualdades sociais promovidas pelos sistemas de poder que se cruzam são fundamentalmente injustas, moldando projetos de conhecimento e/ou engajamentos políticos que sustentam

²⁰ “race, class, gender, sexuality, ethnicity, nation, ability, and age operate not as unitary, mutually exclusive entities, but as reciprocally constructing phenomena that in turn shape complex social inequalities”. (COLLINS, 2015: p. 2)

ou contestam o status quo. (COLLINS, 2015: p. 14, tradução nossa²¹)

Entretanto, segundo a autora, a maneira pela qual os estudiosos utilizam a interseccionalidade como estratégia de análise se apresenta atualmente de forma desigual, refletindo destacamentos diferentes nas suposições específicas de procedimentos. No campo da prática do conhecimento a interseccionalidade ao invés de ser apenas uma estratégia de análise, ilumina a práxis da luta pela justiça social.

Dessa maneira, ela conclui que:

Apesar da visibilidade dos estudiosos com a face pública da interseccionalidade, praticantes como poetas de hip-hop, feministas afro-brasileiras, acadêmicos-ativistas do IBPA²² e ativistas intelectuais como Angela Davis e Harsha Walia podem ser igualmente, se não mais propensos a apresentar a vanguarda inovadora das análises interseccionais que avançarão no campo²³. (COLLINS, 2015: p. 17, tradução nossa)

Intelectuais e/ou ativistas negras latino-americanas já se utilizavam da categoria raça/classe/gênero para analisar e denunciar as opressões vivenciadas desde a colonização. “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.” (GONZALEZ, 1982: p. 97)

Para RIOS & RATTS (2016), Lélia Gonzalez foi uma das antecessoras da conceituação de interseccionalidade pontuada politicamente e teoricamente. Eles apontam que:

²¹ “Race, class, gender, sexuality, age, ability, nation, ethnicity, and similar categories of analysis are best understood in relational terms rather than in isolation from one another. These mutually constructing categories underlie and shape intersecting systems of power; the power relations of racism and sexism, for example, are interrelated. Intersecting systems of power catalyze social formations of complex social inequalities that are organized via unequal material realities and distinctive social experiences for people who live within them. Because social formations of complex social inequalities are historically contingent and crossculturally specific, unequal material realities and social experiences vary across time and space. Individuals and groups differentially placed within intersecting systems of power have different points of view on their own and others’ experiences with complex social inequalities, typically advancing knowledge projects that reflect their social locations within power relations. The complex social inequalities fostered by intersecting systems of power are fundamentally unjust, shaping knowledge projects and/or political engagements that uphold or contest the status quo.” (COLLINS, 2015: p. 14)

²² A autora utiliza a sigla IBPA para se referir a Intersectionality-Based Policy Analysis, da Universidade Simon Fraser, que realiza uma pesquisa aplicada à política de saúde canadense.

²³ “Despite the visibility of scholars as the public face of intersectionality, practitioners such as hip-hop poets, Afro-Brazilian feminists, IBPA scholar-activists, and intellectual activists such as Angela Davis and Harsha Walia may be equally if not more likely to put forth the innovative, cutting-edge intersectional analyses that will advance the field. In this context, intersectionality as a knowledge project faces the fundamental challenge of sustaining its critical edge. Holding fast to the creativity of this dynamic area of inquiry and practice yet finding a common language that will be useful to its practitioners is the cutting-edge definitional dilemma for intersectionality.” (COLLINS, 2015: p. 17)

Lélia Gonzalez trabalhava esta proposição em três planos: entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo). (RIOS & RATTS, 2016: p. 395)

Muitas das análises de Lélia tiveram como embasamento os estudos de desigualdades e, dessa maneira, também se faz importante desvelar os dados socioeconômicos atuais decorrentes da discriminação e opressão da população negra.

2.5 RACISMO E DESIGUALDADE

As desigualdades raciais e de gênero se perpetuam na América Latina até os dias de hoje. Estudo da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) de 2017 analisou a taxa de pobreza entre a população afrodescendente e a população não afrodescendente em quatro países da América Latina no ano de 2014. No Brasil a taxa de pobreza de afrodescendentes é de 22% e de não afrodescendentes: 9,9%, no Equador os números são, respectivamente, 42,2% e 27,1%, no Peru: 21,3% e 14,2% e no Uruguai: 11,1% e 4%.

Da mesma maneira, a concentração de renda também está marcada pela condição étnico-racial. A taxa média dos quatro países analisados acima, no ano de 2014, entre a população afrodescendente é de 34% no 1.º quintil de renda, 56% somando o 2.º, 3.º e 4.º quintil e de 10% no 5.º quintil; enquanto entre o restante da população distribui-se respectivamente em 19%, 61% e 20%. (CEPAL, 2016)

Sobre as condições de habitação e acesso aos serviços básicos, de acordo com CEPAL (2017), são notórias as desigualdades no Brasil, Cuba, Equador, Costa Rica e Uruguai, comparando as pessoas que residem em habitações com condição severa de superlotação – com mais de 5 pessoas por dormitório – o índice entre a população afrodescendente é o dobro do restante da população nesta condição.

Também se observam profundas diferenças ao analisar a privação de acesso adequado a água potável entre as populações afrodescendentes e o restante da população. Os países analisados que têm maiores percentuais de privação de água para a população afrodescendente são: Colômbia (34,6%), Bolívia (47,9%), Equador (39,9%), Cuba (34,4%) e o caso extremo da Nicarágua cujo índice é de 81,4%. “Junto

com isso, a desvantagem da população afrodescendente é evidente, sendo particularmente mais elevada quando a privação de acesso a água potável é severa.” (CEPAL, 2017: p. 81, tradução nossa²⁴)

As condições de privação de serviços sanitários no Brasil, em 2010, teve a incidência de 10,9% da população afrodescendente e de 3,2% do restante da população; na Colômbia em 2005 os índices foram, respectivamente: 17,8% e 7,3%; no ano de 2011, no Uruguai: 3,6% e 1,5%; e a Bolívia, em 2012, apresentou: 22,3% e 13,1%. Ou seja, nesses países, segundo CEPAL (2017), a população afrodescendente sem acesso aos serviços sanitários chega a ser três vezes maior do que entre o restante da população.

Sobre as condições de saúde:

As pessoas afrodescendentes, em especial as mulheres, ao longo de sua vida, enfrentam situações que vulnerabilizam seus direitos e que afetam diretamente suas condições de saúde. Com efeito, sob a perspectiva dos determinantes sociais, os fatores que geram exclusão e marginalização, como a discriminação e o racismo, se expressam de maneira mais permanente nos danos à saúde, produzindo diferenças significativas nos níveis de mortalidade e expectativa de vida, entre muitos outros indicadores. Assim, a inequidade na saúde se vincula com as desigualdades sociais profundas, injustas e evitáveis, que podem ser superadas mediante intervenções adequadas e oportunas. (CEPAL, 2017: p. 91, tradução nossa²⁵)

A Mortalidade Infantil também apresenta diferentes índices para a população afrodescendente em relação ao restante da população. No levantamento feito, no ano de 2010, em oito países da América Latina as maiores diferenças foram observadas no Uruguai, Brasil, Colômbia e Panamá. Nesses países a probabilidade de uma criança afrodescendente morrer antes do primeiro ano de vida pode variar entre 1,6 e 1,3 vezes em relação ao restante das crianças. (CEPAL, 2017)

O agravamento das condições de saúde das mulheres afrodescendentes é causado também pelas condições de pobreza nas quais elas vivem. Sobre a

²⁴ “Junto con ello, la desventaja de la población afrodescendiente es evidente, siendo particularmente más elevada la brecha cuando la privación en el acceso al agua potable es severa”. (CEPAL, 2017: p. 81)

²⁵ “Las personas afrodescendientes, en especial las mujeres, se enfrentan a lo largo de su vida a situaciones que vulneran sus derechos y que afectan directamente sus condiciones de salud. En efecto, desde la perspectiva de los determinantes sociales, los factores que generan exclusión y marginación, como la discriminación y el racismo, se expresan de manera más permanente en el daño en salud, produciendo diferencias significativas en los niveles de mortalidad y expectativa de vida, entre muchos otros indicadores. Así, la inequidad en salud se vincula con desigualdades sociales profundas, injustas y evitables, que pueden superarse mediante intervenciones adecuadas y oportunas.” (CEPAL, 2017: p. 91)

mortalidade materna, apesar de ter diminuído como um todo na região, ainda é alta a disparidade nas populações afrodescendente e não afrodescendente. Os países que apresentam maiores disparidades são: a Colômbia, que entre 2010-2013, teve a razão de mortalidade materna maior do que o dobro na comparação da população afrodescendente em relação com o restante da população. E o Equador, onde essa diferença foi de quatro vezes maior a razão da mortalidade materna de mulheres afrodescendentes do que as demais, nos anos de 2010-2013. (CEPAL, 2017)

Ainda de acordo com CEPAL (2017), o bem-estar da população afrodescendente também é comprometido diretamente por situações de vulnerabilidade, que tem como expressão mais extrema a mortalidade de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e homens, que são vítimas da violência racial manifestada de múltiplas formas, tais como as violências de caráter: institucional, de gênero e social. Em determinadas populações, a violência faz com que se mantenha a situação de miséria.

Os países latino-americanos e caribenhos, concebidos pelo colonialismo

2.6 O PROCESSO DE EMBRANQUECIMENTO

No período de 1880-1930, segundo Andrews (2007), figuraram na América do Norte e Europa o darwinismo social e o racismo científico, além da segregação racial nos Estados Unidos e o apartheid que já se iniciava na África do Sul. Nessa época os Estados Unidos e a Europa vinculavam-se cada vez mais a América Latina por causa do comércio de exportação, e assim a região foi influenciada por essas correntes internacionais de pensamento e práticas racistas. As elites abraçaram imediatamente o racismo científico e buscavam a transformação de suas nações subdesenvolvidas e “atrasadas” em repúblicas “civilizadas” e modernas. Para tanto, a América Latina deveria tornar-se branca, para ser civilizada.

Dessa maneira, o problema da herança racial latino-americana foi objeto de luta de políticos, estadistas e escritores, em todos os países latino-americanos. Como acreditavam firmemente no determinismo racial, não tinham dúvida de que as trajetórias históricas dos indivíduos, das nações e dos povos eram definitivamente determinadas por sua ascendência “racial”.

Não se podia questionar os achados da ciência europeia, sobretudo quando esses achados estavam de acordo com a própria crença

inabalável das elites latino-americanas, derivadas de 300 anos de escravidão colonial e do Regime de Castas, na inferioridade inata de seus compatriotas negros, indígenas, mestizos e mulatos. Como, então, superar essa herança para criar as condições sociais e culturais necessárias para ingressar na comunidade das nações “civilizadas” e progressistas. (ANDREWS, 2007: p. 152)

Assim, a resposta encontrada pelas elites dos países da América Latina foi um grande esforço para transformar suas sociedades em “repúblicas brancas” e estabeleceram políticas de branqueamento e europeização tanto demográfica, quanto estética e cultural. (ANDREWS, 2007)

Após a total abolição da escravidão na América Latina, em 1988, os empregadores enfrentavam exigências dos ex-escravizados para novos regimes trabalhistas, tais como diminuição da jornada, maior liberdade e autonomia da supervisão direta, além de recusarem que as crianças e mulheres trabalhassem. A reação dos empregadores foi buscar outras fontes de mão-de-obra, influenciados pelo racismo científico e pela disposição de trabalhadores europeus em deixar seus países. Estimulados pelo intento de branqueamento, os governos realizaram investimentos de fundos do estado “não nos americanos não-brancos, mas em imigrantes europeus”. (ANDREWS, 2007: p. 171)

Entre os 10 a 11 milhões de europeus que vieram nas décadas de 1880 a 1930, de acordo com Andrews (2007), Brasil, Argentina, Venezuela e Cuba receberam 90% de imigrantes. O Estado brasileiro subsidiou o transporte de famílias europeias que imigraram para o Brasil, a grande maioria dos 3,5 milhões de europeus que entraram no país: 2 milhões, foram para São Paulo, número que, em 1890, excedia a população desse estado.

O autor também questiona o motivo pelo qual os trabalhadores europeus superavam constantemente os afrodescendentes na competição pelo trabalho. Essa resposta está parcialmente “relacionada as imagens racializadas que os empregadores tinham dos trabalhadores europeus e dos trabalhadores negros e mulatos: os primeiros como diligentes, confiáveis e responsáveis; os últimos como preguiçosos, recalcitrantes e irresponsáveis”. (ANDREWS, 2007: p. 178)

Além disso, os empregadores também experimentaram a resistência dos trabalhadores negros a suas condições de vida e trabalho, primeiramente durante a escravização e posteriormente durante os primeiros anos de abolição. Havia uma certa determinação de ex-escravizados e seus descendentes em evitar empregos ou

regimes trabalhistas que pudessem gerar uma violação de sua liberdade recentemente conquistada.

Entretanto, os trabalhadores europeus que chegavam à região, não eram mais submissos do que os negros quanto aos modelos locais de disciplina no trabalho. Esses trabalhadores ocuparam um importante papel nos movimentos operários e nas greves, em Cuba, Brasil, Argentina e outros países.

2.7 RESISTÊNCIA NEGRA, LUTAS PELA LIBERDADE

Durante todo o período de escravização até os dias atuais, a opressão à população escravizada e de seus descendentes gerou resistência e revoltas na América Latina.

O mundo atlântico foi envolvido por uma “onda de revoluções” a partir de 1775. “Começou na América do Norte com a Revolução Americana (1776-1783), arrastando-se para a Europa com a Revolução Francesa (1789-1799) e retornando às Américas com a revolução dos escravos do Haiti (1791-1804).” (ANDREWS, 2007: p. 83)

Para o autor, além da força exemplar, os impactos geopolíticos também afetaram a América Latina. Da mesma maneira que a Revolução Francesa foi desencadeada pela Revolução Americana, e também teve forte influência nas lutas de independência latino-americanas.

O exílio da corte portuguesa para o Brasil se deu com a invasão das forças francesas que ocuparam a península ibérica e derrubaram a monarquia espanhola. Consequentemente, urgiam aos hispano-americanos questionamentos sobre tais eventos: “eles aceitariam a conquista pela França do país-mãe? Rejeitariam o governo francês e permaneceriam leais à monarquia deposta dos Bourbons? Ou seguiriam o exemplo dos Estados Unidos e lutariam pela independência?”

Todavia, a revolução haitiana era geograficamente mais próxima.

o Haiti também era a sociedade mais diretamente comparável àquelas das Américas espanhola e portuguesa: uma colônia de *plantation* tropical regida por uma monarquia absolutista dos Bourbons, fundamentada na escravidão africana e governada pelas leis de castas fundamentadas em grande parte naquelas da América Latina. E, das três revoluções, seus resultados eram os mais radicais: não apenas a independência, ou a destruição do antigo regime, mas a derrubada completa da escravidão, a destruição da economia de *plantation* mais rica do mundo, a implantação do governo dos negros

e mulatos e, não coincidentemente, a aniquilação da população branca. (ANDREWS, 2007: p. 84)

Assim, houve uma ampla difusão sobre a experiência haitiana. Entre as lições que foram extraídas pelas classes dominantes era a de que a revolução política tinha a possibilidade de manifestação onde havia populações em condições de trabalho forçado, podendo transformar-se em revolução social.

A população afro-latina, de acordo com Andrews (2007), participou ativamente das lutas pela independência contra as monarquias espanhola e portuguesa. Muitos escravos concluíram que, com a chegada da independência para o Brasil e América espanhola, não demoraria muito para obterem sua própria liberdade. Entretanto, nas décadas posteriores à independência, os senhores de escravos exerciam pressão política para manterem a escravidão.

Os escravizados na América do Sul espanhola, lutaram pela liberdade e tiveram um papel fundamental na conquista da independência, desencadeando a aprovação de programas de gradual emancipação. Tais como as leis do Ventre Livre, sob a qual os “libertos” deveriam aguardar 18 anos ou mais para a reivindicação de sua liberdade, enquanto os escravizados permaneceriam escravos. “Sem a importação de mais escravos africanos e sem o nascimento de mais escravos americanos, o fim da escravidão como instituição estava claramente à vista.” (ANDREWS, 2007: p.95)

Mas os senhores de escravos insistiam em preterir o que fora instituído pelas leis do Ventre Livre, que libertavam os escravos com a idade de 18 a 24 anos, dependendo do país.

Entre 1837 e 1842, quando os primeiros libertos começaram a atingir essa idade, a Colômbia, Uruguai e Venezuela estenderam a maioria dos libertos para 25 anos. O Peru foi além, decretando em 1839 que os libertos só atingiriam a idade adulta e a liberdade aos 50 anos. O Peru também reabriu seu tráfico de escravos entre 1843 e 1847, importando cerca de 500 escravos da Colômbia (com aprovação do Congresso Colombiano). A Argentina e o Uruguai também reabriram o tráfico de escravos, importando cerca de 600 escravos para o Uruguai e vários milhares para Buenos Aires durante os primeiros anos da década de 1830. (ANDREWS, 2007: p.96)

Porém, o autor discorre que, os escravizados também se empenharam em escapar da escravidão. Após a independência, continuaram vigorando as leis coloniais que garantiam a alforria aos escravos por meio de arranjos ou compras, e

assim eram realizadas ações estratégicas de grupos e famílias para a libertação de seus participantes.

Porto Rico, Cuba e Brasil, na primeira metade do século XIX, foram os poucos países nos quais não houve guerras. Dessa maneira, para Andrews (2007), a instituição escravista não só permaneceu como foi expandida em níveis mais elevados. O Brasil recebeu 1,7 milhão de africanos escravizados entre os anos de 1800 a 1850, Cuba recebeu 560 mil e Porto Rico 50 mil.

Com o aumento da população africana nesses países proliferaram suas práticas culturais e instituições. O número de organizações de cabildos afro-cubanos, aumentaram 300%, desempenhando uma série de funções políticas, econômicas e culturais. O cabildo deu origem a outras religiões afro-cubanas: Abakúa, Santeria e Palo Monte.

Esse aumento do número de escravizados também gerava insurreições de comunidades fugitivas denominadas *palenques* nos países hispânicos e *quilombos* no Brasil. Os palenques se multiplicaram entre 1820 a 1850. Nas zonas açucareiras, foram descobertas conspirações de escravizados em Porto Rico, nos anos de 1812, 1821 e 1825, que foram reprimidas pelas autoridades. Em Cuba, levantes foram coordenados em alguns engenhos nos anos de 1812, 1825 e 1843. (ANDREWS, 2007)

No Brasil, os capoeiristas se organizaram na década de 1790 e início de 1800, eram homens negros com códigos sigilosos e rigorosos de lealdade, com uma íntima ligação ao mar e aos portos marítimos. Para o autor, a maioria dos capoeiristas eram seguidores das religiões de matriz africana. Tais como o Candomblé, que foi desenvolvido nas florestas baianas, em quilombos ao redor de Salvador. As fundadoras do primeiro terreiro de Candomblé de Salvador: o Ilê Iyá Nassô, em 1830, foram três mulheres africanas livres, que se valeram da Constituição de 1824 que garantia a tolerância religiosa.

Andrews (2007) também discorre que, muitos quilombos cercavam Salvador, que era capital da província da Bahia, tais comunidades, quando destruídas se mobilizavam novamente. Nessa província foi conduzida, pelos escravizados, uma guerra para acabar com a escravidão. Depois das primeiras rebeliões de 1809, 1814 e 1816, foram iniciadas importantes revoltas bienais de 1822 a 1830. Em 1835, Salvador foi abalada pela maior rebelião de escravos urbanos na história do Brasil, a Revolta dos Malês.

Nas zonas sulistas também houve revoltas nas plantações de café e açúcar, foram descobertas conspirações na região de Campinas, província de São Paulo, nos anos de 1825, 1830, 1831 e 1832. Para o autor, havia Quilombos por montanhas e colinas no interior do Rio de Janeiro, onde as operações policiais de 1823 detiveram 200 quilombolas. No ano seguinte foi admitida, pelas autoridades, a dificuldade em deter o aumento de escravizados fugitivos. E em 1838 houve um levante na região de Vassouras, da província do Rio de Janeiro.

O conflito social, de acordo com Andrews (2007), também foi exacerbado entre as elites de Cuba, em 1868 elas se enfureceram contra os novos impostos da Espanha e a falta de poder de autogestão e proclamaram a independência cubana. Essa insurreição deu início a chamada *Guerra dos Dez Anos*, de 1868 a 1878, que teve importante participação dos escravos. Por isso, pressionado por abolicionistas, foi decretada a emancipação imediata e plena pelo governo rebelde. Entretanto, quando os rebeldes foram derrotados, somente os que tinham lutado puderam obter a liberdade. E a Coroa espanhola só decretou o fim da escravidão cubana em 1886.

Para o autor, o processo que levou a abolição da escravidão brasileira foi possibilitado pela aliança de abolicionistas formada por negros livres e brancos na chamada “revolta em massa” de 1887-1888.

Nas lutas pela liberdade, a atuação das mulheres negras escravizadas e libertas também foi muito importante. MARQUES (2013), analisou as estratégias de liberdade de mulheres escravizadas e livres em Maceió, estado de Alagoas, no período de 1849-1888 e concluiu que:

Africanas livres e escravas eram sabedoras das possibilidades que existiam na conjuntura histórica que viveram e experimentaram projetos de liberdade. Elas foram ansiosas e desinquietas pela postergação da solução emancipacionista e manifestaram seus descontentamentos, seja com movimentos de rebeldia ou buscando os meios legais possíveis entre as brechas da legislação da época. (MARQUES, 2013: p. 127)

A luta contra o regime escravista foi convertida em luta pela sobrevivência e contra a opressão que se perpetua até os dias atuais. Entretanto as mulheres negras, resistem tanto nos movimentos sociais, quanto na esfera da intelectualidade, no campo do feminismo negro.

3. O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

3.1 FEMINISMO NEGRO NA AMÉRICA-LATINA E CARIBE

Lélia Gonzalez apresenta um conceito que chama de “categoria de amefricanidade”, cujas implicações culturais e políticas, são efetivamente democráticas, pois o “termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América e como um todo”. (GONZALEZ, 1988: p. 76)

Ela afirma que, a categoria de “amefricanidade” não possui apenas um caráter geográfico, mas também reúne um processo historicamente e culturalmente dinâmico (resistência, adaptação e reinterpretação) que nos conduz a construir uma identidade étnica. Tal identidade, cujo valor metodológico se dá pela circunstância de possibilitar o resgate de uma “unidade específica”, é forjada historicamente no núcleo de diversas sociedades e formada em uma parte determinada do mundo. Assim, como um sistema etnográfico referencial – com inspiração de referências africanas – a “América” é uma criação de seus habitantes atuais e antepassados.

Consequentemente, a descendência de africanos que vieram para a América antes da colonização e dos que foram escravizados, são denominados “amefricanas” e “amefricanos”. Ao defender um feminismo “afrolatinoamericano”, GONZALEZ (2018) discorre que, a tomada de consciência – para “amefricanas” e “ameríndias” – se dá primeiramente pela questão racial.

Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME²⁶ é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas. (GONZALEZ, 2018: p. 316)

²⁶ A autora utiliza a sigla ME para se referir a Movimentos Étnicos, que abrangem os movimentos negros e indígenas.

BELTRÁN (2004), discorre sobre a discriminação das mulheres negras, afro-caribenhas e indígenas apresentando os seguintes campos:

- a) Territórios e meio ambiente: que podem ser exemplificados pelos processos nos quais as precárias migrações – causadas por processos que deterioram os territórios, o desenvolvimento de áreas rurais e a qualidade de vida – geram para as mulheres uma vulnerabilidade maior. Contudo, porque geralmente as mulheres são as chefes de família, “sem necessariamente acessar maiores espaços de poder e decisão; muitas vezes, esses fenômenos ocorrem em contextos de desestruturação da unidade familiar e nas relações de violência doméstica”. (BELTRÁN, 2004: p. 30, tradução nossa²⁷)
- A) Emprego e trabalho: a estratificação de ocupação tem como elementos determinantes a raça e o gênero, o que constitui um déficit na situação precária de setores amplos de trabalhadoras e trabalhadores no continente latino-americano.
- B) Educação: nesse campo se apresenta os altos índices de analfabetismo entre as populações indígenas e o baixo acesso educacional – sobretudo para as mulheres – geram um déficit de possibilidades de defesa de seus direitos e de administração de seus territórios ou na sua inserção laboral. O que, diante da globalização e do desenvolvimento técnico e informatizado, marginaliza ainda mais essa população.
- C) Saúde: as visões etnocêntricas são evidenciadas no campo da saúde pela discriminação do corpo branco e não branco, que também são construções culturais. “Assim, neste âmbito convém analisar as imagens de mulher que se manejam pois é onde mais se constitui o peso dos valores das classes dominantes.” (BELTRÁN, 2004: p. 39, tradução nossa²⁸)
- D) Participação política e aplicação da justiça: a exaltação da imagem de “mujer-madre-naturaleza”, comum nas sociedades da América Latina pode encobrir a discriminação e o deslocamento das potencialidades das mulheres em “suas possibilidades de exercerem uma cidadania plena,

²⁷ “sin acceder necesariamente a mayores espacios de poder y decisión; muchas veces estos fenómenos se dan en contextos de desestructuración de la unidad familiar y de relaciones de violencia intrafamiliar”. (BELTRÁN, 2004: p. 30)

²⁸ “Así, en este ámbito conviene analizar las imágenes de mujer que se manejan pues es donde más se consta el peso de los valores de las clases dominantes.” (BELTRÁN, 2004: p. 39)

reduzindo seu espectro de projeção pessoal ao social para optar por outros modelos e formas de participação”. (BELTRÁN, 2004: p. 41, tradução nossa²⁹)

3.1.1 O campo de estudos do feminismo na América Latina e Caribe

Diversas intelectuais discutem as opressões de gênero, raça e classe/classificação social na América Latina. Elaboramos, na tabela apresentada a seguir, uma síntese de autoras (sem a pretensão de contemplar a todas), com referências bibliográficas³⁰ e suas principais ideias.

Tabela 1- Intelectuais latino-americanas e caribenhas

PAÍS	AUTORA	OBRA CONSULTADAS	PRINCIPAIS IDEIAS
Argentina	SONIA E. ALVAREZ	Encontrando os feminismos Latino-Americanos e Caribenhos	Encontros feministas da América Latina; Feminismo (movimento de mulheres)
		Construindo uma política translocal da tradução	Feminismos transnacionais e latinoamericanos; raça/racismo
		Feminismos Latinoamericanos	Campo feminista latino-americano da década de 1990
		Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista	Movimentos Sociais, Protestos, Feminismos Plurais, trajetória dos feminismos contemporâneos
		Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos	Reflexões sobre ‘outros transnacionalismos’, outros processos e modalidades de ativismo feminista
		¿En Qué Estado está el feminismo? Reflexiones teóricas y perspectivas comparativas	Relações de feministas com o Estado
		Translations across Black Feminist Diasporas Meridians: feminism, race, transnationalism	Necessidade de tradução entre as autoras norte-americanas e latinoamericanas
Argentina	DORAS BARRANCOS	Devenir feminista	Feminismo; Estudos de Género.

²⁹ “sus posibilidades de ejercer una ciudadanía plena, reduciendo su espectro de proyección personal a lo social para optar por otros modelos y formas de participación”. (BELTRÁN, 2004: p. 41)

³⁰ As informações completas das obras citadas na tabela estão no capítulo de referências.

PAÍS	AUTORA	OBRA CONSULTADAS	PRINCIPAIS IDEIAS
Argentina	KARINA BIDASECA	Experiencias del feminismo contra-hegemónico	Apresentação do livro Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América latina
Argentina	MARÍA LUGONES	Colonialidad y Género	Discriminação de gênero inaugurada depois da colonização, invenção da mulher em África e poder ginecrático nas sociedade pré-colombianas.
		Hacia un feminismo descolonial	Género, feminismo, colonialidad, descolonial, modernidad
		Rumo a um feminismo descolonial	Gênero; raça; sexualidade; colonialidade; heterossexualidade normativa; feminismo descolonial
Barbados	VIOLET EUDINE BARRITEAU	Aportaciones del feminismo negro al pensamiento feminista: una perspectiva caribeña	Contribuições do Feminismo negro norte-americano para o feminismo caribenho
Bolívia	ELIZABETH PEREDO BELTRÁN	Una aproximación a la problemática de género y etnicidad em América Latina	Processo de hierarquização de culturas e identidades.
Brasil	LÉLIA GONZALEZ	A mulher negra na sociedade brasileira	Relações raciais no Brasil; estereótipos da mulher negra; mulher negra no trabalho; tripla discriminação; feminismo
		Racismo e sexismo na cultura brasileira	Relações raciais; articulação do racismo e sexismo; neurose cultural brasileira.
		A categoria político-cultural de amefricanidade	América Latina, amefricanas e amefricanos, feminismo afrolatinoamericano.
		Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa	Relações raciais no Brasil; estereótipos da mulher negra; mulher negra no trabalho; tripla discriminação; feminismo afrolatinoamericano
Brasil	SUELI CARNEIRO	Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero	Luta das mulheres negras na década de 1990
		A batalha de Durban	Atuação do movimento negro na Conferência da ONU em Durban 2001

PAÍS	AUTORA	OBRA CONSULTADAS	PRINCIPAIS IDEIAS
		Mulheres em Movimento	Movimento de mulheres negras enegrecendo o feminismo e suas principais reivindicações
Brasil	ORLANDINA DE OLIVEIRA	Nuevos sujetos sociales: la presencia política de las mujeres en América Latina	Características do Movimento Feminista Latino-Americano da década de 1970
Uruguai	TERESITA BARBIERI		
Colômbia	MARIA JULIANA FLÓREZ	Una aproximación a la dimensión del disenso de los movimientos sociales	Movimentos sociais na Colombia
Colômbia	AURORA VERGARA FIGUEROA	Feminismo afrodiaspórico. Una agenda emergente del feminismo negro en Colombia	Feminismo negro diaspórico, africano e afro-latino-americano; práxis feminista afrodiaspórica; afrocolombianas
Colômbia	KATHERINE ARBOLETA HURTADO		
Colômbia	MARA VIVEROS VIGOYA	Más que una cuestión de piel. Determinantes sociales y orientaciones subjetivas en los encuentros y desencuentros heterosexuales entre mujeres y hombres negros y no negros en Bogotá	Análise de estereótipos raciais de sexualidade, determinantes sociales y orientaciones subjetivas
		La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual.	Relações entre gênero, sexualidade e raça na América Latina
		La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación	A interseccionalidade na teoria feminista
EUA	MAYLEI BLACKWELL	Interseccionalidade em uma era de globalização As implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais	A interseccionalidade nos discursos e debates do Fórum de ONGs e Conferência Mundial de Durban
EUA	NADINE NABER		
México	HERNÁNDEZ CASTILLO	Re-pensar el multiculturalismo desde el género. Las luchas por el reconocimiento cultural y los feminismos de la diversidad	Movimento de mulheres negras e indígenas; Rede Afro
Peru	MARUJA BARRIGA	Los Malestares Del Feminismo Latinoamericano	Movimento de mulheres latino-americanas; processo de individualização das lideranças e institucionalização das demandas políticas.
Peru	VIRGINIA VARGAS VALENTE	Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio	Movimento feminista Latino-Americano

PAÍS	AUTORA	OBRA CONSULTADAS	PRINCIPAIS IDEIAS
República Dominicana	SERGIA GALVÁN	El mundo étnico-racial dentro del feminismo latinoamericano	Feminismo latino-americano; feminismo afro centrico; Rede Afro
República Dominicana	OCHY CURIEL	Identidades esencialista o construccion de identidades políticas: El dilema de las feministas negras	Períodos do pensamento feminista; debates e dilemas do feminismo.
		Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista	Feminismo negro nos EUA, Grã Bretaña e América Latina
		La Red de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas...	Universalismo do feminismo; movimento de mulheres negras na AL e Caribe; primeira década da Rede Afro
		Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista	Questiona a postura androcêntrica e elitista da teoria poscolonial, e as contribuições que os feminismos negros nas Américas poderiam fazer se não fossem ignorados pela academia.
		Superando la interseccionalidad de categorías	Articulações de movimentos de mulheres negras desde a déc. De 1980, Red Afro e aimbricação de categorías de opressão.
República Dominicana	YUDERKYS ESPINOSA MIÑOSO	Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio Transnacional	Feminismo transnacional, feminismo latinoamericano, etnocentrismo, estudos de gênero
		Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica.	Feminismo antirracista e descolonial; epistemologia contra-hegemónica; eurocentrismo, racismo e colonialidad

Analisando essa tabela podemos separar os principais campos de pesquisa das autoras e obras consultadas. Elencamos esses campos a seguir:

- a) **Campo I. Feminismo e movimento de mulheres da América Latina** – pesquisadoras: Sonia E. Alvarez; Dora Barrancos; Karina Bidaseca; Karina Bidaseca; María Lugones; Sueli Carneiro; Maruja Barriga; Virginia Vargas Valente; Ochy Curiel; Yuderkys Espinosa Miñoso; Orlandina de Oliveira;

Teresita Barbieri.

- b) **Campo II. Feminismo e movimento de mulheres negras da América Latina** – pesquisadoras: Lélia Gonzalez; Sueli Carneiro; Aurora Vergara Figueroa; Katherine Arboleta Hurtado; Hernández Castillo; Sergia Galván; Ochy Curiel; Yuderkys Espinosa Miñoso
- c) **Campo III. Racismo, gênero, raça e sexualidade** – pesquisadoras: Sonia E. Alvarez; María Lugones; Elizabeth Peredo Beltrán; Mara Viveros Vigoya; Lélia Gonzalez; Sueli Carneiro; Yuderkys Espinosa Miñoso.
- d) **Campo IV. Tripla discriminação, interseccionalidade e imbricações de opressão** – pesquisadoras: Lélia Gonzalez; Mara Viveros Vigoya; Maylei Blackwell; Nadine Naber; Ochy Curiel.
- e) **Campo V. Epistemologias coloniais, pós/decoloniais e contra hegemônicas, feminismo antirracista e decolonial** – pesquisadoras: Karina Bidaseca; María Lugones; Ochy Curiel; Yuderkys Espinosa Miñoso.
- f) **Campo VI. Gênero, sexualidade, raça e heteronormatividade** – pesquisadoras: Dora Barrancos; María Lugones; Mara Viveros Vigoya; Ochy Curiel.
- g) **Campo VII. Colonialidade relacionada ao gênero e ao discurso** – pesquisadoras: Karina Bidaseca; María Lugones; Yuderkys Espinosa Miñoso.
- h) **Campo VIII. Relação das feministas com o Estado e o processo de institucionalização das demandas políticas** – pesquisadoras: Sonia E. Alvarez; Maruja Barriga.
- i) **Campo IX. Relações do feminismo negro norte-americano com o feminismo negro latino americano e caribenho e a necessidade de tradução e diálogo** – pesquisadoras: Sonia E. Alvarez; Violet Eudine Barriteau.

Dentre esses campos de pesquisa destacamos a decolonialidade.

3.1.2 Decolonialidade

Nelson Maldonado-Torres (2019) faz uma análise de dimensões básicas da colonialidade e da decolonialidade. Para ele, atualmente – em diversas formas de trabalho ativista, artístico e intelectual – o conceito de decolonialidade representa um

papel importante porque se conceitua por dois “lembrete-chave”. Primeiramente é mantida a colonização e as variadas dimensões que elucidam seu âmbito de enfrentamento; e no outro “serve como uma constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois da colonização formal e da conquista da independência econômica e política”. (MALDONADO-TORRES, 2019: p. 28)

Segundo o autor, a teoria decolonial reflete criticamente a respeito dos pressupostos científicos que se referem a áreas-chave do conhecimento humano, tais como espaço, tempo, subjetividade, entre outras, e também sobre o senso comum, o que nos permite explicar e identificar as maneiras pelas quais a colonização é vivenciada pelos indivíduos colonizados fornecendo, ao mesmo tempo, mecanismos conceituais no avanço da descolonização. Dessa maneira, a teoria e o pensamento decoloniais, reivindicam um comprometimento questionador com as teorias da modernidade, que se inclinam a se desempenharem como estruturantes da epistemologia das ciências humanas e sociais da Europa.

Maldonado-Torres (2019) apresenta dez teses sobre colonialidade e decolonialidade, citaremos algumas delas:

- a) Na primeira tese – Colonialismo, descolonização e conceitos relacionados provocam ansiedade: o autor descreve que:

“A ansiedade trazida por esses conceitos de colonização e descolonização está, portanto, ligada à fobia em relação às pessoas escravizadas e colonizados e o terror que os sujeitos-cidadãos sentem quando eles concebem o colonizado como um agente”. (MALDONADO-TORRES, 2019: p. 34)

- b) A segunda tese – Colonialidade é diferente de colonialismo e decolonialidade é diferente de descolonização: distingue as diferenças entre os termos, elucidando que o *colonialismo* se compreende na histórica formação territorial das colônias e o *colonialismo moderno* se concebe pelas maneiras específicas que grande parte do mundo foi colonizada desde a “descoberta” pelos impérios do Ocidente. Compreende-se como *colonialidade* a lógica desumanizante global que ainda se mantém mesmo na exiguidade de colônias oficiais.

Outra maneira de se referir à colonialidade é pelo uso dos termos modernidade/colonialidade, uma forma mais completa de se dirigir também à modernidade ocidental. Desse modo, se a descolonização refere-se a momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os ex-impérios e

reivindicaram a independência, a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. Às vezes o termo descolonização é usado no sentido de decolonialidade. Em tais casos, a descolonização é tipicamente concebida não como uma realização ou um objetivo pontual, mas sim como um projeto inacabado. (MALDONADO-TORRES, 2019: p. 36)

- c) Na quinta tese³¹: A colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, levando à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder – o autor apresenta três componentes nos quais são baseadas as dimensões constituintes de uma visão de mundo, referenciando o sujeito corporificado em cada um deles. No componente saber: objeto, sujeito, método; no componente ser: espaço, subjetividade, tempo; e no componente poder: sujeito, cultura, estrutura. Entretanto, a subjetividade é comum nessas três dimensões, devido a constituição e sustentabilidade do sujeito pela sua posição na estrutura de poder, sua localização no espaço e tempo e ao seu posicionamento relacionado à produção do saber na cultura.

O autor aponta que Fanon (2008) demonstrou essa relação entre o objetivo e o subjetivo, quando apresenta a “sociogênese”.

Fanon também viu o sujeito tanto como produto quanto como um gerador da estrutura social e cultural, além de possuidor de uma completa visão de mundo de um tempo. Outro modo de enunciar isso é identificar o sujeito não apenas como elemento-chave na constituição do ser, poder e saber, mas também como o elemento que mais obviamente conecta essas dimensões principais das quais nós tomamos como real uns para os outros. O sujeito, portanto, é um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável. (MALDONADO-TORRES, 2019: p. 43)

³¹ A terceira tese é: Modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/coloniais de raça, gênero e diferença sexual. E a quarta tese é: Os efeitos imediatos da modernidade/colonialidade incluem a naturalização do extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro.

Dessa maneira, Maldonado-Torres (2019) apresenta o seguinte diagrama, conectando a “sociogênese fanoniana” e identificando alguns uns dos elementos que baseiam o poder, saber e ser:

Figura 1- Diagrama: Analítica da Colonialidade

Fonte: Maldonado-Torres (2019: p. 43)

- d) Na décima tese³² – *A decolonialidade é um projeto coletivo*: o autor afirma que a decolonialidade não é um projeto individual de salvação, fazendo referência ao termo “condenado” da obra de Fanon³³, Maldonado-Torres (2019, p. 50) afirma que: “O pensamento, a criatividade e a ação são todos realizados não quando se busca reconhecimentos dos mestres, mas quando estendemos as mãos aos outros condenados”. A *colonialidade do poder, saber e ser* pode ser desestabilizada e perturbada pelos “condenados” e pelos que renunciarem a *modernidade/colonialidade*.

³² A sexta tese é: A decolonialidade está enraizada em um giro decolonial ou em um afastar-se da modernidade/colonialidade. Sétima tese: Decolonialidade envolve um giro epistêmico decolonial, por meio do qual o condenado emerge como questionador, pensador, teórico e escritor/comunicador.

³³ O termo ‘condenado’ é uma referência do livro: FANON, Frantz. Os condenados da terra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. “Os condenados são os sujeitos que são localizados fora do espaço e do tempo humanos, o que significa, por exemplo, que eles são descobertos junto com suas terras em vez de terem o potencial para descobrirem algo ou de representarem um empecilho para a conquista de seu território.” (MALDONADO-TORRES, 2019: p. 44)

O autor conclui que a decolonialidade é um projeto a ser realizado, e não um evento passado e apresenta um outro diagrama para apresentar uma análise da decolonialidade.

Figura 2. Diagrama: Analítica da Colonialidade,

Fonte: Maldonado-Torres (2019: p. 50)

Maldonado-Torres recorre a diversos autores para analisar as dimensões da colonialidade e da decolonialidade, incluindo autoras feministas que conceituam o feminismo decolonial.

3.1.3 Feminismo decolonial/descolonial³⁴

Espinosa-Minoso (2014), faz uma crítica a episteme feminista clássica que é produzida por mulheres brancas e burguesas – dos países que ela denomina como

³⁴ Nos textos pesquisados são utilizados tanto o termo “feminismo decolonial” quanto “feminismo descolonial”, mesmo considerando que se trata do mesmo conceito, iremos reproduzir de acordo com a maneira que for denominado nas obras das autoras referenciadas.

centrais – que reproduzem da mesma maneira a produção do saber científico que tanto questionam. Ou seja, quando essas feministas consideram que o sistema de gênero é universal em todas as culturas e sociedades, estão incorrendo no mesmo erro do universalismo androcêntrico que criticam. E assim: “acabam produzindo conceitos e explicações alheios a atuação histórica do racismo e da colonialidade como algo importante na opressão da maior parte das mulheres apesar de que ao mesmo tempo reconhecem sua importância”. (Espinosa-Minoso, 2014: p. 9, tradução nossa³⁵)

Para Lugones (2014), as mulheres de cor (mulheres não brancas) centralizaram sua crítica ao “universalismo feminista” reivindicando a interseccionalidade de classe, sexualidade e raça, para além das “categorias da modernidade”. Enfatizando que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade”. (LUGONES, 2014: p. 935)

A autora apresenta um deslocamento metodológico do feminismo de mulheres de cor para um feminismo descolonial. Assim, seria indispensável a práxis de descolonizar o gênero. Ela denomina como “colonialidade de gênero” a análise da opressão racializadas do gênero; e como “feminismo decolonial” a perspectiva de superação da colonialidade de gênero.

Espinosa-Miñoso; Gómez; Lugones; Ochoa (2013), afirmam que o significado do feminismo descolonial é uma radical transformação das relações sociais que oprimiram e subordinaram – em Abya Yala³⁶ – as mulheres afro, indígenas e mestiças pobres. Para as mulheres racializadas o feminismo descolonial movimenta-se como uma afirmação da vida e suas possibilidades coletivas e individuais.

Assim como Lugones, entendemos que o feminismo decolonial recorre, revisa e dialoga com o pensamento e as produções desenvolvidas por pensadoras, intelectuais, ativistas e lutadoras, feministas ou não, de descendência africana, indígena, mestiça, popular, campesina, migrantes racializadas, assim como aquelas acadêmicas brancas comprometidas com a subalternidade na América Latina e no mundo. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016 p. 151,

³⁵ “terminan produciendo conceptos y explicaciones ajenas a la actuación histórica del racismo y la colonialidad como algo importante en la opresión de la mayor parte de las mujeres a pesar de que al mismo tiempo reconocen su importancia”. (Espinosa-Minoso, 2014: p. 9)

³⁶ Abya Yala é o nome pelo qual o povo Kuna – que atualmente habita o Panamá – já se referia a América antes da colonização. O significado de Abya Yala é “terra viva”, “terra madura”, ou “terra em florescimento”. E o uso político do termo é uma ressignificação etimológica, uma descolonização da denominação do nosso território.

tradução nossa³⁷⁾

Essa corrente de pensamento, segundo Espinosa-Miñoso (2016), está em diálogo e é nutrida de variadas críticas das tradições da teoria feminista, do hetero patriarcado e da modernidade ocidental. Buscando a construção de um “mapa de marcos interpretativos e programáticos”, baseado na continuação do feminismo decolonial, ela propõe que nos atentemos a “cinco linhas genealógicas”. A primeira é que o feminismo descolonial é um “herdeiro direto” dos feminismos de cor, terceiro mundista e negro norte-americanos, que centra sua crítica nas opressões interseccionais e propõe a recuperação do legado crítico das feministas latino-americanas.

A segunda linha genealógica é o legado que o feminismo pós-colonial propõe, com a ideia de “violência epistêmica e possibilidade de um essencialismo estratégico” apresentada por Spivak³⁸ (1998) além da ideia de “privilégio epistêmico” que critica o colonialismo da academia feminista do Norte desenvolvida por (Mohanty³⁹, 2008a; 2008b). Em terceiro lugar a autora propõe, como um antecedente significativo, a crítica – às políticas dos países subdesenvolvidos – feitas pela corrente feminista latino-americana dos anos 90.

O quarto apontamento são os aportes de algumas teorias feministas do ocidente e suas contribuições analíticas e metodológicas.

Por mais problemáticas que sejam essas apropriações, elas se tornam úteis na revisão crítica do feminismo e, ao se mesclar ou operar dentro de uma estrutura analítica como o feminismo descolonial interessado em criticar o eurocentrismo e o racismo epistêmico, podem começar a trabalhar de uma maneira diferente, reunindo uma espécie de estágio intermediário na tarefa de descolonizar o feminismo. Assim, alguns dos que compõem o grupo voltam ao feminismo materialista francês com seu questionamento precoce da ideia de natureza, sua compreensão da categoria das mulheres como “classe” produzida também na relação antagônica entre homens e mulheres. como a

³⁷ “Así como Lugones, entendemos que el feminismo decolonial recoge, revisa y dialoga con el pensamiento y las producciones que vienen desarrollando pensadoras, intelectuales, activistas y luchadoras, feministas o no, de descendencia africana, indígena, mestiza popular, campesina, migrantes racializadas, así como aquellas académicas blancas comprometidas con la subalternidad en Latinoamérica y en el mundo.” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016 p. 151)

³⁸ A referência utilizada pela autora é: SPIVAK, G. C. ¿Puede hablar el sujeto subalterno? *Orbis Tertius*, 1998, III (6), pp. 175-235.

³⁹ As referências utilizadas pela autora são:

MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de Occidente. Academia feminista y discurso colonial. En: R. A. (coord.), *Descolonizar el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008.

MOHANTY, C. T. De vuelta a “Bajo los ojos de Occidente: La solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas. En: R. Hernández Castillo, & L. Suárez Navaz (Edits.), *Descolonizar el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008.

análise da heterossexualidade como regime político. Ideias como tecnologia e performatividade de gênero, bem como a crítica do feminismo pós-estruturalista ao essencialismo da categoria da mulher e da política de identidade, continuam a ter um certo nível de influência neste campo. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016: p. 152, tradução nossa⁴⁰)

Uma quinta linha genealógica é a importância da corrente crítica da América Latina que revisa as categorias de classificação social (sexo, raça, América-Europa, barbárie-civilização, cultura-natureza) que impõe e produz um sistema violento de diferenças a fim de naturalizar e justificar o sistema capitalista, racista e hétero-patriarcal que cria o continente europeu como cerne da civilização.

Curiel (2014) afirma que, o posicionamento feminista decolonial resulta na compreensão de que tanto gênero quanto raça constituem a episteme colonial da modernidade e que continuam produzindo opressões na colonialidade contemporânea. E assim propõe um desprendimento da colonialidade do saber, do poder e do ser, que têm implicações relacionadas a quem, como e para quem são produzidos os conhecimentos, assim relacionado:

- a) O reconhecimento e a legitimação de saberes subalternizados “outros”, no qual o desengajamento resulta em uma engenhosidade metodológica na construção do conhecimento a fim de minimizar as relações de poder.
- b) Problematizar as condições de produção de conhecimentos, a autora cita o que Silvia Rivera Cusicanqui⁴¹ (2010) denomina como “economia do conhecimento”, questionando a geopolítica do conhecimento e apresentando que é necessário se libertar da superestrutura material – que mantém oportunidades e privilégios de publicação por trás dos discursos anticoloniais – e produzir, de fato, a prática da descolonização.

“Analisar as condições de conhecimento é fundamental para uma aposta

⁴⁰ “A pesar de lo problemáticas que suelen ser estas apropiaciones, éstas llegan a ser útiles en la revisión crítica del feminismo y, al mezclarse u operar dentro de un marco analítico como el del feminismo descolonial interesado en la crítica al eurocentrismo y al racismo epistémico, pueden llegar a funcionar de manera distinta, armando una especie de etapa intermedia en la tarea de descolonizar el feminismo. Así, algunas de las que componen el grupo retoman al feminismo materialista francés con su temprano cuestionamiento a la idea de naturaleza, su comprensión de la categoría mujeres como “clase” producida dentro de la relación antagónica hombre-mujer, así como, el análisis de la heterossexualidad como régimen político. Ideas como la de tecnología y performatividad de género, así como la crítica del feminismo posestructuralista al esencialismo de la categoría mujer y la política de identidad, siguen teniendo cierto nivel de influencia en este campo.” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016: p. 152)

⁴¹ A obra referenciada pela autora é: RIVERA COSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxwia. Uma reflexión sobre prácticas y discursos descoloniales. Buenos Aires: Tinta y Limón, 2010.

decolonial e deve ser central para analisar a colonialidade do saber, do poder e do ser e buscar alternativas para eliminá-la.” (CURIEL, 2014: p. 58, tradução nossa⁴²)

3.2 A MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA

O feminismo latino-americano, de acordo com Barrancos (2019), não teve um engajamento com agenciamento de ideias antes do século XX. É possível destacar a década de 1920, como substancial na região para os feminismos, que sempre foram múltiplos e plurais.

Foi Elena Arizmendi Mejía, uma mexicana em Nova Iorque, quem concebeu a liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas. Esta liga figurou como “o que poderiam ser emblemas decoloniais; uma sorte de competência com o que pretendia a famosa League of Women Voters (1920) dos Estados Unidos, pró voto, que fomentou um feminismo, uma relação, uma liga pan-americana”. (BARRANCOS, 2019: p. 227, tradução nossa⁴³)

Em 1922 foi realizado, em Baltimore, a I Conferência Panamericana da Mulher, esse evento dá início a Liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas, constituindo uma ideia mais próxima do feminismo latino-americano, para a representatividade da situação das mulheres da região. No I Congresso Internacional de Mujeres de la Raza, realizado em 1925:

Eles presumiram que havia uma circunstância singular nas mulheres da América Latina, a quem chamavam de “a raça”, que não tinham exatamente o mesmo significado de hoje, semiologicamente elas tinham outras relações: a importância, a capacidade de erguer-se da própria condição humana, sem ignorar que a partir daí passaram a certos raciaismos. Na raça, foi levada em conta essa relação das mulheres espanholas e latino-americanas no que poderia ser uma tentativa feminista diferente da anglo-saxônica. Portanto, pode-se assim apreciar desde quando tivemos uma linha inspiradora que tornou mais notável a realidade da mulher latino-americana. (BARRANCOS, 2019: p. 228, tradução nossa⁴⁴):

⁴² “Analizar las condiciones de producción de conocimiento es fundamental para una apuesta decolonial y debe ser central para analizar la colonialidad del saber, del poder y del ser y buscar alternativas para eliminarla.” (CURIEL, 2014: p. 58)

⁴³ “lo que podrían ser emblemas decoloniales; una suerte de competencia con lo que pretendía la famosa League of Women Voters (1920) de Estados Unidos, pro voto, que fomentó un feminismo, una relación, una liga panamericana”. (BARRANCOS, 2019: p. 227)

⁴⁴ “Presuponían que había una circunstancia singular en las mujeres de América Latina, a las que llamaban ‘la raza’, que no quiere decir exactamente lo que hoy significa, tenía semiológicamente otras relaciones: la enjundia, la capacidad de erguirse de la propia condición humana, sin ignorar que de ahí se pasaban a ciertos raciaismos. En la raza se tenía en cuenta esta relación de las mujeres españolas y latinoamericanas en lo que podía ser un conato feminista diferente al anglosajón. Puede así

A autora discorre que, no México houve uma queda do feminismo nos anos da década de 1930. E o feminismo retorna mais moderado na década de 1940 com Doña Amalia González Caballero de Castillo Ledón, uma mulher de classe média que lutava pelos direitos políticos fingindo inocência, como uma estratégia de poder. Entretanto, após as décadas de 1960 e 1970, muitas mulheres foram cursar pós-graduação nos EUA. Fato que influenciou o México a ser pioneiro na criação de cursos de pós-graduação com muitas atividades feministas.

Na Costa Rica, Barrancos (2019), destaca Carmen Lyra e Ángela Acuña, que foram líderes da Liga Feminista Costarricense em 1923. Com a conquista do voto feminino em 1949, o país teve muita influência nas reverberações feministas com vinculação política de esquerda. Já a Venezuela - que sofreu uma das ditaduras mais temíveis e mais longas da região no período de 1910-1935 – criou uma resistência nos anos 1920 chamada de *Geración del 28*, na qual surgiu a *Sociedad Patriótica de Mujeres Venezolanas*, liderada por Carmen Clemente Travieso.

A autora discorre que, com o fim da ditadura, na década de 1930, são criadas a *Asociación Venezolana de Mujeres* y la *Asociación Cultural Femenina*. O *Primer Congreso Femenino Venezolano* é realizado em 1945, porém no mesmo ano inicia-se uma nova ditadura, que teve como oposição uma grande formação de mulheres, tais como a Junta Patriótica Femenina. Destacando a afrodescendente Argelia Laya, que fundou o *Movimiento al Socialismo* – influenciando a resistência guerrilheira da década de 1960 – que lutou sempre pelos direitos das mulheres e ao longo de sua vida não abdicou do feminismo nem do pensamento político de esquerda.

Outro destaque importante na Venezuela é o feminismo acadêmico que reverbera nos anos 1970. Na Universidade de Zulia é criada a *Cátedra Libre de la Mujer*, que tem como figura próxima Maria Luisa Femenías, que “talvez seja uma das primeiras do gênero e constitui um precedente relevante para entender os caminhos do feminismo naquele país”. (BARRANCOS, 2019: p. 233, tradução nossa⁴⁵)

No Chile a autora aponta a importância de Marina Barros Borgoño que traduziu – entre os anos de 1872-1873 – o livro *A sujeição da mulher*, de John Stuart Mill. Uma grande influência para as mulheres, já no ano de 1913, foi Dona Belén de Sárraga,

apreciarse desde cuándo tenemos una línea inspiradora que hiciera más notable la realidad de las latinoamericanas.” (BARRANCOS 2019, p. 228):

⁴⁵ “ha estado muy cerca del grupo, y es tal vez una de las primeras en su tipo y se constituye en un relevante antecedente para comprender los derroteros del feminismo en aquel país.

uma médica espanhola que lutava pelos direitos das mulheres. Em sua homenagem são criados os Centros Belén de Sárraga, com um grupo importante de feministas da classe trabalhadora. Surgiram vários partidos femininos e facções femininas partidárias na década de 1920, embora já existissem o *Consejo Nacional de las Mujeres* e um *Centro Femenino de Estudios*.

O *Partido Femenino Progressista Nacional* foi criado em 1921, e depois o *Partido Cívico Femenino*. Essas formações partidárias femininas do Chile foram difundidas em poucos países. “No México, também existiu um partido feminino em um determinado momento, e a Argentina também teve uma pequena alegoria de Partido Feminista Nacional (encabeçado por Julieta Lanteri), assim como no Uruguay.” (BARRANCOS, 2019: p. 235, tradução nossa⁴⁶)

Outras organizações destacadas pela autora são: a *Agrupación Nacional de Mujeres*, de 1934; o *MEMCH - Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile*, de 1935 com a importante atuação de Elena Caffarena. Em 1946 é criado o *Partido Femenino de Chile* que elegeu – no ano de 1951 – a senadora María de la Cruz. Contudo, a senadora foi muito desprestigiada pela esquerda por manter laços com o peronismo⁴⁷. Sobre essa questão, Barrancos (2019, p. 237, tradução nossa⁴⁸), afirma que:

As urgências da esquerda estavam mais ao lado do que seria uma revolução social sob todos os pontos de vista pacíficos, é claro, mas como muito bem se notou, com uma limitação muito grande quanto à expressão dos direitos das mulheres. Os direitos das mulheres estavam profundamente arraigados no princípio geral da revolução, da transformação social abrangente que este grande governo desejava e que, como se sabe, foi derrubado. Tivemos que esperar muito para renovar aquele antigo mandato que teve a esquerda e que a campanha contra Pinochet fez com força. É verdade que o Chile também tem aquele tremendo panorama dessa área das mulheres

⁴⁶ “En México, también hubo un partido en un momento determinado, la Argentina también tuvo una pequeña alegoría de Partido Feminista Nacional (encabezado por Julieta Lanteri) y lo hubo en Uruguay.” (BARRANCOS, 2019: p. 235)

⁴⁷ Peronismo é o nome genérico do “Movimiento Nacional Justicialista”, que foi criado e liderado a partir do pensamento de Juan Domingo Perón, militar e estadista argentino, eleito presidente nos anos de 1946, 1951 e 1973.

⁴⁸ “Las urgencias de la izquierda estuvieron más del lado de lo que sería una revolución social desde todo punto de vista pacífico, desde luego, pero como se apunta muy bien, con una limitante muy grande con respecto a la expresión propia de derechos femeninos. Los derechos femeninos quedaron muy embutidos en el principio general de la revolución, de la transformación social integral que quiso este gran gobierno, que como bien se sabe, fue derrocado. Hubo que esperar largo tiempo para renovar ese viejo mandato que habían tenido las izquierdas y que enarbolaron muy fuerte la campaña contra Pinochet. Es cierto que Chile tiene, también, ese panorama tremendo de esa zona de mujeres conservadoras, que ha sido estudiado por la gran investigadora Margaret Power (2008) y destaco especialmente este trabajo sobre un grupo grande de mujeres en Chile, que por supuesto contribuyó fuertemente a la derrocada de Allende.” (BARRANCOS, 2019: p. 235)

conservadoras, que foi estudado pela grande pesquisadora Margaret Power⁴⁹ (2008) e eu destaco especialmente este trabalho sobre um grande grupo de mulheres no Chile, que é claro contribuiu fortemente para a derrubada de Allende.

O cenário do feminismo chileno esteve situado entre a contestação do pensamento político de esquerda e o conservadorismo que contribuiu para o governo ditatorial de Pinochet. Entretanto, houve um grande resgate da agenda do feminismo nos anos 70 e 80, atuando contra Pinochet, que articulou a situação atual de ocupação das universidades pelas mulheres.

De acordo com Teles (1999), no Brasil, Nísia Floresta Brasileira Augusta, foi uma das primeiras feministas, ela era abolicionista, fundou uma escola de meninas no ano de 1838, e traduziu – em 1852 – o livro *Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens*, de autoria de M. Woolestonecraft.

No início do século XX, segundo a autora, houve uma ampla participação das mulheres no movimento operário. Em 1910 o *Partido Feminino Republicano* foi fundado pela professora Deolinda Dalho, que defendia a ocupação de cargos públicos por mulheres, e reuniu cerca de 100 mulheres numa passeata no Rio de Janeiro pelo direito ao voto. A greve do setor têxtil, de 1919, paralisou 30 mil trabalhadores, dos quais as mulheres e as crianças tiveram ampla participação.

Maria Lacerda de Moura e Bertha Lurz, criaram o grupo de estudos denominado *Liga para a Emancipação Internacional da Mulher*, no ano de 1920. Em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi fundada por Bertha Lutz, e era influenciada por entidades da América do Norte. O voto feminino foi conquistado com a *Constituição Brasileira de 1934*, que teve como primeira mulher constituinte Carlota Pereira de Queirós. No mesmo ano foi criada a *União Feminina*, que integrava a *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), movimento comunista que lutava contra o governo de Getúlio Vargas. (TELES, 1999)

Embora, em 1945 tenham sido criados o *Comitê das Mulheres pela Democracia* e a Associação das Donas-de-Casa contra a Carestia, a autora aponta que, nenhuma mulher participou da *Assembleia Nacional Constituinte de 1946*. Sediada no Rio de Janeiro, a *Associação Feminina do Distrito Federal*, espalhada em cerca de 30 bairros da cidade, lutava pelos direitos da mulher, contra o alto custo de vida e contra o

⁴⁹ A obra referenciada é: POWER, Margaret. La mujer de derecha. El poder femenino y la lucha contra Salvador Allende (1964-1973). Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2008.

despejo das favelas.

A *Federação das Mulheres do Brasil* (FMB) foi fundada no mês de maio de 1947, sua primeira presidente foi Alice Tibiriça. Entre as propostas da FMB estava o debate de direitos das mulheres, a paz mundial e a proteção à infância. A entidade realizou o *I Congresso da FMB*, em 1951. No ano de 1952, a I Assembleia Nacional de Mulheres teve representação de nove estados. A *Conferência Nacional de Trabalhadoras* foi realizada no Rio de Janeiro de 18 a 20 de maio de 1956. (Teles, 1999)

Apesar de o presidente Juscelino Kubtschek ter suspenso as atividades de organizações femininas, em 1960 foi criada a *Liga Feminina do Estado da Guanabara*. Mas, após “o Golpe de 64 essas associações femininas praticamente desapareceram, voltando a tomar impulso a partir de 1975, com o Ano Internacional da Mulher”. (TELES, 1999: p. 51)

Ao tratar da presença política das mulheres na América Latina na década de 1970, BARBIERI & OLIVEIRA (1986) analisam suas diversas formas de organização, tanto no movimento feminista quanto nos outros movimentos sociais. Na maioria dos países da região, o cenário político era de alternância de governos ditatoriais, de autoritarismo e grande repressão, com lapsos de jogo democrático. E assim, todas as formas da vida cotidiana e da atuação pública, eram permeadas pelo sexismo, e estavam marcadas por distâncias étnicas, sociais e econômicas.

Três tipos de ações coletivas são caracterizadas pelas autoras:

- 1) Movimentos articulados e torno da busca de identidades: de gênero; gênero e etnia; gênero e idade.
- 2) Movimentos articulados pelas demandas de manutenção e melhorias materiais de existência de setores específicos nos âmbitos: do trabalho (cooperativas, sindicatos e experiências de autogestão); consumo coletivo (movimentos de donas-de-casa, movimentos populares)
- 3) Movimentos articulados em defesa da vida e dos direitos humanos: movimentos de refugiados; comitês de mães ou de desaparecidos familiares.

As três modalidades de ação coletiva têm em comum que emanam da sociedade civil e tentam interferir na sociedade política, mas não buscam o poder como tal; enquanto a participação nas organizações políticas está orientada para a busca do poder do Estado, seja por meio de canais institucionalizados ou por meio da luta armada.

(BARBIERI & OLIVEIRA, 1986: p. 8, tradução nossa⁵⁰)

Os movimentos em torno de gênero e etnias, ainda segundo as autoras, articulam as demandas de gênero com as étnicas:

Em diferentes cidades brasileiras, importantes grupos de mulheres negras tornaram-se objetos de reflexão e mobilização; que reivindicam seus corpos femininos negros e protestam contra seu uso como força de trabalho altamente discriminada no mercado trabalhista e seu estereótipo exacerbado de mulher-objeto sexual. (BARBIERI & OLIVEIRA, 1986: p. 9-10, tradução nossa⁵¹)

Elas também citam a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa* formado por mulheres indígenas bolivianas, que conjugam reivindicações de classe, gênero e etnia.

Na década de 1970, organizações e movimentos se baseavam nas reivindicações de classe, gênero, idade e etnia, nos quais: “Apesar dos conflitos individuais, as mulheres tornaram pública uma existência carregada de trabalho, responsabilidades e afetos.” (BARBIERI & OLIVEIRA, 1986: p. 24, tradução nossa⁵²)

CARNEIRO (2003) afirma que as proposições do movimento de mulheres são norteadas pelos seguintes vetores: mercado de trabalho, violência, saúde e meios de comunicação.

3.2.1 A primeira década dos Encontros Feministas da América Latina e Caribe

Para GALVAN (1995), os aportes teóricos do feminismo latino-americano foram centrados no discurso da igualdade e só tratava do tema da diferença a respeito da diferença sexual, baseando suas análises em suposições de gênero universalistas:

A questão étnico-racial encabeçou a lista de ausências e os nós da agenda do movimento feminista latino-americano, apesar de que, desde 1983, as mulheres negras presentes nos encontros temos tratado de abrir brechas nessas agendas, mas, desde uma posição periférica de minoria e de onde somente nós temos nos sentido

⁵⁰ “Las tres modalidades de acción colectiva tienen em común que emanan desde la sociedad civil y tratan de interferir em la sociedad política, pero no buscan el poder como tal; mientras que la participación em organizaciones políticas se orienta a la búsqueda del poder del Estado, ya sea por los canales institucionalizados o por la lucha armada.” (BARBIERI & OLIVEIRA, 1986: p. 8)

⁵¹ “En distintas ciudades de Brasil, grupos importantes de mujeres negras se han constituido em sujetos de reflexión y movilización; reivindican sus cuerpos femeninos negros y protestan contra su uso como fuerza de trabajo fuertemente discriminada em el mercado laboral y estereotipo exacerbado de la mujer-objeto sexual.” (BARBIERI & OLIVEIRA, 1986: p. 9-10)

⁵² “A pesar de los conflictos individuales, las mujeres han hecho pública una existencia cargada de trabajo, responsabilidades y afectos”. (BARBIERI & OLIVEIRA, 1986: p. 24)

convocadas. (GALVAN, 1995: p. 34, tradução nossa⁵³)

Vários conflitos foram gerados com a participação de mulheres negras nas primeiras edições do Encontro Feminista da América Latina e Caribe, devido ao questionamento desse pensamento universalista que não contemplava as mulheres não-brancas.

Analisando as duas primeiras décadas desses encontros, ALVAREZ [et. al] (2003) apresentam os principais temas de debates:

(1) mudanças nas concepções de 'autonomia' do movimento e na relação dos feminismos com o movimento de mulheres mais amplo e com outros atores na sociedade civil e política, o Estado e instituições internacionais; (2) controvérsias geradas pelas recorrentes crises de 'inclusão' e de 'expansão' do movimento; e (3) debates centrados nas diferenças, desigualdades e desequilíbrios de poder entre mulheres em geral e entre as feministas em particular. (ALVAREZ et al., 2003: p. 541)

O I Encontro Feminista da América Latina e Caribe foi realizado em Bogotá, na Colômbia, no ano de julho de 1981, com representação de aproximadamente cinquenta organizações. Nos quatro dias do evento foram reunidas cerca de duzentas mulheres, ampliando o "mapa feminista da América Latina". (STRENBACH et al., 1994)

Foram estabelecidos princípios organizadores no I EFALC que tinham o intuito de preservar a capacidade de inclusão, mas também de autonomia no evento e de maneira implícita, do próprio feminismo. Tais princípios geraram uma polêmica sobre "quem poderia ser considerada 'feminista' o suficiente para participar dos Encontros, e, mais amplamente, a quem o feminismo deveria convocar em primeiro lugar?" (ALVAREZ et al., 2003: p. 547)

Na plenária do último dia do I EFALC foram ouvidos os relatos das sessões realizadas e tomadas várias resoluções, desde manifestações de solidariedade às mulheres da Guatemala, Colômbia, Chile e às mães da Praça de Maio, na Argentina; além de questões mais amplas como a igualdade dos direitos de reprodução, de cuidados com as crianças, melhoria educacional, direito ao trabalho e equiparação de

⁵³ La cuestión étnica/racial ha encabezado la lista de las ausencias y los nudos en la agenda del movimiento feminista latino-americano, a pesar de que, desde 1983, las mujeres negras presentes en los encuentros hemos tratado de abrir brechas en dichas agendas, pero, claro, está, desde la periferia y desde una posición de minoría y donde sólo nosotras nos hemos sentido convocadas. (GALVAN, 1995: p. 34)

rendimentos; e especificamente de lutas nacionais em El Salvador e Nicarágua.

Declararam também o dia 25 de novembro como o Dia Internacional da Não Violência contra Mulheres, em memória das três irmãs Miraval⁵⁴, da República Dominicana, que foram assassinadas por pistoleiros de Trujillo⁵⁵ em 1960.

Em seguida a um retumbante voto de agradecimento às organizadoras do *Encuentro*, tomou-se, entre lágrimas e entusiásticas manifestações de solidariedade feminista internacional, a resolução final de voltarem a encontrar-se dentro de dois anos, em Lima, Peru. (STRENBACH et al., 1994: p. 269)

De acordo com ALVAREZ et al. (2003), esse encontro refletiu o desejo da criação de novas maneiras de fazer política, que eram mais participativas e não-hierárquicas. Tanto o primeiro quanto os dois encontros posteriores foram autofinanciados.

O II Encontro Feminista da América Latina e Caribe – em Lima, no Peru – ficou marcado pelo crescimento do movimento feminista, com a participação de 600 mulheres. Foi decidido pela comissão organizadora que esse encontro deveria se concentrar no tema do patriarcado: “Dezenove workshops (talleres) foram organizados, todos começando com ‘Patriarcado e...’; entre os tópicos de grande abrangência estavam saúde, igreja, poder, sexualidade, violência contra mulheres e pesquisa feminista.” (STRENBACH et al., 1994: p. 271)

No II EFALC, o tema do racismo foi apresentado de maneira coletiva e continental pelas mulheres afrodescendentes e indígenas, que começaram a organizar, dentro dos encontros, espaços de debates. (CURIEL, 2007)

Segundo STRENBACH et al. (1994), foram realizados diversos workshops, que não constavam na programação oficial. O workshop sobre lesbianismo contou com a participação de 300 mulheres, o que conseqüentemente acarretou no reconhecimento das lésbicas no feminismo latino-americano, marcando a visibilidade lésbica no movimento e desafiando as feministas heterossexuais no enfrentamento da homofobia. E, no workshop sobre racismo foi criado um fórum que criticou a falta de espaço no evento para as questões raciais, com a participação de negras e indígenas

⁵⁴ Patria Mercedes Mirabal (1924-1960), Minerva Argentina Mirabal (1926-1960) e Antonia María Teresa Mirabal (1936-1960) foram dominicanas que se opuseram à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo e por isso foram assassinadas no dia 25 de novembro de 1960.

⁵⁵ Rafael Leónidas Trujillo Molina (1891-1961), tomou o controle da República Dominicana em 1930 e dirigiu o país até seu assassinato, em 1961. Acumulou fortuna às custas de seu povo reprimindo a oposição.

que desafiaram esse Encontro e os demais a tratar do racismo dentro do movimento feminista, considerando as experiências de vida das mulheres não brancas nos seus diversos contextos culturais nacionais e sociais.

Gonzalez destaca a atuação do NZINGA⁵⁶ no II EFALC. O NZINGA foi um coletivo de mulheres negras criado em 16/06/1983 na cidade do Rio de Janeiro, formado por mulheres do movimento feminista e do movimento negro.

Em meados de julho daquele mesmo ano [1983], a companheira Jurema Batista (fundadora e presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí) seguia para Lima como delegada do NZINGA para o II Encontro Feminista da América Latina e Caribe, juntamente com duas representantes do Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (e a atuação dessas companheiras foi de tal ordem que conseguiram que se criasse um Comitê Antirracismo no interior do Encontro). Pela primeira vez, na história do feminismo negro brasileiro, uma favelada representava, no exterior, uma organização específica de mulheres negras. (GONZALEZ, 2018: p. 279)

STRENBACH et al. (1994), constataram alguns conflitos nesse II EFALC:

- a) a continuidade da disputa sobre a quem representava os interesses “verdadeiros” das mulheres de classe operária;
- b) diferenças de classe e ideológicas presentes nos desentendimentos sobre o conteúdo, estrutura e valor do evento;
- c) e o questionamento sobre a falta de assistência ao movimento de mulheres do Peru, além de não terem sido discutidos os problemas enfrentados por essas mulheres.

Elas também destacam que:

Embora o *Encuentro*⁵⁷ representasse avanços importantes na articulação das feministas latino-americanas, estabeleceu ao mesmo tempo uma estrutura na qual alguns problemas difíceis pudessem ressurgir mais tarde. A análise do patriarcado e das relações de poder de gênero, por exemplo, deu um novo contexto para o diálogo entre feministas e militantes, assim como a discussão da estratégia feminista. A participação das que trabalhavam com mulheres, mas não se definiam necessariamente como feministas, estabeleceu o cenário para a futura conceitualização, dentro do movimento feminista, do movimento de mulheres. O plenário final produziu um diálogo muitas vezes lacrimoso, envolvendo o relacionamento entre feministas e militantes, que em algumas mulheres evocou um anseio nostálgico da solidariedade em que terminara o *Encuentro* em Bogotá. Em essência, as participantes de Lima sentiram que o problema não era repetir

⁵⁶ De acordo com Lélia Gonzalez (2018), o nome NZINGA foi escolhido por conta da preocupação de suas fundadoras com o resgate do passado recalcado pelo discurso histórico oficial, homenageando a rainha Jinga (NZINGA), que lutou, em Angola, contra a opressão portuguesa.

⁵⁷ Foram mantidas as mesmas formatações de destaque redigidas pelas tradutoras.

Bogotá, mas antes questionar porque as **históricas** achavam tão necessário reproduzir o que ocorrera lá⁵⁸. (STRENBACH et al., 1994: p. 273)

E pontuam que o II EFALC causou um descontentamento que foi precursor para que o encontro seguinte fosse baseado na auto-gestão.

O III EFALC, foi realizado na cidade de Bertioga, no Brasil, em 1985. De acordo com Ribeiro (1995), o evento contou com a participação de 850 mulheres, entre essas, 116 declararam-se mestiças e negras. As temáticas de racismo e feminismo foram debatidas por mulheres negras de diferentes nacionalidades, cujos depoimentos constatavam frequentemente suas dificuldades para tratarem de sua realidade.

Para STRENBACH [et al.], (1994), nessa época o feminismo da América Latina havia se tornado cultural e politicamente independente. A conquista dos objetivos das feministas era realizada em diversas esferas, de sindicatos a ministérios governamentais, coletivos lésbicos e centros de saúde alternativos.

As quase 400 brasileiras presentes personificavam a ampla gama de ideologias e atividades entre as autoproclamadas feministas de meados da década de 80. As brasileiras tinham criado o que talvez fosse o maior, mais radical, mais diversificado e mais politicamente influente movimento feminista na América Latina. Seus Encontros regionais e nacionais, sua experiência com eleições e partidos políticos e sua visibilidade na política nacional fizeram do movimento brasileiro ao mesmo tempo a inveja e, em certa medida, o modelo dos movimentos feministas latino-americanos. Talvez por isso, o que aconteceu no encontro do Brasil não apenas deixou muitas participantes perplexas, porém, mais importante, também exacerbou as tensões existentes entre militantes e feministas, e entre feminismos e o movimento de mulheres. (STRENBACH [et al.], 1994: p. 274)

No primeiro dia do evento, foi evidenciada a dificuldade de construção de pontes entre expressões diferentes desses movimentos “quando um grupo de mulheres de uma favela do Rio de Janeiro chegou em um ônibus, pedindo para poder participar, apesar de não ter condições de pagar a taxa de inscrição”. (ALVAREZ et al., 2003: p. 548)

Houve uma grande discussão que dividiu a opinião das participantes. De um lado, se compreendia que o valor de 60 dólares da taxa de inscrição era muito alto; por outro lado, havia a desconfiança de que essas mulheres estavam representando interesses de líderes políticos. Foi decidido que elas não poderiam participar.

“Mas lá estavam 23 mulheres, acampadas fora dos portões do

⁵⁸ Grifos das autoras.

Encuentro, recusando-se a ir embora enquanto não admitidas como grupo, e criando com isso um espaço separado e distinto para as que desejassem conversar com elas. Muitas participantes o fizeram. (STRENBACH et al., (1994): p. 275)

Várias participantes, principalmente as que militavam no movimento de mulheres negras persistiam em questionar que “as questões de raça e classe não ocupavam um lugar central na agenda do Encontro e que as mulheres negras e pobres não haviam tido uma participação significativa na elaboração dessa agenda.” E também que: “as desigualdades de raça e classe dificilmente são resolvidas com a simples ‘inclusão’ de mulheres de classe trabalhadora e não-brancas nos ‘ranks’ do feminismo”. (ALVAREZ [et al.], 2003: p. 548)

A participação de 1500 mulheres no IV EFALC – em Taxco, México, 1987 – evidenciou os desafios propiciados pela ampliação do movimento entre mulheres não-brancas, trabalhadoras e pobres. Muitas “feministas antigas” afirmavam que os encontros eram um lugar para recuperar condutas e ideias feministas e não deveria ser “uma “escola feminista” para “as massas”. “Outras viram essa atitude como um ressurgimento do ‘feministômetro’ e rejeitaram a pressuposição de que as mulheres centroamericanas, indígenas ou pobres não fossem ‘feministas’ o suficiente para participarem.” (ALVAREZ [et al.], 2003: p. 548)

Segundo STRENBACH [et al.] (1994), era a primeira vez que o evento contava com a representação de todos os países do Caribe de língua espanhola, da América do Sul e Central. Pela primeira vez as lésbicas organizaram um encontro próprio, antes de Taxco, no qual 250 mulheres estavam presentes. Dezenas de ajudas de custo foram oferecidas, o que possibilitou a participação de mulheres da classe operária e pobres, mas houve uma participação menor de indígenas e negras do que em Bertioiga. A inscrição no IV EFALC foi no valor de cem dólares, o que continuava sendo alto inclusive para as mulheres de classe média.

Apesar de - ou talvez até por causa de – algumas das questões problemáticas que (re)surgiram no quarto Encuentro, a maioria das participantes de Taxco reconheceu que alguma coisa diferente, na realidade singular, estava ocorrendo ali: que, de fato, Taxco representava uma transição do pequeno grupo de feministas dedicadas para um grande movimento de amplas bases, politicamente heterogêneo e multirracial. Mas nem todas as participantes em Taxco (sobretudo as históricas) estavam necessariamente satisfeitas com essa transição. Pois dentro da rubrica de um movimento de grande escala, continental, multiclassista, havia mulheres em diferentes estágios do pensamento feminista, e também uma frustração para aquelas que queriam avançar de onde tinham ficado no último

Encuentro. (STERNBACH [et al.], 1994: p. 286)

Entretanto, ainda de acordo com as autoras, a maior parte das mulheres defendeu que era preciso diversificar as arenas dos campos de luta feminista. E que, para responder as novas democracias, era preciso o desenvolvimento de ideias e críticas novas, além de mecanismos renovadores de “fazer política”.

Realizado em São Bernardo, Argentina, no ano de 1990, o IV EFALC teve como tema *O Feminismo como um Movimento Transformacional: Avaliação e Perspectivas na América Latina*. O evento contou com a participação de mulheres de 38 países, incluindo Etiópia, Turquia, Haiti e Cuba. No total, foram cerca de três mil participantes, das quais 650 eram brasileiras. Foram propostas atividades centradas “em quatro subtemas: a construção de identidades coletivas e valores conflitantes; variantes organizacionais e espaços de desenvolvimento; relações entre feminismo e outras áreas sociais; e propostas, perspectivas e estratégias políticas”. (STERNBACH [et al.], 1994: p. 287)

Não apenas a quantidade, mas a diversidade das participantes era muito grande, o que gerou articulações diversificadas. Tais como, as mulheres indígenas, que se reuniram para discutir a “comemoração” do que se denomina como “descobrimento de 1492”, elas propuseram a declaração do *Dia das Mulheres Indígenas* na data de 11 de outubro. E as mulheres negras, se articularam para a realização do *I Encontro de mulheres negras latino-americanas e caribenhas* no ano de 1992, na República Dominicana. O IV EFALC terminou com uma marcha de cinco mil mulheres nas ruas de Buenos Aires.

Esse emergente contexto, no qual se inseria o feminismo no início dos anos 1990, foi retratado por uma quantidade significativa de feministas com engajamento em advocacy⁵⁹ de políticas de gênero e “a crescente visibilidade em San Bernardo de feministas ativas em partidos legais em vez de partidos clandestinos de Centro e de Esquerda, envolvidas em política eleitoral ou empregadas em agências estatais”. (ALVAREZ et al., 2003: p. 549)

⁵⁹ Advocacy é, basicamente, um lobby realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. É na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro advocacy, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural. Fonte: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592> acessado em 30/8/2019.

3.3 A REDE DE MULHERES AFRO-LATINO-AMERICANAS, AFRO-CARIBENHAS E DA DIÁSPORA (REDE AFRO)

Desde o III Encontro Continental de Mulheres que foi realizado no ano de 1986, em Cuba, surgiu a ideia de uma articulação internacional de mulheres afrodescendentes do Caribe e América Latina, devido a necessidade de se criar um mecanismo para impulsionar e coordenar uma política regional antissexista e antirracista. Mas, somente no V EFALC é que se começa a materializar essa ideia. (CURIEL, 2007)

Assim, o *I Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas* (EMNLC), que ocorreu na República Dominicana, de 19 a 25 de julho de 1992, contou com 400 participantes de 32 países. Essas mulheres se mobilizaram de maneira independente e também em coletivos e variadas organizações.

A *Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora* (Rede Afro) foi formada em 25 de julho de 1992, no mesmo dia em que foi criado o *dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana e Afro-Caribenha*. Reunindo organizações de 25 países da América Latina e Caribe, a Rede Afro foi gerada para lutar contra a discriminação, o racismo, a xenofobia, a lesbofobia e todas as formas de exclusão. (REIS, 2011)

A RED AFRO (2015), aponta que foi construída com o objetivo de ser uma articulação continental para o enfrentamento ao sexismo e ao racismo, dando visibilidade à marginalização na qual milhões de mulheres afrodescendentes vivem, devido a discriminação racial e de gênero. Além do combate aos estereótipos das mulheres negras na sociedade e a promoção de sua participação em todos os espaços de tomada de decisões e da vida pública.

De acordo com a memória do I EMNLC, a Rede Afro propôs os seguintes objetivos:

- trabalhar conjuntamente para melhorar as condições de vida das mulheres negras;
- combater as ideias negativas (prejuízos e estereótipos) que se vinculam sobre a mulher negra;
- denunciar todo tipo de discriminação contra as mulheres negras;
- promover a participação das mulheres negras nos diferentes espaços políticos e de decisão;
- promover a comunicação, intercâmbio de experiências, solidariedade e destreza com outras organizações;
- apoiar a luta das mulheres haitianas por melhores condições sociais

e pela solução da crise política;
 • apoiar a luta da mulher dominicana de ascendência haitiana por melhores condições sociais, e econômicas. (REDLAC⁶⁰, 1993 apud CURIEL, 2007: p. 264, tradução nossa⁶¹)

CURIEL (2007) apresenta duas etapas da Rede Afro, a primeira é a etapa de formação no período de 1992-1997 e a segunda ela define como “a institucionalização carente de conteúdo político”, de 1997-2005.

A primeira etapa, de formação, foram os primeiros passos, com pouca experiência organizativa e um baixo perfil político, interagindo com movimentos negros, movimentos feministas e de mulheres. Para se articular, a Rede Afro partiu do conceito de mulher negra como uma identidade política compartilhada, geradora de um sentido de coletividade. Naquele momento, devido a inexperiência de muitas militantes, elementos centrais como: as diversidades de experiências políticas, as diferenças sociais, econômicas e de profissionalização – não foram considerados. “Pensávamos que só o fato de ‘ser negra’ poderia nos permitir a priori uma experiência coletiva.” (CURIEL, 2007: p. 266, tradução nossa⁶²)

A autora aponta que nem todas as integrantes consideravam-se feministas. E que apesar de a Rede Afro ter muitas lideranças lésbicas que atuavam no movimento lésbico e feminista, existia uma dificuldade em tratar do “heterocentrismo” como mais um sistema de dominação, além do racismo e do sexismo.

Sobre os êxitos desse período, ela destaca a comunicação via boletim, que era traduzida em três idiomas e enviada por correio postal, a realização de seminários e a participação em eventos nacionais e internacionais sobre sexismo e racismo. Entretanto, ela questiona que algumas mulheres, que participaram de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), mobilizaram recursos para a realização de negociações, lobby e acabaram se descuidando de outras prioridades políticas. E foi criada – por algumas integrantes que se assumiram como representantes da Rede

⁶⁰ RED DE MUJERES AFROLATINAS Y AFROCARIBEÑAS, Memória del I Encuentro de Mujeres Negras de América Latina y El Caribe, República Dominicana, 1993.

⁶¹ “trabajar conjuntamente para mejorar las condiciones de vida de las mujeres negras; combatir las ideas negativas (prejuicios y estereotipos) que se vinculan sobre la mujer negra; denunciar todo tipo de discriminación contra las mujeres negras; promover la participación de las mujeres negras en los diferentes espacios políticos y de decisión; promover la comunicación, intercambio de experiencias, solidaridad y destreza con otras organizaciones; apoyar la lucha de las mujeres haitianas por mejores condiciones sociales y por la solución de la crisis política; apoyar la lucha de la mujer dominicana de ascendencia haitiana por mejores condiciones, sociales y económicas.” (REDLAC, 1993 apud CURIEL, 2007: p. 264)

⁶² “Pensávamos que sólo el hecho de “ser negra” podía permitirnos una experiencia política colectiva a priori.” (CURIEL, 2007: p. 266)

Afro – uma estrutura de poder e manejo de informação.

Contudo, nesse período, a Rede Afro foi bem-sucedida em diversas questões, tais como, o aumento de organizações de mulheres afrodescendentes em diversos países, e a realização de diversas atividades no dia 25 de julho: *Dia das Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas*. “Logrou-se, no entanto, que nos informes nacionais dos países que foram apresentados nas conferências foi colocado o tema do racismo na subordinação das mulheres, ainda que isto só tenha ficado nos documentos.” (CURIEL, 2007: p. 268, tradução nossa⁶³)

Na segunda etapa, que CURIEL (2007) denomina como “a institucionalização carente de conteúdo político, entre os anos de 1997 a 2005, ela ressalta a realização do II EMNALC. Esse encontro foi realizado em 1997, na Costa Rica, em um momento em que a Rede Afro contava com cerca de 50 mulheres independentes e 200 organizações. E foram redefinidos e revisados os objetivos da Rede Afro, de acordo com a memória do evento:

- Impulsionar a construção e consolidação de um movimento amplo de mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas que incorpore a perspectiva étnica, racial e de gênero. Através da mesma pretendemos propiciar e fortalecer o intercâmbio e a solidariedade entre as organizações e mulheres da diáspora.
- Visibilizar a realidade socioeconômica, política e cultural em que vivem as mulheres negras, a qual nos coloca em uma situação de discriminação e subordinação, assim como as consequentes violações a nossos direitos humanos.
- Incidir nas instâncias governamentais ou estados com a elaboração e implementação de políticas públicas, com objetivo de mudança do caráter racista que muitas vezes está subentendido e lutar por um modelo de desenvolvimento que se sustente na reafirmação, reconhecimento e o respeito das identidades étnicas, raciais e de gênero.
- Lutar pelo cumprimento dos convênios internacionais que beneficiem diretamente as mulheres negras da América Latina e Caribe. (REDLAC⁶⁴, 2001 apud. CURIEL, 2007: p. 269)

Estes objetivos delinearam uma articulação mais concreta, mas não obtiveram êxito pois não havia nem um debate coletivo, nem prioridade políticas:

As ações fundamentais da Redlac foram definidas desde a matriz sem um processo coletivo para promovê-las. Quando a sede se mudou para a Costa Rica, embora houvesse fluxos de comunicação graças

⁶³ “Se logro, sin embargo, que em los informes nacionales de los países que fueron presentados en las conferencias se colocara el tema del racismo en la subordinación de las mujeres aunque ello sólo quedase en documentos.” (CURIEL, 2007: p. 268)

⁶⁴ REDE DE MUJERES AFROLATINAS Y AFROCARIBEÑAS. **Informe para el II Encuentro de Mujeres Negras**, Costa Rica, 1993.

em parte à Internet, níveis mais elevados de institucionalização foram alcançados e não houve nenhum processo coletivo regional que implicasse em análises teóricas e políticas sobre qual Rede queríamos promover e que dava pé para as ações de mobilização regional. A centralização das informações de financiamento e a participação em alguns eventos por meio de “certas” representações da sede foram características tanto deste período quanto do anterior, embora a sede contasse com mais recursos financeiros, maiores possibilidades de agilização das informações via Internet e mecanismos nacionais e sub-regionais. (CURIEL, 2007c: p. 270, tradução nossa⁶⁵)

Apesar da crítica a Rede Afro, a autora – que foi uma de suas fundadoras – acredita que é necessária uma maior autonomia política, ideológica e material dos Estados, dos partidos políticos, agências de cooperação internacional, do Banco Mundial, da ONU, e da Agência Internacional de Desenvolvimento para que seja possível potencializar coletivamente um projeto político que combata os diversos sistemas de opressão – de classe, raça, sexo, heterossexualidade, nacionalidade – e fazer com que eles desapareçam efetivamente.

Analisando algumas publicações da Rede Afro, que tivemos acesso⁶⁶, é possível identificar que houve algumas tentativas para a realização do *III Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas*.

De acordo com MINA (1999), a primeira reunião preparatória foi realizada em Bogotá, de 12 a 16 de março de 1999 em Bogotá, na Colômbia. E a previsão era que o III Encontro seria realizado de 1 a 5 de dezembro de 1999 na cidade de Santa Fé, também na Colômbia, com a expectativa de participação de 250 mulheres de todas as regiões do mundo.

Na edição de maio de 2000, do Cimarronas: Boletim da Rede Afro, foram pautadas as articulações de mobilização das mulheres negras da região para a *III Conferência Internacional contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas Conexas de Intolerância* – da ONU – que foi realizada no ano seguinte: 2001. Entretanto, o último texto do boletim apresentava uma nova data para o III Encontro

⁶⁵ “Las acciones fundamentales de la Redlac han sido definidas desde la sede sin un proceso colectivo que las impulsara. Cuando la sede pasó a Costa Rica, si bien había maoríes flujos em la comunicación gracias en parte a Internet, se llegó a mayores niveles de institucionalización y no hubo un proceso colectivo regional que implicara análisis teóricos y políticos sobre qué Red queríamos impulsar y que dieran pie a acciones de movilización regionales. La centralización de la información del financiamiento y la participación em algunos eventos a través de “ciertas” representaciones desde la sede, fueron características tanto de este período como del anterior, no obstante la sede contaba con más recursos financieros, mayores posibilidades de agilizar la información vía Internet, y mecanismos nacionales y subregionales.” (CURIEL, 2007: p. 270)

⁶⁶ A relação completa das publicações e respectivos índices de conteúdo se encontram no Apêndice G

de Mulheres Negras e afirma que houve muitas dificuldades para a realização do evento, no ano anterior.

No III Encontro está prevista a participação de 200 delegadas das diferentes organizações e países que integram a Rede, que servirá de marco para a participação da Rede na Conferência Internacional contra o Racismo, a Xenofobia e outras formas correlatas de Intolerância, bem como a preparação de Estratégias e Prioridades para o período 2001-2005. A convocação formal do Encontro será lançada pela sede da Rede na primeira semana de junho. (RED AFRO, 2000: p.8, tradução nossa⁶⁷)

Contudo, também não foi possível a realização do III Encontro em 2000, nem nas duas tentativas seguintes – que foram noticiadas nos boletins que tivemos acesso – nos anos de 2001 e 2003.

O III Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas só foi realizado em julho de 2006 na Nicarágua, onde foram definidas as estratégias para o período de 2007-2009 e o plano operativo para o ano de 2007.

Porém, é importante ressaltar que, apesar de não ter sido possível a realização do III Encontro entre os anos de 1999 e 2005, esse foi um período importante da Rede Afro. Com ampla projeção internacional, articulações regionais, nacionais e formações de mulheres e associações de mulheres, dialogando e marcando presença nas Conferências Internacionais da ONU.

A Rede Afro realizou, de novembro de 2000 a julho de 2001, o projeto *Estratégia de Participação e Incidência das Mulheres Afro-centro-americanas* na III Conferência Mundial contra o Racismo. O projeto foi executado nos países da América Central, República Dominicana e Cuba. Com o objetivo de garantir a participação estratégica das mulheres da região no processo da Conferência Preparatória Regional para América Latina e Caribe. (RED AFRO, 2000)

Para as mulheres afro-latinas e afro-caribenhas, o alcance da Conferência Mundial da Mulher realizada há 5 anos em Pequim, China foi realmente limitado porque as ações e programas realizados não levaram em conta o racismo estrutural que permeia todos os sistemas e estruturas estatais e governamentais. Assim, em muitos casos sua situação e realidade não estiveram presentes na definição de recursos, estratégias e projetos devido à invisibilização histórica de que são objeto.

⁶⁷ “En el III Encuentro se espera la participación de 200 delegadas de las diferentes organizaciones y países que componen la Red. El Encuentro servirá como marco para la participación de la Red en la Conferencia Internacional contra el Racismo, la Xenofobia y otras formas conexas de Intolerancia, así como la elaboración de Estrategias y Prioridades para el periodo 2001-2005. La convocatoria forma para el Encuentro será lanzada por la sede de la Red en la primera semana del mes de junio.” (RED AFRO, 2000: p.8)

Portanto, para garantir ações e compromissos concretos por parte dos governos, as mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas levarão a cabo uma estratégia que lhes permitam tornarem-se visíveis como sujeitos de plenos direitos e influenciar o processo da Conferência que está a caminho. Tanto regionalmente quanto globalmente. (RED AFRO, 2000: p. 2, tradução nossa⁶⁸)

Na mesma publicação consta uma matéria que anuncia a Cúpula Continental dos povos Afro-americanos, realizada pela ONECA– Organização Negra Centro Americana, em Honduras, entre 26 e 30 de novembro de 2000. O texto destaca que “é importante impulsionar propostas específicas para as mulheres, assim como garantir o protagonismo que as mulheres devem assumir na mesma Cúpula”. (RED AFRO, 2000: p. 5, tradução nossa⁶⁹)

No boletim seguinte, Epsy Campbell Barr⁷⁰, que na época era coordenadora geral da Rede Afro e responsável pela publicação, abriu o editorial celebrando a Reunião Regional das Américas, como uma das principais vitórias internacionais dos povos afrodescendentes. “É um ganho histórico, porque o processo para este encontro regional partiu de uma total invisibilização dos povos e das mulheres afrodescendentes até a conquista de um capítulo específico tanto na declaração, quanto no Plano de Ação”. (BARR, 2001: p. 1, tradução nossa⁷¹)

Para a autora, no evento – que foi realizado em Santiago do Chile de 5 a 7 de dezembro de 2000, e elaborou a Declaração e o Plano de Ação de Santiago para a Conferência de Durban – as mulheres negras precisavam garantir que “não se desse nenhum passo atrás” no que já havia avançado.

Devemos garantir na África do Sul que somos atores como povos afrodescendentes em todas as suas dimensões e, como mulheres, temos a desafiadora tarefa de continuar na escala mundial, sendo sujeitas de acordos e políticas. Uma vez que nos tornamos visíveis,

⁶⁸ “Para las mujeres afrolatinas y afrocaribeñas los alcances de la Conferencia Mundial de las Mujeres realizada hace 5 años en Pekín, China; estuvieron realmente limitados porque las acciones y programas realizados no tomaran en cuenta el racismo estructural que cruza todos los sistemas y estructuras estatales y gubernamentales. De modo que en muchos casos sus situación y realidad no estuvo presente a la hora de definir recursos, estrategias y proyectos por la invisibilización histórica de que son objeto. Por lo anterior y para garantizar acciones y compromisos concretos de parte de los gobiernos las mujeres afrolatinoamericanas y afrocaribeñas realizarán una estrategia que les permita visibilizarse como sujetas plenas de derecho e incidir en el proceso a la Conferencia que se encuentra en marcha. Tanto en nivel regional como en el nivel mundial. (RED AFRO, 2000: p. 2)

⁶⁹ “es importante impulsar propuestas específicas para las mujeres, así como garantizar el rol protagónico que las mujeres debemos asumir en la misma Cumbre”. (RED AFRO, 2000: p. 5)

⁷⁰ Epsy Campbell Barr, nessa época, também era Dirigente da Organização Negra Centroamericana e Integrante da Aliança Continental dos Povos Afrodescendentes.

⁷¹ “Es una ganancia histórica, porque el proceso para esta reunión regional partió de una invisibilización total de los pueblos y de las mujeres afrodescendientes al logro de un capítulo específico tanto en la declaración como en el Plan de acción”. (BARR, 2001: p. 1)

não podemos voltar a ser invisíveis novamente, a história e nossos ancestrais nos obrigam a aceitar esse desafio e essa bandeira mais uma vez para fazer avançar o desenvolvimento e a felicidade, nossa e de nosso povo. (BARR, 2001: p. 2, tradução nossa⁷²)

Em março de 2001, do dia 13 a 16, foi realizado o *Fórum pela Diversidade e pela Pluralidade*, como parte das atividades preparatórias da Conferência de Durban. Nesse evento a Rede Afro convocou uma Reunião Regional, na qual foi elaborada uma estratégia de participação mais efetiva das mulheres afrodescendentes. O resultado foi a *Declaração de Mulheres Afrodescendentes* no Foro pela Diversidade e Pluralidade, com propostas de ações, cooperações e políticas públicas.

A edição seguinte do Boletim Cimarronas é de abril de 2003, e o editorial: Después de la visibilización de los afrodescendientes, analiza la luta da população negra na região e a visibilização de sua atuação na Conferência de Durban e em todo processo preparatório. Conclamando para que os Estados, governos, atores econômicos, Organismos Multilaterais, entre outros contribuíssem para a reparação o que foi historicamente arrebatado dos homens e mulheres afrodescendentes. (BARR, 2003)

De acordo com Red Afro (2007), o III Encontro da Rede Afro, realizado em julho de 2006 na Nicarágua, definiu como Coordenadora Geral a nicaraguense Dorotea Wilson Thatum, que assumiu a nova sede administrativa em seu país. E também estabeleceu a nova composição de Coordenadoras Sub-Regionais, assim denominadas na publicação:

Tabela 2- Coordenadoras Sub-Regionais da Rede Afro 2006-2013

Sub-região	País	Nome
Região Caribe	Venezuela	Nirva Rosa Camacho
Região del Caribe	Porto Rico	Ana Irma Rivera
Região Cone Sul	Uruguai	Elizabeth Suárez
Região Centro América	Panamá	Cecilia Moreno
Experiência acumulada	Costa Rica	Ann Mc Kinley

⁷² “Debemos garantizar en Sudáfrica ser actores como pueblos afrodescendientes en toda su dimensión, y como mujeres tenemos la desafiante tarea de continuar en la escala mundial, siendo sujetas de acuerdos y políticas. Una vez que hemos sido visibles, no podemos covertirnos de nuevo en invisibles, la historia y nuestras ancestras, nos obligan a tomar una vez más este reto y esta bandera para avanzar en el desarrollo y la felicidad nuestra y de nuestro pueblo.” (BARR, 2001: p. 2)

Sub-região	País	Nome
Região Andina	Equador	Sonia Viveiros
Diáspora	Estados Unidos da América	Ivette Modestin

Fonte: Red Afro, Boletín Informativo (2006-2007: p. 10).

Nesse encontro, o Brasil foi considerado como uma sub-região e – embora representantes brasileiras estivessem presentes no encontro – não foi apresentada candidatura para compor a coordenação.

Para o período de 2007-2010, os objetivos determinados foram:

1. Reativar a Rede com participação ampla e inclusiva, operação transparente e eficiente e comunicação oportuna e objetiva em todas as instâncias locais, nacionais, regionais e internacionais.
2. Formular, desenvolver e avaliar um plano estratégico que favoreça o desenvolvimento organizacional e a reativação da Rede nos próximos 3 (três) anos.
3. Formular e aplicar programas de educação, treinamento e defesa política que fortaleçam a nova liderança, incluindo a de mulheres jovens.
4. Obter financiamento externo para o desenvolvimento do plano estratégico da Rede.
5. Influenciar os espaços nacionais, regionais e internacionais em questões de política que afetam diretamente as mulheres afro-latino-americanas, afro-caribenhas e da diáspora. (RED AFRO, 2006-2007: p. 11, tradução nossa⁷³)

Em 2008 a Rede Afro publicou seu Estatuto em cinco capítulos: I. Princípios e valores da Rede; II. Das integrantes da Rede; III. Da organização e funcionamento; IV. Das eleições e procedimentos eleitorais; V. Dos recursos financeiros e VI. Das disposições finais e transitórias. Esse estatuto foi estabelecido na I Assembleia Geral da Rede Afro, realizada no mesmo ano, no período entre 26 e 30 de abril na cidade de Cólón, no Panamá. Com a participação de 120 mulheres de 22 países do continente americano. (RED AFRO, 2008)

No ano de 2013, foi realizada a *II Assembleia Geral*, entre os dias 14 e 15 de

⁷³ “1) Reactivar la Red con la participación amplia e incluyente, el funcionamiento transparente y eficiente y la comunicación oportuna y objetiva en todas las instancias locales, nacionales, regionales e internacionales. 2. Formular, desarrollar y evaluar un plan estratégico que favorezca el desarrollo organizacional y la reactivación de la Red para los próximos tres (3) años. 3) Formular y aplicar programas de formación, capacitación e incidencia política que fortalezca nuevos liderazgos incluyendo el de las mujeres jóvenes. 4) Lograr financiamiento externo para el desarrollo del plan estratégico de la Red. 5) Incidir en los espacios nacionales, regionales e internacionales en temas de políticas que afectan directamente a las mujeres afrolatinoamericanas, afrocaribeñas y de la diáspora.” (RED AFRO, 2006-2007: p. 11)

outubro, no contexto da II Conferência Regional da Mulher da CEPAL, na República Dominicana. Foi decidido que a Coordenadora Geral continuaria sendo Dorotea Wilson Thatum e foi eleita a nova Coordenação Regional.

Tabela 3: Coordenadoras Sub-Regionais da Rede Afro eleitas em 2013-2018

Sub-região	Nome	País
Centro-América	Bertha Arzú	Honduras
	Ingrid Lamert	Costa Rica
Caribe	Altagracia Balcaser	República Dominicana
Região Andina	Cecilia Ramírez	Peru
	Caren Paola Yañez	Bolívia
Cone Sul	Vicenta Camuso	Uruguai
Diáspora	Yvett Modestin	Estados Unidos da América

Fonte: Red Afro, Boletín Informativo 2013, p. 38.

A Rede Afro⁷⁴ participou ativamente de articulações internacionais para incidir a agenda das mulheres negras. Em 23 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral da ONU, aprovou a *Década Internacional de Povos Afrodescendentes*:

A Assembleia Geral da ONU adotou por consenso uma resolução que estabelece a celebração da Década Internacional dos Afrodescendentes de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024. Uma resolução recentemente aprovada por aquele órgão indica que o lema da década será: “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, tendo em conta que todos os seres humanos nascem livres, com igualdade de direitos e dignidade.

O texto indica que apesar dos esforços realizados, milhões de pessoas continuam a ser vítimas de racismo, discriminação, xenofobia e intolerância.

A Década buscará combater o preconceito, com uma série de atividades em diversos países.

Quando a resolução foi aprovada, a representação do Brasil perante a ONU destacou que aquele país tem o maior número de afrodescendentes fora da África e que ainda enfrentam o racismo e a intolerância herdados de um passado colonial. (RED AFRO, 2013: p. 74, tradução nossa⁷⁵)

⁷⁴ A partir do Boletín 7, de 2013, a Red Afro passou a denominar-se como ARMAAD (Asociación Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora. Entretanto, no site e no Facebook se utiliza a denominação Red Afro, por isso optamos por padronizar denominando-a Rede Afro em todo o texto, exceto nas citações diretas e referências.

⁷⁵ “La Asamblea General de la ONU adoptó por consenso una resolución que establece la celebración del Decenio Internacional de los Afrodescendientes del 1 de enero de 2015 al 31 de diciembre de 2024.

No ano de 2015, a Rede Afro publicou a Plataforma política das lideranças afrodescendentes para Década Internacional dos Povos Afrodescendentes, fazendo uma análise do enfrentamento ao racismo pelas mulheres afrodescendentes.

Como categoria inerente da ideologia racista, a reafirmação do sexismo, reúne em seu cerne as diferenciações sexuais e a superioridade masculina. A incorporação da diferenciação racial pelo sexismo, como “categoria de estratificação”, com a criação de “uma pirâmide que não só está marcada pela diferenciação sexual, senão também pela distinção racial, que reafirma, ao branco como o protótipo do humano em contraposição ao negro relacionado sempre com o não humano ou o menos humano”. (RED AFRO, 2015: p. 8, tradução nossa⁷⁶)

Nesta perspectiva, não se pode compreender o racismo isolado do sexismo:

Uma compreensão precisa da forma como o sexismo e o racismo interferem nas condições de vida das mulheres afrodescendentes só é possível a partir da compreensão das implicações econômicas do modelo de desenvolvimento implícita e explicitamente sexista e racista, que possui mecanismos que foram sofisticados com o tempo, para excluir maiorias negras e indígenas. (RED AFRO, 2015: p. 8, tradução nossa⁷⁷)

Os objetivos específicos da Década Internacional de Povos Afrodescendentes instituída pelas Nações Unidas, na resolução 68/237 da Assembleia Geral, são:

- (i) Promover o respeito, proteção e cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais dos afrodescendentes, conforme reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (ii) Promover um maior conhecimento e respeito pela diversidade do patrimônio e cultura dos afro-descendentes e sua contribuição para o desenvolvimento das sociedades.
- (iii) Aprovar e fortalecer as estruturas jurídicas nacionais, regionais e internacionais de acordo com a Declaração e Programa de Ação de Durban e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as

Una resolución aprobada recientemente por ese órgano señala que el lema de la década será: “Afrodescendientes: reconocimiento, justicia y desarrollo”, tomando en cuenta que todos los seres humanos nacen libres, con igualdad de derechos y dignidad. El texto señala que a pesar de los esfuerzos realizados, millones de personas siguen siendo víctimas del racismo, la discriminación, la xenofobia y la intolerancia. El Decenio buscará combatir los prejuicios, con una serie de actividades en varios países. Al aprobarse la resolución, la representación de Brasil ante la ONU destacó que ese país cuenta con el mayor número de descendientes de africanos fuera de África, y que todavía enfrentan el racismo y la intolerancia heredada de un pasado colonial.” (RED AFRO, 2013: p. 74)

⁷⁶ “una pirâmide que no solo está marcada por la diferenciación sexual sino también por la distinción racial, que reafirma, a lo blanco como prototipo de lo humano en contraposición de lo negro relacionado siempre con lo no humano o lo menos humano”. (RED AFRO, 2015: p. 8)

⁷⁷ “Una acertada comprensión de la forma en que inter actúan el sexismo y el racismo sobre las condiciones de vida de las mujeres afro descendientes solo es posible a partir de la comprensión de las implicaciones económicas del modelo de desarrollo implícita y explícitamente sexista y racista, que posee mecanismos que han ido sofisticando con el tiempo, para excluir mayorías negras e indígenas.” (RED AFRO, 2015: p. 8)

Formas de Discriminação Racial, e garantir sua aplicação plena e efetiva. (RED AFRO, 2015: p. 3, tradução nossa⁷⁸)

A Cúpula de Lideranças Afrodescendentes da América Latina, Caribe e da Diáspora propôs uma plataforma política para servir de base de luta e reivindicações aos Estados e à sociedade, apresentando as seguintes demandas:

- I. Combater o racismo é responsabilidade de todas e todos.
- II. Queremos uma vida digna, sem pobreza
- III. Queremos decidir nosso futuro.
- IV. Nossos direitos civis são direitos humanos.
- V. Educação para todas e de qualidade.
- VI. Necessitamos de atenção à saúde integral, sexual e reprodutiva.
- VII. Basta de violência contra mulheres afrodescendentes.
- VIII. Visibilização em censos e estatísticas nacionais.
- IX. Proteção e oportunidades para a infância, adolescência e juventude.
- X. Urge proteger o meio ambiente.
- XI. Acesso aos recursos naturais e econômicos.
- XII. Queremos segurança e soberania alimentar
- XIII. É necessário proteger os e as migrantes.
- XIV. O resgate e reconhecimento ao nosso patrimônio.
- XV. Meios de comunicação devem projetar imagens positivas das mulheres afrodescendentes.
- XVI. Queremos acesso à justiça.
- XVII. Devem garantir nossa seguridade cidadã.

Entre os dias 10 a 14 de outubro de 2018, a Rede Afro realizou o Fórum Internacional: *A cuatro años del Decenio, Alcances y desafíos del Observatorio de la Plataforma Política de las mujeres afrodescendientes*. O evento aconteceu na cidade de Cali, na Colômbia, com a participação de aproximadamente 200 mulheres de 21 países, incluindo a Diáspora (Estados Unidos) e as Regiões: Centro América (Panamá, Belize, Honduras, Guatemala, Costa Rica, México e Nicarágua); Andina (Colômbia,

⁷⁸ (i) Promover el respeto, la protección y la realización de todos los derechos humanos y libertades fundamentales de los afrodescendientes, como se reconoce en la Declaración Universal de Derechos Humanos Universal. (ii) Promover un mayor conocimiento y respeto de la diversidad de la herencia y la cultura de los afrodescendientes y de su contribución al desarrollo de las sociedades. (iii) Aprobar y fortalecer marcos jurídicos nacionales, regionales e internacionales de conformidad con la Declaración y el Programa de Acción de Durban y la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial, y asegurar su aplicación plena y efectiva. (RED AFRO, 2015: p. 3)

Bolívia, Venezuela, Peru e Equador); Cone Sul (Brasil, Uruguai, Chile e Argentina); e Caribe (Porto Rico, Cuba, República Dominicana e Haiti),

O Fórum discutiu os avanços e desafios da plataforma política das mulheres afrodescendentes após quatro anos do início da Década Internacional de Povos Afrodescendentes. De acordo com Rede Afro (2018), foram realizadas apresentações sobre experiências, valoração, lições aprendidas no cumprimento da agenda da Plataforma Política da ARMAAD, por sub-região.

Contudo, as Mesas de Trabalho tinham como temática principal: “A década avança e nós também”, e foram compostas de acordo com a opção de interesse de cada participante, totalizando sete grupos de discussão:

- a) Mesa 1: Plataforma Política y su agenda de la ARMAAD, coordenada por Joanna Wetherborn, da Guatemala, teve como relatora Adela Panezo Asprilla, do Panamá, com 17 participantes.
- b) Mesa 2: Desafíos y retos de la Cumbre Global de Mujeres Negras 2020 – com a participação de 28 companheiras – coordenada pela brasileira Cristina [cujo sobrenome não foi divulgado], com relatoria de Ofelia Castillo Pérez, da Colômbia.
- c) Mesa 3: Articulaciones con el movimiento social afrodescendiente de cara al decênio, com a coordenação de Yvette Modestín, dos Estados Unidos Diáspora, e Sagrario del Carmen Cruz Carretero, do México, na relatoria, na qual participaram 24 mulheres.
- d) Mesa 4: Escenario internacional y de incidencia de la ARMAAD, que teve Altagracia Balcácer, da República Dominicana, como Coordenadora, contando com a participação de 30 companheiras e a relatoria da Lizia de Oliveira Cravalho, do Brasil.
- e) Mesa 5: Justicia y participación política de las mujeres afrodescendientes, na qual Johana Bermúdez, de Honduras foi a relatora, teve a coordenação de Sergia Galván, da República Dominicana.
- f) Mesa 6: Mujeres jóvenes afrodescendientes, coordenada por Lídice Chávez, da Nicaragua, com relatoria de Génesis Yelitza Gutiérrez Morales, da Colômbia.
- g) Mesa 7: De paz y migraciones, que teve como coordenadora: Clara Valdés, e a relatora foi Cecilia Cuesta Morales, ambas da Colômbia.

Além do Fórum, também foi realizada a *III Assembleia Geral da Rede Afro*, que

elegeu a nova Coordenação Geral e Regional para o período de 2018-2022. Paola Yañes Inofuentes, da Bolívia, foi eleita Coordenadora Geral, com as seguintes Coordenadoras Sub-Regionais:

Tabela 4- Coordenadoras Sub-Regionais da Rede Afro eleitas: 2018-2022

Sub-região	Nome	País
Brasil	Valdecir Nascimento	Brasil
Centro-América	Mireya Peart	Panamá
	Licide Chavez Gammie	Nicarágua
Caribe	Doris Quiñonez Hernández	Porto Rico
Região Andina	Sonia Viveros	Equador
	Audes Jimenez González	Colômbia
Cone Sul	Milene Molina	Chile
Diáspora	Yvette Modestin	Estados Unidos

Fonte: Red Afro, Memoria Foto Internacional Cali 2018, p. 57-58.

Além das Coordenações Sub-regionais já representadas nos períodos anteriores, ficou definido na Assembleia que o Brasil terá sua própria Coordenação Sub-Regional, exercida pela Articulação de Mulheres Negras e representada por Valdecir Nascimento.

4. O DISCURSO DAS LIDERANÇAS NEGRAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Para compreensão do discurso das lideranças da Rede Afro, identificamos como se dá a intertextualidade ideológica desses discursos, e quais são as relações com o feminismo negro e com o movimento de mulheres negras dentro dessa articulação política verificando as seguintes hipóteses:

— o machismo e o racismo são elementos coloniais e a luta da Rede Afro é decolonial;

— a proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes da ONU traz resultados efetivos para a população negra e particularmente, para as mulheres negras.

A metodologia utilizada para a pesquisa é a Análise Crítica do Discurso (ACD). E o procedimento metodológico utilizado é o de termos-pivôs, a fim de avaliar quais são as formações discursivas das lideranças da Rede Afro.

Como a Rede Afro está presente em 30 países, para nossa pesquisa foram escolhidas lideranças com uma atuação mais consistente ao longo do tempo e que atuam em vários espaços nacionais, regionais e internacionais, onde estão sendo discutidas as questões da mulher negra.

4.1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A Análise Crítica do Discurso (ACD) investiga, de acordo com Van Dijk (2005: p. 19), “o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político”. Dessa maneira, a ACD tem o propósito de apresentar uma maneira distinta de análise, teorização e aplicação por meio do campo completo.

FAIRCLOUGH e WODAK (2000), apresentam oito princípios teóricos e metodológicos da ACD:

1. A ACD ocupa-se dos problemas sociais: analisando seus aspectos semióticos e linguísticos caracterizados pelos processos e estruturas sociais.
2. As relações de poder como elementos discursivos: caracterizando a maneira

como essas relações são exercidas e negociadas e disputadas, pois não são fixas nem monolíticas.

3. O discurso constitui a sociedade e a cultura: assim como, também é constituído por elas em uma relação dialética. O poder do discurso reside no uso da linguagem, que contribui para a transformação e/ou reprodução da cultura e da sociedade.

4. O discurso realiza um trabalho ideológico: posto que, a ideologia processa uma articulação de representações e construções características da coletiva identidade de comunidades e grupos, articulando estratégias e representações.

5. O discurso é histórico: pois não possível de ser produzido ou compreendido sem que seja contextualizado, implicando uma análise interdisciplinar.

6. O vínculo entre o texto e a sociedade é mediado: estabelecendo nexos entre as propriedades do texto e os processos e estruturas culturais e sociais.

7. A análise do discurso é interpretativa e explicativa: a interpretação de um mesmo discurso pode ser realizada de maneiras distintas de acordo com a quantidade de informação contextual de quem a recebe. Assim, as interpretações são dinâmicas, não são definidas nem autorizadas, mas abertas a novas informações e contextos.

8. O discurso é uma forma de ação social: o comprometimento social da ACD é um paradigma, e seus analistas precisam expressar seus interesses de maneira explícita para que os mesmos não sejam encobertos, pois muitos deles são militantes de diversos grupos políticos.

Ainda de acordo com os autores, a ACD não tem a limitação de replicar a crítica cotidiana, ela pode utilizar elementos metodológicos para investigar sistematicamente, empregando teorias sociais e linguísticas. Relacionando a ACD acadêmica com a cotidiana: “nos termos em que Gramsci expressou a situação dos intelectuais na vida contemporânea: a relação que estes têm, em parte, com o estado e a classe dominante, e por outro, com as lutas de classe, gênero, raça, etc., contra a dominação”. (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000: p. 400, tradução nossa⁷⁹)

Eles concluem que:

Acreditamos que a aspiração dos analistas críticos do discurso deveria ser de atuar como "intelectuais orgânicos" em uma variedade de lutas sociais (sem esquecer os "novos movimentos sociais" como os

⁷⁹ “en los términos en los que Gramsci expresó la situación de los intelectuales en la vida contemporánea: la relación que estos tienen, por una parte, con el estado y la clase dominante y, por la otra, con las luchas de clase, género, raza, etc., contra la dominación”. (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000: p. 400)

movimentos ecológicos ou os que se opõem à construção de estradas.), com plena consciência, ao mesmo tempo, de que seu trabalho corre o risco permanente de que o Estado e o capital se apoderem dele. (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000: p. 400, tradução nossa⁸⁰)

Van Dijk (2005), criou um quadro teórico da ACD relacionando criticamente: sociedade, discurso e cognição. Em “nível micro da ordem social” pertencem o uso da interação verbal, da linguagem, da comunicação e do discurso; em “nível macro da análise”, pertencem a desigualdade, o domínio e o poder entre os grupos sociais.

Dessa maneira, o *poder como controle*, que se relaciona a concepção do poder social de instituições e grupos, é fundamental em grande parcela da ACD. Exemplificando o racismo, o sexismo e as dominações de classe como características de hegemonia, Van Dijk (2005: p. 23) afirma que: “O poder dos grupos dominantes pode ser integrado em leis, regras, normas, hábitos e mesmo num consenso bastante geral, ganhando assim uma forma designada por Gramsci⁸¹ como “hegemonia⁸²”.

Dentro do poder do controle temos: *o controle do discurso público*: que é crucial para acionar o exercício do poder sobre as estruturas de fala, texto e conteúdo. E o *controle da mente*, que pode ser exercido pelas elites e grupos dominantes, entretanto esse controle é limitado e não se pode prever seus efeitos sobre receptores específicos.

Para Fairclough (2012: p 309): “A ACD é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais”. Por sua vez, nas práticas sociais, deve se estabelecer o papel da semiose mediante análise. O autor destaca três maneiras nas quais a semiose atua. Primeira: inserida em uma prática, como parte da atividade social. Segunda: nas representações, construindo socialmente as práticas, inclusive pela autoconstrução reflexiva. Terceira: atuando no desempenho de posicionamentos específicos.

Assim, ele aponta a utilidade do conceito político de hegemonia para a

⁸⁰ “Opinamos que la aspiración de los analistas críticos del discurso debería ser la de operar como “intelectuales orgánicos” en una diversidad de luchas sociales (sin olvidar los “nuevos movimientos sociales”, como los movimientos ecológicos o los que se oponen a la construcción de carreteras), con conciencia plena, al mismo tiempo, de que su trabajo corre permanentemente el riesgo de que el estado y el capital se apoderen de él.” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000: p. 400)

⁸¹ A obra referenciada pelo autor é: Gramsci, A. Prison notebooks. Nova Iorque: International Publishers, 1971.

⁸² O conceito político de hegemonia se desenvolve representando um grande progresso filosófico, para além do político-prático: “já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos”. (GRAMSCI, 1999: p. 104)

aplicação da análise de ordens do discurso. As relações de dominação podem ser legitimadas, através do senso comum, pela possibilidade hegemônica de uma determinada estruturação social da diversidade semiótica. Uma ordem de discurso é um sistema aberto, não é rígido ou fechado porque ocorre nas interações reais, por isso a hegemonia poderá ser contestada. Oscilando entre a ênfase na ação e a ênfase na estrutura, a importância da ACD se dá nas articulações de modificação entre discurso, estilos e gêneros; mudanças de elementos de estruturação social que estabelecem as ordens de discurso. Assim como, a interdiscursividade - que é parte da intertextualidade de um texto e suas interações - questiona a maneira como os aspectos de estilos, discursos e gêneros são desempenhados para a formação particular de articulações.

O autor apresenta um esquema de representação de uma estrutura analítica para a ACD, assim enumerados:

1. Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico.
2. Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido, pela análise:
 - a. Da rede de práticas no qual está inserido;
 - b. Das relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão;
 - c. Do discurso (a semiose em si):
 - i. Estrutura analítica: a ordem de discurso;
 - ii. Análise interacional;
 - iii. Análise interdiscursiva;
 - iv. Análise linguística e semiótica;
3. Considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não;
4. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos;
5. Refletir criticamente sobre a análise (1-4). (FAIRCLOUGH, 2012: p 311-312):

Recapitulando a colonialidade do racismo e do sexismo, apontaremos como o racismo pode ser disseminado e naturalizado pelo processo discursivo.

4.2 RACISMO E DISCURSO

Para van Dijk (2008) o racismo é aprendido num processo discursivo advindo de eventos comunicativos, pois não é inato a quem discrimina:

Se o racismo é amplamente aprendido e reproduzido pelo discurso dominante, e se tal discurso é amplamente acessível apenas por tais elites simbólicas, como os políticos, jornalistas, escritores, professores e pesquisadores, todos de raça branca, devemos concluir que a forma

contemporânea mais eminente de racismo são as elites simbólicas brancas. (VAN DIJK, 2008: p. 16)

Entretanto existe uma contradição, por conta de a elite definir-se contra o preconceito, como cosmopolita, progressista e liberal.

Se uma parte dela colocar efetivamente em prática esse liberalismo, rejeitando, por exemplo, os discursos dominantes e buscando mensagens alternativas e antirracistas, poderá se distanciar do seu grupo social e se redefinir como dissidentes étnicos. (VAN DIJK, 2008: p. 16)

Mas essas iniciativas são escassas e existe pouco interesse das elites simbólicas brancas pelas questões étnicas. Pois, os “Outros” étnicos podem representar uma ameaça à hegemonia branca, que pode combatê-los ou ignorá-los.

Embora exista uma complexidade sutil no discurso racista, van Dijk define que alguns princípios organizadores globais de similaridade aos tipos discursivos de base ideológica:

- enfatizam os aspectos positivos do Nós, do grupo de dentro;
- enfatizam os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora;
- não enfatizam os aspectos positivos do Eles;
- não enfatizam os aspectos negativos do Nós. (VAN DIJK, 2008: p. 18)

Dessa maneira, em outras dimensões e níveis discursivos, podem-se aplicar o mesmo princípio:

- a ênfase dos pontos negativos sobre Eles em manchetes e nas primeiras páginas dos jornais;
- a repetição dos pontos negativos nas histórias cotidianas;
- a expressão de estereótipos na descrição dos membros do grupo étnico;
- a seleção de palavras (nosso povo é sempre “lutador da liberdade”, ao passo que os deles são “terroristas traiçoeiros”);
- a escolha de pronomes e demonstrativos distanciadores (“aquelas pessoas”);
- metáforas negativas (“invasão” por “ondas” de imigrantes);
- ênfases hiperbólicas nas propriedades negativas Deles: ladrões etc.;
- eufemismos para o Nosso racismo: “descontentamento popular”;
- falácias argumentativas na demonstração das propriedades ruins Deles. (VAN DIJK, 2008: p. 18)

4.3 MACHISMO E DISCURSO

Analisando o discurso jurídico do Código Civil de 1916 e o de 2002, e suas leis

complementares: a Consolidação das Leis Trabalhistas, o Código Penal, as doutrinas e jurisprudência, BOEL & AGUSTINI (2008) discorrem sobre a sua ilusão de igualdade:

A ilusão de igualdade é necessária para que se tenha a imagem de imparcialidade do Judiciário, a qual também se dá pela complexidade do léxico jurídico, uma vez que ele afasta os cidadãos do discurso jurídico, possibilitando que os dizeres dos operadores do direito sejam tomados como verdades, com aspecto de naturalidade/obviedade. Esse efeito de naturalidade do jurídico corrobora para que haja uma hierarquia, uma relação de poder autoritária entre homem e mulher, tendo em vista os discursos presentes no discurso jurídico; e para que não sejam rompidas essas relações de poder vigentes e outras sejam instituídas, as inovações não são bem vistas pelo Direito; dessa forma, explicam-se as mudanças de termos dos dispositivos, mas a permanência de pregnâncias de sentidos machistas e patriarcalistas. (BOEL & AGUSTINI, 2008: p. 25)

Para as autoras, o discurso jurídico se constitui de outros discursos, especialmente os que formam a moral – tais como o machista, o patriarcalista e o feminista – de maneira a conter sujeitos.

Elas concluem que é marcadamente estereotipada a imagem (re)construída das mulheres na legislação, na qual as mulheres más são as que buscam a convivência com o homem para aproveitar-se de seu patrimônio e não se casam; e as boas mulheres casam-se virgens, zelando pela família e pela casa. Tal doutrina da imagem da mulher é relacionada à maneira como se impõe o controle e o poder “dos homens e das próprias mulheres sobre as mulheres, já que a mulher também acaba por propagar o machismo, independente de sua vontade ou não, pelo fato de ser parte da sociedade”. (BOEL & AGUSTINI, 2008: p. 26)

Os discursos racistas e machistas impõem opressões às populações de negros e de mulheres. As mulheres negras, portanto, estão sujeitas a uma interseccionalidade de opressões, reforçadas pela ideologia dominante do racismo e do machismo.

4.4 O DISCURSO DAS LIDERANÇAS DA REDE AFRO

Para analisar o discurso do feminismo negro na América Latina e Caribe, foram entrevistadas as seguintes lideranças da Red Afro: Altagracia Balcacer Molina, da República Dominicana; Caren Paola Yañez Inofuentes, da Bolívia; Cecilia Ramirez Rivas, do Peru; Dorotea Louis Wilson Thatum, da Nicarágua; Nilza Iraci Silva, do

Brasil; Sonia Viveros Padilla, do Equador e Vicenta Camusso Pintos, do Uruguai.

4.4.1 Altagracia Balcacer Molina

Dominicana, Altagracia Balcacer Molina⁸³ é mãe de dois filhos, avó de um casal de netos e ativista do movimento feminista há quarenta anos. Iniciou sua militância na década de 1980 em organizações feministas e no movimento lésbico em níveis local, nacional e regional. É formada em economia e trabalha fundamentalmente com os temas sociais sobre desenvolvimento, saúde, educação e meio ambiente. Ela afirma que, as políticas públicas impactam as mulheres e os homens de maneira diferente, favorecendo regularmente mais aos homens do que as mulheres.

Trabalhou por trinta e quatro anos na Universidade Autônoma de Santo Domingo, a única universidade estatal do país, atuando como docente e pesquisadora na escola de Economia. Atualmente, apesar de ter se aposentado, participa do Instituto de Investigação de Estudos de Gênero e Família da mesma universidade, trabalhando em processos de capacitação de professoras e professores com enfoque de gênero e na área da saúde. Também atua na área de políticas públicas municipais relacionadas ao gênero.

Y sigo trabajando políticamente dentro de movimiento feminista, y de movimiento étnico racial, tanto a nivel nacional, cuanto a nivel regional, en este momento estamos en pleito que en lo código penal se incluya a la despenalización del aborto por las tres causales, fundamentalmente en este momento el movimiento feminista y el movimiento de mujeres, en este momento que se encuentra en República Dominicana⁸⁴.

Altagracia integrou a Rede Afro desde sua formação, no Primeiro Congresso de Mulheres Negras de 1992, que foi realizado em Santo Domingo e já foi Coordenadora da Sub-região Caribe no período de 2013-2018, atualmente é enlace da República Dominicana.

Sobre sua participação na Red Afro Altagarcia afirma que:

Bueno, durante la última década podría agregar, con relación a mi participación en movimiento de mujeres negras y a través de la Red es que estado presente en todos los consensos y todas las, perdón, Conferencias Internacionales de la Mujer que organiza la Cepal, y donde yo entiendo que he tenido una participación activa y de grandes

⁸³ Biografia baseada nas informações fornecidas por Altagracia em 22/10/2020, transcrição completa disponível no Apêndice A.

⁸⁴ Idem.

negociaciones para lograr incorporar nuestras demandas, y he sido parte también de la conformación de la Plataforma Política, de las discusiones en relación a todas, a todos os pontos de la Plataforma Política de la Red, y nada que pienso que, hasta o momento, he estado presente en los momentos picos, vamos a decirlo así, de la lucha de la mujer afrodescendiente en la región.⁸⁵

4.4.2 Caren Paola Yañez Inofuentes

A boliviana Paola Yañez-Inofuentes é feminista e ativista do movimento afro-boliviano há mais de 20 anos. Formada em Mecanismos de Defensa de Direitos de Mulheres Indígenas e Afrodescendentes, é facilitadora nos temas de identidade, gênero, discriminação racial, direitos das mulheres, direitos das populações afrodescendentes e povos indígenas. Participou ativamente, entre 2006 e 2008, na construção do reconhecimento constitucional do povo afroboliviano

Paola é Diretora Executiva do Centro Afroboliviano para o Desenvolvimento Integral e Comunitário (CADIC) e afirma que:

Como Centro Afroboliviano para el Desarrollo Integral y Comunitario “CADIC” trabajaron en la formación, capacitación de la población afroboliviana sobre sus Derechos, fortalecemos los procesos organizativos de base de la población afroboliviana, realizamos acciones de incidencia ante el Estado boliviano para lograr el reconocimiento de la población afroboliviana, Somos parte de la Articulación de Organizaciones Sociales de Mujeres impulsando la agenda de las mujeres, incidiendo en las 5 Leyes con equidad y dando seguimiento a la agenda legislativa de las mujeres, Mesas de Dialogo y espacios de Dialogo sobre las mujeres, Articulación Nacional para elaborar informes EPU y CERD⁸⁶.

Foi Coordenadora da Região Andina da Rede Afro entre os anos de 2013 e 2018, atuando nas conferências regionais da mulher e na Conferência Regional de População e Desenvolvimento do CEPAL, nas consultas regionais do CSW, no Fórum de Organizações Feministas, nos encontros feministas, nos fóruns sobre discriminação, Assembleias Gerais da OEA, entre outros espaços que de incidência do agendamento da população afrodescendente da América Latina, Caribe e da diáspora.

Em 2016 ela foi eleita integrante do Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres para a América Latina e Caribe até o ano de 2020. E no ano de 2018 foi

⁸⁵ Entrevista concedida para a autora em 22/10/2020, disponível no Apêndice A.

⁸⁶ Depoimento recebido em 10/11/2020, disponível no Apêndice B.

eleita Coordenadora Geral da Rede Afro.

4.4.3 Carmen Cecilia Ramirez Rivas

Cecilia Ramirez, como é mais conhecida, nasceu em 6 de setembro de 1966, é filha mais velha de Alicia e Angel, viveu em San Juan de Marcona durante a infância, adolescência e parte de sua juventude. Relata que sua vida foi repleta de emoções e alegrias desde pequena: “foram meus pais uma grande inspiração em minha vida, minha mãe por compartilhar, apoiar e ser solidária entre os nossos semelhantes, de meu pai, o orgulho de ser uma mulher afro peruana e de poderia lograr o que eu quisesse”⁸⁷.

Tornou-se Técnica em Enfermagem aos 21 anos e formou-se em Direito e Ciências Políticas aos 53. Ativista do movimento afrodescendente, é Diretora Executiva do CEDEMUNEP – Centro de Desenvolvimento da Mulher Negra Peruana.

Na Rede Afro, foi Sub-Cordenadora da Região Andina durante o período de 2013-2018.

Me siento una mujer apasionadamente comprometida con la labor que desempeño y muy bendecida por todo lo que la vida me ha dado y me sigue dando, Eduardo Palma mi esposo, Angel y Maisha, mis hijos son mi inspiración y ese motor que día a día no solo me empujan si no también me acompaña en este lindo camino que es la vida.⁸⁸

4.4.4 Dorotea Louis Wilson Thatum

Nicaraguense, nascida em Puerto Cabezas em 1948, Dorotea esteve em um convento dos 19 aos 28 anos, chegou a fazer os votos temporários, mas deixou o convento para lutar nas montanhas, entrando para a guerrilha. “Entré a la guerrilla por el contacto con el campo, las mujeres, los delegados de la palabra”⁸⁹.

Sobre essa etapa da sua vida, ela afirma que aprendeu sobre:

El compañerismo, esa colectividad, solidaridad que después no se encontró, porque cada cual se fue por su lado. Muchas compañeras y compañeros se olvidaron de esos principios, de luchar por la causa, por lo que habíamos creído y queríamos hacer en aquel entonces.⁹⁰

⁸⁷ TLA. Depoimento recebido em 2/11/2020, disponível no Apêndice C.

⁸⁸ Depoimento recebido em 2/11/2020, disponível no Apêndice C.

⁸⁹ Entrevista concedida ao site Nuevo Diario, disponível em: <https://www.elnuevodiario.com.ni/especiales/230848-monja-guerrillera-defensora-mujeres/#>, acesso em 30/10/2020.

⁹⁰ Idem.

Atuou como membro da direção nacional da Frente Sandinista, foi prefeita da cidade de Bilwi, Porto Cabezas e deputada da Assembleia Nacional da Nicarágua de 1984 a 1990. Também foi eleita, entre 1990 e 1994, conselheira no Conselho Regional Autônomo, órgão do governo da Região Autônoma do Atlântico Norte. Em reconhecimento à sua luta pelos direitos das mulheres o Conselho Nacional para Prevenção da Discriminação (Conapred) outorgou-lhe o Prêmio Internacional pela Igualdade e Não Discriminação⁹¹.

Em 1982 fundou o Grupo Cultural Negro e também é fundadora de Vozes Caribenhas, organização de mulheres que impulsionam políticas municipais, na Costa caribenha da Nicarágua, com enfoque de gênero. Foi uma das fundadoras da Rede Afro em 1992. Participa, em nível regional da Rede Feminista da América Latina e Caribe e é integrante do grupo assessor da ONU Mulheres Regional⁹².

Coordenadora Geral da Rede Afro no período de 2007 a 2018, Dorotea afirma que: “Mi conciencia de género me obliga a asumir el compromiso de apoyarmujeres, promoverlos, luchar juntas defendiendo nuestros derechos, sobretudo desde mi origen e identidad racial, mi cultura y dignidad de mujer negra del Caribe⁹³”.

4.4.5 Nilza Iraci Silva

Formada em Comunicação Social, Nilza Iraci esteve presente no processo pela redemocratização do país, e nas principais lutas feministas e antirracistas nos 30 últimos anos. Ela iniciou sua trajetória profissional aos 9 anos como babá e depois como empregada doméstica. Antes da sua maioridade, ascendeu profissionalmente quando se tornou operária. Atuou “de auxiliar de escritório a revisora e posteriormente editora de textos em diversas editoras. Trabalhei como repórter em várias revistas destinadas à economia e indústria⁹⁴”.

Ela afirma que a luta contra a ditadura militar brasileira – que ocorreu entre

⁹¹ Fonte: texto publicado no site da Rede Afro em 9/3/2012, disponível em: <http://www.muieresafro.org/a-laguerrera-dorotea-wilson/> acesso em 14/11/2020.

⁹² Fonte: site do Centro de Informação e Serviços de Assessoria em Saúde – CISAS, disponível em: https://www.cisas.org.ni/story/semblanza_de_dorotea_wilson_tathum acesso em 14/11/2020.

⁹³ Entrevista concedida ao site Nuevo Diario, disponível em: <https://www.elnuevodiario.com.ni/especiales/230848-monja-guerrillera-defensora-mujeres/#>, acesso em 30/10/2020.

⁹⁴ Entrevista realizada por email em 16/11/2019.

1968-1985 – foi a porta de entrada para seu ativismo. Depois, durante o processo de redemocratização passou a atuar no movimento feminista, que chegou ao Brasil com as ex-exiladas políticas que voltavam da Europa. Dentro do movimento feminista clássico sua atuação foi iniciada pautando a temática racial:

Então eu tive que brigar primeiro pela minha identidade racial nos dois movimentos, e era uma briga permanente, primeiro para provar que eu era negra e segundo para incluir a questão racial no movimento feminista, embora já tivesse nesse momento outras mulheres negras tentando incluir a questão da raça dentro da pauta do movimento. Mas, a minha militância é no feminismo.⁹⁵

Participou da fundação da Casa da Mulher Negra, na Baixada Santista, em 1985. Foi co-fundadora de Geledés Instituto da Mulher Negra, em 1988, onde atualmente é Coordenadora Executiva. E criou, com outras organizações, a Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, em 2000, ao longo do processo de preparatório para a Conferência de Durban. Na campanha que selecionou mil mulheres de todo o mundo para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz, em 2005, foi uma das 52 brasileiras indicadas.

Na última década, ela participou de todas as conferências da ONU pautando a perspectiva de gênero e raça e coordenou o Comitê Internacional da Conferência das Américas preparatória para Revisão de Durban. Participou de todos os Encontros Feministas regionais, e seu ativismo no movimento de mulheres negras tem se pautado pela inclusão da Comunicação como um Direito Humano, que deve ser um nexo de empoderamento principalmente para as mulheres negras e periféricas.

Nilza integra o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial como representante da Rede Afro no Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres. Além de ter participado de todas as Assembleias da Rede Afro, colaborando com a elaboração de dossiês e documentos. Participou do processo de construção da Marcha de Mulheres Negras de 2015 e integra a Marcha de Mulheres Negras de SP.

Ela também coordena o projeto *Enquanto Viver Luto*, que trabalha com mulheres em situação de violência doméstica, racial e sexual; transexuais; prostitutas; mães de jovens assassinados pela violência do estado; e catadoras de material reciclável; num sistema de interpelação cada uma é responsáveis por todas.

⁹⁵ Idem.

4.4.6 Sonia Elizabeth Viveros Padilla

Nascida no Equador, Sonia Viveros é poetisa e Tecnóloga em Sistemas, diplomada em Desenvolvimento Local com Perspectiva de Gênero, com curso superior em Direitos, Afrodescendência e Mulher Afro-equatoriana. Ativista social desde 1991, atuou no Movimento Indígenas do Equador e a partir de 1993 com afrodescendentes. Participa de instituições governamentais e de espaços de cooperação internacional, desenvolvendo projetos e planos vinculados ao desenvolvimento.

Sua atuação recente na administração pública foi como Gerente do projeto Política Pública do Plano Plurirracial para a Eliminação da Discriminação Racial; Diretora de Política Pública para Povos e Nacionalidades, em 2019; atualmente é Diretora do Sistema Nacional para a prevenção da Violência contra a Mulher, na Secretaria de Direitos Humanos do seu país.

Em nível internacional, é Coordenadora da Sub-região Andina da Rede Afro e integrante: do Instituto Afrodescendente para o Estudo, a Investigação e o Desenvolvimento; da Plataforma da Cúpula Mundial dos Afrodescendentes e integrante fundadora do Fundo Afro Andino, da Universidade Andina Simón Bolívar.

Também é fundadora e Sub-Diretora da Fundação de Desenvolvimento Social e Cultura Afroequatoriana: AZUCAR; Coordenadora geral do projeto: Escola de Formação Política e Liderança para Mulheres, conveniada com a Universidade Central do Equador; Membro fundadora da Coordenadoria Nacional de Mulheres Negras e Conselheira Cidadã do Ministério da Cultura e Patrimônio do Equador.

4.4.7 Vicenta Camusso Pintos

Nascida no Uruguai, Vicenta Camusso, integra o movimento feminista uruguaio desde 1985. Possui formação nas áreas de desenvolvimento humano, gênero, raça, etnia e desenvolvimento econômico local. Diplomou-se em Formação Profissional na Escola de Humanidades da Universidade Nacional de San Martín. Especializou-se em Promoção do Desenvolvimento Econômico Local por meio do planejamento estratégico pelo Centro Weitz para Estudos de Desenvolvimento da Faculdade de Agricultura CRUR Rehovot Israel. Também é especialista em: Desenvolvimento Econômico Local com Perspectiva de Gênero pelo Centro OIT no Curso de

especialização em desenvolvimento e sua gestão⁹⁶.

Possui especialização em Gerência do Desenvolvimento do BID. É docente em programas de formação especializada a estudantes graduados, atuando como facilitadora de processos de capacitação de adultos, desenvolvendo metodologias de ensino e aprendizagem. Participa do Grupo Técnico Político para incorporação étnica racial nos censos das Américas⁹⁷.

É co-fundadora da Rede Afro, e foi Coordenadora da Sub-região Cone Sul de 2013 a 2018. Também fundou a Coletiva Mulheres Uruguay, em 2009 e o Instituto Afrodescendente para o Estudo, a Investigação e o Desenvolvimento.

El Programa de Acción de la Conferencia Programa de Acción de la Conferencia El Cairo de 1994, ha sido y es un interés y un compromiso como mujer afrodescendiente, integre el Comité organizador sociedad civil preparatorio de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe 2013 Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo, participé del Foro de consulta sobre los avances y desafíos de los compromisos internacionales para Afrodescendientes : Compromiso de San José y en la Reunión de Alto Nivel acelerando la acción global para el cumplimiento de derechos de las personas Afrodescendientes en América Latina y Caribe - Cumbre de Nairobi sobre la CIPD +25: Acelerando la promesa.⁹⁸

4.5 ANÁLISE TEMÁTICA DAS PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO

Além das entrevistas, também realizamos uma análise temática das manchetes das publicações da Rede Afro, que tivemos acesso, entre os anos de 1997 e 2019⁹⁹, com o objetivo de identificar quais foram os temas mais pautados ao longo desses anos.

A sistematização temática das manchetes que compuseram o corpus foi realizada pelo programa Iramuteq¹⁰⁰. Foram analisadas 20 publicações com um total de 337 manchetes. Sistematizamos o corpus de pesquisa com os seguintes índices: ano, mês e número do texto, enumerado em ordem temporal crescente.

Na tabela 5 apresentamos os termos que tiveram o maior número de

⁹⁶ Depoimento enviado em 10/11/2020. TLA.

⁹⁷ Fonte: Entrevista a Vicenta Camusso, disponível em: <https://asm.udelar.edu.uy/items/show/2001> acesso em 14/11/2020.

⁹⁸ Depoimento enviado em 10/11/2020.

⁹⁹ As edições e manchetes analisadas foram listadas em tabela, disponível no Apêndice J.

¹⁰⁰ De acordo com Justo e Camargo (2014), o software Iramuteq viabiliza diversos tipos de análises textuais de dados produzindo representações gráficas dessas análises.

ocorrências nas publicações analisadas.

Tabela 5- Análise temática das publicações da Rede Afro

Termo	Número de ocorrências
Red_Afro	53
mujer	46
afrodescendientes	29
derecho	19
participación	12
_mujeres	10
mujeres_afrodescendientes	10
región	10
salud	10
informe	09
Nicaragua	09
acción	08
Cairo_más_20	08
Colombia	08
desarrollo	08
joven	08
racismo	08
agenda	07
América	07
Estado	07
Honduras	07
incidencia	07
México	07
violencia	07

Fonte: análise quantitativa das manchetes dos boletins da Rede Afro.

Os dados sistematizados formaram um gráfico ramificado por análise de similitude, de acordo com a figura 3.

Figura 3- Gráfico de análise de similitude de termos das publicações da Red Afro

Os termos de maior ocorrência: Red Afro, mujer e afrodescendientes, apresentaram os outros termos em suas ramificações. Desta maneira, o termo Red Afro – com 53 ocorrências – foi relacionado com os termos: mujeres; Colombia; informe; Nicaragua e Honduras; región e agenda.

Nas ramificações do termo mujer – que ocorreu em 46 vezes – foram encontrados: derecho e desarrollo; declaración e Cairo más 20; mujeres afrodescendientes; racismo; Estado; acción; salud; violência; América.

E o termo afrodescendentes – encontrado em 29 ocorrências – foi ramificado em: participación e incidência; jovem e México.

4.6 ANÁLISE DE DADOS DAS ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS DA REDE AFRO

Para a análise dos dados das entrevistas, realizadas com as lideranças da Rede Afro, o procedimento metodológico foi o *de termos pivôs*, que, de acordo com Maingueneau (1998), foi inspirado livremente em um artigo publicado em 1952 pelo linguista Harris¹⁰¹. Os primeiros trabalhos da escola francesa de análise de discurso utilizaram esse procedimento, que é constituído primeiro pela seleção a priori de palavras-chave, ou termos-pivôs, que representem uma formação discursiva; para depois ser construído um corpus com as frases onde essas palavras são localizadas.

Esse método repousa sobre o postulado segundo o qual as palavras mudam de valor segundo as formações discursivas em que elas figuram e que podemos condensar a ideologia de uma formação discursiva nos enunciados (chamados *frases de base*) em que se encontram os termos-pivôs. (MAINGUENEAU, 1998: p.77-78)

Para aplicação desse procedimento, buscaremos – nos discursos das mulheres entrevistadas – termos-pivôs que apontem para as formações discursivas. Os termos-pivôs escolhidos foram: *mulher negra*; *feminismo negro*; *Rede Afro* e *Década Internacional de Povos Afrodescendentes*. Foram selecionadas para análise as frases que contêm esses termos, e as frases que contêm mais de um dos termos foram analisadas de acordo com o termo de maior importância contextual.

4.6.1 Altagracia Balcacer Molina

4.6.1.1 Termo-pivô mulher negra¹⁰²

- *Yo desde de muy temprana edad me enrolé en movimiento feminista de mi País a los 24, 25 años y coincidió con que em 1992 se organiza el Primer Encuentro de Mujeres Negras como resultado de una reflexión que ja venia de varios años em*

¹⁰¹ Zellig Sabbettai Harris nasceu em Balta, na Ucrânia, em 1909 e aos quatro anos foi morar nos EUA, foi aluno e professor da Universidade da Pensilvania, na qual fundou o Departamento de Linguística.

¹⁰² As respostas das entrevistas estão em itálico e a análise está em fonte normal e sublinhada, posteriormente as frases.

un grupo de mujeres negras, donde entendieran que era necesario particularizar el espacio de militancia de nosotras afrodescendientes, que en ese momento nos denominábamos mujeres negras.

- Y a raíz de esta reflexión que tomo años en concretizar-se se organiza en 1992 en Primer Encuentro de Mujeres Negras en Santo Domingo, República Dominicana.

- E en cual estuve presente, participo de manera bastante activa contribuyendo a la organización del mismo de la logística como parte también de una organización que llamamos: Identidad de la Mujer Negra.

- E ahí entonces se conforma, se funda la Red, en el 1992.

Experiência pessoal: participação e organização do Primeiro Encontro de Mulheres Negras e o fato histórico de criação da Rede Afro

- Y las negras, las mujeres afrodescendientes por la misma característica étnico-racial que nos diferencia, nos distingue del resto de las mujeres en nuestra condición de mujeres vivimos a esta situación.

Condição da mulher negra em relação às outras mulheres.

- Bueno, yo creo que la respuesta es la respuesta a esa pregunta es muy obvia, si bien es cierto en algunos países hemos logrado, por ejemplo, que la variable étnico-racial se incorpora a los censos para que pueda levantarse información, recorrerse a información sobre la situación de la población afrodescendiente, particularmente de nosotras las mujeres.

Dificuldades de levantamento dos dados sobre a situação da mulher negra na América Latina e Caribe nos países que ainda não fazem o recorte étnico-racial no Censo da população.

- Que queremos decir con esto, que no sabemos en esencia a lo que esta pasando con la población afrodescendiente e de manera particular, una vez más, con nosotras las mujeres.

- Entonces, seguimos en situaciones de mucha vulnerabilidad, en la mayoría de los casos, la población en pobreza está conformada mayoritariamente por la población afrodescendiente, nosotras las mujeres seguimos siendo, las mujeres negras seguimos siendo las más pobres entre los pobres, por lo que nuestra situación

no ha variado mucho a lo largo de esta última década.

Constatação de que a essência sobre a situação da população afrodescendente e particularmente das mulheres negras, de vulnerabilidade, pobreza, sendo as mais pobres, situação que não variou muito ao longo da última década.

4.6.1.2 Termo-pivô feminismo negro

- Entonces el feminismo negro es una construcción conceptual si e pragmática de nuestras propias mujeres a partir de una realidad diferenciada por lo étnico-racial.

Definição de feminismo negro.

- Tenemos una nueva directora feminista negra con quien hemos estado conversando para ver la posibilidad que se incorpore esta variable, todavía no tenemos respuesta a ella.

Reconhecimento da nova Coordenadora Geral Paola Iñofuentes como feminista negra e necessidade de incorporação do quesito étnico-racial no Censo.

4.6.1.3 Termo-pivô Rede Afro

- Buen día Tatiana, a esta primera pregunta, te puedo responder de manera muy precisa, muy concreta, porque durante años, muchos años de la Red hemos estado quedándonos y demandando que la coordinación general de la Red haga más esfuerzo para mantener una comunicación más fluida con las organizaciones que formamos parte de la misma.

- E si bien es cierto la estructura de la Red em principio debería ser mucho más receptiva porque tenemos una Coordinadora General y luego tenemos coordinadoras por las subregiones, en la Región Andina, Cono Sur, el Caribe, Centroamérica, en Centroamérica tenemos dos compañeras que, como son muchos países, se seleccionan dos compañeras para coordinar esa subregión.

- Entonces, aún así la comunicación nunca llega a ser lo suficientemente fluida, como para que todas las organizaciones estén informadas de lo que está ocurriendo en la región e de lo que está la coordinación general haciendo con la Red en sentido general.

- O sea que uno de los pontos para ser más mucho más breve en mi respuesta,

más concreta, uno de los elementos o aspectos que la Red ha confrontado, por años y años, es una comunicación eficaz, no hemos podido lograr una comunicación eficaz a veinte años de la Red.

Necessidade de uma comunicação mais fluida com as organizações membras da Rede Afro, sua estrutura deveria ser mais receptiva por conta das coordenações nas sub-regiões.

4.6.1.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes

- Bueno, en realidad yo creo que tendríamos que tener una mirada crítica, porque yo te puedo decir si la Red tiene su propia agenda y en Marco de Decenio de Los y de Las Afrodescendientes, sí.

- Y desde mi punto de vista eso es un aspecto que debilita la incidencia de la Red dentro de Decenio dentro de la discusión de programa.

- Que si bien cierto también podemos decir se ha nominado este decenio por los organismos internacionales, no han capital os recursos para invertir en aquellas áreas de la cual las poblaciones afrodescendientes nos encontramos en una gran situación de vulnerabilidad, particularmente las mujeres.

Crítica sobre a Década Internacional de Povos Afrodescendentes, falta de recursos e investimentos nas comunidades afrodescendentes, que as são mais vulneráveis, sobretudo as mulheres.

- Entonces en ese sentido la Red si trabaja, estamos trabajando basando-se en su Plataforma Política de 7 áreas, para poder incidir en nuestros espacios locales, nacionales e internacionales.

- A ver como avanzamos as mujeres afrodescendientes em marco de Decenio.

Importância da Plataforma da Década Internacional de Povos Afrodescendentes publicada pela Rede Afro.

4.6.2 Caren Paola Yañez Inofuentes

4.6.2.1 Termo-pivô mulher negra

- Se esta habiendo como crecimiento de racismo, para además se empezar a

cruzar esto con el tema de la violencia, y yo no creo realmente que ahora, se ha disminuirse más la violencia, porque, hay mecanismos de denuncia, sino que igual, siento que la violencia hacia a las mujeres se ha ido creciendo y esto se va empeorando cuando las mujeres afrodescendientes, identidad de género, violaciones correctivas, es una práctica todavía.

Conjuntura atual de aumento do racismo relacionado ao aumento da violência contra as mulheres, que vai piorando para as mulheres afrodescendentes, e ainda mais nas práticas de violações corretivas da identidade de gênero.

- Yo creo que las mujeres negras, todavía, están, en gran medida militando en el feminismo blanco, en el feminismo hegemónico.

Grande parte da militância das mulheres negras é no feminismo branco: hegemônico.

4.6.2.2 Termo-pivô feminismo negro

- La Red nasce precisamente como una crítica a este feminismo hegemónico, en los años 90, de mujeres que se reclaman a sí mismas desde su identidad, pasan los años y esto segué como se volviendo, y otra vez segué empezando a poner sobre la mesa, para que esta diferencia, que se vea que hay otras temáticas, y como vamos reclamando también el racismo dentro del movimiento feminista blanco, el feminismo hegemónico.

Reconhecimento do racismo no feminismo branco hegemônico e da criação da Rede Afro justamente para criticar esse feminismo.

4.6.2.3 Termo-pivô Rede Afro

- Me sumé a la Red a partir de un trabajo que hacíamos en Bolivia, o sea, de la organización que era parte de la Red.

- Entonces, nos empezaran a invitar algunas actividades con las compañeras más grandes, participaban entonces empezaran a designar a mí la participación de la Red, dar seguimiento a las cosas que se estaban haciendo desde la Red.

-Y, en año 2010, fue nombrada enlace nacional. Entonces, como enlace, estuve dando seguimiento a las actividades de la Red.

Trajetória na Rede Afro.

- *Siento que, todavía, la Red tiene serias, tiene dificultades, o sea, en ese relacionamiento con las organizaciones.*

- *O sea, a medida que ha ido creciendo, a la Red, se ha habido presentado dificultades de, algunas dificultades de coordinación e de relacionamiento con las organizaciones en los países.*

- *Porque, también en los cambios de, de coordinaciones anteriores, no se ha dado todas las informaciones de todas las organizaciones que eran parte de la Red.*

Dificuldade de relacionamento com as organizações membras desde as coordenações anteriores.

4.6.2.3 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes

- *Siento que todos temas de genero están cuasi invisibilizados, entonces, la Red se ha propuesto crear, tener su propia agenda del Decenio, que es la Plataforma Política de Lideres Afrodescendientes que se ha aprobó en 2015, en Managua, Nicaragua.*

- *Una cosa que elaboró en ellos, pero no desde las, desde ellas mismas, no cosas para nosotras ser importante que se ha desde nosotras una agenda de temas que prioricen los temas que nosotras consideramos importantes.*

Importância da Plataforma Política das Lideranças Afrodescendentes no agendamento da Década Internacional de Povos Afrodescendentes voltada para os temas que as mulheres negras consideram importantes.

4.6.3 Carmen Cecilia Ramirez Rivas

4.6.3.1 Termo-pivô mulher negra

- *Desde mí punto de vista y desde de la experiencia que tengo, en este proceso la situación de la mujer afrodescendiente no ha cambiado mucho, aún estamos ausentes de las políticas de estado, de las políticas públicas que nuestros estados simplemente, creo que todavía, nuestra situación con respecto a educación, a vivienda, a empleo, presentamos muchas brechas de desigualdades.*

Reconhecimento de mudanças na situação da mulher negra, porém constatação de que essa ainda está ausente nas políticas de estado, nas políticas de educação, habitação, emprego, com muitas lacunas de desigualdades.

- Creo que ahí existe una brecha muy profunda porque, creo que hay un obstáculo entre nuestras pares, o sea, no es lo mismo ser una mujer, que ser una mujer afrodescendiente.

Existe uma lacuna e um obstáculo entre nossas pares, ser uma mulher e ser uma mulher afrodescendente não é a mesma coisa.

- Todavía, el acceso a la educación, como también, sumado a lo acceso a salud, los protocolos de, no existen protocolos de atención, por ejemplo, para las mujeres afrodescendientes, nuestros derechos sexuales y reproductivos no se encuentran incorporados tampoco dentro de las demandas, el tema de acceso a la justicia y todos esos, creo que definitivamente que la situación nuestra no ha cambiado mucho.

A situação das mulheres afrodescendentes não mudou muito, não existem protocolos de atenção ao acesso à educação e à saúde, nossos direitos sexuais e reprodutivos não são incorporados dentro das demandas, nem o acesso à justiça.

- Yo si considero de que, o sea, también estamos enfrentando algunos desafíos entre nosotras mismas, pero la articulación de mujeres afrodescendientes en América Latina es fuerte, a pesar de las dificultades que podamos enfrentar, yo creo que es bastante fuerte, y se hablamos del movimiento afrodescendiente en su conjunto, el único movimiento fuerte e potente que tiene en Latinoamérica y el Caribe es lo movimiento de mujeres afro.

Reconhecimento de que, apesar de desafios internos e das dificuldades, quando se fala em movimento afrodescendente, o único movimento forte e potente que existe na América Latina e Caribe é o movimento de mulheres afro.

- Creo que a diferencia de otros movimientos de las mujeres afrodescendientes tenemos que estar en los espacios de tomadas de decisiones para que nuestras demandas y nuestras voces estén presentes.

Necessidade da presença das mulheres afrodescendente nos espaços de

decisão para que suas demandas estejam consideradas, diferente de outros movimentos.

- Y, entonces, nos invitan a participar en un evento previo a Beijín, pero previo a Beijín una de las reuniones regionales que fue en la Argentina, pero fue interesante este proceso porque a nivel nacional nosotros no habíamos participado de proceso nacional, también a Beijín no habíamos participado, ya cuando intentamos hacerlo no obtuvimos, como una respuesta positiva, y entonces decíamos como hacemos para por lo menos las demandas de las mujeres afroperuanas, en ese momento decíamos mujeres negras, ahora estamos con ese tema de reivindicación, entonces, decíamos para que las mujeres negras en el Perú ruamos incorporar alguna de estas demandas.

Relata o início da sua participação na Rede Afro, durante o processo da Conferência da Mulher da ONU, em Beijin, incorporando as demandas das mulheres afroperuanas, pois não tinham conseguido fazer isso em nível nacional.

- Porque tenemos los recursos humanos, tenemos muchos recursos humanos, muchos recursos técnicos, a pesar que no tenemos muchas mujeres, no las suficientes, porque tenemos mujeres negras técnicas, tenemos mujeres negras profesionales, tenemos mujeres negras en su día-a-día, pero tenemos lideresas, tenemos activistas.

Capacidade técnica, profissional de recursos humanos das mulheres negras destacando as lideranças e ativistas.

- O sea, porque nadie nos ha dado la agenda, la agenda es nuestra, y eso también me parece importante y potente, o sea, la agenda de las mujeres negras en la América Latina es nuestra agenda, no es una agenda impuesta, no es que nos dijeran, o sea, no es una agenda impuesta y para mí eso es muy importante.

Afirmação da importância e da potência do fato de que a agenda das mulheres negras da Região é realizada por elas mesmas, não é uma agenda imposta.

4.6.3.2 Termo-pivô feminismo negro

- No, no por las feministas negras, sino más bien por lo feminismo blanco.

- Y no esté pensado en feminismo negro, y gracias, porque, o sea, no me había

pensado como una feminista negra.

Crítica ao feminismo branco e surpresa ao ser confrontada sobre ser uma feminista negra.

- Y eso es algo potente e importante, o sea, porque aún de repente no estando tan articuladas como quisiéramos, creo que el movimiento negro de mujeres se está; moviendo y se está movilizand, y estamos tratando de incidir en nuestras agendas de país.

- Entonces, yo se creo que, el movimiento de mujeres negras nunca ha parado, nunca ha parado, siempre ha sido constante, desde la demanda, desde los discursos, desde lo que escribimos.

Importância do movimento de mulheres negras para a incidência nas agendas de seus países e da mobilização constante desde as demandas, dos discursos e do que escrevemos.

4.6.3.3 Termo-pivô Rede Afro

- No soy socio fundadora, de verdad que no, pero, me siento muy orgullosa de participar de este proceso, yo siendo parte de la Red ha aprendido mucho, sinceramente ha aprendido mucho.

- Entonces, ese aprendizaje dentro de la Red, con este tema de incidencia y como incidir en organismos internacionales y además, como incidir en gobiernos nacionales, así es una experiencia muy potente para mí, pero sobre todo, creo que una das experiencias muy ricas fue la Cumbre de Mujeres Afrodescendientes.

- Creo que se fue un momento histórico para las mujeres afrodescendientes, y no solo para las miembras de la Red, sino para las mujeres afrodescendientes porque logramos consensuar un documento político que es muestra plataforma política, y creo que para mi ese é un momento histórico, porque no es fácil llegar a acuerdos con más de 280 mujeres.

Potência da sua aprendizagem e experiência dentro da Rede Afro para incidir nos organismos intenacionais e nos governos nacionais, com destaque para a Cúpula de Mulheres Afrodescendientes, que acordou a Plataforma Política da Década Internacional de Povos Afrodescendientes entre mais de 280 mulheres.

- Y a nivel nacional, creo que esto es muy importante mencionarlo, es que la Red es una Red de pertenencia e no de afiliación, e creo que eso la hace diferente, no es que tu te tengas que inscribir, no, no, no, tú te sientes parte de ella, y lo otro esta relacionado es que la Red funciona de manera, no se cuele es el la palabra correcta, pero es como una manera horizontal.

- Y, además, la Red se fortalece, no por la cabeza, las organizaciones, que formamos parte de la Red, fortalecemos a la Red. La Red se fortalece a través de los trabajos que cada una de las miembras, al interior de cada uno de nuestros países, de cada uno de nuestras organizaciones, venimos realizando, ya sea como en nombre institucional, ya sea a título individual, o ya sea en nombre de la Red.

- Pero todas aquellas, que formamos parte de la Red, estamos haciendo un trabajo muy potente, un trabajo muy duro.

A Rede Afro funciona de maneira horizontal, fortalecendo-se pelos trabalhos de cada uma das membras no interior de cada um dos países e organizações, com um trabalho potente

- Porque, esa é otra de las cosas que hemos visto, y que estamos mirando ahora en este balance de evaluación de la Red, es que como han ido bajando los financiamientos, entonces, es un análisis para mirar también, de cómo os organismos internacionales no están apoyando nuestros procesos y que sí, es importante.

- Y lo otro es, que como, seguimos fortaleciendo las organizaciones locales, porque como te decía, la Red se fortalece no de arriba abajo, sino de abajo hace arriba, ese trabajo que cada una vinimos desarrollando en nuestros países, de nuestras organizaciones.

Apesar da diminuição dos financiamentos e dos apoios dos órgãos internacionais, a Rede Afro continua se fortalecendo com as organizações locais desenvolvendo-se de baixo para cima.

- Llego a la Red, fue interesante porque yo llego a la Red cuando estaba todo ese proceso camino a Beijín, y además, yo pertenencia no a una organización de mujeres, ahora yo hago parte a una organización de mujeres, e una de las cosas que nos inspiró, justamente, fue la existencia de la Red.

Situa sua chegada na Rede Afro, durante o processo preparatório da Conferência de Beijing.

- Entonces eso partió de camino a Durban, que hago esta reflexión, e la ha hago porque me encuentro en uno espacio, no recuerdo en que país fue, en ese proceso, en una reunión que me fui, porque era la reunión de la Red, yo no había participado de la reunión, mucho de la reunión de la Red, y alguien dice no, pero, Cecilia es parte de la Red, pero está hablando solo “ello, lo” efectivamente.

- Entonces, fue ahí que tome consciencia de esta parte de la lucha de genero por nosotras, e fue ahí que seguí caminando y por esto te decía que el estar participando en esos procesos de la Red me ayudo mucho a entender.

Constatação, durante o processo preparatório da Conferência de Durban, de que sua fala se utilizava do gênero masculino como universalização de toda população negra, mas enquanto membra da Rede Afro, sua fala deveria utilizar o gênero feminino para representar as mulheres negras.

- Pero sí, creo que, desde la Red, estamos trabajando mucho para, no suelo incidir en el Decenio, la agenda 2030, y en otros espacios políticos más.

Diversidade de espaços políticos de trabalho da Rede Afro.

- Hay una comunicación, hay un acercamiento, como digo, como la Red, es una Red de afiliación y no de pertenencia, cuando nos necesitamos nos apoyamos.

- Entonces, porque ese es el sentido de la Red, cuando necesitamos un respaldo, ya sea por carta, por alguna acción, por algún contexto político que se está moviendo, siempre hay respuestas.

Existe uma comunicação entre as organizações membras da Rede Afro, quando se necessita de respaldo sempre existem respostas.

- O sea, siempre la Red aprovecha los espacios internacionales para encontrarnos, hablar de nosotras, ver lo que estamos haciendo y o que, como te decía inicialmente, o sea, el trabajo de la Red se potencializa por lo trabajo que realizan las organizaciones de sus miembras. No es de arriba abajo, más desde abajo hace arriba.

- Como para nosotras mismas, se creó que necesitamos, no se si que todas vengan a la Red y nos articulemos para ser más potentes que sería lo ideal.

A Rede Afro aproveita os espaços internacionais para o diálogo entre suas representantes, mas o ideal seria existir uma maior articulação regional para torná-la

mais potente.

4.6.3.3 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes

- Nosotras como Red estamos haciendo un trabajo para incidir dentro del Decenio, porque creo que el Decenio no hay mirado a las mujeres afrodescendientes.

- El Decenio no há visibilizado a las mujeres afrodescendientes, entonces, yo siempre digo que donde no nos visibilizan, nosotras tenemos que hacernos visibles frente a esos espacios.

Constatação de que a Década Internacional de Povos Afrodescendentes não mirou as mulheres afrodescendentes e da necessidade destas se fazerem visíveis nesses espaços em que são invisibilizadas.

4.6.4 Dorotea Louis Wilson Thatum

4.6.4.1 Termo-pivô mulher negra

- Definir, y para lo censo y para la estadística, no era somete para tener una cifra, no solamente era para decir cuantas somos, sino que también era para impulsar políticas públicas diferenciadas hacia las mujeres negras aquí en continente.

Importância do recorte étnico-racial no censo para impulsionar políticas públicas para as mulheres negras.

- Que esto, todavía, está lejos por la política neoliberal, y los gobiernos que tan asumiendo poder en América Latina y Caribe ahora están estrechamente a ser a la derecha, a ser a lo fundamentalismo y están reduciendo los gastos sociales para la población, y cuando hablamos de esto de la población es peor cuando se trata de la población negra y se é población de mujeres negras.

Constatação de que, com a política neoliberal e a tendência dos governos que estão assumindo o poder na América Latina e Caribe serem de direita e fundamentalistas, tem sido reduzidos os gastos sociais para a população, e isso afeta ainda mais a população negra e de mulheres negras.

- Entonces podemos decir que estamos avanzando, pero lento, tremendamente

lento, no a la forma en que quisiéramos, pero nosotros no podemos substituir a lo gobierno nen lo estado para hacer políticas para las mujeres afro.

O avanço tem acontecido, mas de forma lenta, e não da maneira que se almeja, pois não se pode substituir o governo, nem o Estado para realizar políticas para as mulheres afro.

- Yo sé que va haber momento en que va ser muy difícil cumplir, porque los gobiernos que están asumiendo ahora, no son los gobiernos que su prioridad son las mujeres y mucho menos las mujeres negras.

Os governos que estão assumindo agora não têm como prioridade as mulheres, muito menos as mulheres negras.

4.6.4.2 Termo-pivô feminismo negro

- O sea, é bien interesante que, después del movimiento, después de 30 años - podemos decir - de hablar de un solo feminismo, o se hablaba solo de un feminismo de la igualdad y feminismo por la universalidad, ahora se está hablando de los feminismos, y uno de los temas es a ver tenido cerca de nosotras y tener la oportunidad de conocer mujeres negras brasileñas que han planteado y han hecho muchos escritos sobre lo que es ser considerado feminismo negro.

Depois de 30 anos não se pode falar de um só feminismo, agora se fala de feminismos, mais próximos de nós, com a oportunidade de conhecer mulheres negras brasileiras que tem levantado e escrito sobre o que é considerado feminismo negro.

4.6.4.3 Termo-pivô Rede Afro

- Bueno, la Red Tatiana é un espacio de articulación de las mujeres negra de América Latina y Caribe, estamos en más de 22 países.

- Tiene representación a título individual, pero también en representación de organizaciones y tenemos ya 26 años de haber sido fundada en un Encuentro Feminista en República Dominicana. Ahí fue onde se constituye esta Red con mujeres negras de América Latina y Caribe.

- Ahí fue onde se constituye esta Red con mujeres negras de América Latina y Caribe.

Construção da Rede Afro pelas mulheres negras da América Latina e Caribe como espaço de articulação em mais de 22 países há 26 anos.

- Esta Red ha crecido, la Red ahora está en 30 países, que ahora tamo en Caribe anglófono, en Caribe francófono, estamos en la diáspora, que son mujeres negras viviendo fuera de su territorio, e que tienen un vínculo, que tienen una comunicación estrecha con la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas.

Crescimento da Rede Afro nos países anglófonos e francófonos do Caribe e também na diáspora;

- Tenemos muchas alcaldesas, regidoras, concejales, diputadas, ahora tenemos una vicepresidenta negra en Costa Rica, y que fue de la Red y de las primeras mujeres que asumió también la dirección de la Red, antes de mi persona ella fue que me entrega la dirección de la Red: Epsy [Campbell Barr] de Costa Rica.

A Rede Afro é composta por vereadoras, legisladoras, deputadas e também a vice-presidenta da Costa Rica: Epsy Campbell Barr, que foi Coordenadora Geral da Rede.

- Pero también tenemos muchas alianzas con grupos que coinciden con nuestra visión y nuestra misión que es la defensa de lo derecho humano de las mujeres afrodescendientes e las mujeres en general.

- Por ejempló, somos parte de la articulación de movimiento feminista da América Latina y el Caribe, somos parte de la Red de Mujeres por la Salud, compañeras de la Red están en esos diferentes espacios para siempre teñeren enfoque y estar poniendo en la agenda, de los otros grupos, el tema de la mujer negra.

- Fuimos al consenso de Montevideo, hemos estado en Beijín, hemos estado en Cairo, hemos estado en ISO Quito, o sea, todos los espacios internacionales e nacionales, donde toca nuestra agenda que es salud integral para la mujer, educación, empleo, reducción de la pobreza y los servicios básicos, y la defensa a lo derecho humano.

Existem muitas alianças com grupos que coincidem com a visão e missão da Rede Afro, suas membras estão em diferentes grupos e espaços nacionais e internacionais incidindo no agendamento do tema da mulher negra.

- Entonces, para mi é muy importante la plataforma política de la Red, el

observatorio de la Red, el monitoreo, y seguir trabajando con las mujeres en la comunidad, el trabajo territorial es sumamente importante.

- Y yo creo que sea una gran riqueza y una gran fortaleza de la Red el trabajo territorial en la comunidad, donde están las mujeres pobres, donde están las mujeres negras.

A Plataforma Política e o Observatório da Rede Afro são importantes, mas a sua grande riqueza e fortaleza é o trabalho na comunidade onde estão as mulheres pobres, as mulheres negras.

4.6.4.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes

- Si, también fue por la lucha en la accionar de movimiento negro en continente, esto que las Naciones Unidas tuvo que es la declarar un decenio porque en 2011 declararan un año para la población afrodescendiente, no fue un decenio fue un año, e nosotras insistimos, el movimiento negro en general, insistieran porque con un año so se podía, nen monitorear nen ver la disminución de la pobreza o la brecha de desigualdad que hay en los diferentes países entre mujeres negras e entre mujeres no negras.

Luta do movimento negro do continente para que a ONU declarasse a Década Internacional de Povos Afrodescendentes, pois apenas um ano não foi suficiente para monitorar e diminuir a pobreza e a lacuna de desigualdades entre as mulheres negras e não negras.

- Entonces, en este decenio tenemos un planteamiento concreto también, las Naciones Unidas ten también un plan para el Decenio.

- Pero, es increíble ter un gran plan, pero no hacen ningún presupuesto, no hacen un presupuesto para impulsar esa política diferenciada que queremos ver en nuestra población en nuestra comunidad, entre la gente más pobre, más marginal, los más discriminados, más excluidos, por ser mujer y por ser afro, e se vamos por la edad, también por ser de la tercera edad, o más que eso.

Apesar do grande plano para a Década Internacional de Povos Afrodescendentes não foi garantido nenhum orçamento para impulsar a política diferenciada para os mais pobres, mais discriminados e excluídos, pela condição de ser mulher e ser afro, por ser da terceira idade e assim por diante.

- Estamos también, impulsando desde de la Red, desde 2009, la participación de las mujeres negras jóvenes, dentro de la Red, y que pueden hacer su demanda, pero también poden ter su enfoque del Decenio, que el lo que estas jóvenes están pensando que pueden lograr de los Estados, de los gobiernos para la política de inclusión, de participación e de oportunidades para las jóvenes, porque están demandando educación de calidad, educación de calidad, pero también están demandando participar en la economía del país, empoderamiento económico para las mujeres es una grande demanda de las mujeres jóvenes.

A Rede Afro tem impulsionado a participação das mulheres negras jovens, para que possam incidir suas demandas sobre a Década Internacional de Povos Afrodescendentes, nos Estados e e governos, por uma política de inclusão e participação.

- E de cara este decenio tenemos también des años, decimos también que des años es poco, las hermanas indígenas van por el tercer decenio, ellas ya tuvieron un primer decenio, un segundo y ahora tan demandando un tercer, porque se darán conta en camino que des años era muy poco para poder percibir avances y tener acciones completas en la disminución de la pobreza e la oportunidad de lo básico: agua, luz, vivienda, salud, educación.

Dificuldades de ser resolverem todos os problemas da população negra em apenas uma Década, assim como as irmãs indígenas estão agora demandando sua terceira Década.

- Que el Decenio va avanzando no, que tamo a cuatro años, nos falta solamente seis años.

- Entonces vas, este Decenio va ser bien difícil, bien difícil, en seis años no vamos a reducir la brecha de desigualdad que existe, tenemos que ver cuál es la realidad de seguir impulsando los censos, porque se no, no visibilizamos y no sabemos cuántas somos, también vamos poder participar o debandar, o ser parte de una política pública.

Dificuldades para os anos restantes da Década Internacional de Povos Afrodescendentes, necessidade de impulsionar os Censos com dados étnico-raciais para que se visibilizem a quantidade e as demandas das mulheres negras nas

políticas públicas.

4.6.1.5 Nilza Iraci Silva

4.6.5.1 Termo-pivô mulher negra

- Os avanços registrados nas últimas décadas na região, ainda que dignos de serem reconhecidos e celebrados, são ainda insuficientes, dado o quadro geral de exclusão que caracteriza a vida das mulheres afrodescendentes da região.

- A situação atual em que vivem as mulheres afrodescendentes da região, apesar dos avanços observados na última década, ainda se caracteriza por profundas desigualdades frente a outros grupos sociais.

- Elas permanecem invisibilizadas como sujeitos de políticas diferenciadas, nos extratos sociais da pobreza, em níveis que costumam ser mais altos do que o resto da população, estão sub-representadas ou ausentes nos processos de tomada de decisões e sofrem mais violações de direitos, seu e de suas comunidades, de viver uma vida livre de violência.

Constata os avanços registrados nas últimas décadas, e que ainda existe um quadro de exclusão na vida das mulheres afrodescendentes com profundas desigualdades em relação a outros grupos sociais, além de serem sub-representadas ou ausentes nos processos de tomada de decisão.

.- Através de sua atuação enquanto feministas, a atuação política das mulheres negras, tanto em seus respectivos países como por meio da articulação nas redes internacionais, assume um papel de grande relevância ao denunciar a condição de invisibilidade e vulnerabilidade a que estão sujeitas, inclusive nas organizações políticas que elas constituem, como o movimento feminista, onde historicamente se impôs a voz e a experiência das mulheres brancas, e o movimento negro, onde é priorizada a figura masculina.

- Isso pode ser traduzido pelo crescimento do número de coletivos e organizações criadas e lideradas por mulheres negras em toda a região.

Importância da atuação política das mulheres negras em diferentes espaços como as redes internacionais, no movimento feminista e no movimento negro, denunciando sua condição de invisibilidade e vulnerabilidade.

4.6.5.2 Termo-pivô feminismo negro

- O pensamento feminista negro coloca a mulher negra no centro dos debates, não somente em termos de produção e análise, mas também reforça a compreensão de que as desigualdades devem ser objetos de produção de conhecimento reflexivo e crítico, além de dar voz a mulheres que foram historicamente silenciadas.

Reconhecimento da importância do pensamento feminista negro para compreensão das desigualdades, produzindo um conhecimento crítico e reflexivo que coloca a mulher negra no centro dos debates.

- Assim, os movimentos de mulheres negras destacam a importância de reconhecer as vozes e as experiências vivenciadas por mulheres, onde as opressões são agravadas, pelo racismo, pela lgbtfobia entre outras.

Opressões de gênero agravadas pelo racismo, a lgbtfobia são reconhecidas pelos movimentos de mulheres negras.

- Para as jovens negras feministas o desafio está em como aprofundar e traduzir para seu público os novos conceitos da contemporaneidade como feminismo negro, feminismo decolonial, feminismo interseccional, mulherismo, e outros que surgem a cada dia, e que carecem de aprofundamento.

Desafio de aprofundar os conceitos de feminismos: decolonial, interseccional, mulherismo entre outros.

- E como promover novas formas de mobilização e atuação, particularmente em tempos de ativismo digital, pelas mídias sociais, sem perder a essência do que foi pensado e produzido pela geração anterior de ativistas negras.

Reconhecimento das produções de gerações anteriores na promoção de novas formas de atuação e mobilização no ativismo digital.

- O feminismo negro é o movimento que mais cresceu na região na América Latina, inclusive em termos de agenda política, advocacy nos espaços internacionais.

Movimento de maior crescimento na América Latina foi o feminismo negro.

4.6.5.3 Termo-pivô Rede Afro

- A Red nasce da insuficiência com que as questões das mulheres negras vinham sido tratadas pelo movimento feminista, nos diferentes espaços onde se dava a luta pelos direitos mulheres em nível Regional e Internacional.

- Nasce como o resultado da atuação das mulheres da região, por exemplo nos processos das Conferências da ONU, como a ECO-92, a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993; a Conferências do Cairo (1994) e Copenhague (1995); nas quatro Conferências mundiais sobre a mulher no México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985) e Beijing (1995); além da de Conferência de Durban (2001), entre outras.

- A Red, desde sua fundação em 1992, participa ativamente dessas conferências mundiais promovidas pela ONU de maneira bastante ativa nos que espaços da sociedade civil, mas muitas vezes como integrantes das delegações governamentais.

Fato histórico da fundação da Rede Afro em 1992 motivada pela necessidade de tratar das questões das mulheres negras pelo movimento feminista. A Rede Afro tem uma participação ativa nas conferências mundiais da ONU.

- A reivindicação mais presente nas declarações apresentadas pela RMAAD é sem dúvida a visibilidade para as mulheres afrodescendentes levando-se em conta as singularidades sofridas por elas em termos de discriminação.

- Foi fundamental em todos os processos de construção da Conferência de Durban em 2001, notadamente na Conferência Regional das Américas, em Santiago do Chile em 2000, partindo da perspectiva das mulheres, e concorrendo decisivamente para a aprovação dos parágrafos relativos aos afrodescendentes, as mulheres ofereceram contribuições originais que sensibilizaram várias delegações governamentais de países da América Latina.

- Em nível regional a Rede vem participando ativamente das Conferências da Cepal, tendo conseguido alguns avanços, e conseguindo colocar na agenda a temática das mulheres negras.

- É importante destacar a importante e decisiva participação das mulheres negras brasileiras em todos esses processos de Conferências, que independente da sua filiação, sempre operaram em parceria e cumplicidade com a Red.

Destaque para a participação fundamental da Rede Afro na Conferência de Durban, na Conferência Regional das Américas e nas Conferências da Cepal, resultando na aprovação de parágrafos relativos aos afrodescendentes, e no agendamento dos temas das mulheres negras, sensibilizando as delegações governamentais da América Latina.

- Apesar de a RMAAD vir buscando formas eficientes de organização ainda nos deparamos com alguns desafios sobre situações que estão presentes em todas as suas gestões, desde sua formação, que são objeto de tensões, e como por exemplo a questão da representação interna e a falta de fluxo de informação entre as coordenações e suas filiadas; como fazer as informações chegarem até a base .como ampliar a participação dessas organizações e/ou ativistas nos processos da Red, de forma que a sua participação em rede seja a forma mais adequada e eficiente encontrada por essas mulheres para combater o racismo e as formas correlatas de discriminação a que estão submetidas.

Existem desafios enfrentados internamente na Rede Afro, tais como a representação interna e falta de fluxo de informação para ampliar a participação das organizações membras e ativistas.

- Outro aspecto negativo para a articulação entre a Red e suas filiadas é a ausência de um cadastro atualizado das afiliadas nas regiões (seja de organização, e/ou seja em nível individual).

- A Red realizou um Mapeamento de organizações juntamente com uma Campanha de filiação, mas que nunca funcionou e necessita de uma permanente atualização, considerando a dinâmica do movimento de mulheres negras na região. pontuado pela RMAAD referiu-se à questão das organizações que realmente faziam parte da rede, ou seja, do fato da rede partir preexistência de organizações quando, na verdade, muitas mulheres afrodescendentes nem sempre estavam agrupadas.

- Nesse sentido, apresentou-se diante delas a necessidade não só de incentivar a formação dessas organizações em vários locais da região, como mapear as organizações-parte, e dar maior abertura à participação individual de militantes ou lideranças nas temáticas da Rede.

Falta um cadastro atualizado das afiliadas nas regiões, apesar da Rede ter realizado um mapeamento de organizações com uma campanha de filiação, ele nunca

funcionou, pois precisa de uma atualização permanente, além da necessidade de incentivar a formação de organizações e a participação individual.

4.6.5.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes

- Representantes da Red integram diferentes Comitês internacionais sobre a Década, participando ativamente dos debates e ações relacionadas.

- A Red vem chamando a atenção para a importância de que as propostas da Década sejam cumpridas e feito advocacy nas instâncias dos governos e da ONU para que suas ações sejam efetivadas, na medida que aponta para a garantia de direitos e exercício pleno da cidadania para as mulheres.

- Mas o progresso na implementação do Plano de Ação da Década ainda está em discussão com relação ao desenvolvimento das mulheres afrodescendentes.

Apesar da representação da Rede Afro nos comitês internacionais sobre a Década Internacional de Povos Afrodescendentes e do advocacy nas instâncias governamentais e na ONU, o plano de ação da Década ainda está em discussão.

4.6.6 Sonia Elizabeth Viveros Padilla

4.6.6.1 Termo-pivô mulher negra

- Y esos procesos de construcción, si bien, se fuera mistos, también eran los procesos que nos levaran a nosotros a repensarnos no solamente desde esas reivindicaciones como lo movimiento afroecuatoriano, lo movimiento afro de la región, de lo conteniente, sino también, como mujeres afrodescendientes con esa particularidad étnica, social, cultural y sobre todo, dentro de en la que compartiríamos estos ejes y que marcan la agenda política, desde este entonces, esta a cá de las mujeres negras.

Processos de construção do movimento afro equatoriano, e o movimento afro continental, com as particularidades das mulheres afrodescendentes, compartilhando os eixos da agenda política.

- Pero sobre todo y reconociendo que, esa pertenencia, eso porcentaje de poblaciones afrodescendientes, y esos porcentajes, dentro del esa población, de

mujeres afrodescendientes, con derechos, así como con obligaciones, obligan a los estados a regresar a mirar como atender esas partes de la población.

É obrigação do Estado reconhecer a população afrodescendentes, as mulheres afrodescendentes e os seus direitos, atendendo essa parte da população.

- Eso significa que la voz de la mujer, la presencia de la mujer, la imagen de la mujer negra se está siendo escuchar gracias a ese proceso sostenido, que de otra forma ha venido y creciendo con la incorporación de más mujeres, con la incorporación de mujeres intergeneracionales, con la incorporación de mujeres que están siendo parte de la política, parte de esta e de mujeres sieguen lo siendo parte de la política activista.

- Estos procesos de reencuentro, de reflexión, de construir, de reconstruir las historias, y también de entendernos como ciudadanos con derechos, ha hecho también que nos vayamos posicionando, y que las voces de las mujeres le haces negras y que las escuchen por lo todos los espacios.

- Es complejo, porque, mientras, dentro de los movimientos sociales, dentro de las organizaciones, mixtas incluso, de afrodescendientes en Latinoamérica, pensamos que estamos avanzando.

Existe um crescimento na mobilização de mulheres negras, incorporando mulheres de várias gerações, que fazem parte da política e do ativismo, esses processos de construção posicionam as vozes dessas mulheres nos espaços com um crescimento nos movimentos sociais, inclusive mistos de afrodescendentes, na América Latina há um avanço.

- Porque se en su momento era por la lucha de los derechos sexuales y reproductivos, en otro momento por la lucha a la visibilidad y la incorporación en los espacios de tomada de decisión, ahora es la lucha por los derechos sexuales, por la visibilidad y la participación, pero esa participación en igualdad de condiciones incorporando esas luchas particulares que tenemos las mujeres afrodescendientes, en nuestro caso particular, pero das mujeres indígenas e las mujeres de otros grupos étnicos, no minoritarios, que todavía están existiendo.

A luta agora é pelos direitos sexuais, pela visibilidade e participação em igualdade de condições incorporando as lutas de mulheres afrodescendentes, indígenas e de outros grupos étnicos.

- El tema de la violencia, es uno de los temas que deben estar en nuestra agenda siempre, porque la violencia atraviesa varios momentos, la violencia no es únicamente, los tipos de violencia no son algo que, para nosotros no son únicamente aquellos que han marcado la lucha de las mujeres diversas de lo continente, sino que aquellos otros tipos de violencia que rayan directamente hace las mujeres afrodescendientes.

O tema da violência deve estar sempre na agenda, pois esse tema atravessa vários momentos e tem marcado a luta das mulheres do continente, inclusive os tipos de violência que atingem diretamente as mulheres afrodescendentes.

- Considero que el tema de discriminación racial, esas dos palabras para nosotras, las mujeres negras, tienen que ir juntas y transformar a que podemos hacer entender al racializador, lo cierto, al hombre o mujer que nos discriminen, nos racializan, que son los elementos que no los dejan avanzar.

Sobre o tema da discriminação as mulheres negras querem fazer com que o homem ou a mulher que nos discriminam, entendam que a racialização é o elemento que não nos deixam avançar.

4.6.6.2 Termo-pivô feminismo negro

- Va avanzando, va avanzando y con paso firme, porque estamos entendiendo, nosotras las afrodescendientes, el nuevo significado del feminismo negro.

- La lucha feminista, desde la población afrodescendiente, insiera otros elementos que, para mí, le ha dado mucho más fuerza y más contenido a que lo que llamamos feminismo, no es la lucha de mujeres con mujeres y para mujeres, es la lucha por el reconocimiento, es la lucha por la aceptación, no aceptación en si no, más bien, por el cumplimiento de sus derechos, y, además, es la lucha por la dignidad humana.

O feminismo negro está avançando e as afrodescendentes estão entendendo seu novo significado, a luta feminista desde a população afrodescendente insere outros elementos que deram mais força e mais conteúdo ao que chamamos feminismo, que não é uma luta de mulheres com e para mulheres, mas sim uma luta por reconhecimento e dignidade humana.

4.6.6.3 Termo-pivô Rede Afro

- Como Ecuador, y a título personal, no fuimos parte desde la fundación de la Red, más sin embargo comenzamos nuestro activismo en nuestro país.

- Y la Red para nosotros ha sido esa escuela que nos habido formado en estos temas específicos y que de hecho han fortalecido las acciones en nivel de nuestra tierra y, pero nivel de nuestro país.

Não fomos parte da fundação da Rede Afro, mas começamos nosso ativismo em nosso país, o Equador, e a Rede foi uma escola fortalecendo nossas ações.

- Estamos muy cercado de la Red desde el 1999, después de nuestra primera, de nuestra primera reunión internacional junto con la Red en toda la preparación que fue camino a Durban, que fue Santiago una reunión en Chile, otra reunión en nuestro país: en Ecuador.

- En 2000, en 2000 nosotros, digo nosotros porque la representación de las mujeres negras del Ecuador en la Red, nasce con esta construcción, e esta negociación de procesos a camino a Durban, culmino en la Conferencia Mundial contra el Racismo.

Estamos muito próximas da Rede Afro, desde 1999 na preparação para a Conferência de Durban em 2000, com a representação das mulheres negras do Equador.

- Considero que la Red ha sido una escuela de formación política e de liderazgo y, para todas que nos hemos sido parte, pero, sobre todo, ha sido un gran proceso de negociación y ha permitido que en cada un de nuestros territorios se vaya consolidando, se vaya pensando en tema de la política pública, en favor de lo cumplimiento de los derechos para el la población afrodescendiente.

- En el caso particular del Ecuador, tenemos todo un proceso de construcción político para incidir en nuestros países, lo cierto.

Considero a Rede Afro uma escola de formação política e de liderança, tem sido um grande processo de negociação, que tem permitido consolidar os temas de políticas públicas e direitos para a população afrodescendente em nossos territórios, e no caso particular do Equador, temos todo um processo de construção política.

- Pero el tema regional, lo amparamos con la Red, e esta es la intencionalidad de la Red, é que pueda ser esa... no sé se organismo o se institución... ese colectivo sería la palabra cierta, colectivo que rompe las fronteras, en el que nos podemos amparar para presionar, desde nivel superior – que traspasa las fronteras – a nuestros Estados por el cumplimiento de sus derechos.

- La Red ha ido de menos a más, me refiero a que según momento empezaran pocos países, ese proceso de visibilización, ese proceso de credibilidad, ese proceso de construcción ha ido y ampliando sus fronteras, ha ido incorporando cada vez a más países y poniendo a más representantes y a más mujeres.

- Entonces, al tener ahora la Red más de 30 países dentro de sus líneas de afiliación significa que el trabajo de la Red a logrado en incidir en los espacios estatales, en los espacios gubernamentales y no gubernamentales, en los espacios públicos y los espacios privados, pero también en la cooperación y en el sistema de las Naciones Unidas.

A Rede Afro rompe fronteiras dos nossos Estados para o cumprimento dos direitos, seu processo de credibilidade, de construção tem incorporado cada vez mais países, agora a Rede tem mais de 30 países afiliados, incidindo em espaços estatais, governamentais e não governamentais, públicos e privados, e também na cooperação no sistema da ONU.

4.6.6.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes

- En el 2015, en la primera Cumbre de la Mujeres Afrodescendientes, decidimos presentar la plataforma política de mujeres negras de continente en el marco de ese inicio de decenio para la población afrodescendiente.

- ¿Y por qué una plataforma? Porque el decenio lo que busca es impulsar lo cumplimiento de las políticas públicas en cada uno de nuestros países, y las políticas públicas como se conforman con las demandas que salen desde los pueblos, desde las ciudadanas, desde los interesados en el caso particular nuestro desde las mujeres negras.

- Entonces la plataforma, dentro de este decenio para nosotras ha sido clave, creemos que es una de las pocas herramientas que tenemos como mujeres negras, no la única herramienta que tenemos como mujeres negras, para negociar en nuestros

estados.

- ¿Por qué el marco de decenio? Porque el decenio es una plataforma que nos ha permitido acercarnos tanto a los estados, cuanto, a la cooperación, e además ha permitido que podamos articular o fortalecer la articulación entre las comunidades de mujeres afrodescendientes.

Em 2015, na primeira Cúpula de Mulheres Afrodescendentes decidimos apresentar a Plataforma Política da Década Internacional de Povos Afrodescendentes, para impulsionar o cumprimento das políticas públicas de nossos países, com as demandas da população afrodescendente, particularmente das mulheres negras, e essa Plataforma tem sido a chave, uma articulação entre as comunidades de mulheres afrodescendentes.

- Creo que hay un reto, que creo que tenemos que asumir en esos 6 años que nos quedan de Decenio, para puncionarlo tanto a nivel de los receptores nacionales como internacionalmente, y el reto es que nuestro activismo, nuestra incidencia logre reducir las brechas de desigualdad en las aquellas mujeres afrodescendientes de la región y del mundo, todavía estamos en eso y entendemos los datos con mayores índices.

- Como digo, la disminución de estas brechas en las estadísticas, tanto nacionales, cuanto internacionales, mostrarán el éxito de lo proclamar del Decenio.

Existe um desafio que temos que assumir nesses seis anos que faltam da Década Internacional de Povos Afrodescendentes para impulsionar nosso ativismo nacional e internacional, para que possamos incidir para reduzir as desigualdades da região e do mundo, e a diminuição das lacunas estatísticas apontaram para o êxito de se proclamar a Década.

4.6.7 Vicenta Camusso Pintos

4.6.7.1 Termo-pivô mulher negra

- E nosotras, lo que queríamos poner en evidencia era como las situaciones permanecían incambiables, que se bien había buscado como la eliminación de la esclavitud en los países, la situación de las mujeres negras en particular, en la aquel

momento se llamábamos mujeres negras, se nombrándonos mujeres negras, era una situación cause incambiada.

Necessidade de evidenciar situações que não mudavam, em particular a situação das mulheres negras.

- Bueno, una situación que hay me curado, porque tuve que empezar por eso, yo reconozco que hay habido avances, perdón, hay habido avances incluso los últimos estudios que hay realizado la Cepal, desde primero que se realizó sobre la situación de la población afrodescendiente e la primera investigación sobre la situación de las mujeres afrodescendientes, dos productos uno del año pasado y otro de este.

Reconhecimento de que houve avanços nos últimos estudos realizados pela Cepal.

- Yo creo que todos esos procesos hacen falta, hacen grande falta que los abordemos en una discusión que además que nos interpielen nosotras a porque también hay una suerte de categorías de clase que permean marcando todas, somos negras, e todas somos negras iguales.

- Unas negras que comen todos los días, pueden ir a la universidad, tienen una casa, e las otras no, y esto tiene que ver también con la democracia.

Nem todas as mulheres negras são iguais, existem diferentes níveis socioeconômicos entre nós, algumas de nós comem todos os dias, podem ir pra universidade, tem uma moradia, outras não,

- Y bueno, e ir colocando estos temas que esta siempre cambiar, a ter como mudar como hace no Brasil a algunas agendas, porque yo no sé si, se nos tenemos que quedar como mujeres negras e en este momento político, solo una agenda de derechos, o tenemos que pensar en una agenda mucho más amplia, empezar a hablar más de pobreza, racismo, de pobreza política.

Questionamento sobre o momento político, se as mulheres negras devem permanecer apenas com sua agenda de direitos ou pensar em uma agenda mais ampla, falando mais de pobreza, racismo, de pobreza política.

4.6.7.2 Termo-pivô feminismo negro

- Creo que todavía falta mucho por construir y por repensarnos que significa para todas nosotras el feminismo negro, yo creo que sea un debate que hay que darlo y porque somos negras o porque feminismo como una acción política tiene que profundizar en los cambios de enfoque y definición de construcción política diferente.

- Para mí es una dicotomía que está ahí, que todo este movimiento de que se habla de lo feminismo negro se es también producto de la abertura democrática en las regiones, fundamentalmente en la región de América Latina y Caribe por una agenda de derechos que se ha acompañado.

Importância do debate sobre o feminismo negro, porque somos negras e porque temos que aprofundar as mudanças do feminismo como ação política, o movimento que fala do feminismo negro é também produto da abertura democrática da América Latina e Caribe.

- Pero creo que tenemos que reflexionar mucho más se lo feminismo negro es solamente lo feminismo declarativo, es negros porque somos negras o es negro porque además nosotros estamos apostando más demás formas de construcción.

- La dicotomía entre feminismo y feminismo negro, ese feminismo negro no solo está cambiando de color a lo movimiento feminista, sino que además está generando nuevas discusiones y nuevas reflexiones en genero político

- Yo creo que son los espacios ganados de las mujeres negras, que nos tenemos ganado, que sean muy difícil ganar los espacios en lo movimiento feminista, pero también tiene que reconocer que o movimiento dentro de lo movimiento feminista, que permite entonces que hablemos de feminismo afro o feminismo negro.

Precisamos refletir se o feminismo negro ou feminismo afro é apenas o feminismo declarativo, que só mudou de cor, ou é para buscar outras formas de construção, de discussão e reflexões no gênero político, pois os espaços conquistados pelas mulheres negras dificilmente teriam êxito no movimento feminista.

- Nosotras a pesar que hay lo feminismo negro, algunas cosas seguíamos las mismas líneas de definiciones políticas de resto de feminismo, como es la lucha por el aborto, é valida, que yo también la comparto, además, las mujeres somos más que una vagina, no solo parimos, las mujeres somos pobres, las mujeres viven en

determinado lugar de lo territorio, subvén a la una violencia diferenciada, porque sumada a la violencia intrafamiliar, está a la violencia de género, está a la violencias territorial, está a la violencia racial e está a la violencia económica.

Apesar de existir o feminismo negro, nós seguimos algumas linhas de definições políticas do restante do feminismo hegemônico, como a luta pelo aborto, por exemplo. Mas nós mulheres somos mais do que uma vagina, não só parimos, somos pobres e somatizamos as violências no âmbito intrafamiliar, territorial, racial e econômico.

4.6.7.3 Termo-pivô Rede Afro

- E ahí tuve la primera oportunidad de participar del primero Encuentro Feminista de América Latina y Caribe, que yo participe, lo primero para mí, que fue en la Argentina Lo V Encuentro que fue en 1990.

- Ahí me encuentro por primera vez con mujeres negras de muchos lugares del mundo y por primera vez empezamos a... no por primera vez, ja había un proceso inicial de los años 80.

- O proceso de construcción, en la pecha época que no teníamos los elementos de comunicación que tenemos hoy, nosotras logramos la primera reunión de lo comité organizador que se hizo en Uruguay, Montevideo, en octubre en lo ano siguiente, de 1991, e ahí definimos que iríamos hacer el primero Enconró de Mujeres Negras de América Latina y Caribe en República Dominicana, en 1992.

No V Encontro Feminista da América Latina e Caribe, em 1990, mulheres negras de muitos lugares do mundo já haviam iniciado um processo de construção do Comitê Organizador, que se reuniu em 1991 no Uruguai, para a realização do Encontro de Mulheres Negras da América Latina e Caribe em 1992.

- E para nosotras poner eso como en la Red era muy importante, porque esta Red nasce en el marco del movimiento feminista, nasce aislado de otros movimientos.

- Se funda como una Red de articulación política y eso resultaba siempre en una lucha contra o racismo y por los derechos de las mujeres, especialmente las mujeres afrodescendientes.

- O sea, como hay situaciones que ya vuelven toda vía, no.

- Pero sí así inicia la Red, por un proceso de reflexión que parte desde esta reflexión de lo movimiento feminista y no el por solamente.

E para nós a Rede Afro era muito importante pois nasce no marco do movimento feminista, por um processo de reflexão, como uma articulação política de luta contra o racismo e pelos direitos das mulheres.

- Creo que primero de la propia Red, e también de las mujeres independientes, negras o afro, hay que volver a discutir, a que volver a plantear, a que volver a hacer las discusiones políticas muy fuertes.

A própria Rede Afro e as mulheres negras independentes precisam voltar a fazer fortes discussões políticas.

4.6.7.4 Termo-pivô Década Internacional de Povos Afrodescendentes

- Mui activa y yo diría que la agenda del marco del Decenio es una agenda declarativa, es una agenda que no tiene acciones concretas.

- La Red fue la primera que, en su plataforma votada en 2015, tiene demandas y acciones claras sobre este decenio, pero, en realidad, la Red teve incidencia para que Naciones Unidas ponga en acción y actividad una agenda que la está escrita pero que no se mueve.

A agenda da Década Internacional de Povos Afrodescendentes é uma agenda declarativa, e não tem ações concretas. A Rede Afro em sua Plataforma Política de 2015 tem demandas e ações objetivas sobre a Década, incidindo para que a ONU coloque em atividade uma agenda que está escrita, mas não se move.

4.7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos os discursos das lideranças da Rede Afro como discursos do Feminismo Negro, mas não questionamos essas lideranças sobre serem feministas negras, pois compreendemos o feminismo enquanto uma ação política, que não necessariamente precisa ser denominada feminismo pelas suas agentes.

“Quanto ao 'movimento feminista', refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história.” (TELES,

1999: p. 12)

Para nossas conquistas e lutas, o feminismo tem um papel fundamental como prática e teoria: “na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher”. (GONZALEZ, 2020: p. 140)

De acordo com Hooks (2019, p. 23): “O movimento feminista acontece quando grupos de pessoas se reúnem em torno de uma estratégia organizada no intuito de combater o patriarcado.”

Sobre o feminismo negro, Collins (2020, p. 78) afirma que: “Mais que estimular uma tomada de consciência, o pensamento feminista negro afirma, rearticula e proporciona um veículo para expressar publicamente uma consciência que muitas vezes já existe.” E que essa “consciência rearticulada” fomenta a resistência das mulheres negras.

“Quando digo que sou uma feminista negra, quero dizer que reconheço que o meu poder e minhas opressões primárias são consequência do fato de eu ser negra e mulher, e, portanto, as minhas lutas nessas duas frentes são inseparáveis.” (LORDE, 2020: p. 14)

Questionadas sobre o cenário do feminismo negro, as lideranças entrevistadas apresentaram as seguintes perspectivas:

- a) Altagracia Balcacer: “O feminismo está se reconstruindo a partir da perspectiva étnico-racial, ela entende o feminismo negro como uma construção conceitual e pragmática a partir da realidade diferenciada pelo étnico-racial.” (Apêndice A: p. 150, tradução nossa)
- b) Paola Yañez: “A Rede Afro nasce precisamente como uma crítica ao feminismo hegemônico, nos anos 1990.” (Apêndice B: p. 157, tradução nossa)
- c) Cecília Ramirez: disse que não se vê enquanto feminista, entendendo o feminismo como hegemônico. Questionada sobre ser feminista negra, ela não negou, mas afirmou que essa é uma questão que precisa refletir.
- d) Dorotea Wilson: aponta que depois de 30 anos é possível falar em diversos feminismos e que as brasileiras têm fundamentado o que se considera ser o feminismo negro.
- e) Nilza Iraci: destaca a importância da atuação política das mulheres negras enquanto feministas e que o feminismo negro é o movimento que mais

cresceu na região.

- f) Sônia Viveros: discorre que nós, afrodescendentes, estamos entendendo um novo significado do feminismo negro, incorporando as diversidades e fortalecendo a luta feminista com muito mais conteúdo. (Apêndice E, p. 175-176)
- g) Vicenta Camusso: se afirma enquanto ativista feminista e entende que o feminismo negro deve ser mais do que declaratório, pois necessita de um olhar crítico.

Na obra *Pensamento feminista negro*, Patrícia Hill Collins sintetiza duas abordagens principais de poder. Uma delas é sobre a “relação dialética que conecta opressão e ativismo”, na qual os grupos com menos poder são oprimidos por aqueles com mais poder. “Em vez de compreender as transformações sociais – ou a falta delas – como determinadas e externas no âmbito da ação humana, a ideia de relação dialética sugere que as mudanças são consequência da agência humana.” (COLLINS, 2019: p. 434)

Dessa maneira, o ativismo das mulheres negras será necessário enquanto elas forem oprimidas. “Opressão e resistência permanecem intrinsecamente ligadas, de tal maneira que a forma de uma afeta a da outra. Ao mesmo tempo, essa relação é muito mais complexa do que um simples modelo formado por opressores permanentes e vítimas eternas.” (COLLINS, 2019: p. 435)

A segunda abordagem de poder, segundo a autora, gira em torno de uma matriz específica de dominação, organizada pelo inter-relacionamento de quatro domínios do poder: disciplinar, estrutural, interpessoal e hegemônico:

Cada domínio cumpre um propósito específico. O domínio estrutural organiza a opressão, enquanto o disciplinar a administra. O domínio hegemônico justifica a opressão, e o interpessoal influencia a experiência cotidiana e a consciência individual dela decorrente. (COLLINS, 2019: p. 437)

Collins (2019), afirma que o domínio hegemônico manipula a cultura e a ideologia conectando instituições da sociedade (domínio estrutural), seus procedimentos de organização (domínio disciplinar) e a cotidiana relação social (domínio interpessoal):

A importância do domínio hegemônico do poder reside em sua capacidade de dar forma à consciência por meio da manipulação de ideias, imagens, símbolos e ideologias. Como sugere a luta das mulheres negras pela autodefinição, reivindicar o “poder do livre

pensamento” em contextos onde as ideias importam é uma importante área de resistência. Reverter o processo pelo qual opressões interseccionais lançam mão de várias dimensões da subjetividade individual para objetivos próprios é um propósito fundamental da resistência. Assim, o domínio hegemônico se torna uma esfera decisiva não apenas pra se defender das ideias hegemônicas presentes na cultura dominante, mas também para desenvolver um conhecimento contra-hegemônico que promova a transformação da consciência. Independente dos espaços sociais nos quais esse processo ocorre – família, ambientes comunitários, escolas, instituições religiosas ou veículos da mídia de massa –, o poder de reivindicar esses espaços para “pensar e fazer aquilo que não se espera de nós” constitui uma importante dimensão do empoderamento das mulheres negras. (COLLINS, 2019: p. 449-450)

Destacamos a definição de domínio hegemônico do poder, para dialogar com a ACD das lideranças da Rede Afro. Compreendemos que o termo: *mulher negra* localiza as entrevistadas enquanto **sujeitas**, o termo: *feminismo negro* apresenta as suas **ações políticas**, o termo: *Rede Afro* representa a **organização** e o termo *Década Internacional de Povos Afrodescendentes* é a **conjuntura**.

Na análise temática das publicações da Rede Afro os termos mais utilizados também podem ser classificados da mesma maneira. Para localizar as **sujeitas** encontramos os termos: *mulher, afrodescendentes, mulheres e jovem*; a **organização/instituição** podem ser localizadas, respectivamente, nos termos *Rede Afro, Estado*. As **ações políticas** foram achadas nos termos: *incidência, ação, desenvolvimento, participação e informe*. A **conjuntura** pode ser encontrada nos termos: *direito, saúde, racismo e violência*. Também foram descobertos termos que referem-se a **lugares**, tais como *Região, América, Nicarágua, Honduras e México*.

Os resultados encontrados nas publicações, apontam para o caráter informativo dos boletins da Rede Afro, sobre a participação ativa da Rede no agendamento da ONU, na articulação da Cúpula Afrodescendente das Américas. Além de diversas ações e eventos nos países da América Latina e Caribe realizados tanto pela Rede Afro, quanto por organizações membras. Contudo, os textos das manchetes analisadas denunciam as opressões e violências raciais e de gênero sofridas pelas mulheres negras da Região, articulando ações de enfrentamento.

Foi identificado um evento que discutiu feminismo negro e decolonialidade, de acordo com Rede Afro (2017), que foi realizado em 14 de junho de 2017, com o título de Conversatorio sobre Decolonialidad y Feminismo Negro:

Em 14 de junho, em um auditório da Universidade Centro-Americana (UCA) de Manágua, Nicarágua, Joanna Wetherborn e Ileana Vallejos

representando a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora e a organização nacional Voces Caribeñas (que conta com um claro compromisso político multicultural e multiétnico), conduziu a discussão Decolonialidade e Feminismos Interseccionais para a Promoção Social: Contribuições de Feminismos Negros e Movimentos Sociais, no âmbito de uma conferência intitulada “Empresários co-criando um mundo com Justiça, Dignidade e Mídia Vida Sustentável”, Organizado pela ICCO Cooperation-Nicaragua. Partindo da crítica ao feminismo e aos movimentos sociais hegemônicos ocidentais e eurocêntricos que por muito tempo não reconheceram que sua prática reproduzia os mesmos problemas que criticavam (estereotipar e inferiorizar populações não brancas e mulheres). Ao questionar o universalismo androcêntrico, eles produziram categorias aplicadas com uma pretensão totalitária. Em meados da década de 70 do século XX, essa afirmação passou a ser questionada a partir dos feminismos pós-coloniais e interseccionais, que objetivam denunciar o caráter racista em muitas dinâmicas e interações profundamente enraizadas em nível pessoal e coletivo.

É por isso que os feminismos negros e descoloniais na América Latina se comprometem a incorporar as vozes das mulheres negras e afrodescendentes, historicamente marginalizadas e condicionadas à subordinação. Representam uma proposta de compromisso teórico e ético que aponta para a construção de novas formas de relacionamento político-acadêmico a partir da diversidade.

Com essa discussão, Wetherborn e Vallejos contribuíram com reflexões sobre descolonização, sistemas de opressão e os privilégios da “latinidad branca”, e convidaram a levantar a necessidade de feminilizar a luta anti-racista e denegrir a luta feminista.

É necessário tornar visível e reconhecer a participação e as contribuições das mulheres afrodescendentes em todas as esferas sociais, particularmente nas dinâmicas e nos empreendimentos sociais e econômicos. Da mesma forma, há evidências amplamente documentadas sobre os custos econômicos da discriminação, racismo e exclusão, no desenvolvimento das sociedades e na sustentabilidade da vida. (RED AFRO, 2017: p. 29 tradução nossa e grifos nossos)¹⁰³

¹⁰³ El 14 de junio, en un auditorio de la Universidad Centroamericana (UCA) de Managua, Nicaragua, Joanna Wetherborn e Ileana Vallejos en representación de la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora y de la organización nacional Voces Caribeñas (que tiene una clara apuesta política multicultural y multiétnica), condujeron el conversatorio Decolonialidad y Feminismos Interseccionales para el avance social: Aportes de los feminismos negros y movimientos sociales, en el marco de una jornada denominada “Gente emprendedora co-creando un mundo con Justicia, Dignidad y Medios de Vida Sostenible”, organizado por ICCO Cooperación-Nicaragua. Partiendo de la crítica al feminismo y movimientos sociales hegemónicos occidentales y eurocentristas que durante mucho tiempo no reconocieron que su práctica reproducía los mismos problemas que criticaban (estereotipando e inferiorizando a las poblaciones y mujeres no blancas). Mientras ponían en duda el universalismo androcéntrico, produjeron categorías aplicadas con una pretensión totalitaria. A mediados de los años 70 del siglo XX, se comenzó a cuestionar esa pretensión desde los feminismos poscoloniales e interseccionales, que apuntan a denunciar el carácter racista en muchas dinámicas e interacciones arraigadas a nivel personal y colectivo. Es por ello que los feminismos negros y decoloniales en América Latina, apuestan por incorporar las voces de las mujeres negras y afrodescendientes, históricamente marginadas y condicionadas a ser subalternas. Representan una propuesta teórica y de compromiso ético que apunta a la construcción de nuevas formas de relación política y académica desde la diversidad. Con este conversatorio, Wetherborn y Vallejos aportaron reflexiones sobre la descolonización, los sistemas de opresión y los privilegios de la “latinidad blanca”,

Destacamos parte do texto acima, em negrito, que reitera o comprometimento de integrantes da Rede Afro com o feminismo negro e a decolonialidade.

Não pudemos analisar todos os textos das publicações, mas suas manchetes apontam para ações de denúncia, resistência e enfrentamento às colonialidade do poder, do ser e do saber. Tendo em vista que – de acordo com Maldonado-Torres (2019) no quando Analítica da Decolonialidade – entre as “dimensões básicas”, o *ativismo social* está relacionado com a **decolonialidade do poder**; e ações que consistem em *questionar/pensar/teorizar* estão relacionadas com a **decolonialidade do saber**.

Nas entrevistas com as lideranças da Rede Afro, analisamos os dados sobre o temo-pivô *mulher negra* e chegamos aos seguintes resultados:

- 1) Experiência pessoal.
- 2) Condição de existência.
- 3) Dificuldades no levantamento de dados socioeconômicos.
- 4) Constatação da condição de maior vulnerabilidade socioeconômica.
- 5) Conjuntura atual: aumento do racismo e do machismo.
- 6) Mesmo com mudanças em nossa situação o Estado continua ausente.
- 7) Diferenças entre ser mulher branca e negra.
- 8) Poucas mudanças na situação das mulheres negras.
- 9) Potência coletiva das mulheres negras.
- 10) Necessidade de acesso aos espaços de decisão.
- 11) Capacidade técnica e profissional das mulheres negras.
- 12) Potência coletiva das mulheres negras no agendamento da Região.
- 13) Importância dos dados do Censo para políticas públicas.
- 14) Conjuntura atual de redução de gastos sociais pelas políticas neoliberais.
- 15) Os avanços são lentos e insuficientes.
- 16) Conjuntura atual: governos que não priorizam as mulheres negras.
- 17) Apesar dos avanços existe desigualdade e sub-representação de poder.

e invitaron a plantear la necesidad de Feminizar la lucha antirracista y ennegrecer la lucha feminista. Es necesario visibilizar y reconocer la participación y aportes de las mujeres afrodescendientes en todos los ámbitos sociales, particularmente en las dinámicas y emprendimientos tanto sociales, como económicos. De igual manera, hay evidencia ampliamente documentada acerca de los costos económicos de la discriminación, el racismo y la exclusión, en el desarrollo de las sociedades y en la sostenibilidad de la vida. (RED AFRO, 2017: p. 29)

- 18) Importância da atuação política das mulheres negras.
- 19) Reconhecimento da responsabilidade do Estado com a população negra e as mulheres negras.
- 20) Reconhecimento da importância da mobilização coletiva das mulheres negras de diferentes gerações.
- 21) Bandeiras de luta de mulheres negras e de outros grupos étnicos.
- 22) Tema da violência que atinge diretamente as mulheres negras.
- 23) Tema da discriminação no nível de relações interpessoais.
- 24) Necessidade de evidenciar a situação das mulheres negras.
- 25) Reconhecimento dos avanços pela Cepal.
- 26) Diferenças socioeconômicas entre as mulheres negras.
- 27) Conjuntura política: questionamento se a agenda permanece ou se amplia a outras questões.

Os dados do termo-pivô *feminismo negro* trouxeram os seguintes resultados:

- 1) Definição de feminismo negro.
- 2) Reconhecimento da nova Coordenadora Geral da Rede Afro como feminista negra.
- 3) Reconhecimento da criação da Rede Afro como crítica ao feminismo branco hegemônico.
- 4) Importância da mobilização do movimento de mulheres negras.
- 5) Existem vários feminismos e as brasileiras têm escrito sobre feminismo negro.
- 6) Importância do feminismo negro na produção do conhecimento crítico.
- 7) Movimento de mulheres negras reconhece opressões agravadas pela lgbtfobia.
- 8) Desafio de aprofundar os conceitos de feminismos: decolonial, interseccional, mulherismo entre outros.
- 9) Reconhecimento das produções de gerações anteriores nas novas formas de atuação e mobilização no ativismo digital.
- 10) Movimento de maior crescimento na América Latina foi o feminismo negro.
- 11) O feminismo negro está avançando na luta por reconhecimento e dignidade humana.
- 12) Importância do feminismo negro para a ação política, produto da abertura

democrática da América Latina e Caribe.

- 13) O feminismo negro existe para buscar formas de construção, discussão e reflexões no gênero político que não teriam êxito no movimento feminista.
- 14) Nós mulheres negras não só parimos, somos pobres e somatizamos as violências no âmbito intrafamiliar, territorial, racial e econômico.

Para o termo-pivô *Rede Afro*, os dados analisados apontaram os seguintes resultados:

- 1) Necessidade de uma comunicação mais fluida com as organizações membras da Rede Afro.
- 2) Trajetória na Rede Afro.
- 3) Dificuldade de relacionamento com as organizações membras desde as coordenações anteriores.
- 4) Potencialização da sua aprendizagem e experiência dentro da Rede Afro.
- 5) A Rede Afro funciona de maneira horizontal com um trabalho potente.
- 6) Apesar da diminuição dos financiamentos a Rede Afro continua se desenvolvendo de baixo para cima.
- 7) Experiência pessoal quando chega na Rede Afro.
- 8) Constatação de que usava o gênero masculino enquanto membra da Rede Afro.
- 9) Diversidade de espaços políticos de trabalho da Rede Afro.
- 10) Existe uma comunicação entre as organizações membras da Rede Afro, quando se necessita de respaldo, sempre existem respostas.
- 11) A Rede Afro aproveita os espaços internacionais para o diálogo entre suas representantes, mas o ideal seria existir uma maior articulação para torná-la mais potente.
- 12) Construção da Rede Afro pelas mulheres negras da América Latina e Caribe como espaço de articulação em mais de 22 países há 26 anos.
- 13) Crescimento da Rede Afro nos países anglófonos e francófonos do Caribe e também na diáspora.
- 14) A Rede Afro é composta por vereadoras, legisladoras, deputadas e também a vice-presidenta da Costa Rica: Epsy Campbell que foi Coordenadora Geral da Rede.
- 15) Existem alianças com grupos que coincidem com a visão e missão da Rede

Afro, suas membras estão em diferentes grupos e espaços nacionais e internacionais.

- 16) A grande riqueza e fortaleza da Rede Afro é o trabalho na comunidade onde estão as mulheres pobres, na sua maioria as mulheres negras.
- 17) Fundação da Rede Afro em 1992, para tratar das questões das mulheres negras, com participação ativa nas conferências mundiais da ONU.
- 18) Participação da Rede Afro nas Conferências de Durban, Regional das Américas e da Cepal, sensibilizando as delegações da América Latina.
- 19) A falta de fluxo de informação para ampliar a participação das organizações membras e ativistas é um desafio interno da Rede Afro.
- 20) Falta um cadastro atualizado das afiliadas, com um mapeamento de organizações com atualização permanente para incentivar a formação de organizações e a participação individual.
- 21) Não fomos parte da fundação da Rede Afro, mas começamos nosso ativismo em nosso país, o Equador, e a Rede foi uma escola fortalecendo nossas ações.
- 22) Estamos próximas da Rede Afro, desde 1999 na preparação para a Conferência de Durban em 2000, representando as mulheres negras do Equador.
- 23) A Rede Afro é uma escola de formação política e de liderança que permite consolidar os temas de políticas públicas e direitos para a população afrodescendente.
- 24) O processo de credibilidade e de construção da Rede Afro com mais de 30 países afiliados, incide em espaços governamentais e não governamentais e na ONU.
- 25) História de mobilização para a realização do Encontro de Mulheres Negras da América Latina e Caribe em 1992 que criou a Rede Afro.
- 26) E para nós a Rede Afro é importante pois nasce no movimento feminista, como uma articulação política de luta contra o racismo e pelos direitos das mulheres.
- 27) A própria Rede Afro e as mulheres negras independentes precisam voltar a fazer fortes discussões políticas.

Dos dados do termo-pivô *Década Internacional de Povos Afrodescendentes*,

que analisamos chegamos aos seguintes resultados:

- 1) Crítica sobre a Década Internacional de Povos Afrodescendentes, falta de recursos e investimentos nas comunidades afrodescendentes, que são mais vulneráveis, sobretudo as mulheres.
- 2) Importância da Plataforma da Década Internacional de Povos Afrodescendentes publicada pela Rede Afro.
- 3) Importância da Plataforma Política das Lideranças Afrodescendentes no agendamento da Década Internacional de Povos Afrodescendentes para as mulheres negras.
- 4) A Década Internacional de Povos Afrodescendentes não incluiu as mulheres afrodescendentes; é necessário se fazer visível onde somos invisibilizadas.
- 5) Luta do movimento negro do continente para que a ONU declarasse a Década Internacional de Povos Afrodescendentes, pois apenas um ano não foi suficiente.
- 6) Apesar do plano para a Década Internacional de Povos Afrodescendentes não houve nenhum investimento orçamentário para a viabilidade de suas ações.
- 7) A Rede Afro tem impulsionado a participação das mulheres negras jovens, para que possam incidir suas demandas sobre a Década Internacional de Povos Afrodescendentes.
- 8) Dificuldades de resolver todos os problemas da população negra em apenas uma Década, as irmãs indígenas estão demandando sua terceira Década.
- 9) Dificuldades para os anos restantes da Década Internacional de Povos Afrodescendentes, necessidade de impulsionar os Censos com dados étnico-raciais.
- 10) Apesar da representação da Rede Afro nos comitês internacionais da ONU, o plano de ação da Década ainda está em discussão.
- 11) A Plataforma Política da Década Internacional de Povos Afrodescendentes tem sido importante para a articulação entre as comunidades de mulheres afrodescendentes.
- 12) Existe um desafio que temos que assumir nesses anos que faltam da Década Internacional de Povos Afrodescendentes para reduzir as

desigualdades da região e do mundo.

- 13) A Rede Afro em sua Plataforma Política de 2015 tem demandas e ações sobre a Década, incidindo para que a ONU colocasse em atividade uma agenda que está escrita, mas não se move.

Analisando os resultados obtidos podemos constatar que:

- a) as entrevistadas têm um relevante perfil de liderança em seus países de origem e a trajetória da Rede Afro está diretamente ligada à trajetória das suas integrantes;
- b) apesar de confirmarem o avanço que as mulheres negras realizaram nos últimos anos, as desigualdades de um modo geral permanecem;
- c) todas as conquistas só foram possíveis mediante a luta das mulheres negras em nível nacional, regional, internacional e mundial, inclusive no agendamento da ONU;
- d) a luta para que todos os países da América Latina e Caribe insiram o quesito étnico-racial nos Censos Demográficos nacionais é fundamental para um retrato socioeconômico que guie as políticas públicas voltadas as populações em maior vulnerabilidade, em especial as mulheres negras e indígenas;
- e) a Rede Afro precisa melhorar a comunicação entre a coordenação geral, coordenações das sub-regiões, organizações membras e integrantes individuais;
- f) a Plataforma Política publicada pela Rede Afro em 2015 foi fundamental para incidir no agendamento da Década Internacional de Povos Afrodescendentes, porém, é necessário mais do que uma ação declarativa, é preciso ações efetivas dos Estados latino-americanos e caribenhos para que ocorra de fato uma mudança na situação socioeconômica da população afrodescendente e principalmente das mulheres negras;
- g) o feminismo negro é uma dissidência do movimento feminista branco hegemônico e têm sido uma corrente intelectual importante para o estudo das opressões e resistências na Região, entretanto, é necessário um diálogo maior entre as intelectuais com os movimentos de mulheres negras, e as mulheres que não possuem formação política e que estão nos piores níveis socioeconômicos.

- h) Os discursos do feminismo negro não se localizam apenas no âmbito acadêmico, eles são encontrados nas vozes de militantes que atuam nos movimentos de mulheres negras e estão engajadas na luta contra as opressões de raça, gênero e classificação social que tem origem no colonialismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização foi um processo de dominação para consolidar a soberania eurocêntrica e uma nova ordem mundial. O sucesso da colonialidade do poder, nas Américas, foi possível pela combinação de diversos fatores, tais como: a invasão e dominação dos territórios do Continente Americano e o estabelecimento de mecanismos de opressão pela qualificação racial, qualificação sexual e classificação social. Dessa maneira, o poder é naturalizado em gênero, raça e classe.

Durante quase três séculos nossos antepassados tiveram seus corpos dominados, comercializados e escravizados. Para nós, mulheres negras, além da exploração para o trabalho, sofremos a exploração sexual de nossos corpos.

A transição do sistema escravista para o trabalho assalariado foi marcada pelo processo de branqueamento populacional nos países da América Latina e Caribe. Mas a condição de super exploração racializada e sexualizada continua sendo naturalizada pelos discursos hegemônicos para perpetuar o poder e a dominação da elite branca.

Entretanto, a antítese da opressão é a resistência, e a população afrodescendente sempre confrontou o sistema de poder. De nossas ancestrais recebemos o legado da luta contra o racismo, o machismo, a classificação social, a lgbtfobia e todas as formas de opressão.

Na América Latina e Caribe, o campo de estudos do feminismo negro tem sido marcado pela decolonialidade do poder, do saber e do ser, atuando na esfera intelectual acadêmica da região. No mesmo compasso, a atuação dos movimentos de mulheres negras foi fundamental para estabelecer uma articulação regional, internacional e mundial viabilizando o agendamento de nossas demandas e compartilhando tecnologias de mobilização e resistência.

O discurso das lideranças da Rede Afro denuncia a situação de vulnerabilidade sofrida pelas mulheres negras da região, além de fazer uma análise crítica sobre a atuação da organização e da importância do agendamento das questões enfrentadas por essa população dentro da ONU, na conjuntura da Década Internacional de Afrodescendentes.

Avaliando os resultados da ACD das lideranças entrevistadas, compreendemos que elas são sujeitas de sua trajetória, com uma atuação política de

articulação de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições governamentais. A relação dessas lideranças com a Rede Afro é retroalimentada pelo afinco de suas vozes insurgentes, cujos discursos descolonizam o campo da ação, do conhecimento e do ser mulher negra. Na conjuntura da Década Internacional de Povos Afrodescendentes, a Rede Afro tem atuado pelo agenciamento das demandas das mulheres negras e monitorado os avanços e desafios desse período.

Com a investigação apresentada confirmamos a hipótese de que o machismo e o racismo são elementos coloniais e a luta da Rede Afro é decolonial. Entretanto, a proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes da ONU não traz resultados efetivos para a população negra e particularmente, para as mulheres negras, mas é um instrumento de mobilização para a prática de articulações, discussões e ações de resistência.

Os discursos do feminismo negro não se localizam apenas no âmbito acadêmico, eles são encontrados nas vozes de militantes que atuam nos movimentos de mulheres negras e estão engajadas na luta contra as opressões de raça, gênero e classificação social que tem origem no colonialismo.

O feminismo latino-americano e caribenho discursa a emergência da descolonização do poder, do saber e do ser como uma questão civilizatória. São passos que vêm de longe e que vão percorrer gerações de luta e resistência.

6. REFERÊNCIAS¹⁰⁴

ALVAREZ, Sonia E. [et. al.] Encontrando os feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul-dez de 2003, p. 541-575.

_____. Translations across Black **Feminist Diasporas Meridians: feminism, race, transnationalism**, v. 14, n.2, 2016, pp. V-IX.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos Latinoamericanos. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, pp. 265-285, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008/11293>. Acessado em: 22/4/2020.

ÁLVAREZ, Sonia E.. ¿En qué Estado está el feminismo? Reflexiones teóricas y perspectivas comparativas.. **Estudios Latinoamericanos**, v. 7, n. 12-13, p. 48-66, 2000. Disponível em: <http://revistas.unam.mx/index.php/rel/article/view/52370> Acessado em: 22/4/2020.

_____. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, pp. 533-540, jul-dez/2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000200012/9129> Acessado em: 22/4/2020.

_____. Construindo uma política translocal da tradução. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, pp. 743-753, set-dez/2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a07.pdf> Acessado em 22/04/2020.

_____. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Caderno Pagu** [online]. n.43, pp.13-56, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Acessado em: 22/04/2020.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. São Carlos: Ufscar, 2007.

BARBIERI, Teresita de; OLIVEIRA, Orlandina de. Nuevos sujetos sociales: la presencia política de las mujeres en América Latina. **Nueva Antropología**, vol. VIII, n. 30, nov. 1986, pp. 5-29

104 De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023

BARR, Epsy Campbell. Un paso y un reto para los pueblos y para las mujeres afrodescendientes. **Cimarronas Boletín de la Red de Mujeres Afro-latinoamericanas y Afro-caribeñas**, n. 11, p. 1-2, abr. 2001.

_____. Después de la visibilización de los afrodescendientes. **Cimarronas Boletín de la Red de Mujeres Afro-latinoamericanas y Afro-caribeñas**, n. 12, p. 1-2, abr. 2001.

BARRANCOS, Dora. **Devenir feminista. Una trayectoria político-intelectual**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019.

BARRIGA, Maruja. Los Malestares Del Feminismo Latinoamericano. Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, Sep 24-26, 1998

BARRITEU, Violet Eudine. Aportaciones del feminismo negro al pensamiento feminista: una perspectiva caribeña. **Boletín ECOS** n.14, mar.-mai. 2011.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo. **Una aproximación a la problemática de género y etnicidad em América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

BIDASECA. Experiencias del feminismo contra-hegemónico. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, pp. 200-203, 2011.

BLACKWELL, Maylei; NABER, Nadine Interseccionalidade em uma era de globalização. As implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, jan. 2002, pp. 189-198.

BOEL, Vanessa Rezende & AGUSTINI, Cármem. A mulher no discurso jurídico: um passeio pela legislação brasileira. **Revista Horizonte Científico**, v. 2, n. 2, dez. 2008, p. 1-29.

BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Estudos Feministas**, n.10, 2002

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

_____. Mulheres em Movimento. **Revista de Estudos Avançados**, v.17 n.49 São Paulo, set./dez./2003.

CASTILLO Hernández. Re-pensar el multiculturalismo desde el género. Las luchas por el reconocimiento cultural y los feminismos de la diversidad. **Revista de Estudios de Género**. La ventana, n. 18, 2003, pp. 9-39.

CEPAL. **La matriz de la desigualdad social em América Latina**. Santiago: CEPAL, 2016.

_____. **Situaciones de las personas afordescendientes em América Latina**. Santiago: Naciones Unidas, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual review of sociology**, v. 41, p. 1-20, 2015

_____. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". **The University of Chicago Legal Forum**, 1989, p. 139-67.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 3, n. 6, jul.1991, p. 1241-1299. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1229039> acessado em 03/12/2014.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

CURIEL, Ochy. Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista. **Revista Perfiles del Feminismo Iberoamericano**, vol. III, Buenos Aires, Catálogos, 2007a.

_____. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Revista Nômadas**, N. 26. abr. 2007b. Univ. Central Colômbia.

_____. La Red de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas: un intento de acción política transnacional atacado por la institucionalización. In: PISANI, F. et al. (coord.). *Redes transnacionales em la Cuenca de los Huracanes*, Álvaro Ovregon: H. Cámara de Diputados, Instituto Tecnológico Autónomo de México e Miguel Ángel Porrúa, 2007c.

_____. Superando la interseccionalidad de categorías por la construcción de un proyecto político feminista radical. Reflexiones en torno a las estrategias políticas de las mujeres afrodescendientes. In: WADE, P.; GIRALDO, F. U.; VIGOYA, M. V. (coord.). **Raza, etnicidad y sexualidades : ciudadanía y multiculturalismo en América Latina**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 461-484.

_____. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, I. M. [et.al] (Ed.). **Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. Donostia, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; LUGONES, María; OCHOA, Karina. **Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial, Una conversa en cuatro voces**. In: WALSH, Catherine (ed.). *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio Transnacional. **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, v. 14, n. 33, pp. 37-54, jul.-dic. 2009.

_____. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **Revista El Cotidiano**, n. 184, mar.-abr. 2014, pp. 7-12.

_____. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Revista Solar**, v. 12, n.1, Lima, 2016, pp.141-171.

EVARISTO, Conceição. **De mãe**. In: Escritoras de cadernos negros: contos e poemas afro-brasileiros. RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Marcio (orgs.). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. **Análisis crítico del discurso**. In: VAN DIJK, Teun A (org.). El discurso como interacción social. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.

_____. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Revista Linha d'Água**, n. 25, p. 307-329, 2012

FLÓREZ, Maria Juliana Flórez. **Una aproximación a la dimensión del disenso de los movimientos sociales**. In: LEVY; GIANATELLI (org.). La política en movimiento. Identidades y experiencias de organización en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2008

GALVÁN, Sergia. El mundo étnico-racial dentro del feminismo latinoamericano. **Cuadernos África América Latina**, 1995, n. 19, p. 33-37.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan.-jun., 1988, p. 69-82.

_____. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo, Perspectiva, 2019.

JUSTO, Ana Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. **Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais**. In: NOVIKOFF [et. al.] (org.). Caderno de artigos: XSIAT e II SERPRO. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2014

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Revista Novos Estudos, São Paulo n. 86, mar. 2010, p. 93-103

LORDE, Audre. **Sou sua irmã: escritos reunidos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá, n.9. p. 73-101, jul./dez. 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 22 p. 935-952, set-dez. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte, E. UFMG, 1998.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARXS, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro terceiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e Resistir: os caminhos para liberdade de africanas livres e escravas em maceió (1849-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENA, Melquiceded Blandón; RIVAS, Arleison Arcos. **Afrodescendencia: herederos de una tradición libertaria**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2015.

MINA, Nacha. III Encuentro de la Red de Mujeres Afro-caribeñas y Afro-latinoamericanas. **Cimarronas Boletín de la Red de Mujeres Afro-latinoamericanas y Afro-caribeñas**, n. 6, p. 2, abr. 1999.

NOGUEIRA, Isildinha B. 1999, O Corpo da Mulher Negra. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XIII, nº 135, 1999, p. 40-45

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género.** Bogotá: en la frontera, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso. **Organon Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 9, n.º 23, 1995, p. 111-118.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes Editores, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: **Epistemologias do Sul.** SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

_____. 'Raza', 'Etnia' y 'Nación' en Mariátegui: Cuestiones Abiertas. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.** Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RED AFRO. III Encuentro de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas se realizará en diciembre en Colombia. **Cimarronas Boletín de la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afro-caribeñas**, n. 8, p. 8, mai. 2000.

_____. Red de Mujeres Afrolatinas y Afrocaribeñas ejecuta en Centroamerica proyecto de incidencia en la Conferencia Mundial contra el Racismo. **Cimarronas Boletín de la Red de Mujeres Afro-latinoamericanas y Afro-caribeñas**, n. 10, p. 2, nov. 2000.

_____. **Boletín Informativo Red de Mujeres Afro-latinoamericanas y Afro-caribeñas**, Managua, jul. 2006- jul. 2007.

_____. Estatutos Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora. Sem localização, 2008.

_____. **Boletín Informativo.** Sem localização: Semestre 1, 2017.

_____. **Boletín.** Managua, n. 7, 2013.

_____. Plataforma Política de lideresas afrodescendientes ante el Decenio Internacional de los Afrodescendientes. Boletín Informativo. Managua: Red Afro, 2015.

_____. Foro Internacional: A cuatro años del Decenio de los y las Afrodescendientes. Boletín Informativo. Managua, nov. 2018.

REIS, M. L. M. Vozes e políticas da diáspora na América Latina e Caribe: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimiento transnacional afrodiaspórico. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luis, Vol. XI, n. 22. Jan-Jun 2011, p. 101-131.

RIBEIRO, Darci. **Estudos da antropologia da civilização: as Américas e a civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Petrópolis: Vozes, 1979.

RIOS, Flavia; RATTIS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**. Cruz das Almas: EDURB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STERNBACH, Nancy S. et al. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 255, jan. 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia – Estudos na análise crítica do discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

_____. (org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VARGAS VALENTE, Virginia. **Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio**. En: Daniel Mato (coord.): Estudios y Otras Prácticas Intelectuales

Latinoamericanas en Cultura y Poder. Caracas: CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002 pp: 307-316.

VERGARA FIGUEROA, Aurora; ARBOLEDA HURTADO, Katherine Feminismo afrodiaspórico. Una agenda emergente del feminismo negro en Colombia. **Universitas Humanística**, n. 78, jul.-dez. 2014, pp. 109-134.

VIGOYA, Mara Viveros. **Más que una cuestión de piel. Determinantes sociales y orientaciones subjetivas en los encuentros y desencuentros heterosexuales entre mujeres y hombres negros y no negros en Bogotá.** En: WADE; GIRALDO; VIGOYA. (coord.) Raza, etnicidad y sexualidades: ciudadanía y multiculturalismo en América Latina. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

_____. **La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual.** In: CAREAGA, Gloria (coord.). Memorias del 1er. Encuentro Latinoamericano Y del Caribe - Lla Sexualidad Frente a La Sociedad. México, 2008.

_____. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, n.52, pp. 1–17, Colombia, 2016.

_____ et al. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: Ipea, 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

APÉNDICE A- ENTREVISTA DE ALTAGRACIA BALCACER MOLINA

Entrevista con Altagracia Balcacer realizada em 13/10/2018.

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso

Contennos sobre la fundación de la Red y su participación.

Altagracia Balcacer Molina

Yo desde de muy temprana edad me enrolé en movimiento feminista de mi País a los 24, 25 años y coincidió con que em 1992 se organiza el Primer Encuentro de Mujeres Negras como resultado de una reflexión que ja venia de varios años em un grupo de mujeres negras, donde entendieran que era necesario particularizar el espacio de militancia de nosotras afrodescendientes, que en ese momento nos denominábamos mujeres negras. Y a raíz de esta reflexión que tomo años en concretizar-se se organiza em 1992 en Primer Encuentro de Mujeres Negras em Santo Domingo, República Dominicana. E en cual estuve presiente, participo de manera bastante activa contribuyendo a la organización del mismo de la logística como parte también de una organización que llamamos: Identidad de la Mujer Negra. E ahí entonces se conforma, se funda la Red, en el 1992.

Tatiana

¿Como ves la participación de la Red en la agenda del Decenio Afrodescendiente de la ONU?

Altagracia

Bueno, en realidad yo creo que tendríamos que tener una mirada crítica, porque yo te puedo decir si la Red tiene su propia agenda y em Marco de Decenio de Los y de Las Afrodescendientes, sí. Pero en el momento, desde mi punto de vista no hemos tenido el espacio para la discusión y la reflexión de como coordinar con otros movimientos con otras organizaciones que están presientes em la región y que tiene una participación activa importante. Y desde mi punto de vista eso es un aspecto que debilita la incidencia de la Red dentro de Decenio dentro de la discusión de programa. Que si bien cierto también podemos decir se ha nominado este decenio por los organismos internacionales, no han capital os recursos para invertir en aquellas áreas

de la cual las poblaciones afrodescendientes nos encontramos en una gran situación de vulnerabilidad, particularmente las mujeres. Entonces en ese sentido la Red si trabaja, estamos trabajando basando-se en su Plataforma Política de 7 áreas, para poder incidir en nuestros espacios locales, nacionales e internacionales. A ver como avanzamos a las mujeres afrodescendientes en el marco del Decenio.

Tatiana

¿E como ves el escenario de lo Feminismo Negro en Latinoamérica?

Altagracia

Bueno... é... no sé. Evidentemente que las mujeres somos diversas e por eso le hace muchos años hablamos en plural, nunca decimos “la mujer”, siempre hablamos de “las mujeres”, por la gran diversidad que nos caracteriza como la mitad de mundo. Y las negras, las mujeres afrodescendientes por la misma característica étnico-racial que nos diferencia, nos distingue del resto de las mujeres en nuestra condición de mujeres vivimos a esta situación. O sea, la nuestra situación como las mujeres en la sociedad. Además, é lo que en términos de género esto significa la condición étnico-racial también, matiza nuestras condiciones de vida, nuestra situación de vida, fundamentalmente a la luz de lo racismo que muchas situaciones no sé reconocen nuestro (?)... no se reconocen, pero que, si tiene presencia en la cotidianidad, en nuestra realidad. Entonces el feminismo se está reconstruyendo a partir de este enfoque, de esta situación transversalizada por lo étnico-racial. Entonces el feminismo negro es una construcción conceptual si e pragmática de nuestras propias mujeres a partir de una realidad diferenciada por lo étnico-racial.

Segunda entrevista realizada en 22/10/2020 por Whatsapp

Tatiana

¿Como ves la articulación de la Red Afrolatinomericana, Afrocaribeña e de la Diáspora con las organizaciones miembros?

Altagracia

Buen día Tatiana, a esta primera pregunta, te puedo responder de manera muy precisa, muy concreta, porque durante años, muchos años de la Red hemos estado quedándonos e demandando que la coordinación general de la Red haga más

esfuerzo para mantener una comunicación más fluida con las organizaciones que formamos parte de la misma. E si bien es cierto la estructura de la Red em principio debería ser mucho más receptiva porque tenemos una Coordinadora General y luego tenemos coordinadoras por las subregiones, en la Región Andina, Cono Sur, el Caribe, Centroamérica, en Centroamérica tenemos dos compañeras que, como son muchos países, se seleccionan dos compañeras para coordinar esa subregión. Entonces, aún así la comunicación nunca llega a ser lo suficientemente fluida, como para que todas las organizaciones estén informadas de lo que está ocurriendo en la región e de lo que está la coordinación general haciendo con la Red en sentido general. Entonces muchas veces las coordinadoras reciben la información, pero no se la pasan a las enlaces donde no hay coordinadoras tenemos una compañera que es enlace de país. Entonces, la enlace de país debe recibir la información que recibe la coordinadora, y la enlace debe pasarse a las organizaciones y/o las activistas individuales o independientes. Lamentablemente, esto nunca ha ocurrido de esta manera, y por diferentes razones la información llega a las coordinadoras, pero las coordinadoras no las pasan para las enlaces, o se le llega a las enlaces, las enlaces no necesariamente repasan la información a todas as organizaciones y activistas. O sea que uno de los puntos para ser más mucho más breve en mi respuesta, más concreta, uno de los elementos o aspectos que la Red ha confrontado, por años y años, es una comunicación eficaz, no hemos podido lograr una comunicación eficaz ha veinte años de la Red. Entonces, las decisiones terminan tomándose o en manos de la coordinadora general o en manos de la coordinación general que está compuesta por las diferentes coordinadoras de las subregiones.

Tatiana

¿Como ves la situación de las mujeres negras en Latinoamérica e Caribe?

Altagracia

Bueno, yo creo que la respuesta es la respuesta a esa pregunta es muy obvia, si bien es cierto en algunos países hemos logrado, por ejemplo, que la variable étnico-racial se incorpora a los censos para que pueda levantarse información, recorrerse a información sobre la situación de la población afrodescendiente, particularmente de nosotras las mujeres. Esto está en muy pocos países en el momento e seguimos luchando para que en los otros países se incorporen, como en lo caso de la República

Dominicana, por ejemplo, que se está trabajando en el diseño de lo próximo censo, que no se pudo hacer este año por el tema de la pandemia. Tenemos una nueva directora feminista negra con quien hemos estado conversando para ver la posibilidad que se incorpore esta variable, todavía no tenemos respuesta a ella, Que queremos decir con esto, que no sabemos en esencia a lo que esta pasando con la población afrodescendiente e de manera particular, una vez más, con nosotras las mujeres. Sospechamos, verdad, esto que lo encontramos en los estudios, por ejemplo, en este momento yo estoy haciendo un diagnostico de la situación de las mujeres afrodescendientes en quince países, y te puedo decir primero que la información que ha estado encontrando data de muchos años. O sea, que es información ya vieja, no tenemos información fresca, en muy poco caso, por ejemplo, los países que reportan a esto informe de lo Consenso de Montevideo, y que toma en consideración la variable afrodescendiente. Pero como la información no se recoge, los países no pueden reportar nada sobre la situación de la población afrodescendiente, de nosotras las mujeres afrodescendientes. Entonces, seguimos en situaciones de mucha vulnerabilidad, en la mayoría de los casos, la población en pobreza está conformada mayoritariamente por la población afrodescendiente, nosotras las mujeres seguimos siendo, las mujeres negras seguimos siendo las más pobres entre los pobres, por lo que nuestra situación no ha variado mucho a lo largo de esta última década. Esta es mi impresión y esto es lo que estoy viendo en los datos que ha estado revisando en paralelo a elaboración de este diagnóstico.

Tatiana

Necesito su biografía, para presentar su trayectoria. Sería muy importante si también pudiera hablar sobre su participación en el movimiento de mujeres negras.

Altagracia

Bueno sobre mi biografía, lo creo que podemos resumirla, yo soy dominicana, nascida y criada en República Dominicana y he sido activista de movimiento feminista ya hace como que ha cuarenta años, que tengo militando y empecé por acerca de las organizaciones feministas en los años ochenta, y también activista, por muchos años de movimiento lésbico feminista a nivel regional, a nivel local y nacional. Que más te puedo decir, estudie economía, de formación académica soy economista, he trabajado fundamentalmente los temas sociales, todo lo que tiene que ver con las mujeres en

desarrollo en la salud, educación, medio ambiente, cuando aplicase lo enfoque de genero se da cuenta de las grandes desigualdades entre hombres y mujeres, como las políticas públicas nos impactan de manera diferenciada, regularmente favoreciendo a mas los hombres que las mujeres. Eso soy, bueno ya fue, porque ya estoy en pensionada, ya fue jubilada de la universidad, trabajé treinta e cuatro años en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, que es nuestra única universidad gubernamental, estatal, trabajé en la área de economía, en la escuela de economía y parte da docencia en la escuela de economía. He trabajado también como consultora investigadora, y actualmente formo parte de el Instituto de Investigación de Estudios de Genero y Familia de la Universidad Autónoma de Santo Domingo. Es decir que, estoy jubilada de la docencia, por lo menos de la docencia regular, oficial, pero sigo trabajando en capacitación, en procesos de capacitación desde de el Instituto, trabajamos mucho en apoyo a la formación y capacitación de maestros y maestras con enfoque de genero y con el área de salud, y ahora en este momento estoy trabajando con la municipalidad, con varios ayuntamientos donde estamos incorporando el enfoque de género a las políticas municipales. Bueno yo ha sido parte de la Red desde 1992, cuando se formó aquí en Santo Domingo, en nuestro Primer Congreso de Mujeres Afrodescendientes, que en ese momento nos denominábamos mujeres negras. Que como sabes, el termino de afrodescendiente se acuño fundamentalmente después de Durban o durante Durban y después de Durban, y con un propósito fundamentalmente político para dejar de denominarnos por colores y no identificar un concepto políticamente correcto con una visibilización de nuestra ascendencia de nuestras orígenes. He formado parte de la coordinación de la Red en algún momento, y actualmente soy enlace de país, de República Dominicana, dentro de la subregión de Caribe. Soy madre de dos hijos varones ya, y tengo una nieta, un nieto, no sé, que más podría decir. Y sigo trabajando políticamente dentro de movimiento feminista, y de movimiento étnico racial, tanto a nivel nacional, cuanto a nivel regional, en este momento estamos en pleito que en lo código penal se incluya a la despenalización del aborto por las tres causales, fundamentalmente en este momento el movimiento feminista y el movimiento de mujeres, en este momento que se encuentra en República Dominicana.

Bueno, durante la última década podría agregar, con relación a mi participación en movimiento de mujeres negras y a través de la Red es que estado presente en todos los consensos y todas las, perdón, Conferencias Internacionales de la Mujer que

organiza la Cepal, y donde yo entiendo que he tenido una participación activa y de grandes negociaciones para lograr incorporar nuestras demandas, y he sido parte también de la conformación de la Plataforma Política, de las discusiones en relación a todas, a todos os pontos de la Plataforma Política de la Red, y nada que pienso que, hasta o momento, he estado presente en los momentos picos, vamos a decirlo así, de la lucha de la mujer afrodescendiente en la región.

APÉNDICE B- ENTREVISTA DE CAREN PAOLA YAÑEZ-INO FUENTES

Entrevista de Caren Paola Yañez-Inofuentes, realizada em outubro de 2018.

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso:

¿Como iniciaste su participación en la Red?

Caren Paola Yañez Inofuentes:

Me sumé a la Red a partir de un trabajo que hacíamos en Bolivia, o sea, de la organización que era parte de la Red. Entonces, nos empezaron a invitar algunas actividades con las compañeras más grandes, participaban entonces empezaron a designar a mí la participación de la Red, dar seguimiento a las cosas que se estaban haciendo desde la Red. Y, en año 2010, fue nombrada enlace nacional. Entonces, como enlace, estuve dando seguimiento a las actividades de la Red.

Tatiana:

¿Como ves la Red, como la considera en su articulación con otras organizaciones miembros de los otros países y específicamente en Bolivia?

Paola:

¿Organizaciones afros?

Tatiana:

Sí, organizaciones que son miembros filiadas a la Red.

Paola:

Siento que, todavía, la Red tiene serias, tiene dificultades, o sea, en ese relacionamiento con las organizaciones. O sea, a medida que ha ido creciendo, a la Red, se ha habido presentado dificultades de, algunas dificultades de coordinación e de relacionamiento con las organizaciones en los países. Porque, también en los cambios de, de coordinaciones anteriores, no se ha dado todas las informaciones de todas las organizaciones que eran parte de la Red. Entonces, eso ha dificultado

bastante la comunicación, sino embargo ese es un proceso que ha ido creciendo e a la cuestión de Dorotea se ha ido fortaleciendo.

Tatiana:

¿Y cómo considera la participación de la Red en el Decenio Afrodescendiente de la ONU? En la agenda de Decenio.

Paola:

Siento que todos temas de genero están cuasi invisibilizados, entonces, la Red se ha propuesto crear, tener su propia agende del Decenio, que es la Plataforma Política de Lideres Afrodescendientes que se ha aprobó en 2015, en Managua, Nicaragua. Porque, precisamente en esta lógica de que no sea una cosa que venga desde arriba, sino una propuesta desde nosotras de lo que realmente queremos nosotras, y no una cosa impuesta, no. Cosas, que también, lo vamos dialogando con compañeras indígenas, y decíamos, todos los temas de las indígenas pero que no ha genero desde la agenda de las Naciones Unidas. Una cosa que elaboró en ellos, pero no desde las, desde ellas mismas, no. Cosas para nosotras ser importante que se ha desde nosotras una agenda de temas que prioricen los temas que nosotras consideramos importantes.

Tatiana:

¿Si, y cómo ves la situación de las mujeres negras en Latinoamérica y Caribe?

Paola:

Es un tiempo complejo, yo creo que estamos viviendo otra vez como una vuelta de racismo, de todas las ideas, de muchas ideas conservadoras, también, que están teniendo repercusión sobre la vida cotidiana de las mujeres. Aun periodo en la región, donde estamos viendo ver la base, lo reconocimiento de varios temas, que ahora, en este momento donde, otra vez las ultraderechas, las derechas están volviendo a nuestros países. Se esta habiendo como crecimiento de racismo, para además se empezar a cruzar esto con el tema de la violencia, y yo no creo realmente que ahora, se ha disminuirse más la violencia, porque, hay mecanismos de denuncia, sino que igual, siento que la violencia hacia a las mujeres se ha ido creciendo y esto se va

empeorando cuando las mujeres afrodescendientes, identidad de género, violaciones correctivas, es una práctica todavía.

Tatiana:

¿Sí, y cómo ves el escenario de lo feminismo negro en Latinoamérica y Caribe?

Paola:

Yo creo que las mujeres negras, todavía, están, en gran medida militando en el feminismo blanco, en el feminismo hegemónico. Que, en estos últimos años, se hace habido otra vez separando y distanciando. La Red nasce precisamente como una crítica a este feminismo hegemónico, en los años 90, de mujeres que se reclaman a si mismas desde su identidad, pasan los años y esto segué como se volviendo, y otra vez segué empezando a poner sobre la mesa, para que esta diferencia, que se vea que hay otras temáticas, y como vamos reclamando también el racismo dentro del movimiento feminista blanco, el feminismo hegemónico. Y, también siento que está habiendo corrientes de pensamiento más latinoamericanas, y no tanto, que venían desde Estados Unidos, sino empezar a pensar igual desde acá, desde este territorio.

Tatiana:

¿Sí, tienes algo que considera importante para hablar así a inda, a respecto?

Paola:

No.

Tatiana:

¡Muchas gracias!

Perfil enviado por Paola Yañes-Inofuentes em 10/11/2020

Paola Yañez-Inofuentes, activista afrolibiana, feminista, Directora Ejecutiva del Centro Afrolibiano para el Desarrollo Integral y Comunitario “CADIC”, Diplomado en Mecanismos de Defensa de Derechos de Mujeres Indígenas y Afrodescendientes, facilitadora en temas de género, identidad, discriminación, discriminación racial, derechos de las mujeres, derechos de las poblaciones afrodescendientes y pueblos indígenas.

Lleva más de 20 años en el Movimiento Afroboliviano, participó activamente en la incidencia política para lograr el reconocimiento constitucional del Pueblo Afroboliviano entre el 2006 y el 2008.

Como Centro Afroboliviano para el Desarrollo Integral y Comunitario “CADIC” trabajaron en la formación, capacitación de la población afroboliviana sobre sus Derechos, fortalecemos los procesos organizativos de base de la población afroboliviana, realizamos acciones de incidencia ante el Estado boliviano para lograr el reconocimiento de la población afroboliviana, Somos parte de la Articulación de Organizaciones Sociales de Mujeres impulsando la agenda de las mujeres, incidiendo en las 5 Leyes con equidad y dando seguimiento a la agenda legislativa de las mujeres, Mesas de Dialogo y espacios de Dialogo sobre las mujeres, Articulación Nacional para elaborar informes EPU y CERD.

Entre el año 2013 y 2018 fue Coordinadora de la Región Andina de la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora, desde este espacio participo activamente en las Conferencias Regionales de la Mujer de la CEPAL, Conferencia Regional de Población y Desarrollo de la CEPAL, Consultas Regionales CSW, Foro de Organizaciones Feministas, Encuentros Feministas, Foros sobre Discriminación, Asambleas Generales de Naciones Unidas y Asambleas Generales de la Organización de Estados Americanos entre otros espacios que nos permiten incidir y dar seguimiento a las agendas de las mujeres y hombres afrodescendientes de América Latina, el Caribe y la Diáspora.

El año 2016 fue elegida como integrante del Grupo Asesor de Sociedad Civil de ONU Mujeres para América Latina y el Caribe terminando el periodo en 2020.

Desde el 2018 es Coordinadora General de la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora.

APÉNDICE C- ENTREVISTA DE CARMEN CECILIA RAMIREZ RIVAS

Entrevista de Carmen Cecilia Ramirez Rivas realizada em outubro de 2018.

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso:

¿Como ves la situación de la mujer negra – afrodescendiente – en Latinoamérica y Caribe?

Carmen Cecilia Ramirez Rivas:

Desde mí punto de vista y desde de la experiencia que tengo, en este proceso la situación de la mujer afrodescendiente no ha cambiado mucho, aún estamos ausentes de las políticas de estado, de las políticas públicas que nuestros estados simplemente, creo que todavía, nuestra situación con respecto a educación, a vivienda, a empleo, presentamos muchas brechas de desigualdades. Yo considero que, si bien es cierto, que las mujeres, en términos generales, vienen diciendo – e es un consenso, creo a nivel de toda Latinoamérica – que, a pesar de las luchas de las mujeres, estas todavía, enfrentan muchos desafíos y muchos retos. Creo que ahí existe una brecha muy profunda porque, creo que hay un obstáculo entre nuestras pares, o sea, no es lo mismo ser una mujer, que ser una mujer afrodescendiente. Todavía, el acceso a la educación, como también, sumado a lo acceso a salud, los protocolos de, no existen protocolos de atención, por ejemplo, para las mujeres afrodescendientes, nuestros derechos sexuales y reproductivos no se encuentran incorporados tampoco dentro de las demandas, el tema de acceso a la justicia y todos esos, creo que definitivamente que la situación nuestra no ha cambiado mucho. Todavía enfrentamos muchos obstáculos relacionados en estos sectores básicamente.

Tatiana:

¿Y como ves la articulación de mujeres?

Cecilia:

Yo si considero de que, o sea, también estamos enfrentando algunos desafíos entre nosotras mismas, pero la articulación de mujeres afrodescendientes en América

Latina es fuerte, a pesar de las dificultades que podamos enfrentar, yo creo que es bastante fuerte, y se hablamos del movimiento afrodescendiente en su conjunto, el único movimiento fuerte e potente que tiene en Latinoamérica y el Caribe es lo movimiento de mujeres afro.

Tatiana:

¿Gustaría de saber sobre suya participación en la fundación de la Red?

Cecilia:

No soy socio fundadora, de verdad que no, pero, me siento muy orgullosa de participar de este proceso, yo siendo parte de la Red ha aprendido mucho, sinceramente ha aprendido mucho. Como tu sabes ahora estamos en un proceso de elección, y he sido coordinadora por la Región Andina, coordinación que compartillo con la compañera de la Bolivia, he sido un aprendizaje permanente sobre todo en tema de incidencia, porque creo que eso es lo que también nos hace falta. Creo que a diferencia de otros movimientos de las mujeres afrodescendientes tenemos que estar en los espacios de tomadas de decisiones para que nuestras demandas y nuestras voces estén presentes. Porque si no estamos, en esos espacios, no nos ven, aun estando as veces en los espacios, no nos ven, o sea, no es que no nos miran, mas no nos ven, estamos ahí y no nos ven. Entonces, ese aprendizaje dentro de la Red, con este tema de incidencia y como incidir en organismos internacionales y además, como incidir en gobiernos nacionales, así es una experiencia muy potente para mí, pero sobre todo, creo que una das experiencias muy ricas fue la Cumbre de Mujeres Afrodescendientes. Creo que se fue un momento histórico para las mujeres afrodescendientes, y no solo para las miembras de la Red, sino para las mujeres afrodescendientes porque logramos consensuar un documento político que es muestra plataforma política, y creo que para mi ese é un momento histórico, porque no es fácil llegar a acuerdos con más de 280 mujeres. Entonces ahí creo que en esa Cumbre demostramos nuestra articulación, nuestras fortalezas y esa unidad que tanto buscamos. Digo, tenemos dificultades, no es que todo estén bien, pero lo importante es que estamos aprendiendo a resolver estas dificultades de manera muy madura, de manera muy responsable. Y a nivel nacional, creo que esto es muy importante mencionarlo, es que la Red es una Red de pertenencia e no de afiliación, e creo que eso la hace diferente, no es que tu te tengas que inscribir, no, no, no, tú te sientes

parte de ella, y lo otro esta relacionado es que la Red funciona de manera, no se cuele es el la palabra correcta, pero es como una manera horizontal. Y, además, la Red se fortalece, no por la cabeza, las organizaciones, que formamos parte de la Red, fortalecemos a la Red. La Red se fortalece a través de los trabajos que cada una de las miembras, al interior de cada uno de nuestros países, de cada uno de nuestras organizaciones, venimos realizando, ya sea como en nombre institucional, ya sea a título individual, o ya sea en nombre de la Red. Pero todas aquellas, que formamos parte de la Red, estamos haciendo un trabajo muy potente, un trabajo muy duro. Porque, esa é otra de las cosas que hemos visto, y que estamos mirando ahora en este balance de evaluación de la Red, es que como han ido bajando los financiamientos, entonces, es un análisis para mirar también, de cómo os organismos internacionales no están apoyando nuestros procesos y que sí, es importante. Entonces, creo que nos queda un grande reto, en este nuevo proceso, en esta nueva etapa de fortalecer estos diálogos, hacer más negociaciones, para poder seguir incidiéndolo. Y lo otro es, que como, seguimos fortaleciendo las organizaciones locales, porque como te decía, la Red se fortalece no de arriba abajo, sino de abajo hace arriba, ese trabajo que cada una vinimos desarrollando en nuestros países, de nuestras organizaciones. Entonces, me siento de verdad super realmente orgullosa de ser parte de este proceso que es un proceso histórico por además que es un proceso permanente, que ha presentado, y seguí presentando muchas luchas, muchos desafíos, muchos cuestionamientos al interior de nosotras mismas también, pero creo que es parte de proceso, parte de aprendizaje, parte de lo fortalecimiento.

Tatiana:

¿Cómo no fue una de las fundadoras, cómo usted llegó a la Red?

Cecilia:

Llego a la Red, fue interesante porque yo llego a la Red cuando estaba todo ese proceso camino a Beijín, y además, yo pertenencia no a una organización de mujeres, ahora yo hago parte a una organización de mujeres, e una de las cosas que nos inspiró, justamente, fue la existencia de la Red. Y, entonces, nos invitan a participar en un evento previo a Beijín, pero previo a Beijín una de las reuniones regionales que fue en la Argentina, pero fue interesante este proceso porque a nivel nacional nosotros no habíamos participado de proceso nacional, también a Beijín no

habíamos participado, ya cuando intentamos hacerlo no obtuvimos, como una respuesta positiva, y entonces decíamos como hacemos para por lo menos las demandas de las mujeres afroperuanas, en ese momento decíamos mujeres negras, ahora estamos con ese tema de reivindicación, entonces, decíamos para que las mujeres negras en el Perú ruamos incorporar alguna de estas demandas. Entonces, casualmente, viajo a Argentina, y conozco a Sérgia, conozco a Sérgia, Sérgia nos invita a participar y ella nos invita a hacer parte de proceso e a salir donde nos incorporamos inicialmente, pero igual, como en esos momentos formamos parte de una organización mixta bien complicado, sabes, porque entonces, de alguna manera, no somos visibles dentro de los espacios mixtos. Y, entonces, era como que siempre, y lo digo a título personal porque fue mí experiencia, siempre estaba hablando del movimiento, de las cuestiones de los afros o de los negros, ni siquiera decía negros y negras, solo decía negros, entonces mí lenguaje era muy general. Yo no recuerdo, ahorita, no recuerdo exactamente en qué momento me dé cuenta que el tema de genero lo había dejado de lado por la lucha de las e los, no por la lucha de las, y entonces, pero fue ya como que en proceso de Durban, camino a Durban, exacto, entonces, camino a Durban mí lucha era los negros, se hablábamos de los. Y yo misma nen me había dado cuenta de lo que yo mismo decía, porque ni siquiera posicionaba mi propia posición de mujer, sino estabas hablando de todos, que no es tan mal, pero que yo digo, había que reivindicarnos, y tenía que ver con Durban. Entonces eso partió de camino a Durban, que hago esta reflexión, e la ha hago porque me encuentro en uno espacio, no recuerdo en que país fue, en ese proceso, en una reunión que me fui, porque era la reunión de la Red, yo no había participado de la reunión, mucho de la reunión de la Red, y alguien dice no, pero, Cecilia es parte de la Red, pero está hablando solo “ello, lo” efectivamente. Entonces, fue ahí que tome consciencia de esta parte de la lucha de genero por nosotras, e fue ahí que seguí caminando y por esto te decía que el estar participando en esos procesos de la Red me ayudo mucho a entender. Y te decía inicialmente, cuando hablaste feminismo, yo todavía no me asumo, me asumo como una activista del movimiento, y considero que la lucha tiene que ser fuerte, permanente y soy apasionada, eso se he mía pasione, mía pasione a lo cabo, siempre lo digo. Pero también, muchas veces, muchas mujeres feministas me dijeran tu es una feminista, y yo digo no porque ya teve cosas de lo feminismo que no las entiendo, que no, no las entiendo, es que no las entiendo

entonces, no puedo decir que soy parte de algo que todavía no entiendo, porque estoy pasando por ese proceso.

Tatiana:

¿Mismo entre las feministas negras?

Cecilia:

No, no por las feministas negras, sino más bien por lo feminismo blanco.

Tatiana:

¿Mas también no te defines como una feminista negra?

Cecilia:

No hay estudiado, o sea, yo creyó que para sentirte parte de algo tienes que aprender, a entenderlo e a comprenderlo, entonces, y además gracias porque nen siquiera nunca me había como cuestionado eso, que es interesante como lo voy a poner como que, a reflexión mía, porque entonces yo siempre hablaba de feminismo, y siempre pienso lo feminismo, y sí, en mi mente es un feminismo blanco. Y no esté pensado en feminismo negro, y gracias, porque, o sea, no me había pensado como una feminista negra. Pero, voy camino, a ver este otro lado que no había analizado yo misma.

Tatiana:

¡Gracias! Y, ese año que empezó a participar de la Red fue que año, ¿exactamente? ¿Te recuerdas?

Cecilia:

¿No recuerdo, Beijín fue que año?

Tatiana:

Beijín fue en 1985, pero Beijín más 10 fue en 1995.

Cecilia:

Sí, podría ser 95, ha, como en 93 por ahí, 92, 93, por ahí.

Tatiana:

¿Cierto, y como ves la participación de la Red en la agenda del Decenio afrodescendiente?

Cecilia:

Nosotras como Red estamos haciendo un trabajo para incidir dentro del Decenio, porque creo que el Decenio no hay mirado a las mujeres afrodescendientes. No creo que el Decenio nos hay mirado, pero estamos trabajando para que el Decenio nos mire, e estamos haciendo un trabajo de incidencia en el marco de Decenio, por lo menos cada una de nosotras estamos incidiendo en eso. El Decenio no há visibilizado a las mujeres afrodescendientes, entonces, yo siempre digo que donde no nos visibilizan, nosotras tenemos que hacernos visibles frente a esos espacios. Entonces he aprendido mucho en estos procesos que es siempre mucho más complicado, o sea, se es complicado incorporar las demandas de movimiento afrodescendiente, es mucho más complicado incorporar las demandas de las mujeres. Pero sí, creo que, desde la Red, estamos trabajando mucho para, no suelo incidir en el Decenio, la agenda 2030, y en otros espacios políticos más.

Tatiana:

¿Y como ves la articulación de la Red con las organizaciones que son miembros de la Red? De la coordinación, de las coordinadoras, con las organizaciones miembros.

Cecilia:

Pero o que pasa es, lo que pasa es, no sé cómo explicarlo. Tenemos una coordinación general, entonces a nivel de las regiones, nos comunicamos no digo de manera fluida, que es todo perfecto, no, no. Hay una comunicación, hay un acercamiento, como digo, como la Red, es una Red de afiliación y no de pertenencia, cuando nos necesitamos nos apoyamos. Entonces, porque ese es el sentido de la Red, cuando necesitamos un respaldo, ya sea por carta, por alguna acción, por algún contexto político que se está moviendo, siempre hay respuestas. ¡Siempre! Y cuando estamos en espacios como estás, o, además, estamos en otros espacios, por ejemplo para reuniones como la (INCOMPREENSIBLE: 14'46") por ejemplo, o sea, siempre la

Red aprovecha los espacios internacionales para encontrarnos, hablar de nosotras, ver lo que estamos haciendo y o que, como te decía inicialmente, o sea, el trabajo de la Red se potencializa por lo trabajo que realizan las organizaciones de sus miembras. No es de arriba abajo, más desde abajo hace arriba.

Tatiana:

Y ahora otra pregunta provocadora. ¿Como ves lo escenario del feminismo negros en Latinoamérica, o se preferir, ahora puedes escoger, como ves lo escenario del movimiento de mujeres negras en Latinoamérica?

Cecilia:

Creo que es un movimiento, o sea, creo que las mujeres nos estamos moviendo en América Latina, yo creo que desde de donde estamos. Y eso es algo potente e importante, o sea, porque aún de repente no estando tan articuladas como quisiéramos, creo que el movimiento negro de mujeres se está;; moviendo y se está movilizand, y estamos tratando de incidir en nuestras agendas de país. Considero que les seguimos enfrentando muchos obstáculos, y creo que uno de los mayores obstáculos tiene que ver con los recursos económicos, con los recursos financieros, que no nos permiten hacer, como que, ser más potentes. Porque tenemos los recursos humanos, tenemos muchos recursos humanos, muchos recursos técnicos, a pesar que no tenemos muchas mujeres, no las suficientes, porque tenemos mujeres negras técnicas, tenemos mujeres negras profesionales, tenemos mujeres negras en su día-a-día, pero tenemos lideresas, tenemos activistas. Entonces, creo que esas fuerzas cuando confluyen todas juntas nos hacemos más potentes, cada una desde sus espacios, pero creo que necesitamos más. Como para nosotras mismas, se creó que necesitamos, no se si que todas vengan a la Red y nos articulemos para ser más potentes que sería lo ideal. Pero también es un respecto a lo espacio donde quieras participar, pero creo que el discurso tiene que estar, que no importa donde estés, lo importante es lo que hagas va revertir en todas, no va revertir en una, sino va revertir en todas. Entonces, yo se creo que, el movimiento de mujeres negras nunca ha parado, nunca ha parado, siempre ha sido constante, desde la demanda, desde los discursos, desde lo que escribimos. Pero considero ahí que lo hemos hecho desde nuestros espacios y desde nuestros recursos, y desde nuestras miradas que es lo más importante. O sea, porque nadie nos ha dado la agenda, la agenda es nuestra, y eso también me parece importante y potente, o sea, la agenda de las mujeres negras

en la América Latina es nuestra agenda, no es una agenda impuesta, no es que nos dijeran, o sea, no es una agenda impuesta y para mí eso es muy importante.

Tatiana:

Y la última. ¿Como fue la participación de la Red en la construcción de la agenda del Decenio? Para Decenio Afrodescendiente también hubo una disputa de agenda, de la ONU, ¿la Red ha participó de esa disputa?

Cecilia:

No lo sé, para ser sincera no tengo información de eso. Y no creo, porque se la Red...

Tatiana:

¿Te recuerda de alguna articulación?

Cecilia:

No lo sé, no recuerdo porque creo, no lo sé. Pero si la Red hubiera participado de las discusiones, hubieran cosas para nosotras dentro de documento de Decenio, e no, realmente no lo sé.

Biografia enviada por Cecilia Ramirez em 02/11/2020

Soy Carmen Cecilia Ramírez Rivas nací el 06 de setiembre de 1966, hija mayor de Alicia y Angel, mi niñez, la adolescencia y parte de mi juventud, la vive en San Juan de Marcona, desde niña lleve una vida llena de muchas alegrías y emociones, fueron mis padres una gran inspiración en mi vida, mi madre, el de compartir, apoyar, el de ser solidaria entre nuestros semejantes, de mi padre el orgullo de ser una mujer afroperuana y de que podría lograr lo que yo quisiera, a los 21 años culmine mis estudios técnicos de enfermería, y a los 53 me Licencie en Derecho y Ciencias Políticas, soy activista del movimiento afrodescendiente, Directora Ejecutiva de CEDEMUNEP. Me siento una mujer apasionadamente comprometida con la labor que desempeño y muy bendecida por todo lo que la vida me ha dado y me sigue dando, Eduardo Palma mi esposo, Angel y Maisha, mis hijos son mi inspiración y ese motor que día a día no solo me empujan si no también me acompaña en este lindo camino que es la vida.

APÉNDICE D- ENTREVISTA DE DOROTEA LOUIS WILSON THATUM

Entrevista com Dorotea Louis Wilson Tatum, realizada em outubro de 2018.

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso:

Primero, me gustaría saber sobre el proceso de inauguración de la Red, la Red de Mujeres Afroamericanas y del Caribe, el proceso de fundación.

Dorotea Louis Wilson Tatum:

Bueno, la Red Tatiana é un espacio de articulación de las mujeres negra de América Latina y Caribe, estamos en más de 22 países. Tiene representación a título individual, pero también en representación de organizaciones y tenemos ya 26 años de haber sido fundada en un Encuentro Feminista en República Dominicana. Ahí fue onde se constituye esta Red con mujeres negras de América Latina y Caribe. En un primer momento tuvimos una plataforma, tuvimos estrategia, tuvimos un plan de trabajo por región, para ser topedido donde di ciemos que tereamos que combatir el racismo, la discriminación, la pobreza, la exclusión y visibilizar la situación real de la población afrodescendiente. E para esta tarea teníamos que cumplir con varios objetivos: seguir la Convencione, tratar de incidir en la Convencione que aprobaba la agenda que tenia que ver con la población afrodescendiente, y en ese caso fuimos directamente a los censos porque hace años no sabíamos cuánto era la población afrodescendiente y tuvimos que entrar a la estadística, a lo censo de lo gobierno de diferentes países para demandar que se incluyera lo etno-racial en la estadística. Definir, y para lo censo y para la estadística, no era somete para tener una cifra, no solamente era para decir cuantas somos, sino que también era para impulsar políticas públicas diferenciadas hacia las mujeres negras aquí en continente. Eso fue como un primer momento del auge e de la constitución de esta Red. Esta Red ha crecido, la Red ahora está en 30 países, que ahora tamo en Caribe anglófono, en Caribe francófono, estamos en la diáspora, que son mujeres negras viviendo fuera de su territorio, e que tienen un vínculo, que tienen una comunicación estrecha con la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas.

Tatiana:

¿Sí, y como ves la participación de la Red en el Decenio Afrodescendiente de la ONU? ¿En esta agenda del Decenio?

Dorotea:

Sí, también fue por la lucha en la accionar de movimiento negro en continente, esto que las Naciones Unidas tuvo que es la declarar un decenio porque en 2011 declararan un año para la población afrodescendiente, no fue un decenio fue un año, e nosotras insistimos, el movimiento negro en general, insistieran porque con un año so se podía, nen monitorear nen ver la disminución de la pobreza o la brecha de desigualdad que hay en los diferentes países entre mujeres negras e entre mujeres no negras. Entonces, en este decenio tenemos un planteamiento concreto también, las Naciones Unidas ten también un plan para el Decenio. Pero, es increíble ter un gran plan, pero no hacen ningún presupuesto, no hacen un presupuesto para impulsar esa política diferenciada que queremos ver en nuestra población en nuestra comunidad, entre la gente más pobre, más marginal, los más discriminados, más excluidos, por ser mujer y por ser afro, e se vamos por la edad, también por ser de la tercera edad, o más que eso. Estamos también, impulsando desde de la Red, desde 2009, la participación de las mujeres negras jóvenes, dentro de la Red, y que pueden hacer su demanda, pero también poden ter su enfoque del Decenio, que el lo que estas jóvenes están pensando que pueden lograr de los Estados, de los gobiernos para la política de inclusión, de participación e de oportunidades para las jóvenes, porque están demandando educación de calidad, educación de calidad, pero también están demandando participar en la economía del país, empoderamiento económico para las mujeres es una grande demanda de las mujeres jóvenes. E de cara este decenio tenemos también des años, decimos también que des años es poco, las hermanas indígenas van por el tercer decenio, ellas ya tuvieron un primer decenio, un segundo y ahora tan demandando un tercer, porque se darán conta en camino que des años era muy poco para poder percibir avances y tener acciones completas en la disminución de la pobreza e la oportunidad de lo básico: agua, luz, vivienda, salud, educación. Que esto, todavía, está lejos por la política neoliberal, y los gobiernos que tan asumiendo poder en América Latina y Caribe ahora están estrechamente a ser a la derecha, a ser a lo fundamentalismo y están reduciendo los gastos sociales para la población, y cuando hablamos de esto de la población es peor cuando se trata de la población negra y se é población de mujeres negras.

Tatiana:

¿Si, y como a señora ve la situación de la mujer negra en Latinoamérica y Caribe?

Dorotea:

Si, podemos decir que hemos avanzado, porque también estamos viendo las mujeres en la participación política en la región, no. Tenemos muchas alcaldesas, regidoras, concejales, diputadas, ahora tenemos una vicepresidenta negra en Costa Rica, y que fue de la Red y de las primeras mujeres que asumió también la dirección de la Red, antes de mi persona ella fue que me entrega la dirección de la Red: Epsy [Campbell Barr] de Costa Rica. Entonces podemos decir que estamos avanzando, pero lento, tremendamente lento, no a la forma en que quisiéramos, pero nosotros no podemos substituir a lo gobierno nen lo estado para hacer políticas para las mujeres afro. Y estamos diciendo a la cooperación e a los organismos multilaterales, bilaterales, cuando dan los fondos a los estados a lo gobierno, tiene que ello también desde mandar que esto fundo sea correctamente distribuido, con políticas concretas hacia a la población afrodescendiente.

Tatiana:

¿Si, y como es la articulación de la Red con las organizaciones que participan, que son filiadas?

Dorotea:

O que hablamos de alianzas, hablamos de articulaciones, y hablamos de movimiento amplio, porque las redes, las redes son expresiones de mujeres organizadas en los territorios. Pero también tenemos muchas alianzas con grupos que coinciden con nuestra visión y nuestra misión que es la defensa de lo derecho humano de las mujeres afrodescendientes e las mujeres en general. Hay muchas organizaciones que ahora están trabajando por los derechos humanos, de la niñez, de los niños, de las mujeres, de lo grupo LGTBI de la región, y tenemos una estrecha vinculación para impulsar campañas para hacer pronunciamiento, para hacer declaraciones, pero para hacer acciones también, en conjunta. Por ejempló, somos parte de la articulación de movimiento feminista da América Latina y el Caribe, somos parte de la Red de Mujeres por la Salud, compañeras de la Red están en esos

diferentes espacios para siempre teñeren enfoque y estar poniendo en la agenda, de los otros grupos, el tema de la mujer negra. Fuimos al consenso de Montevideo, hemos estado en Beijín, hemos estado en Cairo, hemos estado en ISO Quito, o sea, todos los espacios internacionales e nacionales, donde toca nuestra agenda que es salud integral para la mujer, educación, empleo, reducción de la pobreza y los servicios básicos, y la defensa a lo derecho humano. Y las defensoras, que ahora son perseguidas, en mucho de nuestros países hay una persecución política – verdad - contra defensoras de derechos humanos, cuando están planteando, respecto, oportunidades y posibilidades.

Tatiana:

¿Si, y como a señora ve lo feminismo negro en Latinoamérica y Caribe?

Dorotea:

Yo creo que é un tema que ahora está en nuestra agenda, porque antes se hablaba en feminismo en general, y ahora tenemos que hablar de los feminismos. No existe un solo feminismo, y eso también lo tamos, lo tamos vinculando con nuestra identidad, con nuestra cultura, con la interculturalidad, hemo hecho intercambio. Y también, las hermanas indígenas también están hablando de un feminismo comunitario. O sea, é bien interesante que, después del movimiento, después de 30 años - podemos decir - de hablar de un solo feminismo, o se hablaba solo de un feminismo de la igualdad y feminismo por la universalidad, ahora se está hablando de los feminismos, y uno de los temas es a ver tenido cerca de nosotras y tener la oportunidad de conocer mujeres negras brasileñas que han planteado e han hecho muchos escritos sobre lo que es ser considerado feminismo negro.

Tatiana:

Acá, yo cerré las preguntas, pero me gustaría de saber se a señora tiene alguna cosa que gustaría de decir también.

Dorotea:

Que el Decenio va avanzando no, que tamo a cuatro años, nos falta solamente seis años. E creo que hemos de priorizar alguna cosa puntúale que podemos monitorear y que podemos salir adelante y no defraudarnos, no dejar que llegan des

años y después sentar y decir no pasó nada, no hube ningún cambio, no avanzamos, tenemos retos pero no lo pudimos cumplir. Yo sé que va haber momento en que va ser muy difícil cumplir, porque los gobiernos que están asumiendo ahora, no son los gobiernos que su prioridad son las mujeres y mucho menos las mujeres negras. Se están quitando la institución de lo ministerio de la mujer, están recortando presupuestos que tiene que haber con políticas públicas para las mujeres. Entonces vas, este Decenio va ser bien difícil, bien difícil, en seis años no vamos a reducir la brecha de desigualdad que existe, tenemos que ver cuál es la realidad de seguir impulsando los censos, porque se no, no visibilizamos y no sabemos cuántas somos, también vamos poder participar o debandar, o ser parte de una política pública. Entonces, para mí é muy importante la plataforma política de la Red, el observatorio de la Red, el monitoreo, y seguir trabajando con las mujeres en la comunidad, el trabajo territorial es sumamente importante. Y yo creo que sea una gran riqueza y una gran fortaleza de la Red el trabajo territorial en la comunidad, donde están las mujeres pobres, donde están las mujeres negras.

APÊNDICE E- ENTREVISTA DE NILZA IRACI SILVA

Entrevista de Nilza Iraci da Silva com respostas recebidas por email em 16/11/2020.

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso:

Como foi o processo de formação da Rede Afro e/ou o início de sua atuação na Rede?

Nilza Iraci da Silva:

A Red nasce da insuficiência com que as questões das mulheres negras vinham sido tratadas pelo movimento feminista, nos diferentes espaços onde se dava a luta pelos direitos mulheres. em nível Regional e Internacional.

Nasce como o resultado da atuação das mulheres da região, por exemplo nos processos das Conferências da ONU, como a ECO-92, a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993; as conferências de Cairo (1994) e Copenhague (1995); nas quatro Conferências mundiais sobre a mulher no México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985) e Beijing (1995); além da de Durban (2001), entre outras. A Red, desde sua fundação em 1992, participa ativamente dessas conferências mundiais promovidas pela ONU de maneira bastante ativa nos que espaços da sociedade civil. É consignatária de inúmeros documentos em conjunto com outras organizações de mulheres e feministas, assim como redigiu várias declarações. A reivindicação mais presente nas declarações apresentadas pela RMAAD é sem dúvida a visibilidade para as mulheres afrodescendentes levando-se em conta as singularidades sofridas por elas em termos de discriminação. Foi fundamental em todos os processos de construção da Conferência de Durban em 2001, notadamente na Conferência Regional das Américas, em Santiago do Chile em 2000, partindo da perspectiva das mulheres, e concorrendo decisivamente para a aprovação dos parágrafos relativos aos afrodescendentes, as mulheres ofereceram contribuições originais que sensibilizaram várias delegações governamentais de países da América Latina.

Em nível regional a Red vem participando ativamente das Conferências da Cepal, tendo conseguido alguns avanços, conseguindo colocar na agenda a temática

das mulheres negras.

É importante destacar a importante e decisiva participação das mulheres negras brasileiras em todos esses processos, que independente da sua filiação, sempre operaram em parceria e cumplicidade com a Red.

Tatiana:

Como é a articulação da Rede com as organizações membras?

Nilza:

Apesar de a RMAAD vir buscando formas eficientes de organização ainda nos deparamos com alguns desafios sobre situações que estão presentes em todas as suas gestões, desde sua formação, que são objeto de tensões, e como por exemplo a questão da representação interna e a falta de fluxo de informação entre as coordenações e suas filiadas; como fazer as informações chegarem até a base .como ampliar a participação dessas organizações e/ou ativistas nos processos da Red, de forma a sua participação em rede seja a forma mais adequada e eficiente encontrada por essas mulheres para combater o racismo e as formas correlatas de discriminação a que estão submetidas, Outro aspecto negativo para a articulação entre a Red e suas filiadas é a ausência de um cadastro atualizado das afiliadas nas regiões (seja de organização, seja em nível individual). A Red realizou um Mapeamento de organizações juntamente com uma Campanha de filiação, mas que nunca funcionou e necessita de uma permanente atualização, considerando a dinâmica do movimento de mulheres negras na região. pontuado pela RMAAD referiu-se à questão das organizações que realmente faziam parte da rede, ou seja, do fato da rede partir preexistência de organizações quando, na verdade, muitas mulheres afrodescendentes nem sempre estavam agrupadas. Nesse sentido, apresentou-se diante delas a necessidade não só de incentivar a formação dessas organizações em vários locais da região, como mapear as organizações-parte, e dar maior abertura à participação individual de militantes ou lideranças nas temáticas da Rede.

Outro desafio é como potencializar a participação e colaboração com as organizações integrantes através do Grupo de Enlace (formado por representantes da Região eleitas em assembleia), que operam junto às coordenações regionais. E, também, como incluir nos processos as suas integrantes a partir de projetos específicos, como consultoras, por exemplo, para elaboração de pesquisas, dossiês,

com grupo de Comunicação.

Tatiana:

Como você vê a participação da Rede na Década Internacional de Povos Afrodescendentes?

Nilza:

A Red vem chamando a atenção para a importância de que as propostas da Década sejam cumpridas e feito advocacy nas instâncias dos governos e da ONU para que suas ações sejam efetivadas, na medida que aponta para a garantia de direitos e exercício pleno da cidadania para as mulheres. Mas o progresso na implementação do plano de ação da Década ainda está em discussão com relação ao desenvolvimento das mulheres afrodescendentes. Representantes da Red integram diferentes Comitês internacionais sobre a Década, participando ativamente dos debates e ações relacionadas.

Tatiana:

Como você observa a situação da mulher negra na América Latina e Caribe?

Nilza:

Os avanços registrados nas últimas décadas na região, ainda que dignos de serem reconhecidos e celebrados, são ainda insuficientes, dado o quadro geral de exclusão que caracteriza a vida das mulheres afrodescendentes da região.

A situação atual em que vivem as mulheres afrodescendentes da região, apesar dos avanços observados na última década, ainda se caracteriza por profundas desigualdades frente a outros grupos sociais. Elas permanecem invisibilizadas como sujeitos de políticas diferenciadas, de estar nos extratos sociais mais da pobreza em níveis que costumam ser mais altos do que o resto da população, estão sub-representadas ou ausentes nos processos de tomada de decisões e sofrem mais violações do direito, seu e de suas comunidades, de viver uma vida livre de violência.

Tatiana:

Qual é o cenário do feminismo negro na Região?

Nilza:

O pensamento feminista negro coloca a mulher negra no centro dos debates, não somente em termos de produção e análise, mas também reforça a compreensão de que as desigualdades devem ser objetos de produção de conhecimento reflexivo e crítico, além de dar voz a mulheres que foram historicamente silenciadas.

Através de sua atuação enquanto feministas, a atuação política das mulheres negras, tanto em seus respectivos países como por meio da articulação nas redes internacionais, assume um papel de grande relevância ao denunciar a condição de invisibilidade e vulnerabilidade a que estão sujeitas, inclusive nas organizações políticas que elas constituem, como o movimento feminista, onde historicamente se impôs a voz e a experiência das mulheres brancas, e o movimento negro, onde é priorizada a figura masculina. Assim, os movimentos de mulheres negras destacam a importância de reconhecer as vozes e as experiências vivenciadas por mulheres, onde as opressões são agravadas, pelo racismo, pela lgbtfobia entre outras.

Este deslocamento no interior da luta feminista teve como objetivo não se contrapor ao feminismo clássico (leia-se branco) mas desenvolver um discurso contra hegemônico, colocando o racismo como centralizador dos debates, além de trazer para o debate outras categorias de opressão sofridas pelas mulheres como suas condições econômicas precárias, a segregação espacial, o emprego doméstico, a violência racial, mães, professoras, empregadas domésticas, militantes pelos direitos civis, que não estavam incluídas na categoria universalizante do feminismo, e que limitava a inclusão de mulheres que queriam travar a luta para além das questões de gênero.

Para as jovens negras feministas o desafio está em como aprofundar e traduzir para seu público os novos conceitos da contemporaneidade como feminismo negro, feminismo decolonial, feminismo interseccional, mulherismo, e outros que surgem a cada dia, e que carecem de aprofundamento. E também têm pela frente o desafio de encontrar novas formas de promover um diálogo entre a moçada da academia e a juventude da quebrada. Como a geração tombamento pode exercitar a troca de saberes, sem hierarquias, para criar estratégias de ações conjuntas. E como promover novas formas de mobilização e atuação, particularmente em tempos de ativismo digital, pelas mídias sociais, sem perder a essência do que foi pensado e produzido pela geração anterior de jovens ativistas negras.

O feminismo negro é o movimento que mais cresceu na região na América

Latina, inclusive em termos de agenda política, advocacy nos espaços internacionais.

Isso pode ser traduzido pelo crescimento do número de coletivos e organizações criadas e lideradas por mulheres negras em toda a região.

Tatiana:

Também vou precisar de uma biografia sobre sua trajetória profissional e no movimento de mulheres negras.

Nilza:

Minha formação é Comunicação Social

Minha trajetória profissional se inicia muito cedo, desde os 9 anos como babá e depois como empregada doméstica. Ascendi profissionalmente ao me tornar, ainda menor de idade, operária num pastificio (fábrica de macarrão) e em uma fábrica de bolsas.

De auxiliar de escritório a revisora e posteriormente editora de textos em diversas editoras. Trabalhei como repórter em várias revistas destinadas à economia e indústria.

A porta de entrada no meu ativismo se inicia na luta contra a ditadura militar, e no processo de democratização passo diretamente (sem nenhuma mediação) para o feminismo, que chegava ao Brasil por ex-exiladas políticas.

Desde o início, minha atuação no interior do do movimento feminista clássico, foi pela inclusão da temática racial em suas pautas.

Então eu tive que brigar primeiro pela minha identidade racial nos dois movimentos, e era uma briga permanente, eu tinha que brigar primeiro para provar que eu era negra e segundo para incluir a questão racial no movimento feminista, embora já tivesse nesse momento outras mulheres negras tentando colocar a questão da raça dentro da pauta do movimento. Mas, a minha militância é no feminismo,

A partir de 80 participo da criação da Casa da Mulher Negra da Baixada Santista.

Em 1988 integro o Geledés Instituto da Mulher Negra onde hoje exerço a função de Coordenadora Executiva.

Durante o processo de Durban, em 2000, cria com outras organizações a Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras.

Participei de todas as assembleias da Red de Mujeres e sempre mantive

estreita colaboração na elaboração de documentos e dossiês. Integro o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial em representação da Red de Mujeres Afro

Estive presente nas principais lutas feministas e antirracistas nos 30 últimos anos e do processo pela redemocratização do país. Participou de todas as conferências da ONU, na última década, levando a perspectiva de gênero e raça, e foi coordenadora do Comitê Internacional da Conferência das Américas preparatória para Revisão de Durban.

Participou de todo o processo de construção da Marcha de Mulheres Negras de 2005 e da Marcha de Mulheres Negras de SP.

Foi uma das brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz, na campanha que selecionou mil mulheres de todo o mundo para concorrer ao prêmio.

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, AMNB, Brasil.

Coordenadora - executiva (2000 -2005).

Representante da AMNB no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (2007 –).

Conselheira, Conselho do Observatório de Gênero - SPM

Integrante do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial

Integrante do Comitê Executivo da Associação de Mulheres pela Paz

Integrante do Grupo Internacional de Enlace da Rede de Mulheres

Afrolatinoamericanas, Caribenhas e da Diáspora desde 2001

Integrante do Conselho Diretor do Instituto Patrícia Galvão Mulher e Mídia

Integrante do ConSoc - Conselho da Sociedade Civil do BID

Uma das indicadas para o Prêmio Mil Mulheres para o Nobel da Paz, 2005

Algumas participações em Atividades da Sociedade Civil

Participação em todas as Prepscons e conferências da ONU na última década a partir de 1991: Prepcon Regional da Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento –

Conferência do Cairo, Conferência da Mulher (Beijing), Conferência de Durban

. Coordenação do Processo Organizativo de Beijing+5 e Beijing+10

Coordenação dos processos da PrepCon Regional da III Conferência Mundial contra o Racismo, Chile, dez.2000.

Coordenação da PrepCon da III Conferência Mundial contra o Racismo.

Elaboração de textos para a III Conferência Mundial contra o Racismo – Genebra/2001.

Conferência Mundial contra o Racismo, Durban, África do Sul

Participação na Conferência de Meio Ambiente Rio+10, Joannesburgo – África do Sul 2000.

Coordenação do Processo da Sociedade Civil de Avaliação de Durban+5, em nível, regional e mundial .

Outras Participações:

Reunião do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial em Dakar/Senegal

Participação nas edições dos Fóruns Social Africanos, Bamako, Mali, Zâmbia.

Participação da reunião do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial, Firenze, Itália.

Participação em todas as edições do FSM - Fórum Social Mundial desde a sua criação

Participação nas reuniões do Peoples Dialogues no Brasil, Quênia, Zimbábue e África do Sul.

Participação da Conferência Regional sobre a Sociedade da Informação, Rio de Janeiro, 2005, participação na elaboração do documento final da sociedade civil

Participação da Precon Regional de Santiago+5, Chile, 2005

Participação das VIII, IX e X Conferência sobre a Mulher da CEPAL – Mesa sobre Interseccionalidade de Gênero e Raça, e como relatora do documento da sociedade civil

Participação na Comissão Organizadora das I e II Conferência Nacional de Política para as Mulheres

Participação no processo de Relatoria das I e II Conferência Nacional de Política para as Mulheres

Participação na Comissão de Relatoria de Comunicação da I CONAPIR

Relatora na IV Conferência Nacional de Saúde

Apresentação do Dossiê das Mulheres Negras Brasileiras na Comissão de Direitos Humanos da OEA

Participação no Comitê Coordenador da Cumbre das Américas – La Ceiba, agosto de 2011

Relatora da 14ª. Conferência Nacional de Saúde (2011).

Participação do seminário International Women Survivor Learning Forum, Peace Women Across the Globe Indonesia (PWAG Indonesia), Jakarta, de 5 de maio a 5 de junho de 2012

Publicações e Pesquisas:

Publicação de “Há um buraco negro entre a vida e a morte” (co-autoria Arnaldo Xavier) sobre a Conferência de Meio Ambiente -Eco'92

Publicação “Mulher Negra na Década, a Busca da Autonomia”(co-autoria Matilde Ribeiro e Fatima Oliveira) 1995.

Publicação de “Mídia e Racismo – Como a imprensa escrita brasileira cobriu a

III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação (co-autoria Marisa Sanematsu).

Coordenação da elaboração do “Dossiê de Mulheres Negras Brasileiras”, apresentado na Comissão da OEA, Washington, 2009.

Elaboração da publicação “Direito à Comunicação e Promoção da Diversidade na Mídia – Uma compilação de diretrizes e recomendações de conferências, convenções, planos nacionais e internacionais” - material como subsídio ao debate que se desenvolve no processo de organização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

Elaboração de “Fazendo Lobby -Guia para participação de delegados no processo de negociação e incidência na 1a Conferência Nacional de Comunicação” (Nilza Iraci, Jacira Melo e Vera Vieira (Orgs.)

Elaboração do “Manual de Comunicação, Mídia e Advocacy” para capacitação de mulheres em novas tecnologias de comunicação e informação.

Coordenação da elaboração do “I Informe Sobre los Derechos Humanos De las Mujeres Afrodescendientes de la Region Latinoamericana y Caribeña”, 2011. Apresentado na reunião da CWS, NY, em março de 2011.

APÉNDICE F- ENTREVISTA DE SONIA ELIZABETH VIVEROS PADILLA

Entrevista com Sonia Elizabeth Viveros Padilla realizada em outubro de 2018.

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso:

La primera pregunta é sobre la fundación de la Red Afro e su participación.

Sonia Viveros Padilla:

Como Ecuador, y a título personal, no fuimos parte desde la fundación de la Red, más sin embargo comenzamos nuestro activismo en nuestro país. La lucha primero de autoidentificación para luego entrar en la lucha por los derechos y luego emprender la lucha por esa construcción de lo que es lo feminismo negro. Y la Red para nosotros ha sido esa escuela que nos habido formado en estos temas específicos y que de hecho han fortalecido las acciones en nivel de nuestra tierra y, pero nivel de nuestro país. Estamos muy cercado de la Red desde el 1999, después de nuestra primera, de nuestra primera reunión internacional junto con la Red en toda la preparación que fue camino a Durban, que fue Santiago una reunión en Chile, otra reunión en nuestro país: en Ecuador. Y esos procesos de construcción, si bien, se fuera mistos, también eran los procesos que nos levaran a nosotros a repensarnos no solamente desde esas reivindicaciones como lo movimiento afroecuatoriano, lo movimiento afro de la región, de lo conteniente, sino también, como mujeres afrodescendientes con esa particularidad étnica, social, cultural e sobre todo, dentro de en la que compartiríamos estos ejes y que marcan la agenda política, desde este entonces, esta a cá de las mujeres negras.

Tatiana:

Cuando que empezó su participación, entonces, ¿en la Red? ¿En qué año?

Sonia:

En 2000, en 2000 nosotros, digo nosotros porque la representación de las mujeres negras del Ecuador en la Red, nasce con esta construcción, e esta negociación de procesos a camino a Durban, culmino en la Conferencia Mundial

contra el Racismo. Y entonces esto viene desde 2000, e en esa época, esa que nos estábamos en un constante proceso de formación, de negociación, y sobre todo en ese constante proceso de incidencia y las políticas públicas de nuestros países, y también en torno a luchas sociales internacionales que nos han llevado a este nuevo periodo en que estamos. Considero que la Red ha sido una escuela de formación política e de liderazgo y, para todas que nos hemos sido parte, pero, sobre todo, ha sido un gran proceso de negociación y ha permitido que en cada un de nuestros territorios se vaya consolidando, se vaya pensando en tema de la política pública, en favor de lo cumplimiento de los derechos para el la población afrodescendiente. Digo esto porque se viene a cierto ha sido un proceso desde las particularidades de nosotras como mujeres, todos los logros que su pueden conseguir repercuten en toda la población y eso es importante.

Tatiana:

¿Y cómo considera la participación de la Red en la agenda afrodescendiente de la ONU?

Sonia:

En el 2015, en la primera Cumbre de la Mujeres Afrodescendientes, decidimos presentar la plataforma política de mujeres negras de continente en el marco de ese inicio de decenio para la población afrodescendiente. ¿Y por qué una plataforma? Porque el decenio lo que busca es impulsar lo cumplimiento de las políticas públicas en cada uno de nuestros países, y las políticas públicas como se conforman con las demandas que salen desde los pueblos, desde las ciudadanas, desde los interesados en el caso particular nuestro desde las mujeres negras. Esa a ser generado, e se ha convertido, esa agenda, esa plataforma, se ha convertido en esta rota de lucha, que va marcando los temas con los cuáles hemos tentado a negociar en cada uno de nuestros países. Entonces es como, muy importante el hecho que la declaración del decenio, e tan poco ha sido un accidente porque viene construyendo-se desde décadas atrás, lo cierto, case que, a dos décadas, y va de menor a mayor, cierto, primero reconocimiento de quienes somos, porque somos una, porque debemos ser reconocidos como pueblos, porque debemos ser reconocidos como parte de los territorios, asumiendo una identidad. Pero sobre todo y reconociendo que, esa pertenencia, eso porcentaje de poblaciones afrodescendientes, y esos porcentajes,

dentro del esa población, de mujeres afrodescendientes, con derechos, así como con obligaciones, obligan a los estados a regresar a mirar como atender esas partes de la población. Entonces la plataforma, dentro de este decenio para nosotras ha sido clave, creemos que es una de las pocas herramientas que tenemos como mujeres negras, no la única herramienta que tenemos como mujeres negras, para negociar en nuestros estados. Obviamente, priorizando los ejes que, según la política que cada país está ejecutando, me refiero a cuestiones de 17 ejes en la plataforma y que as veces uno cruza con el otro, pero de acuerdo a como esta política de cada país olha a demanda desde la población afrodescendiente en el territorio o país, nosotros de ejes 17 priorizamos los que consideramos san más aplicables en este momento cultural en nuestros territorios. ¿Por qué el marco de decenio? Porque el decenio es una plataforma que nos ha permitido acercarnos tanto a los estados, cuanto, a la cooperación, e además ha permitido que podamos articular o fortalecer la articulación entre las comunidades de mujeres afrodescendientes. En el caso particular del Ecuador, tenemos todo un proceso de construcción político para incidir en nuestros países, lo cierto. Pero el tema regional, lo amparamos con la Red, e esta es la intencionalidad de la Red, é que pueda ser esa... no sé se organismo o se institución... ese colectivo seria la palabra cierta, colectivo que rompe las fronteras, en el que nos podemos amparar para presionar, desde nivel superior – que traspasa las fronteras – a nuestros estados por el cumplimiento de sus derechos. Así lo considero yo la Declaración del Decenio, y que, en esta Declaración del Decenio, nuestro proyecto político como mujeres esta plasmado en esta Plataforma Política que marca estos 17 ejes y estos 17 ejes marcan la rota de lucha para que nosotras podamos hacer la incidencia para el cambio social, político y económico de las mujeres.

Tatiana:

¿Y cómo ves la articulación de la Red con las organizaciones miembras?

Sonia:

La Red ha ido de menos a más, me refiero a que según momento empezaran pocos países, ese proceso de visibilización, ese proceso de credibilidad, ese proceso de construcción ha ido y ampliando sus fronteras, ha ido incorporando cada ves a más países y poniendo a más representantes y a más mujeres. Que, si bien es cierto, so

un puñado de mujeres dentro de una representación continental, eso no significa que esa voz de esas delegadas no esté en nombre de la totalidad de mujeres de nuestros países. Entonces, al tener ahora la Red más de 30 países dentro de sus líneas de afiliación significa que el trabajo de la Red a logrado en incidir en los espacios estatales, en los espacios gubernamentales y no gubernamentales, en los espacios públicos y los espacios privados, pero también en la cooperación y en el sistema de las Naciones Unidas. Eso significa que la voz de la mujer, la presencia de la mujer, la imagen de la mujer negra se está siendo escuchar gracias a ese proceso sostenido, que de otra forma ha venido y creciendo con la incorporación de más mujeres, con la incorporación de mujeres intergeneracionales, con la incorporación de mujeres que están siendo parte de la política, parte de esta e de mujeres sieguen lo siendo parte de la política activista. Pero también, ese proceso de construcción de cambio social, de cambio del sistema en general, con el que también nos hemos estado asumiendo el caso de América Andina, de la región andina. Siempre estamos diciendo que el Occidente, é... que el Occidente intentó... é desaparecer nuestra historia, desaparecer nuestras raíces y, por ende, nos hizo pensar que éramos ajeno a esta tierra. Estos procesos de reencuentro, de reflexión, de construir, de reconstruir las historias, y también de entendernos como ciudadanos con derechos, ha hecho también que nos vayamos posicionando, y que las voces de las mujeres le haces negras y que las escuchen por lo todos los espacios.

Tatiana:

¿Y cómo ves la situación de las mujeres negras en Latinoamérica?

Sonia:

Es complejo, porque, mientras, dentro de los movimientos sociales, dentro de las organizaciones, mixtas incluso, de afrodescendientes en Latinoamérica, pensamos que estamos avanzando. Tanto el... al habiendo incidido en las leyes, en los reglamentos, en algunos países, como en el mío, hasta la incorporación de articulados muy fuertes en la constitución de la república. Y se há tener todos estos estamentos jurídicos e legales, y que nos anejó lo que nos, lo que tenemos en el imaginario que estamos avanzando, la realidad nos muestra que se están re, re.. que se están reproduciendo algunos otros tipos de exclusión, de discriminación, algunas otras formas de hacer sentir, la no, la no, el nuevo ideó grado, todavía, esa anhelada

equidad, esa anhelada igualdad de derechos, y que mientras, más caminamos, más obstáculos se van presentando por ese de ello demora a la, a la competencia malentendida, no. Creo que estamos entrando en una época bastante difícil, que nos tiene que hacer, pensar con cabeza fría sobre que, es lo que tenemos que hacer en esta nueva, en este nuevo, en esta nueva época de cambios, de gobierno, de cambios de sistemas políticos en nuestros países, de la mayor participación política de las mujeres. Cual sería nuestra nueva rota de lucha mirando esas nuevas, esos nuevos escenarios que se están presentando de tal forma de que no nos estanquemos, o esos logros no se conviertan luego en retrocesos. Creo que se tenemos que pensarlo desde, con cabeza fría, no desde la visibilidad únicamente, sino desde la acción positiva en miras de cambios efectivos, constitucionales, legales. Y pensando que eso llamada política pública no sea la... mera lírica, que no sea los termos de discurso o simplemente se queden escritos en los artigos de las instituciones, porque la política pública se genera por la demanda de los ciudadanos, la política pública acá para mujeres se genera por la demanda de las mujeres hacen en los gobiernos, lo cierto. Pero, se hace efectivo cuando los gobiernos le ponen recursos, y cuando hablamos de recursos, hablamos de recursos humanos, recursos técnicos, de tal forma que se efectivese esa política pública, y que los cambios se sientan no en individuos, sino en la globalidad de las personas.

Tatiana:

¿Y por lo último, como ustedes ve el escenario de lo feminismo negro en América Latina y Caribe?

Sonia:

Va avanzando, va avanzando y con paso firme, porque estamos entendiendo, nosotras las afrodescendientes, el nuevo significado del feminismo negro. Y para las feministas no afrodescendientes también están incorporando, en su proceso feminista, estas diversidades que tienen particularidades que nos obligan a repensar, que les obligan a ellas a repensar como fue planteado el feminismo. Porque se en su momento era por la lucha de los derechos sexuales y reproductivos, en otro momento por la lucha a la visibilidad y la incorporación en los espacios de toma de decisión, ahora es la lucha por los derechos sexuales, por la visibilidad y la participación, pero esa participación en igualdad de condiciones incorporando esas luchas particulares que

tenemos las mujeres afrodescendientes, en nuestro caso particular, pero das mujeres indígenas e las mujeres de otros grupos étnicos, no minoritarios, que todavía están existiendo. La lucha feminista, desde la población afrodescendiente, insiera otros elementos que, para mí, le ha dado mucho más fuerza y más contenido a que lo que llamamos feminismo, no es la lucha de mujeres con mujeres y para mujeres, es la lucha por el reconocimiento, es la lucha por el la aceptación, no aceptación en si no, más bien, por el cumplimiento de sus derechos, y, además, es la lucha por la dignidad humana.

Tatiana:

¿Tiene algo que gustaría de acrecentar?

Sonia:

Pues, solamente é pensar que estos procesos, estos acelerados cambios que estamos viviendo en nuestros países, no sean el pretexto para que desvíen nuestro objetivo. Que el camino que tenemos recorrido no se vea cortado por intereses particulares, y que esos cambios generacionales sean entendidos desde la misma óptica de tomar la posta para continuar con un legado, y que se continuar responda a las coyunturas que en el momento os ten, porque tampoco se está pensando, se debe pensar en que nos no caminamos a la par con la, a la par con la modernidad, con la tecnología, no cierto con el tema de las ciencias. Pero sí, tenemos que caminar acompañadas de todo ese proceso que ha venido dejando huellas, pero esas huellas san las que tiene han permitido que podamos avanzar.

Creo que hay un reto, que creo que tenemos que asumir en esos 6 años que nos quedan de Decenio, para puncionarlo tanto a nivel de los receptores nacionales como internacionalmente, y el reto es que nuestro activismo, nuestra incidencia logre reducir las brechas de desigualdad en las aquellas mujeres afrodescendientes de la región y del mundo, todavía estamos en eso y entendemos los datos con mayores índices. Tenemos que desenvolverlas, las brechas, en el tema de participación, en el tema de educación, en el tema de salud, sobre todo en el tema de empleo. Pero también tenemos que pensar em disminuir las brechas en torno a esa exclusión cultural que en los que estamos siendo sometidos. Una vez que logremos disminuir las brechas en estos ejes, que para unos otros países son importantes, consideran

ver que de manera particular que estamos avanzando. El tema de la violencia, es uno de los temas que deben estar en nuestra agenda siempre, porque la violencia atraviesa varios momentos, la violencia no es únicamente, los tipos de violencia no son algo que, para nosotros no son únicamente aquellos que han marcado la lucha de las mujeres diversas de lo continente, sino que aquellos otros tipos de violencia que rayan directamente hace las mujeres afrodescendientes. Esos otros tipos de violencia son lo que también tenemos que poner sobre la mesa de la discusión sobre la lucha por lo reconocimiento de su existencia, y que, siendo repetidos constantemente, sean naturalizados ya no los vemos como signos de violencia hacia nosotras, obviamos bien los otros como signos de violencia con nosotras. Considero que el tema de discriminación racial, esas dos palabras para nosotras, las mujeres negras, tienen que ir juntas y transformar a que podemos hacer entender al racializador, lo cierto, al hombre o mujer que nos discriminen, nos racializan, que son los elementos que no los dejan avanzar. Como digo, la disminución de estas brechas en las estadísticas, tanto nacionales, cuanto internacionales, mostrarán el éxito de lo proclamar del Decenio. ¡Ahora sí!

Tatiana: ¡¡¡Muchas gracias!!!

Perfil enviado por Sonia Viveros em 21/10/2020

Mujer, Afroecuatoriana; de profesión Tecnóloga en Sistemas, con diplomado en Desarrollo Local con Perspectiva de Género (OIT); diploma Superior curso en Derechos, Afrodescendencia y Mujer Afroecuatoriana (UCE)

Activista social. Inicio mi experiencia trabajo en 1.991 con las Organizaciones Sociales, primero con el Movimiento Indígenas del Ecuador y luego con el proceso afrodescendientes 1993. He sido parte del aparato gubernamental y de la cooperación internacional, espacios en los que se ha desarrollado planes y proyectos vinculados con el desarrollo.

Más recientes cargos públicos:

- Directora de Sistema Nacional para la prevención de la Violencia contra la Mujer – Secretaría de Derechos Humanos (2020)
- Directora de Política Pública para Pueblos y Nacionalidades – Secretaria de DDHH (2019)

- Gerente del proyecto Política Pública- Plan Plurinacional para la eliminación de la Discriminación Racial.

Desde lo Social:

- Fundadora y ahora Sub-Directora de la Fundación de Desarrollo Social y Cultural Afroecuatoriana “AZUCAR”

- Coordinadora general del Proyecto Escuela de formación política y liderazgo para Mujeres, en convenio con la Universidad Central del Ecuador, que emite un diploma superior en “Mujer Afroecuatoriana y Derechos Afrodescendientes

- Miembro fundadora de la Coordinadora Nacional de Mujeres Negras del Ecuador

- Consejera Ciudadana del Ministerio de Cultura y Patrimonio - Ecuador

A nivel Internacional:

- Coordinadora Región Andina de la Red Continental de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y del Caribe.

- Integrante del Instituto Afrodescendiente para el estudio, la investigación y el desarrollo

- Integrante de la Plataforma Cumbre Mundial de los Afrodescendientes

- Integrante fundadora del Fondo Afro Andino - Universidad Andina Simón Bolívar;

APÊNDICE G- ENTREVISTA DE VICENTA CAMUSSO PINTOS

Entrevista de Vicenta Camusso Pintos realizada em 13/10/2018.

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso

¿Gustaría primero de saber sobre su participación em la fundación de la Red, como fue ese proceso de construcción?

Vicenta Camusso Pintos

Bueno, eso inició em los años 80, para mí personalmente, cuando me entre en lo movimiento feminista en Uruguay e a través de ese comienzo a conocer e, bueno, que había otras realidades en América Latina, empiezo a tener contacto con otras compañeras. E ahí tuve la primera oportunidad de participar del primero Encuentro Feminista de América Latina y Caribe, que yo participe, lo primero para mí, que fue en la Argentina Lo V Encuentro que fue en 1990. Ahí me encuentro por primera vez con mujeres negras de muchos lugares del mundo y por primera vez empezamos a... no por primera vez, ja había un proceso inicial de los años 80. Pero júntese a conversar con esas compañeras y fue en ese encuentro feminista que se tomó la decisión de que nosotras teníamos que tener un espacio propio de discusión y que teníamos de tener además la posibilidad de encontrarlos. Es verdad que había muchas realidades diferentes, las compañeras de Haití, las compañeras de Caribe, Brasil, Argentina, Uruguay, Perú, Venezuela, todas mujeres que veníamos habíamos hecho todo tránsito por los partidos políticos, no so dictemos que los años 70 e 80 fueron de dictaduras en toda la región. Habíamos venido de un proceso de reconstrucción política de defensa y recuperación de la democracia. E bueno, e nos encontrábamos en ese momento cuando la necesidad de dice, bueno nosotras quien somos de alguna manera no, y de qué manera participamos y nos enteramos de ese movimiento feminista de cual feminismo fue parte de una acción política. Y ahí comenzó en el año de 1990 o 25 de noviembre todos os lados o camino de construcción y esto recordó porque a principio habíamos definido en una especie de primer comité organizador. E en este comité organizador participábamos compañeras por diferentes regiones, en ese momento se decía que participaba Lucia da Silva por Brasil, Anai Colorían por Haití, Sergia Galván de la Republica Dominicana, otra compañera de Brasil que no

me recuerdo el nombre realmente en ese momento, y Irene Dureto de Venezuela y yo por lo Uruguay. O proceso de construcción, en la pecha época que no teníamos los elementos de comunicación que tenemos hoy, nosotras logramos la primera reunión de lo comité organizador que se hizo en Uruguay, Montevideo, en octubre en lo ano siguiente, de 1991, e ahí definimos que iríamos hacer el primero Encontró de Mujeres Negras de América Latina y Caribe en República Dominicana, en 1992. Esto tiene que ver mucho con varios contextos políticos que se dan en la región. Todo movimiento de recuperación de las democracias en los distintos países, muy reciente, en lo caso de Uruguay se había recuperado la democracia en los 85. E Brasil estaba todo en proceso en esa época, no me recuerdo quien estaba, se era Leonel Brisola, no me recuerda quien era presidente en el año de 92.

[Tatiana: Lo presidente era Collor, pero fue impedido y ja era Itamar y lo primero presidente electo después de muchos años.]

Bueno, pero también tenía que ver que en 1992 fueran los 500 años de la conquista de América Latina y los 500 años de inicio del tráfico de esclavos en la Región. E nosotras, lo que queríamos poner en evidencia era como las situaciones permanecían incambiables, que se bien había buscado como la eliminación de la esclavitud en los países, la situación de las mujeres negras en particular, en la aquel momento se llamábamos mujeres negras, se nombrándonos mujeres negras, era una situación cause incambiada. Pero los dos países donde se ponía más en contexto eso, con situaciones muy graves era Haití e Brasil, como dos e Haití ya ser un pueblo todo negro con una historia particular e Brasil porque es un continente negro en si mismo. E ahí se daban situaciones que eran muy similares para as mujeres, no e acceso en la salud, en lo acceso a política no acceso a recursos, económico, los bajos niveles educativos y trabajo casi semi esclavo, fundamentalmente de las mujeres y fundamentalmente todas en el servicio doméstico. E para nosotras poner eso como en la Red era muy importante, porque esta Red nasce en el marco del movimiento feminista, nasce aislado de otros movimientos. E también nosotras luchamos las nuestras batallas con los movimientos sociales negros liderados por hombres. Este fue un proceso de construcción que demandó de mucho tiempo de mucha, proceso de silencio, porque esas primeras veces que nosotras iniciamos encontrando as veces la reflexión política no se podía alcanzar porque lo dolor superaba otro tipo de discusión. Se funda como una Red de articulación política y eso resultaba siempre en una lucha contra o racismo y por los derechos de las mujeres, especialmente las

mujeres afrodescendientes. Nuestra primera declaración, además, es una declaración que se casi podemos contextualizarla en las declaraciones que vienen después, casi reforzando o que ya decíamos en 1992. O sea, como hay situaciones que ya vuelven toda vía, no. Pero sí así inicia la Red, por un proceso de reflexión que parte desde esta reflexión de lo movimiento feminista y no el por solamente.

Tatiana:

¿E como es la participación de la Red la Agenda de lo Decenio Afrodescendiente de la ONU?

Vicenta:

Mui activa y yo diría que la agenda del marco del Decenio es una agenda declarativa, es una agenda que no tiene acciones concretas. La Red fue la primera que, en su plataforma votada en 2015, tiene demandas y acciones claras sobre este decenio, pero, en realidad, la Red teve incidencia para que Naciones Unidas ponga en acción y actividad una agenda que la está escrita pero que no se mueve.

Tatiana:

¿E como es la articulación da Red con las organizaciones membras?

Vicenta:

Eso depende un poco de las regiones. Yo puedo hablar por mi región por la región de Cono Sur. Yo estoy dejando la coordinación del Cono Sur no día de hoy. Sen recursos, con muy escasos recursos el vínculo es a través de encuentros virtuales de dar información do que lo se sucede a la región, de acompañar dentro de lo que se puede, espacios de incidencias políticas. Pero en realidad creo que la mayor debilidad que tiene esta Red es que entre la coordinación general e las coordinadoras regionales no hay una comunicación fluida. Eso impacta a como las bajas a lo grupo. Eso como que en cada región hacer lo que puede como puede siguiendo los parámetros que tiene la Red, pero se requiere mayor fluidez.

Tatiana:

¿E como ves el escenario de feminismo negro en Latinoamérica y Caribe?

Vicenta:

Bueno, yo creo que es escenario positivo, con un fuerte liderazgo de las mujeres jóvenes. Creo que todavía falta mucho por construir y por repensarnos que significa para todas nosotras el feminismo negro, yo creo que sea un debate que hay que darlo y porque somos negras o porque feminismo como una acción política tiene que profundizar en los cambios de enfoque y definición de construcción política diferente. Para mí es una dicotomía que está ahí, que todo este movimiento de que se habla de lo feminismo negro se es también producto de la abertura democrática en las regiones, fundamentalmente en la región de América Latina y Caribe por una agenda de derechos que se ha acompañado. Pero creo que tenemos que reflexionar mucho más se lo feminismo negro es solamente lo feminismo declarativo, es negros porque somos negras o es negro porque además nosotros estamos apostando más demás formas de construcción. Y se lo mismo para Brasil, para Perú... ¿De qué estamos hablando? La dicotomía entre feminismo y feminismo negro, ese feminismo negro no solo está cambiando de color a lo movimiento feminista, sino que además está generando nuevas discusiones y nuevas reflexiones en género político. Yo creo que son los espacios ganados de las mujeres negras, que nos tenemos ganado, que sean muy difícil ganar los espacios en lo movimiento feminista, pero también tiene que reconocer que o movimiento dentro de lo movimiento feminista, que permite entonces que hablemos de feminismo afro o feminismo negro. Bueno e por ahí me parece que es un bueno empuje y donde tenemos que trabajar más en lo contenido político.

Tatiana:

¿Cómo usted ve hoy la situación de la mujer negra en Latinoamérica y Caribe?

Vicenta:

Bueno, una situación que hay me curado, porque tuve que empezar por eso, yo reconozco que hay habido avances, perdón, hay habido avances incluso los últimos estudios que hay realizado la Cepal, desde primero que se realizó sobre la situación de la población afrodescendiente e la primera investigación sobre la situación de las mujeres afrodescendientes, dos productos uno del año pasado y otro de este. E yo creo que dan cuenta, todavía, de las grandes situaciones de desigualdad que tiene que ver con el racismo estructural. Con el racismo estructural, también que tiene que ver con la pobreza, que tiene que ver con las instrucciones, tiene que ver

con la falta de acceso a recursos educativos, sociales, culturales. Pero también tiene que ver con nuestros propios procesos. Yo creo que hay un importante grupo fundamentalmente de jóvenes se habían empoderando, sao las jóvenes que han podido llegar a la universidad, sao las jóvenes o que pelo menos ten podido alcanzar un bachillerato, sao las jóvenes que han podido se integrar a los grupos de discusión más política. Pero, todavía, un gran numero de mujeres en la América Latina que no leen, que no escribe, que no tiene acceso a salud, que no tiene recursos económicos suficiente, que son campesinas pobres, que son mujeres que viben en la zonas urbanas con las mayores carencias porque son las que tienen menores servicios y menores posibilidades de acceso, que trabajan todavía en situación de semi esclavitud, sin derecho, sin la seguridad social, e como una, se mantiene todavía la salida muy temprano a lo mercado laboral, se mantiene en alta paridad, muy temprana tiene muchos hijos e los tiene desde muy temprano. Esa situación hay me curado, si, tá. Que se falta para dejar mas suelta. Creo que primero de la propia Red, e también de las mujeres independientes, negras o afro, hay que volver a discutir, a que volver a plantear, a que volver a hacer las discusiones políticas muy fuertes. Nosotras a pesar que hay lo feminismo negro, algunas cosas seguíamos las mismas líneas de definiciones políticas de resto de feminismo, como es la lucha por el aborto, é valida, que yo también la comparto, además, las mujeres somos más que una vagina, no solo parimos, las mujeres somos pobres, las mujeres viven en determinado lugar de lo territorio, subvén a la una violencia diferenciada, porque sumada a la violencia intrafamiliar, está a la violencia de género, está a la violencias territorial, está a la violencia racial e está a la violencia económica. Yo creo que todos esos procesos hacen falta, hacen grande falta que los abordemos en una discusión que además que nos interpelen nosotras a porque también hay una suerte de categorías de clase que permean marcando todas, somos negras, e todas somos negras iguales. Unas negras que comen todos los días, pueden ir a la universidad, tienen una casa, e las otras no, y esto tiene que ver también con la democracia. En una situación conjuntural como estamos viviendo fundamentalmente en lo Cono Sur: Brasil, Uruguay, Argentina e Chile e Paraguay, es una situación muy compleja, donde ser negro, hoy es un riesgo altísimo, porque las derechas, apunta muy bien el dedo a quien va a la marcar. Eso está pasando en la Argentina, eso está pasando en Brasil, e no Uruguay todavía no lo vemos con tanta claridad, pero que evidentemente la derecha viene con una fuerza mucho grande, no ultraderecha como no caso de Brasil, pero si, la derecha viene con

una fuerza crescendo una fuerza muy grande. Y, además, sumado a los religiosos donde la comunidad es parte activa de esta religiosidad. Todas estas cosas me parecen que tienen que colocarse rápidamente en la discusión, primero la defensa de la democracia como algo substantivo que nos determina como seres humanos. Y bueno, e ir colocando estos temas que esta siempre cambiar, a ter como mudar como hace no Brasil a algunas agendas, porque yo no sé si, se nos tenemos que quedar como mujeres negras e en este momento político, solo una agenda de derechos, o tenemos que pensar en una agenda mucho más amplia, empezar a hablar más de pobreza, racismo, de pobreza política. Porque me parece que salir donde tenemos porque no dejar bajar, en las agendas de la Naciones Unidas la palabra pobreza casi no existe e la palabra racismo es algo raro y esto hasta coger realizando en los últimos documentos. Entonces creo que san estas las cosas que tenemos que pensar que poner en, que empezar a pensar en estas cosas como algo vital, e credo que también tenemos que transmitir a las jóvenes porque contextos políticos hora están variando y no se si todos están tan conscientes de el que está sucediendo, que lectura estamos dando a la. Entonces ahí insistir en la necesidad de la formación política. Podemos formar en derecho, podemos formar en taller social reproductiva, necesitamos formación política, lideres políticas, formación política, la incidencia política, tienen que ver también en cómo se toma las liderazgos y que le dar rumos.

Perfil enviado por Vicenta Camusso em 10/11/2020

Activista feminista, fundadora de Red de Mujeres Afrolatino-americanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora en 1992, Colectivamujeres Uruguay en 2009. y del Instituto Afrodescendiente para el Estudio, la Investigación y el Desarrollo

El Programa de Acción de la Conferencia Programa de Acción de la Conferencia El Cairo de 1994, ha sido y es un interés y un compromiso como mujer afrodescendiente, integre el Comité organizador sociedad civil preparatorio de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe 2013 Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo, participé del Foro de consulta sobre los avances y desafíos de los compromisos internacionales para Afrodescendientes : Compromiso de San José y en la Reunión de Alto Nivel acelerando la acción global para el cumplimiento de derechos de las personas Afrodescendientes en América Latina y Caribe - Cumbre de Nairobi sobre la CIPD +25: Acelerando la promesa

PERFIL PROFESIONAL

Vicenta Camusso Pintos Uruguaya

Resumen: Especialista en Desarrollo Económico Local con Perspectiva de Género.

Promoción del Desarrollo Económico Local mediante la planificación estratégica.

Formación profesional en las áreas de desarrollo humano, desarrollo económico local, género, etnia y raza.

Diploma en Formación Profesional - Universidad Nacional de San Martín - Escuela de Humanidades

Especialista en Promoción del Desarrollo Económico Local mediante la planificación estratégica - Weitz Center for Development Studies - CERUR Facultad de Agricultura, Rehovot Israel.

Especialista Desarrollo Local con perspectiva de Género DELNET- OIT Centro

Curso especializado en El Desarrollo y su Gerencia

Economía Feminista Social y Solidaria Red de Educación Popular entre Mujeres REPEM

Desarrollo Gerencial y Marketing - Universidad Católica Santo Domingo República Dominicana

APÊNDICE H: RELAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO

A tabela a seguir se trata de publicações impressas da Rede Afro, que tivemos acesso, elas foram classificadas por ordem cronológica desde o ano de 1997 até o ano de 2019.

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
1997 /5	Boletim: Rede Afro - Construindo a viva voz nossa história	1	Costa Rica 3 man- chetes	Resumo de resultados do II Encontro de mulheres Afrolatinoamericanas e Afrocaribenhas, I-objetivos; II-princípios; III- As prioridades da Rede para 1997-2000; IV-Estrutura Organizacional Campanha pelos Direitos Humanos das Mulheres Negras Proposta de Comunicação para a Rede
1998 /4	Boletim Cimarronas	3	Costa Rica/ Equador 9 man- chetes	Editorial: Mulheres negras por uma nova liderança (Brasil) Manifesto da campanha: Contra a violência doméstica, pela paternidade responsável (Honduras) Racismo estúpido na ceiba (Guatemala) Construindo a Rede: Mulheres negras presentes na Guatemala (Colômbia) Ações para a erradicação da pobreza (Costa Rica) Campanha de mulheres afro-costarrigueñas (Costa Rica) Mulheres Centroamericanas ganham espaço (África do Sul) Capacitação na África do Sul Seminário - oficina de comunicação
1998 /4	Boletín Cimarronas (original)	3	Costa Rica e Equador 9 man- chetes	Mesmo conteúdo do Item B no idioma espanhol
1998 /8	Boletim Cimarronas	4	Costa Rica e Equador 9 man- chetes	Editorial: Comunicación, cooperación y las mujeres negras (Peru) Adan y Eva... Negros? (Venezuela) Construyendo la Red: Unión de Mujeres Negras (San Salvador) Taller de Comunicación (Nicaragua) Encuentro de la Juventud Afrocentroamericana (Puerto Rico) Día Internacional de la Mujer Negra (Ecuador) Haciendo nuestro propio futuro Relação de Integrantes del Equipo de Coordinación Regional (Honduras) Encuentro Regional de Mujeres Negras
1999 /4	Boletim Cimarronas	6	Costa Rica e Equador 11 man- chetes	Editorial: Género y etnia desde las mujeres afro Construyendo la Red: III Encuentro de la Red de Mujeres Afrocaribeñas y Afro-latinoamericanas Colômbia: preparativos del III Encuentro Construyendo la red - Honduras: La más golpeada por Mitch (Brasil) ONG negra brasileira ganha prêmio de França

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				República Dominicana: Poder, racismo e identidad
				Brasil: La violencia contra las mujeres es una cuestión de salud pública
				Construyendo la red- Estados Unidos: II Conferencia de mujeres negras académicas
				Taller de liderazgo para mujeres del Caribe
				Encuentro Feminista: preparativos em el Caribe
				Guatemala: La vida después de Mitch
2000 /5	Boletim Cimarronas	8	Costa Rica e Ecuador 9 man- chetes	Editorial: Contra el Racismo... Democracia, Equidad y Tolerancia
				La discriminación racial, la xenofobia y las formas de violència conexas de intolerancia
				Declaración de las mujeres de color. Sesión de la Comisión de Estatus de la Mujer
				(Costa Rica) Algunas Cosas para nuestro interés
				(Ecuador) Mujer Afroecuatoriana recibe premio por su trabajo
				(Costa Rica) Mujeres afrocostarricenses participan em los esfuerzos civiles em contra de la privatizacion
				Mujeres de la Red participan em delegaciones oficiales em la Reunión de la CSM y em la Prepcom Beijing + 5
				Instituto Superior de Formación Afro
2000 /11	Boletim Cimarronas	10	Costa Rica 10 man- chetes	III Encuentro de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas se realizará em diciembre em Colombia
				Editorial: Afrolatinas y afrocaribeñas contra el racismo la discriminacion de genero: por el respeto, la equidad y los derechos humanos
				Red de Mujeres Afrolatinas y Afrocaribeñas ejecuta em Centroamerica proyecto em la Conferencia Mundial contra el racismo
				Diagnóstico de la situación de las mujeres afrocostarricenses
				Mujeres Negras Brasileñas se preparan para la Conferencia Mundial contra el Racismo
				Caucus global de mujeres em la Conferencia Mundial contra el racismo
				Cumbre Continental de los Pueblos Afroamericanos
				Conformación de uma alianza de lideres del movimiento afrodescendiente de Latinoamerica y el Caribe
				Resumen de la Declaración de Alianza de lideres Afrodescendientes de America Latina y el Caribe
				Red de Mujeres Afrocaribeñas y Afrolatinoamericanas organiza Simposio sobre sexismo y racismo
2001 /4	Boletín Cimarronas	11	Costa Rica 17 man- chetes	La Declaracion de Santiago y las Mujeres Afrolatinas y Afrocaribeñas
				Editorial: Um paso y um reto para los pueblos y para las mujeres afrodescendientes
				Las mujeres afrodescendientes em el Foro por la Diversidad y la Pluralidad
				Declaración de las mujeres afrodescendientes ante el Foro de las Americas por la Diversidad y la Pluralidad

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Declaración de los pueblos afrodescendientes ante el Foro de las Americas por la Diversidad y la Pluralidad
				Se consolida Coordinadora de mujeres afroecuatorianas
				III Encuentro de Mujeres Negras de Brasil
				Colombia se prepara para recibir III Encuentro de Mujeres Afrocaribeñas y Afrolatinoamericanas
				Red realizó Simposio sobre Sexismo y Racismo em Mexico
				Panel sobre Sexismo y Racismo em la UNAM
				Taller de estrategias para la Prepcom y la III Conferencia Mundial contra el Racismo
				Centro de Mujeres Afrocostarrcenses realiza proceso de participacion em la Conferencia Mundial
				Encuentro de Organizaciones Afrodescendientes e Indígenas del Cono Sur
				GALCI reúne a líderes afrodescendientes em Nueva York
				Convocatoria del III Encuentro de Mujeres Negras
				Alianza estrategica AFROCONOSUR. Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay
				Encuentro Regional de Jovenes Afrodescendientes
				Reflexiones de las integrantes de la Red
2003 /4	Boletim Cimarronas	12	Costa Rica 10 manche- tes	Editorial: Después de la visibilización de los afrodescendientes
				Una (auto) crítica ante nuestras luchas políticas de cara al racismo
				Apuntes sobre la situación de la mujer afrocolombiana
				Ciudadanía e identidad de las mujeres afrocolombianas
				Encuentro Regional de Mujeres Afrocaribeñas y afrolatinoamericanas
				Taller Regional de Liderazgo de Mujeres Afrocentroamericanas
				Participación ciudadana de las mujeres em el ámbito local. Experiencias en Nicaragua.
				Epsy Capbell, la mejor Diputada del Congreso de Costa Rica
				Una nueva forma de hacer politica: uma mujer afrocostarricense que se destaca
				III Encuentro de Mujeres Afrocaribeñas y Afrolatinoamericanas
2006 /7 - 2007 /7	Boletín Informativo	Sem Nú- mero	Sem locali- zação 11 manche- tes	Presentación
				Informe de la Red de Mujeres Afrodescendientes América Latina, el Caribe y La Diáspora
				Proceso de consolidación organizativa de la Red
				Red de Mujeres Aftolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora
				Incidencia internacional de la Red y promoción de los derechos de las mujeres afrodescendientes en foros internacionales
				Actividades impulsadas en Nicaragua
				Gestiones financeiras/proyectos
				Comentarios sobre la web y Directorio de la Red
				Hoja de inscripción para
				Red de Mujeres Aftolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora: Hoja de inscripción

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				(poema) Emelina
2007 /8 - 2008 /7	Boletín Informativo Red Afro	Sem Número	Sem locali- zação 11 manche- tes	Memória: Primera Asamblea General de la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas Afrocaribeñas y de la Diáspora
				Introducción
				Bienvenida de Dorotea Wilson
				Agenda de la Primera Asamblea
				Presentación y aprobación del Plan Estratégico de la Red
				Aprobación de los Estatutos de la Red
				Intercambio con agencias del sistema de Naciones Unidas
				Durban: La Red de Mujeres Afro... Protagonista en la construcción de un continente libre de racismo, discriminación racial, xenofobia, sexismo y otras formas de intolerancia
				Informe anual, 2008. Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora
				Propuesta de Reforma al Estatuto de Autonomía de las dos Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua, octubre del 2008
				Reflexiones sobre poder, identidad y racismo
2009	Boletín	3	Sem locali- zação 24 manche- tes	Presentación
				Informe Ejecución del Plan Operativo Anual 2009. Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora
				Las enlaces nacionales y sus acciones como Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora
				Diseñando estrategias para la Convención Interamericana Contra el Racismo Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora
				Identificación del estado de la salud sexual y salud reproductiva de las mujeres afrolatinoamericanas afrocaribeña y de la diáspora
				Alta Comisionada de Derechos Humanos de ONU recibe a afrodescendientes para tratar la Ronda de Censos de 2010
				Encuentro Nacional de Mujeres Afroecuatorianas "Más Caras de Mujer II"
				Asume cargo nueva Relatora de la ONU sobre violencia contra la mujer
				Durban + 8 Una mirada de las Mujeres Afrodescendientes de las Américas. Pasados 8 años
				Comunidades negras debaten sobre sus derechos e injusticias
				Encuentro de Mujeres de Redes Regionales de América Latina y el Caribe en el Proceso de Cairo +15. Declaración de Panamá
				Call to Action for Cultural Equity
				Movimiento Feminista en XI Encuentro Latinoamericano y del Caribe lucha contra toda forma de discriminación
				Foro de la Sociedad Civil Afrodescendiente de las Américas. Participación e Incidencia de los y las Afrodescendientes en la Organización de Estados Americanos
				Los Censos 2010: La importancia de saber cuántas y cuántos afrodescendientes somos
				Etnias de Ecuador plantearon propuesta de censo
				En Puerto Rico, avanza la Campaña Antirracista 2008-2010
				Comunicado por el Día de la Cultura Afroperuana

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Los bolivianos perciben más actos racistas
				Repudio a golpe de Estado militar contra gobierno constitucional de Honduras
				Después de 115 años: Un avace histórico para la comunidad afrodescendiente en Argentina
				I Seminário de Empoderamento das Mulheres Negras. Carta de Brasília.
				I Feria Afrocaribeña em Managua
				Participación e incidencia de afrodescendientes ante la OEA.
2010 /12	Boletín Anual	4	Nicaragua 25 manche- tes	2010, Año Interamericano de la Mujer
				Declaración sobre el Proceso de Revisión Beijing + 15 em la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer de la ONU (CSW)
				Alexandra Ocles es la nueva Secretaria de Pueblos y Participación Ciudadana
				Primera afrodescendiente que ocupa el cargo de directora de Instituto nacional de las Mueres de Uruguay
				América Latina: las afrodescendientes, ni víctimas ni perdedoras
				Consulta com la sociedad civil de Centroamérica, México y el Caribe hispanohablante com el relator especial de las Naciones Unidas Sobre el derecho a la Salud
				Haití: Homenaje a las mujeres haitianas que murieron en el terremoto
				Día Internacional de Lucha contra el Racismo
				Informe preliminar del Proyecto de Monitoreo Global de Medios 2010
				Reunión de especialistas em participación de las mujeres
				Censo: Eres Negro o Afrodescendiente? El Gran Reto de los Censos 2010
				"Los censos como herramientas para enfrentar las brechas raciales de género"
				Informe de viaje
				Foro de Participación e Incidencia de las y los Afrodescendientes em la Actividades de la OEA
				Declaración de la Red de Mujeres Afolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora, ante la Undécima Reunión sobre la Mujer - CEPAL, "Qué Estado?, para que Igualdad?"
				Mujer Afolatinoamericana y Afrocaribeña. Buscando la equidad
				Bachelet Insta a Materializar Fondos para ONU Mujeres
				Encuentro Preparatorio Sudamericano Rumbo al VI Encuentro Continental de Mujeres Indígenas
				Curso interamericano Participacion e Incidendcia de los afro descendientes em la OEA
				Segunda edición "Mapeo de la Red de Mujeres Afolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora"
				Evaluacion Plan de Incidencia y Perspectivas 2011-2013
				Prouestas de acciones que promuevan, degiendan y pongan em agenda los Derechos Sexuales y Derechos Reproductivos de las mujeres jóvenes afrodescendientes
				Apelo: Nobel da Paz 2011 para as Mulheres Africanas

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				"Fortalecimiento de las Mujeres Afrodescendientes de la Región Andina RED-MAAD". Colombia, Peru, Bolivia y Ecuador. Octubre 2009 - Octubre 2010
				(Fotografía) Jóvenes de Centroamérica y el Caribe participando em el Curso Derechos sexuales y Derechos Reproductivos y mienbras de la RMAAD em el evento de planeación 2011-2013
2011	Boletín Informativo	5	Nicaragua 44 manche- tes	Presentación
				Capítulo I: Declaraciones y pronunciamientos Red Afro
				Dorotea Wilson recibe premio por la igualdad
				Reconocimiento del año internacional de los afrodescendientes
				Declaración de la Asamblea de los Movimientos Sociales
				Declaración de San Salvador sobre seguridad ciudadana em las Américas
				Pronunciamiento de Redes y Organizaciones de la Sociedad Civil Afrodescendiente sobre la situación de la seguridad ciudadana em América Latina y el Caribe
				Posición de mujeres afrodescendientes de las Americas em la Primeira Cumbre Mundial de Afrodescendientes
				Declaración de la Red de Jóvenes Afrodescendientes de America del Sur
				Rio Political Declaration on Socioal Determinants of health, Rio de Janeiro, Brasil
				Carta de Salvador Bahia por la Dignidad, los derechos y el desarrollo de las personas, pueblos y comunidades afrodescendientes
				Cumbre Iberoamericana de alto nivel para conmemorar el año internacional de los afrodescendientes, declaración de Salvador Bahia
				Capitulo II
				Actividades Realizadas - Año 2011: Red Afro
				2011, Año internacional de las y los afrodescendientes
				Carta a la doctora Michelle Bachelet, Secretaria General Adjunta de las Naciones Unidas
				Organizaciones por los derechos de las mujeres de America Latina y el Caribe fueran recibidas por Michelle Bachelet
				Debate temático em el contexto del Año Internacional de los afrodescendientes sobre la discriminación contra los afrodescendientes
				OEA celebra el Año internacional de los afrodescendientes
				Foro hemisférico Liderazgo de las mujeres para la democracia de ciudadanía
				Curso derechos sexuales y derechos reproductivos jóvenes afrodescendientes proponen acciones que promuvan, defiendan y pongan em agenda los derechos sexuales y derechos reproductivos
				Estado de los derechos sexuales y derechos reproductivos em Centroamérica, Caribe, Con Sur y Región Andina
				II Seminário internacional da mulher afro-latino-americana e caribenha, São Paulo
				X Aniversário de la Declaración y el Programa de acción de Durban
				Informe sobre los derechos humanos de las mujeres afrodescendientes

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Jóvenes afrodescendientes demandan en Costa Rica Mayor participación e igualdad
				XII Encuentro internacional de estadísticas de género: empoderamiento, autonomía económica y políticas públicas Aguascalientes, México
				III Curso de extensão iniciativas negras, trocando experiências
				La 36ª Conferencia general de la Unesco
				Se inicia proceso de acreditación de representantes ante la mesa del Pueblo Afrodescendiente de la Comunidad Andina
				Audiencia temática ante la CIDH
				La patria está en deuda con la hija
				Abordaje de la discriminación racial em el ejercicio de la labor periodística
				Video: Foro Moolaadé Protección una película de Ousmane Sembèn
				Movimiento de mujeres afrodescendientes y los feminismos em el XII Encuentro Feminista
				Conversatorio la imagen de los afrodescendientes em la pintura, escultura fotografía y el video
				Convocatoria para artistas visuales
				Diagnóstico situación económica de las mujeres afrodesdcendientes de Centroamérica
				Capítulo III Acciones De Voces Caribeñas. Año 2011- Red Afro
				La Academia de liderazgo y diplomado de género de las mujeres
				Academia de liderazgo y gerencias políticas
				Escuela de liderazgo juvenil 2015- Diplomado em liderazgo juvenil VII generación
				Encuentro Nacional Feminista , Nicaragua
				Foro y Feria por el Día internacional de acción por la salud de las mujeres
				Encuentro regional de mujeres, Puerto Cabezas
2012	Boletín Informativo	6	Nicaragua 48 manchetes	Introducción
				Artigo En Global Rights - Amnb - Cedaw
				Bicu (Bluefiels.....)Invitación Afrocarinica
				Entrevista Previa A La Presentación Oficial Del Poemario "Afrocarinica" A Yolanda Rossman
				Carnaval En El Caribe Panamá
				El Empoderamiento De Las Mujeres Afro Descendientes A Través De La Palabra
				Mensaje De Michelle Bachelet, Directora Ejecutiva De Onu Mujeres. Día Internacional De La Mujer 2012 "Empoderar A Las Mujeres: Acabar Con El Hambre Y La Pobreza
				8 De Marzo, Día Internacional De La Mujer....Exigimos Y Defendemos El Derecho Humano De Las Mujeres A La Salud Integral Durante Todo Su Ciclo Vital
				28Th Annual Convention Of Garifunas Council
				What Does It Take To Be Black, Female And Healthy In American?
				Celebrating Three Women In The Mental Health Field- Celebrando Tres Mujeres En El Campo De Salud Mental

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Declaración Pública - Exigimos El Pleno Respeto A La Vida Y Seguridad De Las Defensoras De Los Derechos Humanos En Colombia
				Celebratingg The Extension Of Our Voice- Celebrating Sister And Friend
				Declaración De Los V Diálogos Consonantes. Nosotras, Mujeres Feministas Integrantes De Redes Y Organizaciones Latinoamericanas, Caribeñas Y Del Estado Español, Reunidas En Los V Diálogos
				Programa De Monitoreo, Informativo # 4 Cladem
				El Cuerpo En Resistencia Ciclo De Talleres Para Mujeres Afrodescendientes
				24 Jóvenes Participan En Plan De Formación En Derechos Humanos Y Liderazgo Juvenil
				Reunión De Consulta Regional De Las Osc En América Latina Y El Caribe Hispano Sobre Cipd+20 Montevideo, Uruguay 9-10 De Mayo 2012, Compromiso De Montevideo
				African Union - Union Africaine - União Africana Diaspora/Assembly/Au/ /Decl (I) - Declaration Of The Global African Diaspora Summit - Sandton, Johannesburg, South Africa
				International Year For People Of African Descent (Iypad) - Barbados Ngo Chapter
				Dorotea Asesoras Mundiales De Las Sociedad Civil - Onu Mujeres
				Líderes Políticos Mundiales Acuerdan En Estambul Promover La Salud Sexual
				Ana Irma Rivera Lassen. Mujer De Intersecciones
				Género Y Democracia: Participación De Las Mujeres En La Construcción Del País
				Las Mujeres Frente A La Seguridad Y La Soberanía Alimentaria
				Declaración De Managua Sobre Cairo + 20 Y Más Allá
				Primer Taller Analisis De La Situacion Politica, Participativa Y De Incidencia De La Mujer Afroperuana Cedemunep
				Dorotea Wilson Lucha Por La Igualdad
				Gue! La Huella Afro En Montevideo
				Declaración De Quito Sobre Cairo +20
				Declaración De Las Redes Reunidas En El Comité Especial De La Cepal Sobre Población Y Desarrollo, Quito
				Mujeres Afroperuanas En La Agenda De Desarrollo Del Pueblo Afroperuano
				Afroguatemaltecas
				Rivera Lassén A Liderar A Los Abogados Del País
				Encuentro Latinoamericano Mujer Afro Descendiente "Mujer Sin Ti, Nada Es Posible
				Foro Afro 2012 - Declaración. Primer Foro Nacional Población Afromexicana Y Afrodescendiente En México 2012
				Racial Subordinations In Latin America
				One Week Away-Forum With The Editors Of Women Warriors Of The Afro Latina Diaspora
				Conferencia - Taller: Teoría Y Práctica De La Acción Afirmativa

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Evaluación Del Plan De Incidencia Política 2006 – 2011, Red De Mujeres Afrolatinoamericanas, Afocariñeñas Y De La Diáspora
				Conclusiones Evaluación Del Plan De Incidencia Política 2006 – 2011, Red De Mujeres Afrolatinoamericanas, Afocariñeñas Y De La Diáspora
				Declaración De La Red De Mujeres Afrolatinoamericanas Afrocaribeñas Y De La Diáspora - Pre Cumbre De Población Afrodescendiente Celebrada En Panamá 2012
				Articulación Regional Lac Hacia Cairo+20
				La Primera Reunión De Onu Mujeres Para América Latina
				Mundo Afro Invita
				Lanzamiento Cartilla Violencia Contra Las Mujeres Afroecuatorianas
				Cartografía Afroecuatoriana Mas Caras De Mujer
				Foro Mundial De La Juventud Del 4 Al 6 De Diciembre Del 2012, Bali, Indonesia, Los Derechos De Los Jóvenes En El Centro Del Desarrollo
2013	Boletín	7	Nicaragua 19 manche- tes	La Eliminación y Prevención de todas las formas de Violencia contra la Mujer y la Niña
				The Hague Civil Society Call to Action on Human Rights and ICPD Beyond 2014: All Different, All Human, All Equal
				Articulacion Regional Hacia Cairo+20. Boletín Informativo No. 1. Preparación de la Participación del Movimiento Feminista Latinoamericano en la Primera Conferencia sobre Población y Desarrollo
				II Asamblea de la RED Afro
				INFORME 2008 - 2013
				Foro de Organizaciones Feministas a la Plenaria de la XII Conferencia Regional sobre la Mujer en América Latina y el Caribe de la Cepal
				Duodécima Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe CONSENSO DE SANTO DOMINGO
				Todas Somos Dominicanas, Carta ao Tribunal Constitucional de la República Dominicana
				Declaración Mujeres y Jóvenes 25 de abril 2013
				Foro Interamericano Afrodescendiente: "Participación e incidencia de los y las afrodescendientes en la organización de estados americanos" Por una Política integral frente al problema mundial de las Drogas. DECLARACION DE ANTIGUA - GUATEMALA
				Phumzile Mlambo-Ngcuka de Sudáfrica designada nueva Directora Ejecutiva de ONU Mujeres
				Segunda Reunión del Grupo Asesor de la Sociedad Civil Para América Latina y el Caribe
				Panel Situación de las Niñas y Adolescentes Afrodescendientes en la Región
				Repensando y Redefiniendo el Trabajo de Cuidado:Hacia una Agenda Pública de Vanguardia Informe Del Diálogo Regional.
				La República de Panamá condecoró a Nelson Mandela
				Asamblea General aprueba celebración de Decenio Internacional de las y los Afrodescendientes
				Declaración del Foro Mundial de la Juventud de Bali
				CONCEPT NOTE ICPD Beyond 2014 International Conference on Human Rights

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Boletín 001 - 12 Encuentro Internacional Mujer y Salud
2014	Boletín	Sem Nú- mero	Nicaragu a 28 manche- tes	Presentación
				Declaración de los Mecanismos de la Mujer de América Latina y el Caribe frente al 58º Periodo de Sesiones de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer (CSW)
				Las mujeres y sus "esposas"
				La mirada de América Latina y el Caribe sobre los objetivos de desarrollo del milenio y el post 2015
				DECLARACIÓN ante la CPD 47º, "Mi cuerpo, mi territorio"
				Comunicado sobre la sesión 47, Comisión de Población y Desarrollo, por parte de la Articulación Regional de OSC hacia Cairo + 20
				Diálogos consonantes
				Declaración de los Movimientos de Mujeres y Feminista de la Sociedad Civil a la Vida Por Delante de la Cumbre de País Presidentes BRICS
				25 de julio, día Internacional de las Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora
				Informe reunion interna, Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora. Región Cono Sur Centro de Formación de España en Montevideo AECID
				Acciones estratégicas sub regionales y nacionales 2014-2017
				Articulación de Organizaciones de la sociedad civil de América Latina y el Caribe hacia Cairo + 2
				Nota sobre la Sesión Especial sobre Cairo más 20 en Naciones Unidas
				Comunicado de prensa UNPFA
				A 20 años de la Plataforma de Acción de Beijing: objetivos estratégicos y esferas de preocupación
				Declaración ICDP
				Reunión de Expertas de la Sociedad Civil, Nota Conceptual
				Reunión de Expertas de la Sociedad Civil, Segundo Borrador
				XIII Encuentro Feminista Latinoamericano, Mujeres afrodescendientes, presencia y palabra
				II "Foro de Acceso a la Justicia Para Mujeres Indígenas y Afrodescendientes de Nicaragua, declaración de Managua
				¡Por nuestro derecho a una vida sin violencia!
				Foro: Reconocimiento, Justicia y Desarrollo de los Derechos Humanos
				Violencia y abuso sexual hacia niñas, niños y adolescentes afrodescendientes de Guatemala, Honduras y Nicaragua
				Informe alternativo de las redes de mujeres e indígenas de Guatemala, Honduras y Nicaragua afrodescendientes
				Pronunciamiento en el día internacional de lucha contra la violencia ¡Por nuestro derecho a una vida sin violencia!
				X Encuentro de la juventud afrocentroamericana Informe
				Carta abierta a otros varones
				Aborto por Tres Causales en la propuesta del gobierno de Chile

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
2015	Boletín Informativo Red Afro Construyendo a viv voz nuestra historia	Sem Número	Nicaragua 28 manchetes	Presentación
				Reuniones Globales CSW
				Reuniones Comisión sobre Población y Desarrollo (CPD48)
				Conferencias Defensa de las defensoras y WILPF
				Cumbre de presidentes de las Américas 2015 Foro de la sociedad civil y actores sociales
				Intercambio de Experiencias Mujeres Afromexicanas e Indígenas
				Primera Cumbre latinoamericana de lideresas afrodescendientes de las Américas
				Diálogos entre mujeres indígenas, afrodescendientes y feministas
				Proceso Post Cumbre: Socialización de la Plataforma Política de la Red
				Programa de AECID Cooperación con Afrodescendientes
				Cumbre de Naciones Unidas para la Adopción de la Agenda de Desarrollo Post 2015
				II Conferencia Regional Población y Desarrollo
				Ya tenemos Membrecía institucional en AWID
				Foro de mujeres afrodescendientes/ XII Congreso Internacional sobre Mujer y Salud
				Reunión de representantes de UNICEF para América Latina y Caribe
				Taller de Trabajo realizado por el UNFPA
				Hacia el planeta 50-50 en 2030. Diálogo ONU Mujeres - Sociedad Civil
				Actividades de la Red de Mujeres Afro en Nicaragua
				Visita de delegación cubana en sede de ARMAAD
				Séptimo Encuentro Continental de Mujeres Indígenas de las Américas VII ECMIA
				Primer Congreso Internacional de la Afrodescendencia
				Marcha de las Mujeres Negras
				Encuentro de Feminismos Abya Yala/ XXX Congreso Latinoamericano de Sociología
				Reunión Regional para América Latina y el Caribe sobre el Decenio de los Afrodescendientes
				I Congreso Internacional de Mujeres Afrodescendientes
				Actividades Diáspora en Estados Unidos
				Reunión global para la Eliminación de Violencia contra las mujeres
				Balance
2016	Boletín Anual	Sem Número	Nicaragua 32 manchetes	Presentación
				Coloquio Internacional de mujeres afromexicanas
				Participación de la Coordinadora General en eventos regionales sobre la mujer
				Encuentro entre Nos-Otras Feministas y Feminismos hoy
				ARMAAD co-organiza Foro paralelo CSW60
				Conversatorio "Mariquita y Encarnación dos Mujeres de Montevideo"
				Carta de despedida para Magaly Pineda, por integrantes del Grupo Asesor de la Sociedad Civil de ONU Mujeres
				Participamos en la CPD49 - 49º período de sesiones de la Comisión de Población y Desarrollo

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Diálogos intergeneracionales del Grupo de Trabajo Feminista
				Observatorio de la Plataforma Política de las Lideresas Afrodescendientes
				Reunión de especialistas "Estado inclusivo e igualdad de género: Políticas Públicas en el nuevo marco de los objetivos de Desarrollo Sostenible
				Evento paralelo de cara a la Asamblea General de OEA
				Inicia Escuela de formación política para afroecuatorianas
				Red de Mujeres Afro - Colombia se pronuncian por el derecho a la Salud y a la vida
				Campaña Reconocimiento, Justicia y Desarrollo para mujeres afrodescendientes de la Costa Caribe de Nicaragua
				Red de Mujeres Afro en Reunión Multiactores - Foro Político sobre Desarrollo
				Presentamos Plataforma Política ante instancias del SICA
				25 de Julio: Día Internacional de las mujeres Afro
				Talleres con mujeres sobre ISO Quito e ISO Montevideo
				Red de Mujeres Afro en Diálogos y V Encuentro de Parlamentarias/os y lideres/as Afrodescendientes
				Integrantes de Red Afro en nuevo Grupo Asesor de ONU Mujeres
				Foro de Feminismos Negros
				Foro Internacional de AWID 2016
				Intercambio de experiencias con afromexicanas de la Costa Chica
				ARMAAD en Foro Feminista Magaly Pineda
				Red Afro en la XIII Conferencia de la Mujer de la CEPAL
				Promoviendo Campaña de autoidentificación afroperuana
				V Congreso Nacional de Mujeres Afroecuatorianas
				Consulta con Comité para la Eliminación de Discriminación Racial
				Aportamos al Programa con Afrodescendientes de AECID
				Reconocimientos y Nominaciones Especiales y Próximos Eventos
				Convención Contra el Racismo, la Discriminación Racial y Formas Conexas de Intolerancia
2017 /Sem 1	Boletín Informativo	Sem Número	Nicaragua 24 manche- tes	Presentación
				Seminario Internacional Sólo somos Huéspedes en la Tierra..
				Diálogo Mujeres en Movimiento: Direitos e Novos Rumos
				ARMAAD en Consultas preparatorias y Foro de sociedad civil hacia CSW61
				Foro Panafricano, Diáspora en Estados Unidos
				Plataforma Política de lideresas afrodescendientes se socializa en Spelman College de Atlanta
				Avanza escuela de formación política para mujeres afroecuatorianas
				Red Afro lanza Campaña Afrodescendiente de cara al Censo Nacional en Nicaragua
				Presentación investigación sobre mujeres afroargentinas
				Campaña de cara al Censo en Chile
				ARMAAD se integra a Mesa de Articulación en Latinoamérica y El Caribe

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Red Afro fortalece capacidades de participación en Foros regionales de CEPAL
				ARMAAD en Reunión de Sociedad Civil y Foro de Alto nivel sobre Desarrollo Sostenible
				Campaña por reconocimiento y fortalecimiento de Identidad Afrodescendiente en Perú
				Taller para fortalecer incidencia de sociedad civil ante la OEA
				Encuentros-Taller para coordinación y seguimiento del Observatorio
				ARMAAD acompaña lucha del pueblo afrocolombiano
				Las mujeres Afrodescendientes demandamos Atención en Salud Integral
				Revisando indicadores para implementación del Consenso de Montevideo
				Conversatorio sobre la realidad y desafíos de las mujeres afroperuanas
				Conversatorio sobre Decolonialidad y Feminismo Negro
				ARMAAD se posiciona en Foro Interamericano Afrodescendiente y Asamblea de la OEA
				¡Bienvenidas a la Red!
				Directorio
2017	Boletín Informativo	11	Nicaragua 22 manchetes	Presentación
				Consultas preparatorias y Foro de sociedad civil hacia CSW61
				Foro Panafricanismo, Diáspora en Estados Unidos
				Campaña Afrodescendiente de cara al Censo Nacional en Nicaragua
				Presentación de investigación sobre mujeres afroargentinas
				Campaña de cara al Censo en Chile
				Integración a la Mesa de Articulación en Latinoamérica y El Caribe
				Red Afro fortalece capacidades de participación en Foros regionales de CEPAL
				Reunión de Sociedad Civil y Foro de alto nivel sobre Desarrollo Sostenible
				Campaña por el reconocimiento y fortalecimiento de la Identidad Afrodescendiente en Perú
				Taller para fortalecer incidencia de sociedad civil ante la OEA
				Encuentros-Taller para coordinación y seguimiento del Observatorio
				La Red acompaña lucha del pueblo afrocolombiano
				Las mujeres Afrodescendientes demandamos Atención en Salud Integral
				Revisando los indicadores para implementación del Consenso de Montevideo
				Conversatorio sobre la realidad y desafíos de las mujeres afroperuanas
				Conversatorio sobre Decolonialidad y Feminismo Negro
				Emprendimiento para jóvenes de la Región del Caribe de Nicaragua 2017
				Red Afro se posiciona en Foro Interamericano Afrodescendiente y Asamblea de OEA
				Encuentro de Jóvenes de ONECA en Roatán, Honduras

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Red Afro contribuye en la elaboración sobre situación de la población Afro en la región
				Integrante de Red Afro se incorpora a grupo asesor de ONU Mujeres Guatemala
2018 /11	Foro Internacional: A cuatro años del Decenio de los y las Afrodescendientes	Sem Número	Nicaragua 34 manchetes	Presentación
				¡El decenio avanza y nosotras también!
				Acontecimientos
				Presentación de Agenda
				Acto de Inauguración
				Palabras de Dorotea Wilson, Coordinadora General de la ARMAAD
				Espacio artístico cultural
				Inicio del Foro
				Experiencias, valoración, lecciones aprendidas en el cumplimiento de la Agenda de la Plataforma Política de la ARMAAD , por subregión (Presentación de síntesis por Sub Regiones)
				Región Cono Sur (Chile, Uruguay y Argentina)
				En Chile
				En Uruguay
				Región Centroamérica y México: (Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá, Belice y México)
				En México
				Región Diáspora en Estados Unidos
				Región Caribe: (República Dominicana, Haití, Cuba, Puerto Rico)
				Región Andina: (Ecuador, Perú, Colombia, Bolivia)
				Región Brasil
				Información general sobre seguimiento Plataforma y Observatorio
				Mesas de Trabajo: "El decenio avanza y nosotras también"
				MESA N° 1: Plataforma Política y su agenda de la ARMAAD
				MESA N° 2: Desafíos y retos de la Cumbre Global de Mujeres Negras 2020
				Mesa 3: Articulaciones con el movimiento social afrodescendiente de cara al decenio.
				MESA N° 4: Escenario internacional y de incidencia de la ARMAAD
				MESA N° 5: Justicia y participación política de las mujeres afrodescendientes
				MESA N° 6: Mujeres jóvenes afrodescendientes
				MESA 7: De paz y migraciones
				Asamblea Interna de la ARMAAD
				Hemos avanzando en el fortalecimiento de nuestra red y en nuestra labor de incidencia
				Elección de Coordinadora General y Coordinadoras Regionales
				Acto de Clausura, Proclamación de la nueva Coordinación de la ARMAAD
				Declaración Final del Foro, Español

PUBLICAÇÕES DA REDE AFRO (1997-2019)				
Ano/ mês	Publicação	Nº	País/ Total	Conteúdo
				Final Declaration Of The Network Of Afrolatinoamerican, Afrocaribeñas And Diaspora Women
				Da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora
2019	Boletín Especial	Sem Número	Bolívia 9 manchetes	Observatorio sobre el cumplimiento de la Plataforma Política de lideresas afrodescendientes de las Américas y El Caribe de cara al Decenio Afrodescendiente
				Bolivia: Volver a empezar
				Guatemala: Visibilidad afrodescendiente
				Honduras: Avances em los compromissos internacionais
				México: Reconovimiento Constitucional Afrodescendientes
				Nicaragua: Trabajo con jóvenes
				Panamá: Autoidentificación afropanameña crece
				Perú: Estadísticas confirman brechas sociales para gente afro
				Uruguai: Movimiento afronacionalista propone reivindicaciones para mujeres afrodescendientes

Total de manchetes analisadas: 337.